RELATÓRIO DE GESTÃO

2017

Grupo ML

Metropolitano de Lisboa

FERCONSULT

Trem, A.C.E.
Trem II, A.C.E.

ÍNDICE

Mensagem do Presidente 4

Natureza do Relatório 6

RELATÓRIO DE GESTÃO 7

A. Visão Geral / Ambiente Externo 7

1. Enquadramento Macroeconómico 7
2. Missão, Visão e Valores 8
3. História e Perfil da Organização 12
4. Destaques do ano / Factos Relevantes no Grupo ML 17
5. Principais Indicadores 20

B. Estrutura de Governance 23

1. Órgãos Sociais 23
2. Políticas e mecanismos de gestão 28

C. Estratégia 33

1. Objetivos Estratégicos 33
2. ODS do ML 36

D. Riscos e Oportunidades 37

1. Gestão do Risco 37
2. Identificação dos Riscos 37
3. Resposta aos riscos identificados 38

E. Desempenho 39

1. Desempenho Operacional 39
2. Desempenho Ambiental 66
3. Desempenho Social 71
4. Desempenho Económico-Financeiro 81

F. Cumprimento de Orientações Legais (ML) 101

G. Perspetivas 118

1. Análise ao Contexto Externo 118
2. Análise ao Contexto Interno 122

H. Proposta de Aplicação de Resultados 124

Indicadores e Tabela GRI 125

Glossário 143

Siglas e Acrónimos 146

Mensagem do Presidente

Após um primeiro ano de intensa atividade, o Conselho de Administração nomeado para o triénio de 2017 / 2019, a que presido, apresenta o Relatório de Gestão consolidado referente a 2017, o qual se encontra disponível aos trabalhadores, clientes e demais interessados na vida do Metropolitano de Lisboa.

O Relatório de Gestão consolidado de 2017 refere, com detalhe e rigor, a atividade do Metropolitano de Lisboa, da Ferconsult e da Metrocom e os resultados obtidos nesse período por estas empresas.

No Metropolitano de Lisboa o exercício de 2017 foi, logo no seu início, caracterizado pela concretização do processo de transição corporativa do modelo implementado pela "Transportes de Lisboa" para um modelo de separação das empresas envolvidas, com a consequente gestão autónoma do Metropolitano de Lisboa. Em consequência, a empresa foi reorganizada, através da implementação de um novo modelo organizacional, que se entende adequado à concretização dos objetivos pretendidos, destacando-se a retoma do investimento na infraestrutura e na recuperação do material circulante, o reforço do quadro de pessoal, o qual tem vindo a ser redimensionado, face às atuais necessidades da procura.

Ao mesmo tempo, reforçou-se no Metropolitano de Lisboa a orientação para o Cliente, tendo-se verificado uma melhoria progressiva do desempenho operacional e um consequente aumento da qualidade do serviço. Neste contexto, procedeu-se ao recrutamento interno e externo de pessoal para suprir necessidades impreteríveis de ordem operacional.

No domínio da infraestrutura, deu-se início à empreitada de remodelação da estação Arroios com o alargamento do cais para seis carruagens, última existente nesta situação, tendo-se, ainda, procedido ao início da requalificação e da modernização de algumas das estações, designadamente no tocante à iluminação, limpeza, refrescamento e melhoria de equipamentos e de sinalética. Em paralelo lançou-se uma nova fase de expansão da rede com o início dos Estudos de Projeto da Expansão entre o Rato e o Cais do Sodré, contratados à participada Ferconsult.

A aplicação deste conjunto diversificado de medidas deu, assim, início a um novo ciclo na vida do Metropolitano de Lisboa, caracterizado por um ambiente de estabilidade e de paz social, mantendo um diálogo aberto com a Comissão de Trabalhadores e demais Organizações Representativas de Trabalhadores, o que se considera fundamental para o normal funcionamento da empresa e para o aumento da qualidade do serviço que diariamente é prestado ao Cliente. Num outro âmbito procurou estimular-se a inovação através da criação de uma unidade específica, procurando recorrer a novas soluções, decorrentes da digitalização crescente da economia e do setor.

No ano de 2017 procurou-se, deste modo, alterar a forma de estar e proceder no Metropolitano de Lisboa para que este se afirme como uma empresa pública, mais flexível, com uma dinâmica renovada, com um acrescido foco no mercado, com condições que lhe garantam caminhar para uma maior sustentabilidade futura, capaz de reforçar o seu contributo para a competitividade e para a qualidade de vida em Lisboa.

A expansão em fase de projeto ligando as linhas Verde e Amarela numa linha circular, o início da alteração dos sistemas de sinalização, a compra de novo material circulante e a revisão de um grande número de sistemas e componentes vão representar um desafio a todos os trabalhadores e dirigentes do Metropolitano de Lisboa, traduzindo-se num salto qualitativo necessário para a sustentabilidade futura da empresa, dando um contributo efetivo para a melhoria da qualidade de vida e da competitividade da cidade, com significativo impacto na mobilidade dos seus cidadãos.

Na Ferconsult, o Conselho de Administração deu continuidade à estratégia definida em 2016, cujos resultados este relatório também evidencia.

No âmbito do Plano em curso de desenvolvimento da Ferconsult para o período de 2017-2021, foi implementada uma nova estrutura organizativa, mais adequada às atuais oportunidades do mercado, com recurso a áreas partilhadas do Metropolitano de Lisboa, assegurando o saber e o conhecimento da empresa no domínio da consultoria, estudos e projetos de engenharia de transportes.

Em 2017 a Ferconsult manteve, também, no âmbito da sua atividade, a exportação de serviços de engenharia para os mercados argelino e brasileiro dando seguimento aos contratos existentes.

No que se refere à Metrocom, o Conselho de Administração, a que, igualmente, presido, prosseguiu, em 2017, a sua estratégia fomentando a rentabilização dos espaços comerciais localizados na rede de estações do Metropolitano de Lisboa, contribuindo, assim, para a maximização das receitas, bem como para a prestação de um serviço de qualidade ao cliente final do Metro.

Da atividade da Metrocom, em 2017, destacou-se, assim, a comercialização dos espaços disponíveis, a gestão de contratos daí resultantes associados a diversas tipologias de modelos de negócio, assim como a realização de outras formas originais de comercialização de produtos nas estações e demais espaços da rede assumidos como eventos ocasionais.

O Metropolitano de Lisboa e as empresas com capital por si detido na totalidade, a Ferconsult e a Metrocom, têm grandes desafios para os próximos anos, ganhando mais eficiência, assegurando elevados padrões de qualidade e inovação nos processos e nos produtos e serviços oferecidos.

Uma palavra, a este propósito, ainda, de agradecimento e de reconhecimento a todos os trabalhadores e quadros dirigentes do Metropolitano de Lisboa e das empresas suas participadas, os quais, diariamente, se empenham com o seu trabalho para que as empresas prestem um serviço com elevada qualidade.

Lisboa, 21 de Setembro de 2018

O Presidente do Conselho de Administração

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Natureza do Relatório

O Conselho de Administração da Metropolitano de Lisboa, EPE., em observância das disposições legais e estatutárias aplicáveis, apresenta o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2017, tendo, ao abrigo do número 6 do art.º 508º – C do Código das Sociedades Comerciais (C.S.C.), optado por apresentar um Relatório de Gestão Único, que dando cumprimento a todas as exigências legais aplicáveis, permitirá uma análise completa prática e integrada da informação aí disponibilizada.

O Relatório de Gestão Consolidado engloba a informação das Empresas do Grupo, e foi elaborado de acordo com as Diretrizes do IIRC – *Internacional Integrated Reporting Council* (Conselho Internacional para o Relato Integrado), para informação relativa a estratégia, a gestão e ao desempenho dos principais vetores de negócio da Empresa. Adicionalmente, contém ainda informação sobre a Governação, as demonstrações financeiras e o desempenho das principais dimensões da sustentabilidade.

O presente Relatório (de natureza anual) contém informação financeira e não financeira do Grupo ML, referente ao ano de 2017. No entanto, são apresentados dados relativos a anos anteriores para possibilitar a análise da evolução verificada.

Inserido numa economia global e que se pretende cada vez mais sustentável, o grande objetivo deste relatório é melhorar a perceção que os *stakeholders* têm relativamente ao negócio do ML e das empresas com capital por si totalmente detido e ao seu desempenho. Toda a informação aqui apresentada mostra evidências do empenho que o Metropolitano de Lisboa, a Ferconsult e a Metrocom utilizam na implementação contínua de medidas que potenciam a criação de valor e a utilidade do serviço, potenciando a mobilidade sustentável.

As demonstrações financeiras (individuais, em SNC, e consolidadas, em IFRS) apresentadas foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações subsequentes e com a republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

A informação não financeira foi elaborada, pela primeira vez, de acordo com as diretrizes do GRI Standards.

De acordo com as orientações da AA1000 *Stakeholder Engagement Standard* 2011 foram identificadas as partes interessadas, ou seja, todos os grupos cuja qualidade de vida possa ser afetada pela atividade do Metropolitano de Lisboa, da Ferconsult e da Metrocom, tanto no presente como no futuro. Para o efeito, e para além da inclusão de todos aqueles que com estas empresas têm relações contratuais ou regulamentares (clientes, colaboradores e reformados, fornecedores e tutela) foi feita uma análise do impacto da atividade destas empresas de forma a identificar outro tipo de dependências ou relações. As partes interessadas identificadas foram: os Clientes, a Tutela, os Colaboradores, os Fornecedores, a Comunidade e Outros operadores de transporte.

Qualquer dúvida, questão ou sugestão que queira apresentar poderá ser endereçada para:

Morada: Avenida Fontes Pereira de Melo, n.º 28 – 1069-065 Lisboa (Portugal)

Email: ri2017@metrolisboa.pt ou relacoes.publicas@metrolisboa.pt

RELATÓRIO DE GESTÃO

A. Visão Geral / Ambiente Externo

1. Enquadramento Macroeconómico[1]

Em 2017, a economia portuguesa registou um crescimento real de 2,7%, superior ao crescimento na área do euro (2,3%) e acima do valor projetado no OE 2018 (2,6%).

A evolução positiva da situação económico-financeira de Portugal, que reflete o crescente dinamismo económico, a melhoria do mercado de trabalho e a redução do peso do endividamento dos sectores público e privado, levou a Comissão Europeia a retirar Portugal da categoria de 'desequilíbrios macroeconómicos excessivos'.

O crescimento económico registado em 2017 foi impulsionado, em grande medida, pela evolução das exportações de bens e serviços (7,8%, um crescimento 3,4 p.p. acima do de 2016) e pela forte aceleração da formação bruta de capital fixo (7,6 p.p. acima de 2016), particularmente do investimento em outras máquinas e equipamentos e em construção (crescimento de 13,1% e 9,2%, respetivamente). A evolução do consumo privado teve também um papel significativo, com crescimento de 2,3%.

A taxa de desemprego em Portugal diminuiu pelo quarto ano consecutivo, tendo-se situado em 8,9% em 2017, a taxa mais baixa desde 2008 e inferior à registada na zona euro. Já o crescimento do emprego foi de 3,3%, o valor mais elevado desde a entrada na moeda única. Também a população ativa, e pela primeira vez desde 2010, registou uma evolução positiva, tendo aumentado 0,8% em relação a 2016.

A taxa de inflação medida pela variação do índice de preços no consumidor (IPC) fixou-se, em 2017, em 1,4%, acelerando 0,8 p.p. face a 2016. Já o IPC subjacente (que exclui produtos energéticos e alimentares não transformados) cresceu menos três décimas (1,1%).

A descarbonização da economia portuguesa foi um dos pilares de atuação definidos pelo governo português, derivado dos acordos assinados na COP 21 em Paris e da necessidade de combater as alterações climáticas. Desta forma, a aposta nos transportes públicos e no uso de energia mais limpa são dois vetores de atuação a nível nacional a que o Metropolitano de Lisboa dá resposta.

Este enquadramento, ainda que favorável ao ML, traz uma responsabilidade acrescida na angariação de novos clientes e na manutenção do elevado nível de desempenho ambiental da empresa.

A cidade de Lisboa, em 2017, teve um acréscimo significativo de procura turística, aumentando a pressão sobre os transportes públicos e obrigando a uma readequação da oferta.

[1] Fonte: Programa de Estabilidade 2018-2022 (abril de 2018), do Ministério das Finanças

2. Missão, Visão e Valores

2.1. Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. é uma Entidade Pública Empresarial com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, regendo-se por estatutos próprios e pela lei aplicável às empresas públicas.

Em novembro de 2017, e tendo em conta o novo modelo organizacional, o Conselho de Administração aprovou o "Manual do Sistema de Gestão", documento base para a definição das diretrizes da gestão do ML.

No referido Manual do Sistema de Gestão, apresentam-se enunciadas as principais linhas orientadoras referentes à Missão, Visão e Valores do ML:

Missão

Prestar um Serviço de Transporte Público de Passageiros, em modo metro, orientado para o cliente, promovendo a mobilidade sustentável.

Visão

Ser o operador de transporte público estruturante e garante da mobilidade urbana de Lisboa, segundo os melhores padrões de qualidade, segurança e eficácia económica, social e ambiental.

Valores

I. Inovação e Desenvolvimento:

- Procura contínua de novos serviços e produtos, assentes na evolução tecnológica ao serviço do cliente.

II. Responsabilidade:

- Ambiental: ao nível do rendimento energético e garantia da proteção ambiental decorrentes da atividade desenvolvida;
- Social: ao nível da mobilidade daqueles que se deslocam na Área Metropolitana de Lisboa;
- Económica: garantia da sustentabilidade da Empresa, numa perspetiva empresarial e laboral.

III. Qualidade:

- Através da criação de valor e utilidade do serviço ao cliente.

IV. Rigor e Integridade:

- Promoção de práticas exigentes do ponto de vista da ética e dos comportamentos, quer em termos empresariais, quer em termos individuais, enquanto Organização que se rege por princípios de honestidade, transparência, iniciativa social e responsabilidade ambiental;
- Cumprimento de processos rigorosos como suporte do serviço prestado, garantindo a sua fiabilidade e confiança.

V. Competência e Segurança:

- Manter e reforçar a imagem e credibilidade da Empresa como fator de afirmação externa e interna;
- Garantir a segurança integrada de pessoas e bens.

O Metropolitano de Lisboa apresenta a missão para com os seus clientes no cumprimento da "Carta do Cliente", na qual a Empresa assume os seguintes compromissos:

I. Oferta de serviço de transporte:

- Propor os desenvolvimentos da rede que melhor correspondam às necessidades de mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa;
- Implementar horários de comboios que respondam eficazmente à procura existente.

II. Segurança:

- Promover e aplicar as ações necessárias para garantir elevados padrões de segurança no serviço de transporte;
- Em permanente colaboração com as forças da autoridade, assegurar a implementação das medidas necessárias para garantir a segurança dos clientes nos comboios e estações.

III. Regularidade:

- Manter elevados índices de regularidade do serviço, promovendo as ações possíveis para minimizar os transtornos causados por perturbações da circulação, seja por motivos decorrentes da própria operação seja por fatores externos.

IV. Informação e apoio ao cliente:

- Disponibilizar de uma forma clara, percetível e rigorosa, em espaços próprios de estações e comboios e nos demais suportes de comunicação com o cliente, toda a informação relevante sobre o serviço prestado, em situações normais ou de perturbação do serviço.

V. Disponibilidade dos equipamentos:

- Assegurar que os equipamentos existentes nas estações - designadamente elevadores, escadas e tapetes rolantes, equipamentos de venda e canais de acesso - se encontram em perfeitas condições de funcionamento, promovendo, quando tal não aconteça, a respetiva reparação no menor espaço de tempo possível.

VI. Limpeza e conservação:

- Garantir que as estações, comboios e equipamentos se encontram em bom estado de conservação e limpeza, sendo, para o efeito, regularmente vistoriados e limpos.

VII. Recursos humanos:

- Garantir a formação inicial e contínua dos recursos humanos ao serviço do Metro, para que executem o seu serviço de forma competente e profissional, assegurando a condução dos comboios em condições de segurança conforto e atendendo os clientes com qualidade e rigor.

VIII. Acessibilidades:

- Em colaboração com as entidades competentes, assegurar que o serviço prestado possa ser facilmente utilizado por todos, implementando as medidas necessárias para permitir a acessibilidade daqueles clientes cuja mobilidade se encontre, de algum modo, reduzida; para estes últimos, está a ser desenvolvido um programa gradual de implementação de acessibilidades nas estações ainda não preparadas para o efeito.

IX. Sugestões e reclamações:

- Colocar ao dispor dos clientes os meios necessários para a apresentação de sugestões e reclamações;

- Assegurar a análise cuidadosa das reclamações, promovendo internamente as devidas medidas de correção e melhoria, providenciando em tempo útil a respetiva resposta.

A colaboração dos clientes é fundamental para atingir os índices de qualidade propostos. A utilização do Metro pressupõe o respeito por parte dos clientes de regras simples que permitirão uma melhor qualidade do serviço prestado, com benefícios para todos. Assim, os clientes devem:

- Viajar com título de transporte válido e apresentá-lo a um agente do Metro sempre que for solicitado;
- Validar sempre o título de transporte, à entrada e saída das estações. Se não o fizer, o cliente incorre numa situação de transgressão;
- Não fumar nas instalações e comboios do Metro. Se o fizer, o cliente estará a incorrer em infração prevista e punida por lei;
- Respeitar as normas existentes relativas ao transporte de animais, bicicletas e outros objetos particulares que, pelo seu volume ou conteúdo, possam causar incómodo ou constituir perigo;
- Passar os canais de acesso com cuidado, esperando que as portas se encerrem após a passagem do cliente anterior, antes de validar o seu título;
- Não entrar ou sair dos comboios após o aviso sonoro e luminoso de fecho de portas;
- Permitir que os canais de acesso às estações e lugares dos comboios destinados a clientes com mobilidade reduzida sejam utilizados apenas por aqueles a que se destinam;
- Ajudar a manter as estações e comboios limpos, utilizando os recipientes existentes para a recolha de lixo;
- Comportar-se de um modo responsável e cumpridor, seja relativamente a outros clientes, seja em relação aos agentes ao serviço do Metro, respeitando sempre as indicações que estes transmitam.

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E., enquanto empresa estruturante dos transportes da região de Lisboa, pretende contribuir para o desenvolvimento de um novo e dinâmico modelo empresarial, com foco na melhoria da intermodalidade, eficiência e aumento da qualidade dos serviços prestados.

O Sistema de Gestão concretiza os seguintes princípios que traduzem a Política de Gestão:

- A satisfação do cliente como objetivo central;
- Uma liderança empenhada e comprometida;
- Responsabilidades partilhadas e claramente definidas;
- O Envolvimento e qualificação das colaboradoras e dos colaboradores;
- A gestão da Organização como um sistema composto por processos interrelacionados;
- A melhoria contínua do desempenho;
- A tomada de decisões de forma sustentada;
- O estabelecimento de relações de parceria com os Fornecedores;
- A gestão dos impactes ambientais;
- O cumprimento integral dos requisitos aplicáveis;
- O controlo dos perigos e riscos;
- A inovação como fator diferenciador da qualidade do serviço prestado.

2.2. Ferconsult, S.A.

Missão

Disponibilizar soluções eficazes que excedam as expetativas dos seus clientes. Ser uma organização cada vez mais robusta, apostando na solidificação da sua posição no mercado nacional. Apostar na inovação e na qualidade enquanto promotores de desenvolvimento económico, de forma contínua e sustentada.

Visão

Ser Líder no mercado nacional na prestação de serviços de Consultoria, Engenharia e Estudos de Mobilidade e Sistema de Transportes, sendo simultaneamente reconhecida pelos seus padrões de rigor, qualidade, competência e inovação.

Valores

- Ética;
- Profissionalismo;
- Integridade;
- Solidariedade com o Cliente.

2.3. Metrocom, S.A.

Missão

Gerir com rigor e eficiência os espaços comerciais e outros equipamentos da rede do metropolitano de Lisboa, assegurando a sua boa utilização, valorização e rentabilização e promovendo o aumento do grau de satisfação do cliente e a sua fidelização.

Visão

Conciliar o interesse comercial rentabilizando os espaços e obtendo receitas complementares e gerando valor para o acionista, clientes e colaboradores, com a prestação do serviço de transporte público inerente à missão do Metropolitano de Lisboa.

Valores

- Organização da atividade definida em função da dignidade humana, da valorização e respeito pelas pessoas, e na perspetiva da satisfação dos clientes;
- Desenvolvimento da atividade pautado pela prestação de serviços de qualidade, e por critérios de rigor, imparcialidade, coerência e eficiência operacional e pelo cumprimento dos compromissos assumidos com o cliente e com o acionista;
- Definição da estrutura organizacional assente na qualificação profissional e técnica dos seus recursos humanos, do espirito de equipa e na busca da excelência, com humildade e com respeito pelo outro;
- Responsabilidade económica, social e ambiental como empresa sustentável e geradora de valor, respeitadora das pessoas e da sua dignidade (trabalhadores, colaboradores, clientes e acionista) e amiga do ambiente.

3. História e Perfil da Organização

3.1. Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

O Metropolitano de Lisboa foi fundado em 26 de Janeiro de 1948 como Sociedade Anónima e, após vários estudos levados a cabo pela Câmara Municipal de Lisboa, no primeiro dia do mês de agosto de 1955 tiveram início as obras de construção da rede.

Em 29 de Dezembro de 1959 assiste-se à sua inauguração oficial e no dia seguinte à abertura ao público do 1º escalão da rede. A rede do Metropolitano de Lisboa tinha, então, somente 6,5 km de extensão e 11 estações, com términos em Sete Rios (hoje Jardim Zoológico), Entre Campos e Restauradores.

Chegou ao Rossio em 1963, aos Anjos em 1966 e a Alvalade em 1972. Desde essa data e até 1987, apenas se ampliaram os cais das estações para comportarem composições até seis carruagens.

Em 1975, o Metropolitano de Lisboa é nacionalizado e três anos depois, em 1978, constituído como Empresa Pública, passando a denominar-se, com a publicação dos novos estatutos, Metropolitano de Lisboa, E.P..

A expansão da cidade exigiu um novo crescimento da rede e, em Outubro de 1988, foram inauguradas as estações Laranjeiras, Alto dos Moinhos, Colégio Militar/Luz e Cidade Universitária. A estação de correspondência Campo Grande viria a abrir em 1993.

Em 1995, com a desconexão do "Y" da Rotunda (atualmente denominada Marquês de Pombal) que permitiu a criação de duas linhas independentes, iniciou-se a concretização de um vasto plano de expansão de rede, cujos desenvolvimentos mais significativos se concretizaram em 1997 com a abertura das estações Carnide e Pontinha e 1998 com a abertura das estações Cais do Sodré, Baixa-Chiado e da linha Vermelha, ligando a Alameda à estação Oriente e integrando sete novas estações.

Em 2004, a abertura ao público dos prolongamentos da linha Amarela entre o Campo Grande e Odivelas e da linha Azul entre Pontinha e Amadora Este, num total de sete novas estações, constituiu um marco histórico para o Metropolitano de Lisboa que, pela primeira vez em 45 anos de vida, saiu do concelho de Lisboa em direção aos concelhos de Odivelas e Amadora, implantando-se em zonas de elevada densidade populacional e possibilitando deslocações rápidas e tranquilas.

A 26 de julho de 2009, assume a sua atual denominação como Entidade Pública Empresarial, Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e, em agosto desse mesmo ano, prolonga a linha Vermelha da Alameda a S. Sebastião, cruzando as linhas Amarela (em Saldanha) e a linha Azul (em S. Sebastião), prolongamento estratégico para a diminuição dos tempos de percurso e diversas possibilidades de percursos.

Na segunda década do século XXI, ocorreram as duas últimas expansões da rede, com a abertura da estação Aeroporto em 2012 e o prolongamento à Reboleira em 2016.

Atualmente o Metropolitano de Lisboa, dispõe de uma rede composta por 4 linhas independentes, 44,5 km de extensão, 56 estações (6 são estações duplas e de correspondência) e serve cerca de 162 milhões de passageiros por ano. Operando em Lisboa e concelhos limítrofes, dispõe de estações de correspondência com outros operadores de transporte coletivo, o Metro melhora a mobilidade e contribui para uma maior eficiência das ligações no sistema de transportes, fazendo da intermodalidade uma realidade, numa ótica de procura e estabelecimento de soluções intermodais, promovendo estilos de vida saudáveis e desempenhando um papel fundamental na facilitação da Mobilidade Urbana e Sustentável.

Ilustração 1: Diagrama de rede

O Grupo Metro é formado pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e pelas suas subsidiárias, entidades sobre as quais o Metro exerce um controlo, que se consubstancia no poder de definir as políticas financeiras e operacionais dessas entidades, de forma a obter benefícios decorrentes das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto.

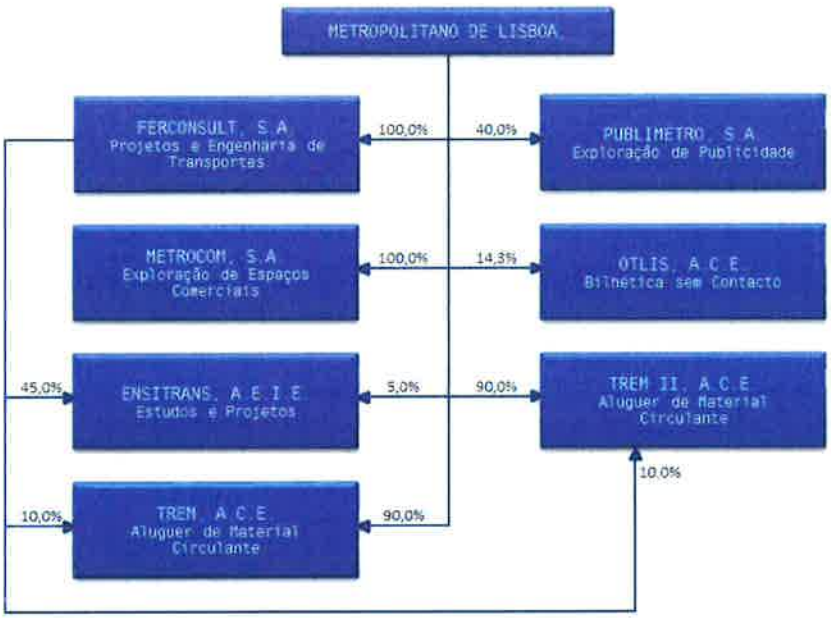
Assim, o Metro detém a totalidade do capital da subsidiária Ferconsult, S.A. - Projetos e Engenharia de Transportes, empresa especializada nas áreas de Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, que atua nos mercados nacional e internacional.

O Metro detém direta e indiretamente, através da sua participada Ferconsult, uma participação de 50% do capital da empresa Ensitrans, A.E.I.E. (Agrupamento de Engenharia e Sistemas de Transporte), cujo objeto principal consiste no desenvolvimento de estudos e projetos. Da mesma forma, o Metro tem uma participação na TREM, ACE e na TREM II, ACE de 100% do capital das empresas, cujo objeto principal consiste na aquisição e locação de equipamento ferroviário para o ML.

O Metro detém ainda participações no capital da Metrocom, S.A. – Exploração de Espaços Comerciais (100%), da Publimetro, S.A. (40%), empresa para exploração publicitária de meios, nos veículos e espaços Metro, e na OTLIS – Operadores de Transportes da Região de Lisboa (Agrupamento Complementar de Empresas – 14,3%), cujo objeto principal é o desenvolvimento, implementação e gestão de novas tecnologias na área da bilhética sem contacto.

Importa salientar que, a Otlis é responsável pelo Sistema VIVA, prestando serviços a mais de duas dezenas de empresas nas áreas da mobilidade e transporte, sendo um agrupamento detido em partes iguais por Metropolitano de Lisboa, E.P.E., Companhia Carris de Ferro, S.A., CP - Comboios de Portugal, E.P.E., Transtejo/Soflusa, S.A., Barraqueiro Transportes, S.A., Transportes Sul do Tejo, S.A. e Rodoviária de Lisboa, S.A..

Ilustração 2: Empresas do Grupo ML



3.2. Ferconsult, S.A.

A Ferconsult S.A. é uma empresa multidisciplinar e especializada nas áreas de Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, que atua nos mercados nacional e internacional desde 1991. A empresa tem como acionista único o Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Participa ainda como membro em diversas associações nacionais e internacionais tais como a APPC (Associação Portuguesa de Projetistas e Consultores), LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil), e ALAMYS (Asociación Latino-Americana de Metros y Subterráneos).

A Ferconsult S.A. visa prosseguir as políticas da qualidade e ambiente, pelo que pretende desenvolver todas as suas atividades numa ótica de melhoria contínua, pautando-se pelos valores de rigor, qualidade, competência e inovação, rumo à excelência dos seus serviços e organização, assegurando a satisfação dos seus clientes, bem como a preservação e proteção do meio ambiente.

Assim, promovendo o compromisso de todos os seus colaboradores e fornecedores, bem como o envolvimento de toda a comunidade em que se insere, a Ferconsult assume para a obtenção destes objetivos, a responsabilidade de:

- VALORIZAÇÃO DOS COLABORADORES, promovendo o seu compromisso com os custos, prazos e qualidade dos serviços prestados, bem como com o desenvolvimento das melhores Práticas Ambientais e de uma Cultura de Segurança e Saúde, fornecendo a todos uma FORMAÇÃO adequada;
- CUMPRIMENTO DOS CONTRATOS, ambicionando exceder as expectativas dos Clientes, satisfazendo as suas exigências e Critérios de Carácter Ambiental e respeitando os Princípios Gerais de Prevenção e de Segurança nas diferentes abordagens e em todos os ciclos dos Projetos;
- CRIAÇÃO DE VALOR PARA O ACIONISTA e para a Sociedade em geral, através da participação em cadeias de valor acrescentado que potenciam o crescimento económico;

- Preferência por FORNECEDORES e parceiros que prossigam políticas de Sustentabilidade Ambiental e de Segurança e Saúde no Trabalho;
- ATUALIZAÇÃO DOS CONHECIMENTOS face à evolução tecnológica e à competitividade dos mercados atuais;
- RACIONALIZAÇÃO DOS CONSUMOS de energia e matérias-primas ao nível de combustíveis fósseis, eletricidade, água e papel, produção de resíduos, MELHORANDO A SUA GESTÃO de forma a prevenir as diversas formas de poluição associadas;
- Contribuição ativa para a diminuição das emissões de gases de efeito de estufa, através da promoção da MOBILIDADE SUSTENTÁVEL;
- MANUTENÇÃO DE CANAIS DE COMUNICAÇÃO simples e abertos para divulgação da sua política e principais resultados;
- AVALIAÇÃO periódica da eficácia do Sistema Gestão Integrado, com vista à melhoria contínua, rumo à Sustentabilidade.

3.3. Metrocom, S.A.

A Metrocom - Exploração de Espaços Comerciais, S.A., inicialmente criada sob a forma de um Agrupamento Complementar de Empresas (ACE), foi transformada em sociedade anónima em 28 de julho de 1993, A sua constituição resulta de uma parceria entre o Metropolitano de Lisboa, E.P, a Promo Metro - Commerces e Gestion, SA (sociedade francesa do grupo RATP), a SETEP – Sociedade Exploradora de Espaço e Tempo Comerciais, Lda., e dois pequenos acionistas, com uma ação cada, que viriam a ser alienadas a favor da SETEP em 20 de setembro de 1993. Por sua vez, no final de 1993, a SETEP alienou a sua posição à SETEPCOM - Espaços e Equipamentos Comerciais, SA.

A sociedade criada tinha na sua génese como objeto:

- A promoção e comercialização das lojas e espaços comerciais existentes ou a criar nas estações do metropolitano de Lisboa, existentes ou futuras, bem como nas demais instalações ou espaços sob jurisdição do Metropolitano de Lisboa, quer atuais quer futuras;
- A exploração e administração imobiliária das lojas, instalações e espaços comerciais;
- A promoção e organização de novas formas de comercialização de produtos nas referidas estações, instalações e espaços comerciais;
- A realização de estudos e prestação de serviços conexos com a promoção, exploração, administração e comercialização de espaços comerciais.

Entre os possíveis segmentos de negócio nas redes de transporte, e no âmbito do objeto social da Metrocom, ganha particular importância o que diz respeito ao retalho pela via da exploração comercial centrada em lojas, quiosques, máquinas de *vending* e ATMs. A ocupação de áreas, disponíveis na rede e compatíveis com a missão de um meio de transporte público como é o metro, também não são descuradas, procurando programar e organizar diversos eventos ocasionais como feiras do livro, colocação de carrinhos e instalação de *stands* de venda, entre outros.

Na prossecução dos seus objetivos, a Metrocom procura não se distanciar da dimensão pública inerente a este meio de transporte subterrâneo que é o metropolitano e do contributo que a sua atividade comercial pode dar, entre outros, ao aumento de receitas, à melhoria da imagem do serviço de transporte, ao aumento da segurança, ao aumento da procura e à atratividade da rede de transportes públicos.

Numa atitude proactiva procura clientes e conceitos de negócio que valorizem e dignifiquem os espaços comerciais acautelando sempre que possível a diversidade de atividades na mesma estação.

Ao mesmo tempo desenvolve uma política de proximidade com os seus clientes, auscultando as suas necessidades e pretensões, identificando as dificuldades e problemas, acautelando o encerramento de espaços, cessação de negócios

e incumprimentos e perspetivando soluções concertadas e compatíveis com a missão e os objetivos da empresa e as expectativas do acionista.

Em 2005, o Metropolitano de Lisboa adquiriu os 20% da participação acionista da Promo Metro e, em 2011, adquiriu à SETEPCOM idêntica posição acionista, passando a deter as ações representativas da totalidade do capital social da Metrocom.

Assim, e desde 18 de abril de 2011, o capital acionista da METROCOM, S.A. é detido na sua totalidade pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

3.4. TREM, A.C.E.

O TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E. foi constituído em 2 de março de 2000, tendo como objeto principal proceder à aquisição e locação de equipamento ferroviário que, eventualmente, venha a ser necessária ou a ter relação com o objeto principal.

As relações contratuais estabelecidas em 2000 pela TREM, nomeadamente o contrato de aluguer de carruagens celebrado com o ML e o contrato de financiamento celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD), o Banco Santander Totta, S.A. (BST) e o Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSNP) – que em maio de 2010 foi incorporado por fusão no BST assumindo todos os ativos e passivos do BSNP enquanto sociedade incorporada – foram mantidas sem qualquer alteração.

Em 2014 ocorreram as exonerações das entidades CGD e BST, sem haver lugar a qualquer pagamento ou reembolso das respetivas contribuições para o ACE, nos termos previstos nos números 3 e 4 do art.º 8º dos respetivos estatutos, pelo que o capital afeto se mantém inalterado.

3.5. TREM II, A.C.E.

O TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E. foi constituído em 21 de setembro de 2001, tendo como objeto principal proceder à aquisição e locação de equipamento ferroviário que, eventualmente, venha a ser necessária ou a ter relação com o objeto principal.

As relações contratuais estabelecidas entre 2001 e 2002 pelo TREM II, nomeadamente os contratos de aluguer de carruagens celebrado com o ML e os contratos de financiamento celebrados com a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD), o Caixa – Banco de Investimentos, S.A. (Caixa BI) e o Crédito Predial Português, S.A., que em dezembro de 2004 alterou a sua designação para Banco Santander Totta, S.A. (BST), foram mantidas sem qualquer alteração.

Em 2015 ocorreram as exonerações das entidades CGD e BST, sem haver lugar a qualquer pagamento ou reembolso das respetivas contribuições para o ACE, nos termos previstos nos números 3 e 4 do art.º 8º dos respetivos estatutos, pelo que o capital afeto se mantém inalterado.

4. Destaques do ano / Factos Relevantes no Grupo ML

4.1. Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

O ano de 2017 foi marcado pela implementação de medidas que visaram resolver vários condicionamentos resultantes dos constrangimentos financeiros verificados em anos anteriores.

Em 2017 concluiu-se o processo de separação das quatro empresas que representavam a "marca" *Transportes de Lisboa*, determinado pela aplicação da Lei n.º 22/2016, de 4 de agosto, que estabelece a total autonomia jurídica do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A., da Transtejo — Transportes do Tejo, S. A., e da Soflusa — Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.. A aplicação da referida Lei exigiu a implementação de uma nova estrutura organizacional na empresa, detalhada no ponto B deste relatório.

Em consequência, a empresa sofreu uma importante reorganização interna com vista à adequação dos seus objetivos. Retomou-se o investimento na infraestrutura e desbloqueou-se o processo de recuperação do material circulante, que tem vindo a permitir a sua adequação face aos níveis de procura e, consequentemente, reforçou-se a qualidade do serviço prestado ao cliente. Procedeu-se ao reforço do quadro de pessoal pela conclusão do processo de recrutamento externo de 30 agentes de tráfego e de recrutamento interno de 30 maquinistas.

Durante 2017 concretizou-se, também, a reorganização da empresa participada Ferconsult, que implicou a concentração dos seus serviços corporativos no Metropolitano de Lisboa e do foco da sua atividade em projetos para o Metropolitano de Lisboa.

No que se refere à remodelação de estações, é de destacar o arranque da obra na estação Arroios, que foi encerrada ao público em julho de 2017, com vista à ampliação dos cais de embarque da estação de 70 para 105 metros, de forma a permitir a circulação de comboios com 6 carruagens tendo-se, ainda, procedido ao início da requalificação e da modernização de algumas das estações, designadamente no tocante a iluminação, limpeza, refrescamento e melhoria equipamentos e de sinalética.

Em termos de expansão da rede, 2017 foi o ano em que se deu início ao Estudo de Viabilidade, Memória Descritiva e Justificativa do Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa para a ligação das linhas Amarela e Verde (Rato/Cais do Sodré).

Por outo lado, o Metropolitano de Lisboa retomou, de forma progressiva, a participação nas atividades internacionais, após um período de menor envolvimento nas organizações a que pertence, nomeadamente na União Internacional dos Transportes Públicos (UITP), na Associação Latino-Americana de Metros e Subterrâneos (ALAMYS) e no Grupo Nova de Benchmarking de Metros, com o objetivo de melhorar o posicionamento internacional, a imagem e a notoriedade do ML, fomentando o intercâmbio com empresas congéneres, nomeadamente com partilha de saber e experiências, permitindo a identificação, interiorização e adoção das melhores práticas internacionais do setor, em linha com os objetivos da Organização e das Empresas Participadas.

Em 2017, a receita tarifária (bilhetes, passes e cartões) ascendeu a 102,1 milhões de euros (IVA não incluído). No ano em referência, continuou a verificar-se uma recuperação económica e financeira do Metropolitano de Lisboa, que apresentou um EBITDA de cerca de 32,6 milhões de euros, tendo o resultado líquido do exercício atingido um valor de -24,5 milhões de euros, como consequência do endividamento da empresa e dos respetivos custos financeiros.

Esta recuperação é evidente face à evolução positiva destes indicadores, na comparação do ano de 2017 com o ano de 2016, refletida numa evolução do EBITDA de 24 milhões de euros para 32,6 milhões de euros e do resultado líquido de -44,1 milhões de euros para -24,5 milhões de euros, correspondendo a uma variação favorável, respetivamente de 36% e de 44%.

O Metropolitano de Lisboa cumpriu o objetivo determinado na lei do OE, de não agravamento superior a 3% dos níveis de endividamento do setor público empresarial, tendo a taxa de variação sido de 2,88%. O volume de negócios em 2017 foi de 109,4 milhões de euros (IVA não incluído). Nos próximos anos, estima-se que o volume de negócios continue a crescer a uma taxa média anual de cerca de 3,8%.

A aplicação deste conjunto diversificado de medidas deu, assim, início a um novo ciclo na vida do Metropolitano de Lisboa, o que se considera fundamental para o normal funcionamento da empresa e para o aumento da qualidade do serviço que diariamente é prestado ao Cliente. As medidas e ações realizadas em 2017 contribuíram para que o Metropolitano de Lisboa preste um serviço com elevados níveis de qualidade, procurando superar desafios e aproveitar novas oportunidades, através do desenvolvimento de projetos que possibilitem a implementação de soluções inovadoras de transporte e de mobilidade.

4.2. Ferconsult, S.A.

Na sequência de uma análise à organização e ao modo de funcionamento da empresa, aos resultados financeiros obtidos nos últimos anos, aos recursos humanos existentes, à carteira de trabalhos e às perspetivas de mercado e, tendo, também, presente as necessidades do acionista para os próximos anos, onde o conhecimento e a experiência da Ferconsult são fundamentais para o sucesso da missão cometida ao Metropolitano de Lisboa na expansão da sua rede, os objetivos estratégicos para a Ferconsult, de acordo com o cenário de desenvolvimento determinado pelo acionista, após o estudo elaborado por um consultor externo, sofreram uma mudança de foco relativamente aos que têm vindo a ser estabelecidos em anos anteriores.

O ano 2017 caracterizou-se pela diminuição da atividade produtiva, essencialmente no mercado Internacional, registando um Volume de Negócios de aproximadamente 2,2 milhões de euros€, que representou uma redução de cerca de 60% face ao ano anterior.

Em consequência, a Ferconsult iniciou, em 2017, um processo de reorganização focando a atividade da empresa no reforço do apoio às necessidades do ML. Assim, a atividade interna (ML e outros) contribuiu com 34,4% da produção total, face aos 8,9% do ano anterior.

Nos resultados obtidos impacta já, ainda que de forma ténue, a estratégia que se procura prosseguir de recentrar a atividade da empresa no apoio às necessidades do ML, conforme definido no plano de reorganização.

Em 2017, a Ferconsult procurou, também, assegurar, com qualidade, os compromissos internacionais da empresa, tendo mantido os contratos em curso na Argélia e no Brasil, em consórcio com empresas portuguesas e no âmbito do Ensitrans, os quais respeitou, assegurando a qualidade no seu produto e o cumprimento dos prazos. Um dos aspetos relevantes centrou-se no desenvolvimento de diversos contactos com os seus clientes no sentido do recebimento atempado do trabalho realizado.

A Ferconsult continuou, em 2017, a analisar diversas oportunidades que surgiram no mercado nacional, interessantes do ponto de vista empresarial e que poderão vir a corresponder no futuro às competências que possuí e aos recursos disponíveis em cada ocasião, sem colocar em causa a clara orientação do acionista para a prioridade absoluta no apoio às suas necessidades mais prementes.

De realçar a adjudicação da IP-Infraestruturas de Portugal para o Projeto da Prestação de Serviços de Fiscalização e Apoio de Gestão de Nine Viana.

Em 2017 foi extinta a direção corporativa, cujas tarefas passaram a ser asseguradas pelas direções do acionista, tendo sido cedidos ao acionista trabalhadores da Ferconsult para colmatar necessidades pontuais originadas pelo acréscimo destas funções.

Assistiu-se, ainda, em linha com o plano de reorganização definido, a uma redução efetiva do quadro de pessoal, no total de 19 colaboradores, conforme detalhado no ponto E.3.2. (Desempenho Social – Ferconsult, S.A.).

4.3. Metrocom, S.A.

No decurso do exercício de 2017 não existiram fatores que pudessem, direta ou indiretamente, ter alterado de um modo significativo a atividade comercial da Metrocom.

No que se refere ao número de passageiros transportados verificou-se uma subida acentuada relativamente ao ano anterior da ordem dos 5,4%, como notam os dados oficiais, com um registo de cerca de 160 milhões.

O aumento de procura deste meio de transporte e a melhoria do poder de compra contribuiu, certamente, para recuperação da atividade comercial dos lojistas instalados, proporcionando-lhes um maior conforto para cumprimento das obrigações estabelecidas com a Metrocom, de modo que no final do ano não se observam grandes incumprimentos.

Os espaços localizados em estações que se têm revelado menos atrativas para o comércio mantiveram o mesmo nível dos anos anteriores. É o caso das estações de Jardim Zoológico/Norte, Picoas, Restauradores/Norte, Olaias, Olivais e Chelas, cujas lojas continuam a revelar pouca atratividade.

5. Principais Indicadores

5.1. Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Quadro 1 – Painel de Indicadores ML

INDICADORES DE ATIVIDADE		2017	2016	2015	Var. 2017/2016 Abs	Var. 2017/2016 %
INDICADORES DE PROCURA						
PT (Passageiros Transportados) (comparáveis com 2016)*	10^3	161 490	153 191	142 704	8 300	5,4
PKT (Passageiros x km) (comparáveis com 2016)*	10^3	777 684	735 161	685 636	42 523	5,8
INDICADORES DE OFERTA						
LKO (Lugares x km)	10^6	3 178	3 039	2 865	139	4,6
QUALIDADE DE SERVIÇO						
Regularidade	%	79,1	80,5	84,6	-	(1,4) p.p.
Taxa de Ocupação	%	24,5	24,2	23,9	-	0,3 p.p.
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA						
Consumo de Energia de tração por carruagem x km	kWh	1,91	1,83	1,75	0,09	4,7
INDICADORES DE RH						
Volume de Emprego (RCM n.º16/2012)	Un.	1 424	1 401	1 407	23	1,6
Número médio de efetivos	Un.	1 397	1 369	1 408	28	2,1
Massa Salarial	m€	49 812	44 741	44 742	5 071	11,3
ESTRUTURA ACIONISTA						
Total do Capital Social	M€	2 368,6	2 176,5	1 818,1	192	8,8
Cap. Social detido pelo Estado	%	100	100	100	-	0,0 p.p.
SITUAÇÃO PATRIMONIAL						
Ativo não corrente	M€	5 235,5	5 229,1	5 092,3	6,5	0,1
Ativo corrente	M€	77,2	77,9	78,0	(0,6)	(0,8)
Total Ativo	**M€**	**5 312,8**	**5 307,0**	**5 170,3**	**5,8**	**0,1**
Capital Próprio	M€	603,3	412,6	107,2	190,7	46,2
Passivo	M€	4 709,5	4 894,4	5 063,1	(184,9)	(3,8)
Total Capital Próprio e Passivo	**M€**	**5 312,8**	**5 307,0**	**5 170,3**	**5,8**	**0,1**
INVESTIMENTOS	**M€**					
Infraestruturas de Longa Duração	M€	2,0	5,2	13,4	(3,3)	(62,5)
Outros Investimentos	M€	1,4	0,2	0,6	1,3	706,0
DESPESA DE INVESTIMENTO	**M€**	**3,4**	**5,4**	**14,0**	**(2,0)**	**(37,2)**
INDICADORES DE ESTRUTURA	**M€**					
Passivo Remunerado	M€	3 441	3 487	3 724	(46,5)	(1,3)
Autonomia Financeira %	%	11,36	7,77	2,07	-	3,6 p.p.
Solvabilidade %	%	12,81	8,43	2,12	-	4,4 p.p.
INDICADORES FINANCEIROS	**M€**					
Prazo médio de pagamentos (PMP)	Dias	19	22	20	(3)	(13,6)
Volume de Negócios	M€	109,4	101,2	93,8	8,2	8,1
EBITDA *(corrigido)* [1]	M€	(4,23)	1,26	(7,21)	(5,49)	(434,5)
Margem do EBITDA *(corrigida)*	%	(3,86)	1,25	(7,69)	-	(5,1) p.p.
Rendimentos Operacionais *(corrigidos)* [2]	M€	114,16	106,30	105,71	7,86	7,4
Gastos Operacionais *(corrigidos)* [3]	M€	118,39	105,04	112,92	13,35	12,7
Gastos Operacionais *(corrigidos)* **por Passageiro Transportado**	€	0,73	0,69	0,79	0,05	6,9
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais *(corrigidos)*	%	96,43	101,20	93,61	-	(4,8) p.p.

1) Exclui as rubricas infra identificadas nas notas 2) e 3)

2) Exclui Reversões, Ajustamentos e Subsídios ao investimento

3) Exclui Provisões + Ajustamentos + Amortizações

** Valor de Pass.km reexpresso para 2015, de modo a serem comparáveis com 2016, ano em que se passou a utilizar a taxa de fraude detetada*

5.2. Ferconsult, S.A.

Quadro 2 – Painel de Indicadores Ferconsult

INDICADORES DE ATIVIDADE		2017	2016	2015	Var. 2017/2016 Abs	Var. 2017/2016 %
INDICADORES DE PRODUÇÃO						
% Horas Trabalhadas Mercado Nacional	%	75,4	23,0	12,0	-	52,4 p.p.
% Horas Trabalhadas Mercado Internacional	%	24,6	77,0	88,0	-	(52,4) p.p.
ATIVIDADE COMERCIAL						
Volume Negócios Mercado Nacional	m€	753,6	498,0	450,5	255,6	51
Volume Negócios Mercado Internacional	m€	1.437,1	5.038,7	7.472,9	-3.601,6	-71
INDICADORES DE RH						
Volume de Emprego (RCM n.º16/2012)[1]	Un.	71	102	130	(31)	(30,4)
Número médio de efetivos	Un.	70	81	84	(11)	(13,6)
Massa Salarial	m€	2 212	2 870	3 639	(659)	(23,0)
ESTRUTURA ACIONISTA						
Total do Capital Social	m€	1 000,0	1 000,0	1 000,0	0,0	0,0
Cap. Social detido pelo ML	%	100	100	100	-	0,0 p.p.
SITUAÇÃO PATRIMONIAL						
Ativo não corrente	m€	309,8	1 101,3	1 093,1	(791,4)	(71,9)
Ativo corrente	m€	5 256,3	7 447,5	8 047,3	(2 191,2)	(29,4)
Total Ativo	M€	5 566,2	8 548,8	9 140,3	(2 982,6)	(34,9)
Capital Próprio	m€	(2 456,1)	(885,3)	1 335,3	(1570,8)	177,4
Passivo	m€	8 201,7	9 434,2	7 805,1	(1232,4)	(13,1)
Total Capital Próprio e Passivo	m€	5 745,6	8 548,8	9 140,3	(2 803,2)	(32,8)
INDICADORES DE ESTRUTURA	m€					
Autonomia Financeira %	%	-44,1	-8,9	14,6	-	(35,2) p.p.
Solvabilidade %	%	-29,9	-8,2	17,1	-	(21,7) p.p.
INDICADORES FINANCEIROS	m€					
Volume de Negócios	m€	2 190,7	5 536,7	7 923,4	(3 346,0)	(60,4)
EBITDA	m€	(1 526,5)	(2 142,4)	(1 440,9)	616,0	28,8
Margem do EBITDA	%	(0,70)	(0,39)	(0,18)	-	(0,3) p.p.
Rendimentos Operacionais	m€	2 673,5	5 613,8	8 212,2	(2 940,3)	(52,4)
Gastos Operacionais	m€	4 233,4	7 756,2	9 653,1	(3 522,8)	(45,4)
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais *(corrigidos)*	%	63,15	72,38	85,07	-	(9,2) p.p.

1) Conforme alínea n.º 6 da RCM n.º 16/2012, são considerados os trabalhadores colocados fora do território nacional e os prestadores de serviços com trabalho efetivo superiror a 3 meses.

5.3. Metrocom, S.A.

Quadro 3 – Painel Indicadores Metrocom

INDICADORES DE ATIVIDADE		2017	2016	2015	Var. 2017/2016 Abs	Var. 2017/2016 %
ATIVIDADE COMERCIAL						
Volume Negócios Linha Azul	m€	1 024	884	834	140	15,8
Volume Negócios Linha Amarela	m€	939	957	912	(18)	(1,9)
Volume Negócios Linha Verde	m€	170	158	167	12	7,4
Volume Negócios Linha Vermelha	m€	557	523	521	33	6,4
INDICADORES DE RH						
Volume de Emprego (RCM n.º16/2012)*	Un.	7	8	8	(1)	(12,5)
Número médio de efetivos	Un.	5	5	6	0	0,0
Massa Salarial	m€	173	160	180	13	8,1
ESTRUTURA ACIONISTA						
Total do Capital Social	m€	750,0	750,0	750,0	0,0	0,0
Cap. Social detido pelo ML	%	100	100	100	-	0,0 p.p.
SITUAÇÃO PATRIMONIAL						
Ativo não corrente	m€	8,7	10,3	11,9	(1,6)	(15,9)
Ativo corrente	m€	3 546,4	3 660,5	3 150,3	(114,1)	(3,1)
Total Ativo	m€	3 555,1	3 670,8	3 162,2	(115,8)	(3,2)
Capital Próprio	m€	2 871,8	2 620,1	2 334,9	251,6	9,6
Passivo	m€	683,3	1 050,7	827,3	(367,4)	(35,0)
Total Capital Próprio e Passivo	M€	3 555,1	3 670,8	3 162,2	(115,8)	(3,2)
INDICADORES DE ESTRUTURA						
Autonomia Financeira %	%	80,78	71,38	73,84	-	9,4 p.p.
Solvabilidade %	%	420,28	249,37	282,22	-	170,9 p.p.
INDICADORES FINANCEIROS						
Volume de Negócios	m€	2 688,5	2 521,8	2 434,3	166,7	6,6
EBITDA	m€	325,12	368,37	328,94	(43,2)	(11,7)
Margem do EBITDA	%	120,93	146,08	135,12	-	(25,1) p.p.
Rendimentos Operacionais	m€	2 802,8	2 616,4	2 537,6	186,4	7,1
Gastos Operacionais	m€	2 479,3	2 249,4	2 220,5	230,0	10,2
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais	%	113,05	116,32	114,28	-	(3,3) p.p.

*Os valores de 2016 e 2015 foram reexpressos dado não terem sido considerados 2 trabalhadores que têm uma avença com a entidade

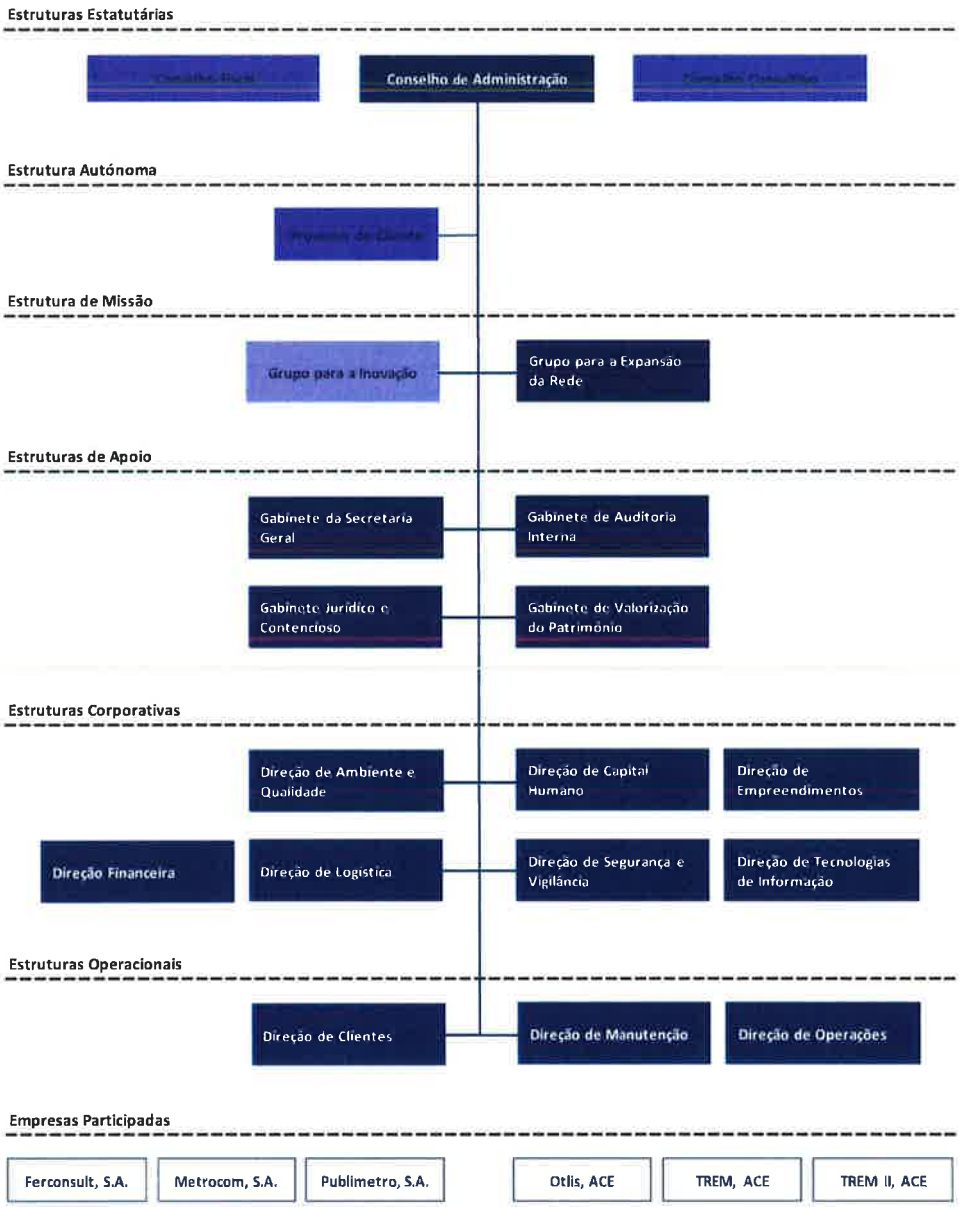
B. Estrutura de Governance

1. Órgãos Sociais

1.1. Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Com a nomeação de um novo Conselho de Administração em RCM n.º 16/2017, de 16 de janeiro, exclusivo para o ML, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017, e de forma a dar uma melhor reposta ao novo enquadramento legislativo, a partir do 2.º trimestre de 2017 foi implementado um novo modelo organizacional na empresa.

Ilustração 3: Organograma



São órgãos sociais do Metropolitano de Lisboa, o **Conselho de Administração**, o **Conselho Fiscal**, o **Revisor Oficial de Contas** ou uma sociedade de revisores oficiais de contas e o **Conselho Consultivo**[2].

Quadro 4 – Identificação dos membros do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Formação Académica	Pelouros
2017-2019	Presidente	Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	PADE – AESE - Escola de Negócios MBA em Gestão Internacional - Universidade Católica Portuguesa Licenciatura em Engenharia Civil - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	Grupo para a Inovação (GPI) Gabinete da Secretaria Geral (GSG) Gabinete de Auditoria Interna (GAI) Gabinete de Valorização do Património (GVP) Direção de Tecnologias de Informação (DTI)
2017-2019	Vogal	Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	- Mestrado em Gestão - Universidade Lusíada de Lisboa - Licenciatura em Gestão - Universidade Lusíada de Lisboa	Direção Financeira (DFI) Direção de Clientes (DCL) Direção de Operação (DOP)
2017-2019	Vogal	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	- Doutoramento - Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães; - Mestrado - Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães; - Pós-Graduação - Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães - Licenciatura em Engenharia Civil - Universidade de Coimbra, Fac. de Ciências e Tecnologia, Coimbra	Grupo para a Expansão da Rede (GER) Direção de Segurança e Vigilância (DSV) Direção de Ambiente e Qualidade (DAQ) Direção de Empreendimentos (DEM) Direção de Manutenção (DMT)
2017-2019	Vogal	Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis	Doutorando em Gestão Empresarial Aplicada (Doctor of Business Administration) - ISCTE-IUL,Business School (desde 2007); Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-empresariais - Faculdade de Direito de Coimbra (1995); Licenciatura em Direito - Universidade de Coimbra (1990); Pós-graduações: Regulação Pública - CEDIPRE-FD Coimbra; Direito Industrial - APDI-FD Lisboa; Finanças Empresariais - AESE, Escola de Direção e Negócios; Contratação Pública - CEDIPRE-FD, Coimbra; Programas de estudos superiores: "Direito dos Negócios", no Institut des Droit des Affaires - Université d'Aix-Marseille; "Regulação Económica" - P.A.I. e Bath School of Management; "IME", Kennedy School of Government - Harvard University.MBA	Gabinete Jurídico e Contencioso (GJC) Direção de Logística (DLO) Direção de Capital Humano (DCH)

Quadro 5 – Identificação do Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma (1)	Data
2017-2019	Presidente	Dr. José Carlos Pereira Nunes	DC SETF e SEAMB	11-01-2017
2017-2019	Vogal Efetivo	Dra. Cristina Maria Pereira Freire	DC SETF e SEAMB	11-01-2017
2017-2019	Vogal Efetivo	Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda	DC SETF e SEOPTC	11-01-2017
2017-2019	Vogal Suplente	Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais	DC SETF e SEOPTC	11-01-2017

(1) De acordo com o Despacho Conjunto de 11 de Janeiro de 2017 do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e Finanças e do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente.

[2] A nomeação de uma comissão executiva é uma faculdade do Conselho de Administração, a sua constituição não é, nos termos do n. 2 do artigo 4.º dos Estatutos do ML, obrigatória. A atual administração não nomeou uma comissão executiva.

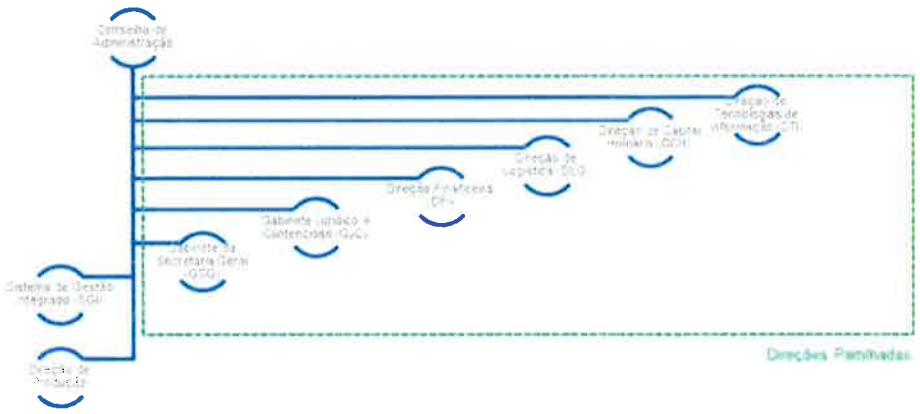
Quadro 6 – Identificação do Revisor Oficial de Contas do Metropolitano de Lisboa

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação	
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma	Data
	SROC	Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda. representada por:	74	20161409		
2015-2017	ROC Efetivo	Dr. José Luís Areal Alves da Cunha	585	20160240	Despacho	18-03-2015
	ROC Suplente	Dr. Abílio Ançã Henriques	413	20160121		

1.2. Ferconsult, S.A.

A estrutura organizacional da Ferconsult é conforme o seguinte organograma:

Ilustração 4 – Organograma Ferconsult



São órgãos sociais da empresa a **Assembleia Geral**, o **Conselho de Administração** e o **Fiscal Único**.

Quadro 7 - Identificação dos membros do Conselho de Administração da Ferconsult

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Formação Académica
2015-2017	Presidente	Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	- PADE – AESE - Escola de Negócios - MBA em Gestão Internacional - Universidade Católica Portuguesa - Licenciatura em Engenharia Civil - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
2015-2017	Vogal	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	- Doutoramento - Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães; - Mestrado - Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães; - Pós-Graduação - Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães - Licenciatura em Engenharia Civil - Universidade de Coimbra, Fac. de Ciências e Tecnologia, Coimbra
2017-2019	Vogal	Eng.º João Mário Simões Viana	- Licenciatura em Engenharia Civil, pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa

Quadro 8 - Identificação dos membros da Mesa da Assembleia Geral da Ferconsult

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Eleição
2015-2017	Presidente	Dra. Filipa Alexandra Queirós Cardoso Aires Bandeira de Melo	28-09-2012
2015-2017	Secretário	Dr. Luís Miguel Vale do Couto	08-01-2016

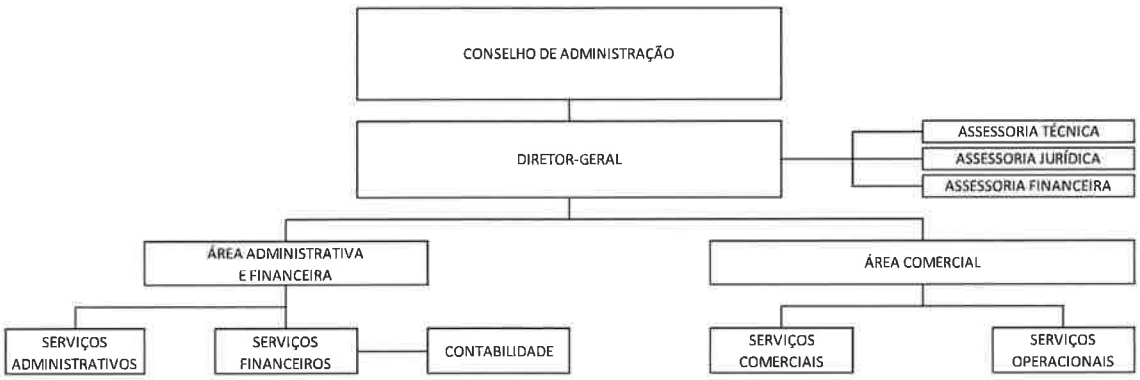
Quadro 9 – Identificação do Fiscal Único da Ferconsult

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Eleição	
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	Forma	Data
2017-2019	SROC	BDO & Associados, SROC	29	Ass. Geral	31-10-2017
	Fiscal Único Efetivo	Dr. João Paulo Torres Cunha Ferreira	956		
	Fiscal Único Suplente	Dr. Emanuel Mota Gonçalves Pereira	1025		

1.3. Metrocom, S.A.

A estrutura organizacional da Metrocom é conforme o seguinte organograma:

Ilustração 5 - Organograma Metrocom



São órgãos sociais da empresa a **Assembleia Geral**, o **Conselho de Administração** e o **Fiscal Único**.

Quadro 10 - Identificação dos membros do Conselho de Administração da Metrocom

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Formação Académica
2015-2017	Presidente	Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	- PADE – AESE - Escola de Negócios - MBA em Gestão Internacional - Universidade Católica Portuguesa - Licenciatura em Engenharia Civil - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
2015-2017	Vogal	Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	- Mestrado em Gestão - Universidade Lusíada de Lisboa - Licenciatura em Gestão - Universidade Lusíada de Lisboa
2015-2017	Vogal	Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis	Doutorando em Gestão Empresarial Aplicada (Doctor of Business Administration) - ISCTE-IUL,Business School (desde 2007); Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-empresariais - Faculdade de Direito de Coimbra (1995); Licenciatura em Direito - Universidade de Coimbra (1990); Pós-graduações: Regulação Pública - CEDIPRE-FD Coimbra; Direito Industrial - APDI-FD Lisboa; Finanças Empresariais - AESE, Escola de Direção e Negócios; Contratação Pública - CEDIPRE-FD, Coimbra; Programas de estudos superiores: "Direito dos Negócios", no Institut des Droit des Affaires - Université d'Aix-Marseille; "Regulação Económica" - P.A.I. e Bath School of Management; "IME", Kennedy School of Government - Harvard University.MBA

Quadro 11 – Identificação dos membros da Mesa Assembleia Geral da Metrocom

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Eleição
2015-2017	Presidente	Dra. Filipa Alexandra Queirós Cardoso Aires Bandeira de Melo	30-01-2017
2015-2017	Secretário	Dr. Luís Miguel Vale do Couto	30-01-2017

Quadro 12 – Identificação do Fiscal Único da Metrocom

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Eleição	
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	Forma	Data
2015-2017	SROC	BDO & Associados, SROC	29	Ass. Geral	30-01-2017
	Fiscal Único Efetivo	António Pina Fonseca	949		
	Fiscal Único Suplente	Mário Silvestre Neto	1192		

2. Políticas e mecanismos de gestão

2.1. Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Modelo de Governo

São órgãos sociais do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas e o Conselho Consultivo, nos termos dos Estatutos da Empresa.

1. Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa são nomeados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes (cf. n.º 1 do artigo 4º dos seus Estatutos).

O Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, para o mandato 2017-2019, foi nomeado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2017 (D.R. 1.ª série – n.º 11, de 16 de janeiro de 2017). Os atuais membros do Conselho de Administração entraram em funções a 1 de janeiro de 2017.

2. Conselho Fiscal

Nos termos do n.º 1 do artigo 13.º dos estatutos do Metropolitano de Lisboa, a fiscalização é constituída por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas (ROC) ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) que não seja membro daquele órgão. O Conselho Fiscal é constituído por três membros efetivos e um suplente, sendo um deles o Presidente (cf. n.º 2 do artigo 13º).

Os membros do Conselho Fiscal são nomeados por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes, por um período de três anos, renovável até ao máximo de três vezes (cf. n.º 3 do artigo 13.º).

O Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa, para o mandato 2017-2019, foi nomeado por Despacho Conjunto dos Senhores Secretários de Estado Adjuntos de Tesouro e Finanças (SETF) e do Ambiente (SEAMB), de 11 de janeiro de 2017.

3. Revisor Oficial de Contas

De acordo com o n.º 3 do artigo 14.º dos estatutos do Metropolitano de Lisboa, compete ao revisor oficial de contas o dever de proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legais de contas, bem como exercer as seguintes funções:

a) Verificar da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe sirvam de suporte;

b) Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie de bens ou valores pertencentes ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E., ou pela empresa recebidos em garantia, depósito ou outro título;

c) Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;

d) Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E., conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;

e) Participar nas reuniões do conselho fiscal, quando convocado pelo seu presidente.

4. Conselho Consultivo[3]

De acordo com o artigo 16.º dos estatutos do Metropolitano de Lisboa, ao Conselho Consultivo compete apreciar os planos de atividade de natureza anual e plurianual, bem como o relatório de atividades; pronunciar-se sobre a expansão das linhas de metropolitano existentes e sobre a instalação e a exploração de novas linhas de metropolitano; emitir recomendações tendo em vista a melhoria da prestação do serviço público de transporte por metropolitano e pronunciar-se sobre outros assuntos, relacionados com a atividade do Metropolitano de Lisboa, que lhe sejam submetidos pelo presidente, pela maioria dos seus membros, ou cuja apreciação seja solicitada pelo conselho de administração.

O artigo 15.º dos estatutos refere que o Conselho Consultivo é composto por:

a) Dois representantes nomeados pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes;

b) Um representante indicado pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P.;

c) Um representante indicado pela Área Metropolitana de Lisboa;

d) Um representante indicado pela Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa;

e) Um representante indicado por cada uma das câmaras municipais onde se situe a rede de transporte público do ML, E.P.E.;

f) Um representante eleito pelos trabalhadores do ML, E.P.E.;

g) O provedor do Metropolitano de Lisboa;

h) Um representante do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P.;

i) Um representante da Autoridade Nacional de Proteção Civil.

O conselho consultivo é presidido pelo representante dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes que para tal seja designado, no respetivo despacho conjunto de nomeação, sendo o seu mandato de três anos.

O exercício do cargo de membro do conselho consultivo não é remunerado, sem prejuízo do pagamento de ajudas de custo, se forem devidas, as quais são suportadas pelas entidades públicas que designaram os seus representantes e, nos restantes casos, pelo ML, E.P.E.

Estatuto Remuneratório

A remuneração dos administradores do Metropolitano de Lisboa resulta da classificação prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 9 de fevereiro, cujos efeitos foram prorrogados para o ano de 2017 pelo artigo 134.º, alínea o), do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março.

O artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 8/2012 de 18 de janeiro determina no seu ponto 1 que "*A remuneração dos gestores públicos integra um vencimento mensal que não pode ultrapassar o vencimento mensal do primeiro-ministro*",

[3] A nomeação de uma comissão executiva é uma faculdade do Conselho de Administração, a sua constituição não é, nos termos do n. 2 do artigo 4.º dos Estatutos do ML, obrigatória. Caso não seja nomeada uma comissão executiva, todos os membros do Conselho de Administração são executivos. A atual administração não nomeou uma comissão executiva pelo que, todos os seus membros são executivos.

acrescida de um abono mensal para despesas de representação no valor de 40% do vencimento, pago 12 vezes ao ano. Os administradores auferem apenas uma remuneração e não beneficiam de qualquer abono adicional em virtude da acumulação de funções.

Os membros executivos do Conselho de Administração auferem, ainda, as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

a. Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;

b. O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro);

c. Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00€.

O estatuto remuneratório dos elementos do Conselho Fiscal, designado para o mandato 2017-2019, foi determinado pelo Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e do Ministério do Ambiente, de 11-01-2017.

A remuneração anual ilíquida do Revisor Oficial de Contas é a constante do contrato de prestação de serviços celebrado entre o METRO e a Sociedade Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em 18 de março de 2015, a qual cumpre o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração global mensal ilíquida atribuída, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração da Empresa, de acordo com o estabelecido nos artigos 59.º e 60.º dos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

2.2. Ferconsult, S.A.

Modelo de Governo

São órgãos sociais da empresa a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único.

Os membros do Conselho de Administração da Ferconsult são eleitos trienalmente em Assembleia Geral e reelegíveis uma ou mais vezes, conforme n.º 1 do artigo 13.º do seu Contrato de Sociedade.

Nos termos do Contrato de Sociedade da Ferconsult, o Conselho de Administração da Ferconsult é composto por um número ímpar de membros efetivos, de três ou cinco, cujo mandato tem a duração de três anos, renovável, sem limite de renovações. A 9 de janeiro de 2017, foi eleito em assembleia geral o novo Conselho de Administração da Ferconsult, para conclusão do mandato em curso (triénio 2015 / 2017).

De acordo com o Contrato de Sociedade (art.º 9.º), *"A mesa da assembleia geral será composta por um presidente e um secretário, os quais poderão não ser acionistas, eleitos pela assembleia por um período de três anos e reelegíveis uma ou mais vezes."*

Nos termos dos estatutos da Ferconsult, a fiscalização da sociedade é exercida por um Fiscal Único Efetivo e um Fiscal Único Suplente, eleitos nos termos legais por um período de três anos e reelegíveis uma ou mais vezes (cf. artigo 20.º dos Estatutos).

Estatuto Remuneratório

A remuneração dos administradores da FERCONSULT resulta da classificação prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de Fevereiro. Esta remuneração é a correspondente à classificação C, atribuída à FERCONSULT, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de Março.

A remuneração dos membros dos órgãos sociais é aprovada em Assembleia Geral. A remuneração dos dirigentes é aprovada pelo Conselho de Administração.

Os órgãos de administração da Ferconsult são remunerados nos termos do Estatuto do Gestor Público e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de Fevereiro e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de Março.

Até à eleição de 12 de maio de 2016 todos os administradores eram simultaneamente administradores do acionista único, a empresa Metropolitano de Lisboa, E.P.E., pelo que não receberam qualquer remuneração pelo desempenho dos respetivos cargos na empresa.

Após a assembleia de geral de 12 de maio de 2016, apenas o vogal Eng.º João Mário Simões Viana não era em simultâneo administrador do acionista, sendo o único a receber a remuneração correspondente ao desempenho das suas funções de administrador da Ferconsult.

2.3. Metrocom, S.A.

Modelo de Governo

Com base nos Estatutos da sociedade, a estrutura de administração e fiscalização assenta num sistema composto por um Conselho de Administração e um Fiscal Único. Os membros dos órgãos sociais, neles incluindo a Mesa da Assembleia Geral são designados, por eleição, em assembleia geral para um mandato de três anos, renovável. No atual modelo de governo, o Conselho de Administração é composto por três elementos, sendo um deles o Presidente e os restantes vogais.

Estatuto Remuneratório

Os órgãos sociais, Mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Fiscal Único, exercem o cargo para o qual foram designados, por eleição, sem qualquer remuneração, regalias, compensações ou recurso a cartão de crédito.

Os membros do Conselho de Administração integram simultaneamente o órgão de gestão da empresa-mãe, Metropolitano de Lisboa, E.P.E., e acumulam as funções de gestão sem remuneração e sem benefícios sociais, e sem qualquer tipo de regalias e compensações por parte da Metrocom.

O Fiscal Único é simultaneamente ROC da Empresa e nesta qualidade tem uma remuneração anual efetiva de 5.700,00 euros.

2.4. TREM A.C.E.

Modelo de Governo

São órgãos sociais da empresa a Assembleia Geral e o Conselho de Administração.

Nos termos do artigo 12º a Assembleia geral do agrupamento é constituída pelos agrupados ou por um representante de cada um e reúne sempre que convocada por qualquer um deles mediante carta registada com aviso de receção enviada com antecedência mínima de 30 dias.

O Conselho de Administração é composto por 3 três elementos, eleito em Assembleia Geral nos termos dos Estatutos do Agrupamento Complementar de Empresas, e conforme n.º 1 do artigo 13.º.

Estatuto Remuneratório

Os membros do Conselho de Administração e da Assembleia Geral não auferem qualquer remuneração.

2.5. TREM II A.C.E.

Modelo de Governo

São órgãos sociais da empresa a Assembleia Geral e o Conselho de Administração.

Nos termos do artigo 12º a Assembleia geral do agrupamento é constituída pelos agrupados ou por um representante de cada um e reúne sempre que convocada por qualquer um deles mediante carta registada com aviso de receção enviada com antecedência mínima de 30 dias.

O Conselho de Administração é composto por 3 três elementos, eleito em Assembleia Geral nos termos dos Estatutos do Agrupamento Complementar de Empresas.

Estatuto Remuneratório

Os membros do Conselho de Administração e da Assembleia Geral não auferem qualquer remuneração.

C. Estratégia

1. Objetivos Estratégicos

1.1. Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

O Metropolitano de Lisboa definiu três eixos estratégicos de atuação que dão corpo aos objetivos macro do Grupo.

Os objetivos estratégicos da empresa prendem-se com a promoção da mobilidade sustentável, reforçando o uso do transporte público em geral e do Metropolitano de Lisboa enquanto solução de mobilidade, a recuperação de intervenções de manutenção no material circulante e na infraestrutura minimizando o risco de avarias, a expansão da rede através da criação de uma linha circular no centro urbano e a melhoria do desempenho ambiental nomeadamente ao nível da gestão dos recursos naturais.

Apresentam-se de seguida as medidas definidas para atingir os objetivos e a sua afetação a cada um dos eixos de atuação definidos:

Eixo I – Qualidade

- Reforço da oferta em todas as linhas da rede, pela necessidade de responder ao aumento da procura, complementada com o crescente número de turistas que procuram o meio de transporte metro;
- Estão em estudo a implementação de medidas com vista a manter uma maior regularidade de serviço, designadamente, a possibilidade de circular a 60 km/h quando seja necessário;
- Desenvolvimento de projetos de ampliação, reabilitação e melhoria de acessibilidades das infraestruturas e instalações do Metro;
- Desenvolvimento de projetos de expansão e remodelação da rede de Metro, nomeadamente no que se refere ao prolongamento Rato-Cais do Sodré (com previsão de abertura à exploração para 2022/2023);
- Reforço do quadro de pessoal em 2018, com especial relevo para as áreas da manutenção e das estações;
- Reposição de *stocks* essenciais ao cumprimento das intervenções preventivas/programadas e corretivas do Material Circulante de forma a garantir a recuperação do material circulante imobilizado.

Eixo II – Segurança

- Recuperação de intervenções programadas no Material Circulante e Infraestruturas;
- Modernização do sistema de sinalização, cuja primeira fase, incidirá sobre a linha azul e ligação aos PMO II e III;
- Substituição do sistema de portas pneumáticas da série ML 90 por portas elétricas;
- Revisão do sistema de portas elétricas das restantes séries;
- Investimento num novo sistema de controlo e comando de tráfego;
- Renovação do sistema de videovigilância centralizada, e implementação de sistema de deteção de descida à via em estação;
- Aumento da visibilidade dos vigilantes que estão ao serviço da rede ML.

Eixo III – Responsabilidade

1. **Económica**
   - Reforço da oferta de serviços complementares / exploração de potencialidade e espaços comerciais nas Estações;

- Desenvolver sistemas de pagamento de títulos de transporte universais, nomeadamente pela possibilidade de utilização do cartão multibanco nos canais de acesso à rede;
- Aumento da receita tarifária por via do aumento da procura, quer de passageiros ocasionais, quer de passageiros correntes, em sequência da melhoria da prestação de serviços e da compatibilização da mesma com as atuais necessidades do cliente.

2. **Social**
   - Restabelecimento das condições de trabalho e empregabilidade, no âmbito da responsabilidade social da empresa;
   - Reforçar e uniformizar os descontos em títulos de transporte para determinado segmento de cliente.
3. **Ambiental**
   - Prossecução de medidas de eficiência energética alinhadas com o compromisso de mobilidade sustentável;
   - Remodelação do sistema climatização dos edifícios administrativos, através da substituição de equipamentos obsoletos por outros energeticamente mais eficientes;
   - Substituição do sistema iluminação quer nos edifícios administrativos quer nas estações por lâmpadas LED;
   - Substituição de veículos de combustão por veículos elétricos.

Destaca-se o objetivo de recuperar as intervenções programadas no Material Circulante e Infraestruturas, como condição essencial para reestabelecer os níveis de qualidade e cumprimento da oferta do serviço público atualmente comprometido.

Complementarmente, outro dos objetivos estratégicos para o Grupo ML, é a alteração do foco da atividade da Ferconsult para os projetos da empresa-mãe, conforme referido no ponto A.4.2 (*Destaques do ano / Factos Relevantes*).

1.2. Ferconsult, S.A.

Com o crescimento da economia portuguesa e o reiniciar dos planos de expansão do ML, cujos recursos existentes não são suficientes para responder às necessidades dos projetos das mais diversas especialidades, e tendo em conta o *know-how* da sua participada Ferconsult e as alterações do código de contratação pública, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2018, poderá assim restabelecer-se a relação *in-house*, o que permitirá seguir um plano de reorganização da empresa. Este plano de reorganização tem também por base os seguintes pressupostos:

- Redução do número de efetivos;
- Redução das subcontratações;
- Redução dos custos com deslocações e estadas, por alteração do foco de mercado.

Face ao exposto, a estratégia de desenvolvimento a seguir pela Ferconsult no triénio 2018-2020, é a seguinte:

1. **Foco na Prestação de Serviços ao ML**

Dado o elevado volume de trabalho expectável para o Metro de Lisboa, nomeadamente fruto do projeto de expansão no período compreendido entre 2017-2022, a Ferconsult estará focada em prestar serviços diretamente ao seu acionista.

2. **Manutenção da marca Ferconsult**

A Ferconsult irá assegurar os compromissos assumidos dos projetos que estão atualmente em curso, procurando o melhor modelo de assegurar o cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas, quer para clientes, quer para parceiros.

1.3. Metrocom, S.A.

A estratégia da Metrocom assenta em três objetivos essenciais:

1. **Rentabilizar as áreas comerciais da rede do metropolitano**

Os indicadores conhecidos revelam uma melhoria clara e inequívoca da atividade económica do país. Esta realidade, e um sentimento mais positivo por parte de pessoas, famílias e empresas, reflete-se na atividade dos lojistas instalados nos espaços da rede do metropolitano e consequentemente na atividade da Metrocom como concessionária da comercialização desses mesmos espaços. O aumento do poder de compra conduz certamente a mais consumo.

No domínio da rentabilização dos espaços comerciais a Metrocom assume o rumo traçado nos anos anteriores de modo a garantir uma maior e melhor ocupação dos espaços disponíveis. É assim que se procederá à atualização das mensalidades referentes aos contratos mais recentes, à reversão total ou faseada do valor das reduções atribuídas nos contratos mais antigos e à apreciação, casuística, dos valores fixados nos contratos de espaços comercialmente menos atrativos.

Em simultâneo, interessa que a Metrocom mantenha ou até aprofunde uma atitude mais proativa na busca de negócios "âncora" dinamizadores da atividade das estações e mobilizadores de procura de espaços de pouca atratividade comercial, como sejam os das estações de Jardim Zoológico/N, Santa Apolónia e Picoas, ou de outros nunca ocupados da linha Vermelha como é o caso das estações de Olaias, Chelas e Olivais.

2. **Melhorar a imagem dos espaços**

Se, por um lado, o clima económico do País faz antever uma subida na procura de espaços, por outro antecipa-se que a isso possa corresponder uma maior estabilidade dos lojistas que veem melhorar o seu negócio em virtude do aumento do poder de compra dos seus clientes. O aumento de passageiros que usam diariamente o metropolitano deverá contribuir para a animação comercial dos espaços.

Neste contexto, faz sentido olhar para a imagem das lojas, introduzindo melhorias e diversificando a oferta. A este nível, é importante dar continuidade à procura de lojas "âncora" e de elevada notoriedade entre o público, fator, que a concretizar-se, teria enorme impacto na melhoria da ambiência das estações, elevação da qualidade de oferta e satisfação do cliente metro.

A este propósito não é indiferente a instituição do "concurso de montras", que visa valorizar e premiar a imagem das lojas e cujo primeiro prémio foi atribuído já em 2018.

3. **Contribuir para uma melhor ambiência das estações do metropolitano**

A ideia de melhoria do ambiente das estações e das "lojas" tem estado sempre presente na vontade dos gestores. Alguns passos foram dados e os resultados devem-se em grande parte à iniciativa dos lojistas.

Importa agilizar a apreciação e aprovação de projetos de alteração ou melhoramento de espaços comerciais. A demora é, por vezes, desmobilizadora do investidor. Fora do espaço loja, mantêm-se pequenas, mas rápidas, intervenções de conservação e manutenção das áreas das estações que melhorem a ambiência das mesmas. Para efetuar esses trabalhos de conservação foi celebrado um contrato com uma empresa prestadora de serviços.

Face ao bom nível de ocupação comercial dos espaços disponíveis e a vontade de melhorar a ambiência das estações é altura de "pensar" no refrescamento da área comercial do Campo Grande que, há muito, vem requerendo obras nomeadamente ao nível do teto e da iluminação.

2. ODS do ML

O Metropolitano de Lisboa, enquanto Empresa socialmente responsável e vocacionada para a promoção da Sustentabilidade, assume o seu compromisso para com os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e respetivas metas:

O Metropolitano de Lisboa assume publicamente o seu compromisso para com o Desenvolvimento Sustentável, integrando na sua estratégia 3 (três) dos ODS da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas;
- Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.

A Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Organização das Nações Unidas) estabeleceu um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (*ver imagem*) que se traduz em 169 metas, a serem alcançados por todos os países até ao ano 2030, concorrendo todos para um objetivo comum de sustentabilidade mundial, centrado em cinco eixos de atuação:

Pessoas – Prosperidade – Planeta – Paz – Parcerias

Perante estes factos, em julho de 2017, no Fórum Político das Nações Unidas, o Governo Português definiu como prioridades estratégicas, os seguintes ODS:

- Educação de Qualidade (ODS4);
- Igualdade de género (ODS5);
- Indústria, Inovação e Infraestruturas (ODS9);
- Reduzir as Desigualdades (ODS10);
- Ação Climática (ODS13) e
- Proteger a Vida Marinha (ODS14).

Ilustração 6 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

D. Riscos e Oportunidades

1. Gestão do Risco

Encontra-se em vigor a 4.ª edição (2014) do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC)[4], que manteve a estrutura de apresentação e a tipologia de riscos adotada na edição anterior, dando cumprimento à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) de 1 de julho de 2009.

No PPRCIC são identificadas as Áreas que podem estar sujeitas à prática de atos de corrupção, os principais riscos daí decorrentes, os controlos internos implementados que visam a mitigação e prevenção desses riscos, os respetivos impactos e a probabilidade de ocorrência.

A metodologia seguida para a identificação dos riscos elencados no PPRCIC (que englobam a corrupção, conflitos de interesse, manipulação de informação e apropriação indevida de ativos) é a recomendada pela *Association of Certified Fraud Examiners* (ACFE) no *"Fraud Risk Manual"*, adaptada à realidade do ML.

No ano de 2017 foi elaborado e devidamente publicitado o Relatório de Execução do PPRCIC referente ao ano de 2016.[5]

2. Identificação dos Riscos

Incluindo os riscos relacionados com corrupção e infrações conexas, identificados no PPRCIC e referidos *supra*, elencaram-se no Plano de Anual de Auditoria para 2017 os processos que apresentavam um risco elevado, nomeadamente os seguintes:

1. Segurança de Pessoas, Infraestruturas, Sistemas e outros Ativos (ameaça terrorista, sinistralidade, intrusão e acessos indevidos à rede e infraestruturas, apropriação indevida de ativos), com particular destaque para a segurança dos sistemas de informação (cibersegurança);
2. Manutenção de Infraestruturas e de material circulante (disponibilidade e fiabilidade);
3. Comercial (relação com o cliente, receita e sistema de bilhética);
4. Operação (cumprimento de planos de transporte, fiabilidade, pontualidade do transporte e articulação intermodal);
5. Económico-Financeiros (disponibilidade de recursos, controlo de custos e fiabilidade da informação);
6. Compras (aquisições de bens/serviços, gestão de stocks e armazéns, gestão da relação com fornecedores e prestadores de serviços);
7. Empreendimentos (derrapagem de custos e prazos);
8. Recursos humanos (processamento salarial, absentismo, formação, perda de conhecimento);
9. Ambientais e fenómenos naturais ou imprevisíveis (planos de contingência);
10. Gestão, corrupção e fraude (transversal);
11. *Compliance* (transversal).

[4] Disponível no *site* da Empresa em http://www.metrolisboa.pt/wp-content/uploads/Planodeprevencaoderiscosdecorrupcaoeinfracoesconexas_2014.pdf.

[5] Disponível no *site* em http://www.metrolisboa.pt/wp-content/uploads/RelatorioExecucaodoPlanoPrevencaoRiscosCorrupcaoInfracoesConexas2016.pdf.

3. Resposta aos riscos identificados

Durante o 1.º trimestre do ano de 2017, o Gabinete de Auditoria Interna (GAI), continuou a assumir as funções de auditoria e de consultoria das quatro empresas (ML, Carris, Transtejo e Soflusa) e ainda das respetivas participadas (sempre que determinado pelo CA), pelo que teve necessidade de dividir as suas iniciativas, designadamente, as auditorias efetuadas (planeadas e *ad hoc*) por estas empresas face aos recursos disponíveis. Nos restantes trimestres, decorrente da nova estrutura organizacional, o GAI passou a exercer as suas atribuições exclusivamente no ML.

No ano de 2017, destaca-se a realização dos seguintes trabalhos de auditoria no ML:

- Auditoria aos recursos humanos (aprovação do relatório final);
- Auditoria ao contrato celebrado com a Publimetro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A. (aprovação do relatório final);
- Auditoria aos fornecedores únicos no âmbito da manutenção (em curso);
- Auditoria aos fundos fixos de caixa (em curso).

Foram ainda efetuadas ações de acompanhamento (*follow-up*) à implementação de recomendações de relatórios de auditoria aprovados pelo CA, nomeadamente: Auditoria aos saldos dos clientes; Auditoria à gestão da obra de ampliação/remodelação da estação Areeiro; Auditoria ao concurso Sultangali-Arnavutkuy Metro Line do Metro de Istambul[6]; Auditoria à perda de objeto na Carreira 754[7]; Auditoria aos recursos humanos e Auditoria ao contrato celebrado com a Publimetro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A..

Tendo em contas as ações de auditoria e de *follow-up* realizadas, foram alvo de análise de riscos à corrupção 12 Áreas da Empresa (75% do total).

Quadro 13 - Análise de riscos à corrupção

Código GRI	Descrição	Resultados / Observações	2017
205-1	Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise	75% 12

[6] Auditoria realizada à Ferconsult - Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A., empresa detida a 100% pelo ML.

[7] Auditoria realizada à Carris, mas que incluiu uma recomendação direcionada para o ML, respeitante aos procedimentos relacionados com os perdidos e achados.

E. Desempenho

1. Desempenho Operacional

1.1. Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

ATIVIDADE COMERCIAL

ENQUADRAMENTO

A atividade comercial centrou-se fundamentalmente na consolidação da tendência de crescimento da procura que se vem verificando nos últimos anos, com o consequente envolvimento do Metropolitano de Lisboa, no desenvolvimento do turismo como motor de alavancagem económica da cidade e do País, bem como na melhoria do serviço prestado ao seu cliente.

Em paralelo reforçaram-se as parcerias com *players* estratégicos, através da implementação de novos projetos geradores de receitas complementares, potenciadores de uma mobilidade mais sustentada e ajustada aos desejos dos nossos clientes.

ATIVIDADE DESENVOLVIDA

No âmbito das ações desenvolvidas em 2017, destacam-se as seguintes, face à mais-valia observada no serviço prestado ao cliente:

- Crescimento dos títulos 24h combinados - Metro/Carris em resposta à crescente afluência turística que se tem verificado na cidade de Lisboa;
- Participação no evento *Web Summit* 2017, adaptando a oferta, a informação aos participantes e o modelo de guarnecimento das estações às necessidades do evento. Foram criados dois locais de venda exclusivos do título *Web Summit Pass*, um no Aeroporto e outro na FIL. Importa referir que a operação de vendas montada para este evento, embora gerando um importante encaixe, implicou o carregamento em *backOffice* de 21.850 cartões;
- Participação na organização do evento Congresso Europeu Anual da Associação Europeia pelo estudo da Diabetes 2017, nomeadamente através da produção programada de 16.000 títulos de transporte para uso dos congressistas;
- Continuidade da parceria comercial com o Maratona Clube de Portugal, que visa o transporte dos participantes das corridas Meia Maratona de Lisboa, EDP Lisboa a Mulher e a Vida, Rock 'n' Roll Meia Maratona Santander Totta RTP e EDP Grande Prémio de Natal.

Do ponto de vista organizacional, 2017 caracterizou-se pela implementação de um conjunto de medidas, visando a sustentabilidade dos modelos de suporte à gestão comercial, a saber:

- Implementação do Programa de Desfibrilhação Automática Externa (DAE) no Metropolitano de Lisboa, dotando as estações do ML de equipamentos DAE, com formação a cerca de 300 operacionais;
- Aquisição de um novo sistema de fiscalização de títulos de transporte;
- Aquisição de plataformas para acesso de clientes com mobilidade reduzida a carruagens do ML, no sentido de melhorar a acessibilidade ao serviço de transporte prestado pela Empresa;

- Entrada de 30 novos Agentes de Trafego e realização de concurso para reclassificação de 20 Agentes de Tráfego a Operadores Comerciais e 20 Operadores Comerciais a Maquinistas;
- Criação de uma unidade organizacional na Direção de Clientes, com o objetivo de efetuar o controlo operacional das estações, nomeadamente a monitorização da execução do serviço de limpeza e controlo da execução dos serviços de manutenção das reparações solicitadas pela direção. Neste capítulo foram resolvidas 969 situações, destacando-se a limpeza profunda da estação Restauradores;
- Implementação de um plano de reforço para a produção de cartões Lisboa Viva durante os meses de setembro e outubro, com vista a fazer face ao aumento da procura nestes meses;
- Prestação de serviços de conceção gráfica para a realização de uma exposição para o Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) nos metropolitanos de Lisboa e do Porto, subordinada ao tema Projetos cofinanciados pelo POVT.

PROCURA

No exercício de 2017, tiveram lugar alguns acontecimentos que influenciaram o comportamento da procura, quer na sua estrutura, quer no seu crescimento. São eles:

- A passagem para gratuitos dos passes Navegante Urbano e Rede Criança a partir do mês de fevereiro;
- A atribuição do desconto de 60%, também a partir de fevereiro, nos passes Navegante Urbano 3.ª Idade e Reformado/Pensionista, originando um aumento na utilização destes títulos;
- O aumento muito significativo dos passes 4-18/Sub23 a partir de setembro, resultante da extensão do desconto de 25% a todos os estudantes;
- A extinção dos passes combinados Carris/Metro/Rodoviária de Lisboa, em março, e consequente transferência de passageiros para os títulos Intermodais e para os combinados Metro/Rodoviária de Lisboa.

Os três primeiros pontos acima descritos, conjugados com uma maior mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa, deram origem à entrada de novos passageiros no sistema, sendo que o impacto na procura se traduziu num acréscimo de +5,4% no total de passageiros transportados.

O referido aumento da mobilidade na AML poderá ser justificado principalmente pelos seguintes fatores:

- Diminuição da taxa de desemprego em 2017 que se cifrou em 8,9%, menos 2,2 p.p., face a 2016[1];
- Aumento do turismo na cidade de Lisboa, traduzido pelo aumento de mais 9,4% do número de hóspedes em estabelecimentos hoteleiros[1] e mais 18,9% de passageiros desembarcados no Aeroporto de Lisboa[8].

[8] Fonte: INE.

Quadro 14 – Evolução do número de passageiros transportados[9]

Passageiros		2017	2016	2015	Var. 2017/16	
					Abs.	%
Títulos ocasionais	10^3	**43 582**	**41 809**	**37 190**	**1 773**	**4,24**
Bilhete Viagem Carris | Metro	10^3	21 843	20 867	18 932	976	4,68
Zapping	10^3	14 633	14 256	12 500	376	2,64
Outros títulos ocasionais	10^3	7 107	6 687	5 758	421	6,29
Passes	10^3	**103 238**	**98 198**	**91 674**	**5 040**	**5,13**
Navegante urbano	10^3	45 836	43 538	40 169	2 298	5,28
Navegante rede	10^3	9 418	8 296	7 472	1 122	13,52
Intermodais	10^3	20 246	17 088	15 973	3 158	18,48
Combinados	10^3	27 738	29 276	28 059	(1 538)	(5,25)
Total com títulos pagos	10^3	**146 820**	**140 007**	**128 863**	**6 813**	**4,87**
Transporte gratuito e fraude	10^3	14 670	13 184	13 841	1 486	11,27
Total transportados	10^3	**161 490**	**153 191**	**142 704**	**8 299**	**5,42**
Percurso médio por passageiro	km	4,816	4,799	4,805	0,017	0,35
Passageiro x km transportados	10^3	777 684	735 161	685 636	42 523	5,78

Nota: Devido ao processo de migração de equipamentos de fiscalização que se encontrou em curso no ano de 2017, os dados referentes à fraude de fevereiro a dezembro foram estimados com base na fraude detetada no período homólogo de 2016.

RECEITAS TARIFÁRIAS

No ano de 2017 os principais fatores que influenciaram as receitas tarifárias foram:

- Aumento tarifário de 1,5% em janeiro de 2017;
- Extinção do passe CA/ML/RL, com benefício para o Metro, devido à migração de passageiros para títulos com quotas mais favoráveis;
- Gratuitidade dos passes Navegante Urbano e Rede para as crianças.

Em resultado destes fatores e do acréscimo de quantidades vendidas devido à entrada de novos clientes no sistema, as receitas tarifárias situaram-se acima das receitas do ano transato em 6,6%. Para este acréscimo, os Títulos Ocasionais contribuíram com uma variação positiva de 9,7% enquanto as receitas dos Passes se situaram acima de 2016 em 3,3%.

Embora em termos de procura, os passageiros com passes tenham tido acréscimos superiores aos passageiros com títulos ocasionais, o elevado acréscimo das receitas destes últimos, deve-se ao facto da sua remuneração ser superior à verificada em grande parte dos Passes.

O elevado acréscimo das comparticipações dos passes 4-18/Sub23 e Social+, explica-se, por um lado, pelo aumento das quantidades vendidas dos passes Sub23 verificado a partir de setembro, devido à já referida extensão do desconto de 25% a este grupo de estudantes, e por outro, pelo saldo transitado de 2016 regularizado em 2017.

[9] A fraude de 2015 foi reformulada por forma a ser comparável com o valor de 2016.

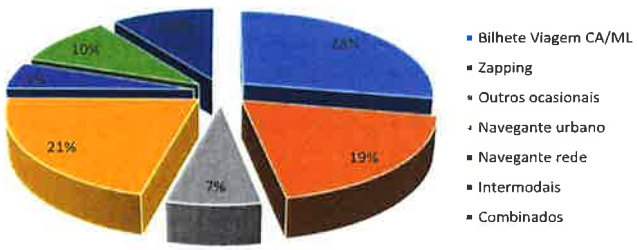
Quadro 15 - Evolução das receitas de transporte[10]

Receitas de títulos de transporte (sem IVA)		2017	2016	2015	Var. 2017/16 Abs.	Var. 2017/16 %
Títulos ocasionais	**10^3€**	**53 178**	**48 470**	**42 907**	**4 708**	**9,7**
Bilhete Viagem Carris | Metro	10^3€	27 198	24 785	22 492	2 412	9,7
Zapping	10^3€	18 990	17 529	14 972	1 461	8,3
Outros títulos ocasionais *	10^3€	6 990	6 155	5 443	835	13,6
Passes	**10^3€**	**45 664**	**44 224**	**43 090**	**1 441**	**3,3**
Navegante urbano	10^3€	21 101	21 203	20 719	(102)	(0,5)
Navegante rede	10^3€	4 979	4 469	4 208	510	11,4
Intermodais	10^3€	9 467	8 199	8 097	1 268	15,5
Combinados	10^3€	10 117	10 353	10 067	(235)	(2,3)
Total das receitas	**10^3€**	**98 842**	**92 693**	**85 997**	**6 149**	**6,6**
Comparticipações 4-18 / sub23 / social + **	10^3€	2 408	2 116	1 998	292	13,8
Total das receitas com comparticipação	**10^3€**	**101 250**	**94 809**	**87 995**	**6 441**	**6,8**

* O Cartão Bancário de dezembro de 2017 é estimado.

** As comparticipações do Passe Social +, referentes ao 4.º trimestre de 2017, são estimadas.

Gráfico 1 - Distribuição percentual das receitas por título de transporte



RECEITAS NÃO TARIFÁRIAS

A receita não tarifária apurada em 2017, fruto dos negócios geridos pela área comercial, incluindo contratos permanentes, totalizou cerca de 7,2 milhões de euros.

Os negócios relativos à rentabilização do património, frota/estações e subconcessões dos espaços comerciais e dos meios publicitários, contribuíram com cerca de 3,5 milhões de euros. As receitas obtidas com a venda de cartões, serviços associados e comissões de venda representaram 3,7 milhões de euros.

As subconcessões dos espaços comerciais (Metrocom) e dos meios publicitários (MOP) em 2017 geraram em conjunto cerca de 3,0 milhões de euros.

[10] As receitas de títulos são as respeitantes aos indicadores da área comercial, não sendo consideradas as receitas apuradas pela área financeira. Em 2013 foram introduzidas na rubrica "Outros" as receitas referentes aos títulos vendidos *em back office*.

O aluguer de espaços temporários e o aluguer de fibra ótica atingiram um valor próximo dos 455 mil euros, incluindo-se nesta última o contrato com as três operadoras de telecomunicações para cobertura de rede móvel e o aluguer de fibra ótica com a GoWi-Fi, empresa que garante presentemente o sinal Wi-Fi nos cais das estações.

Com impacto menos significativo nas receitas, mas beneficiando a imagem do Metropolitano de Lisboa e a dinamização das suas estações, manteve-se o esforço na angariação de eventos e filmagens para a sua infraestrutura, bem como no apoio logístico para os principais eventos da cidade.

Em 2017 destaca-se a realização da exposição fotográfica no Porto, dos principais projetos financiados pelo Programa Operacional Valorização do Território (POVT) no Continente, Açores e Madeira, a rodagem de um filme no Parque de Material e Oficinas II e na estação Alvalade e o habitual Serviço Especial contratado pelo Maratona Clube de Portugal.

COMBATE À FRAUDE

A publicação da Portaria n.º 241-A/2013, de 31 de julho, e o despacho n.º 8946-A/2015, de 11 agosto, que estabelecem as regras gerais de cálculo de compensações financeiras e de repartição de receitas dos passes intermodais entre operadores de transporte coletivo de passageiros da Área Metropolitana de Lisboa, com base nas validações registadas pelo sistema de bilhética, vem dar ainda maior relevo à importância do combate à fraude pelo impacto negativo que esta tem nas receitas da empresa.

Assim, a recuperação de receitas por contenção e posterior redução da fraude, assume uma importância fundamental.

Para o ano de 2017 foi considerada uma taxa de fraude de 6,73%.

Esta taxa, idêntica à de 2016, foi calculada por estimativa, uma vez que durante o ano de 2017 esta informação não pôde ser aferida devido à inoperacionalidade dos terminais de fiscalização, que se verificou desde o início do ano até Novembro, altura em que foram substituídos por novos equipamentos.

Contudo, e apesar do reduzido número de efetivos nas equipas de fiscalização, registou-se em 2017 um aumento do número de coimas de 11,1% face a 2016.

Em setembro de 2017, entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 117/2017, que introduziu um conjunto de alterações significativas à Lei n.º 28/2006 de 4 de julho, das quais se destacam as seguintes:

- Reposição da possibilidade de pagamento voluntário da coima nos operadores, com redução de 50% sobre o valor mínimo;
- Alteração e fixação dos valores das coimas;
- Diferenciação entre infrações graves e simples com a consequente distinção entre aos valores das coimas aplicáveis;
- Redefinição dos critérios de repartição do produto das coimas pelas várias entidades envolvidas (Estado, Operadores de transporte, Autoridade Tributária, IMT e Fundo para o Serviço Público de Transportes);
- Consagração de um regime excecional para pagamento com redução substancial no valor para coimas não prescritas aplicadas antes da entrada em vigor do diploma, através de um processo de envio de notificações aos autuados.

RECLAMAÇÕES

Durante o ano de 2017, deram entrada 6.313 processos de reclamação.

O número de reclamações cresceu 2,7% em 2017 face a 2016, ficando este facto muito ligado com a crescente insatisfação relativa à regularidade e frequência na circulação de comboios, uma situação que a empresa está empenhada em resolver durante 2018.

ESPAÇO CLIENTE

Em 2017, a rede de Espaços de atendimento presencial foi reforçada com o novo Espaço Informação da estação Aeroporto, inaugurado no mês de julho.

A referida rede registou 70.219 clientes atendidos, com uma distribuição similar entre o Espaço Cliente Marquês de Pombal (32.908) e Campo Grande (30.075). O Espaço Informação, no período entre julho e dezembro, gerou 10% dos atendimentos de 2017 (7.236).

Comparando com o período homólogo, volta a verificar-se uma subida de cerca de 8% de atendimentos em 2017, confirmando a conveniência que os clientes encontram neste serviço para resolverem as suas questões pós-venda e obter informações fidedignas sobre meios de transporte e as melhores soluções para as suas deslocações na cidade de Lisboa.

CARTÕES LISBOA VIVA

No ano de 2017 o ML personalizou 167.292 cartões Lisboa Viva, sendo 4.023 para o grupo Transtejo, 40.491 para a Carris e 122.778 para o ML. Registou-se um acréscimo nos pedidos de cartões Sub23 (estudantes do ensino superior) de 19.147 cartões em relação ao ano transato. Este aumento está associado às medidas impostas pelo OE 2017.

Os pedidos de cartões solicitados via Portal Viva também ganharam mais expressão, traduzindo-se num aumento de 392% em relação a 2016.

Quadro 16 – Cartões emitidos pelo ML - 2017

Produção cartões LV		Transtejo	Carris	Metro	TOTAL
10 dias	Normal	1.947	13.880	39.647	**55.474**
	4_18	35	548	1.131	**1.714**
	Sub23	80	1.388	3.846	**5.314**
	Total	**2.062**	**15.816**	**44.624**	**62.502**
Urgentes	Normal	1.866	19.022	61.832	**82.720**
	4_18	47	1.185	2.207	**3.439**
	Sub23	40	3.224	13.022	**16.286**
	Total	**1.953**	**23.431**	**77.061**	**102.445**
Portal Viva		**8**	**110**	**180**	**298**
Trabalhadores		**0**	**1.134**	**913**	**2.047**
TOTAL		**4.023**	**40.491**	**122.778**	**167.292**

COMUNICAÇÃO E MARKETING

No âmbito das atividades desenvolvidas ao longo do ano, destacam-se as seguintes iniciativas:

COMUNICAÇÃO EXTERNA

- **"*Travelling all* Lisboa" e "*Travelling* Cacilhas"** – Campanha para divulgação dos novos títulos de transporte, os quais possibilitam a realização de viagens na Carris, Metro e CP (*Travelling all* Lisboa) e na Carris, Metro e Transtejo/Cacilhas (*Travelling* Cacilhas) durante 24 horas;
- **Transporte Gratuito para crianças na Carris e no Metro** – Campanha para divulgação da gratuitidade do transporte Metro e Carris a crianças dos 4 aos 12 anos (inclusive);
- **Desconto de 60% no Passe Navegante Urbano 3.ª idade e Reformado/Pensionista** - Campanha para divulgação do desconto de 60% no Passe Navegante Urbano 3.ª idade e Reformado/Pensionista;
- **Viaje de metro, o ambiente agradece** – campanha do Dia Mundial do Ambiente que deu a conhecer diversas curiosidades de âmbito ambiental que posicionam o Metro como meio de transporte de reduzido impacte ambiental;
- **Linha Verde recebe comboios de 6 carruagens** – campanha de informação ao cliente sobre o encerramento da estação Arroios para obras de reabilitação e o início da circulação de 6 carruagens na linha verde;
- **Novo espaço *Welcome Centre*** – abertura do novo espaço de apoio ao cliente totalmente vocacionado para o apoio ao turista, na estação do aeroporto, uma das principais portas de entrada de turistas;
- **Campanha de Boas Práticas** – foi lançada na Semana Europeia da Mobilidade a campanha "Lembre-se, o Metro é de todos" que aborda um conjunto de comportamentos e atitudes que promovem o bom funcionamento dos serviços e dos equipamentos do Metro.
- **Fui de Metro | O ambiente agradece** - com o *slogan* "A partilhar chegamos mais longe", realizou-se uma ação de distribuição de palas anti-sol dirigida aos condutores que estacionam nos parques de estacionamento da zona da Cidade Universitária e Estádio Universitário (ação inserida na Semana Europeia da Mobilidade);
- **A tua mobilidade na Universidade começa com o sub23** – o Metro marcou presença no arranque do ano letivo dos estudantes do Ensino Superior com a emissão de cartões Lisboa VIVA Sub23 e com a ação de ativação de marca na Universidade Nova de Lisboa (no átrio da Cantina Velha da Universidade de Lisboa);
- **Web Summit 2017** – presença no evento com espaço próprio, na zona de acreditação no Aeroporto de Lisboa. Esta presença permitiu a prestação de informação útil de viagem, bem como a venda do "*Web Summit pass*", título que permitiu aos participantes do evento a utilização Metro, Carris e CP, adequado às necessidades de deslocação dos participantes do evento. Durante todo o evento o serviço de transporte Metro foi reforçado;
- **"Natal no Metro 2017"** – Realização de Concertos de Natal nas estações de metro. O "Comboio de Natal", numa ação dedicada a 320 crianças de Escolas do Ensino Básico da zona de Lisboa, em parceria com a Disney e o Pavilhão do Conhecimento. Esta iniciativa contou com a presença do Pai Natal, e decorreu na estação São Sebastião II incluindo uma viagem na carruagem histórica ML7. Durante a época natalícia, os postos de venda e os Espaços Cliente estiveram decorados com enfeites natalícios. Tendo como objetivo a recolha de bens para o Banco do Bebé, foi instalada uma árvore de Natal, iniciativa denominada "Árvore de Natal Solidária";

- **Concurso de Montras -** Com o objetivo de reforçar o relacionamento entre os lojistas, os espaços comerciais das estações e os clientes, realizou-se um concurso de montras subordinado ao tema "O Natal", tendo sido criada uma imagem para a campanha, divulgada em cartazes (no interior dos comboios e nas montras das lojas), bem como a criação de um micro *site* para a votação por parte dos clientes.

PARCERIAS ESTRATÉGICAS

- **Dia Internacional da Mulher** – crianças e idosos deslocaram-se às estações Alameda e Marquês de Pombal para desejar um Feliz Dia e oferecer algumas lembranças a todas as mulheres que por ali passaram. Esta iniciativa foi realizada em parceria com a Polícia de Segurança Pública;

- **Dia Mundial do Teatro** - O Metro e o Teatro Carnide assinalaram o Dia Mundial do Teatro através de uma breve performance de estátuas realizadas no interior dos comboios e nas estações Carnide e Marquês de Pombal;

- ***Showcase* de Mickael Carreira** – concerto surpresa de Mickael Carreira na estação Cais do Sodré para apresentação da música «Ya Ya Ya»;

- **LisbonWeek –** projeto "Toca-me" tornou a estação de metro da Quinta das Conchas e a estação de metro de Telheiras nas mais melódicas da cidade. Foram colocados 2 pianos nestes locais;

- **Dia Internacional da Dança** - o bailarino e coreógrafo Cifrão levou ao metro dos Restauradores os ritmos da dança até Santa Apolónia;

- **Dia Mundial do Livro** – parceria com a MBOOKS, com oferta de 10% desconto aos clientes do Metro nas feiras do livro presentes nas estações de Metro;

- **Maio, Mês da Juventude no Metro** - a iniciativa «Dinâmicas Jovens no Metropolitano» promovida pela Câmara Municipal de Odivelas levou música e dança às estações de Metro Pontinha e Sr. Roubado;

- **Exposição fotográfica Ni'ei de Sofia Yu** – exposição com ensaio fotográfico que documenta a vida dos Penan, uma tribo de coletores nómadas do Sudeste Asiático, que decorreu em Maio na estação de metro Baixa-Chiado;

- **Exposição fotográfica POVT** – o Metro concebeu e acolheu na estação Baixa Chiado uma exposição fotográfica intitulada "Descubra como 4.342.544.223 euros de Fundos da União Europeia mudaram a sua vida";

- **Festas de Lisboa 2017** – em parceria com a EGEAC realizou-se a ação das Sardinhas nas estações Marquês de Pombal, Cais do Sodré e Saldanha. O Metro decorou algumas das suas estações e gabinetes de apoio ao cliente com o tema dos "Santos Populares",

- **Dia Mundial da Trombose** - as Mascotes do #TEV (Tromboembolismo Venoso), estiveram na estação do metro Marquês de Pombal com uma banca informativa onde foram distribuídos folhetos informativos com as causas, os sintomas e as formas de prevenção do Tromboembolismo Venoso (TEV). Esta ação foi conduzida pelo Grupo de Estudos de Cancro e Trombose (GESCAT);

- Foram realizadas diversas parcerias, ao nível da divulgação de acontecimentos em Cinema, Teatro, Espetáculos, Eventos e Festivais, através da cedência de espaço nas redes de divulgação do Metro. Em contrapartida foram disponibilizados convites duplos para a realização de passatempos para os clientes.

REPRESENTAÇÃO EM EVENTOS

- **Metro na *Green Business Week*** – presença no evento nacional de transferência de conhecimento e inovação, no Centro de Congressos de Lisboa, organizada pela Fundação AIP e em parceria com o Governo de Portugal, contando com o alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa.

PROLONGAMENTO/REFORÇO DO SERVIÇO

- **Noite de Sto. António** | Para as celebrações do Santo Padroeiro de Lisboa, o Metro funcionou toda a noite, nas linhas Verde e Azul, mantendo abertas algumas estações (7 na linha Verde e 8 na linha Azul) e circulando com comboios de 6 carruagens;
- **Super Bock Super Rock** | À semelhança das edições passadas do SBSR, o Metro ofereceu a mobilidade ideal nas deslocações ao recinto do Festival. Nos dias do festival o Metro apostou no reforço do serviço na linha Vermelha, disponibilizando para isso comboios de 6 carruagens até ao final da exploração;
- **Passagem de Ano** | Nesta noite, o Metro funcionou toda a noite nas linhas Azul, Verde e Vermelha, mantendo abertas algumas estações (Azul - 6, Verde - 6 e Vermelha - 5) e circulando com comboios de 6 carruagens.

CEDÊNCIA DE ESPAÇO EM ESTAÇÃO

- Durante o ano de 2017 foi cedido espaço em estação para diversas instituições, designadamente: CRINABEL, CERCILISBOA, Campanha Pirilampo Mágico, Dia Europeu da Saúde Periodontal e ação *face to face* da Amnistia Internacional.

EXPLORAÇÃO OPERACIONAL

O ano de 2017 caraterizou-se por um aumento generalizado de oferta em termos de carruagens x km e lugares x km, ainda que o número total de circulações tenha diminuído. Por um lado, esta evolução justifica-se pelo facto de, a partir de julho de 2017, a Linha Verde ter passado a circular com composições de 6 carruagens, na sequência do fecho da estação Arroios para obras de remodelação, e por outro, face à indisponibilidade de material circulante, o ML desde 27 de novembro de 2017 está a operar com um plano de contingência, que permite em cada dia, adaptar a oferta à disponibilidade de material circulante, em função da procura em cada linha.

A empresa procurou responder sempre a necessidades pontuais de oferta acrescida, resultante da realização em Lisboa de eventos extraordinários de natureza desportiva, concertos ou Congressos, onde se destacou a *WebSummit*.

Quadro 17 – Evolução da oferta 2015-2017

Evolução da oferta (serviço público)		2017	2016*	2015	Var. 2017/16	
					Abs.	%
Carruagens x km						
Linha Azul	10^3	8 485	8 331	7 466	154	1,85
Linha Amarela	10^3	5 939	6 124	6 008	(185)	(3,02)
Linha Verde	10^3	4 285	3 451	3 410	834	24,17
Linha Vermelha	10^3	6 116	5 813	5 501	303	5,21
Total	**10^3**	**24 825**	**23 719**	**22 385**	**1 106**	**4,66**
Lugares x km						
Linha Azul	10^3	1 086 061	1 066 419	955 641	19 642	1,84
Linha Amarela	10^3	760 229	783 808	769 087	(23 579)	(3,01)
Linha Verde	10^3	548 525	441 777	436 452	106 748	24,16
Linha Vermelha	10^3	782 808	744 104	704 156	38 704	5,20
Total	**10^3**	**3 177 623**	**3 036 108**	**2 865 336**	**141 515**	**4,66**
Circulações						
Linha Azul	n.º	111 222	111 761	106 442	(539)	(0,48)
Linha Amarela	n.º	112 819	114 794	114 458	(1 975)	(1,72)
Linha Verde	n.º	121 234	127 629	127 278	(6 395)	(5,01)
Linha Vermelha	n.º	107 186	107 576	107 153	(390)	(0,36)
Total	**n.º**	**452 461**	**461 760**	**455 331**	**(9 299)**	**(2,01)**

* Os valores de 2016 contêm um ligeiro ajustamento face ao constante no Relatório e Contas de 2016.

Durante o ano de 2017, a empresa conseguiu cumprir na sua generalidade o Plano de Atividades e Orçamento (PAO), quer em termos de realização de lugares x km, quer na realização das circulações estimadas. A baixa taxa de realização relativamente a lugares x km verificada em 2016 foi recuperada em 2017, devido à já referida medida de circulação com 6 carruagens.

Quadro 18 – Eficiência na exploração

		2017	2016	2015	Var. 2017/16
Taxa de realização de lugares x km					
Linha Azul	%	94,58	106,73	106,76	(12,16) p.p.
Linha Amarela	%	102,85	99,72	100,09	3,14 p.p.
Linha Verde	%	90,84	62,55	97,01	28,30 p.p.
Linha Vermelha	%	88,09	106,84	101,09	(18,75) p.p.
Na rede	**%**	**94,31**	**95,25**	**101,97**	**(0,93) p.p.**
Taxa de realização de circulações					
Linha Azul	%	104,75	97,53	96,01	7,22 p.p.
Linha Amarela	%	105,03	96,45	96,16	8,58 p.p.
Linha Verde	%	105,16	103,86	97,01	1,29 p.p.
Linha Vermelha	%	102,56	97,44	97,26	5,12 p.p.
Na rede	**%**	**104,41**	**98,90**	**96,62**	**5,51 p.p.**

EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E REABILITAÇÃO DA REDE

REDE ATUAL

A rede de metropolitano não sofreu alterações em 2017, mantendo-se com 4 linhas, 44,5 km de extensão e 56 estações. Destas, seis são estações duplas, ou seja, têm correspondência entre si e a mesma denominação, mas pertencem a linhas diferentes.

Em termos de extensão e de número de estações, as linhas da rede atual caracterizam-se da seguinte forma:

Quadro 19 – Rede atual do ML

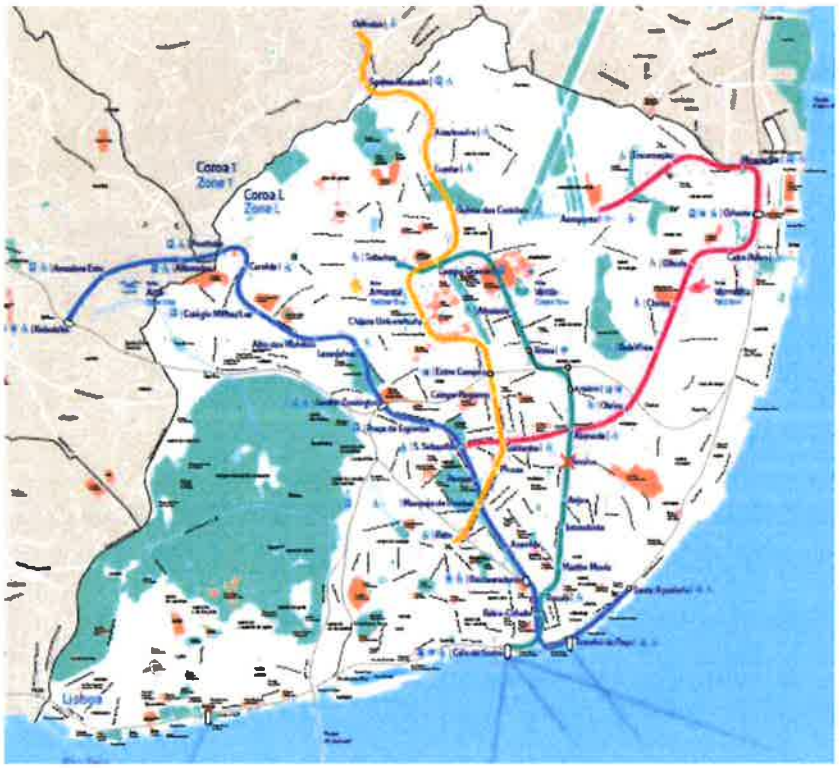
Linha	N.º estações	Km de rede
Azul	18	13,8
Amarela	13	11,1
Verde	13	9,0
Vermelha	12	10,6
Total	**56**	**44,5**

A rede de metropolitano encontra-se integrada com os outros modos de transporte público, dispondo das seguintes interfaces com os modos pesados (avião, comboio e navio):

Quadro 20 – Estações do ML com interfaces com outros modos pesados

Estação ML	Aéreo	Ferroviário	Fluvial
Aeroporto	x		
Cais do Sodré		x	x
Terreiro do Paço			x
Reboleira		x	
Oriente		x	
Jardim Zoológico		x	
Rossio		x	
Santa Apolónia		x	
Entre Campos		x	
Rede atual	**1**	**7**	**2**

Ilustração 7 – Mapa da rede atual do ML



MODERNIZAÇÃO DA REDE

Remodelação das estações da linha Verde – Estações Areeiro e Arroios

A estação Areeiro tem encerrado o lado norte para a execução da devida remodelação e instalação de meios mecânicos que garantam uma melhor acessibilidade à estação, que devido a incumprimentos por parte do empreiteiro da anterior empreitada ficaram por concluir. Durante o ano de 2017, foi lançado o concurso para a nova empreitada de remodelação do átrio norte da estação.

A estação Arroios foi encerrada ao público em 19-07-2017, com vista à ampliação dos cais de embarque da estação de 70 para 105 metros. No decorrer do período, foram executados os trabalhos de betonagem da via na zona ampliada, tendo ainda sido iniciada a empreitada de remodelação/ampliação da estação.

O encerramento ao público da estação Arroios, permitiu, a partir dessa data, a circulação de composições com 6 carruagens na Linha Verde.

PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADES

Em fevereiro de 2017 foi feito um levantamento exaustivo das condições de acessibilidade e avaliação da sua adequação à legislação em vigor, nomeadamente o DL 163/20016. Este DL define as condições de acesso a pessoas com mobilidade condicionada através de elevadores ou plataformas elevatórias, linhas de controlo de acesso, canais unidirecionais e encaminhamento de pessoas com deficiência visual, adaptação de máquinas automáticas de venda de títulos, material circulante e sua adaptação aos cais das estações e as cotas dos vários equipamentos disponíveis na rede.

Atualmente existem 37 estações acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada, num total de 56 estações. Destas, a estação Baixa-Chiado tem acesso através de plataformas elevatórias desde o átrio até à superfície, enquanto as restantes estações dispõem de elevadores na sua totalidade.

Desde a publicação do referido Decreto-Lei já foram adaptadas oito estações da rede então existente: S. Sebastião I, Marquês de Pombal I, Restauradores, Saldanha I, Marquês de Pombal II, Alvalade, Alameda I e Rossio. Durante o ano de 2017, estiveram em curso obras em duas estações da Linha Verde (Roma e Arroios), que incluem a instalação de elevadores. Encontra-se em fase de projeto a remodelação de outras duas estações (Colégio Militar/Luz e Areeiro), que também inclui a instalação de elevadores.

Após a conclusão das intervenções acima referidas, permanecem ainda quinze estações na rede ML (seis na Linha Azul, cinco na Linha Amarela e quatro na Linha Verde) sem acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada, por ainda não ter havido a disponibilidade financeira necessária para a sua execução. Prevê-se, no entanto, que esta situação seja invertida no curto-médio prazo.

Foram também iniciados os trabalhos de instalação do elevador de superfície da estação Roma.

GESTÃO DAS INFRAESTRUTURAS E REABILITAÇÃO DA SUPERESTRUTURA

Ao nível da Gestão das Infraestruturas existentes, 2017 caraterizou-se pela execução de alguns projetos internos, bem como pelo lançamento de concursos públicos visando a introdução de melhorias nos equipamentos, destacando-se a remodelação do Gabinete de Apoio ao Cliente na estação Aeroporto e a execução do projeto de reabilitação da estação dos Olivais, nomeadamente na vertente da reparação das patologias, iluminação e acessos mecânicos.

Foi lançada e executada a empreitada do reforço da laje da estação de Odivelas; e foram lançadas e adjudicadas as empreitadas de reabilitação dos viadutos das Olaias, da Calçada da Carriche e de Odivelas, que inclui o término da estação. Foi realizada a instalação da monitorização do túnel do Terreiro do Paço por comunicação IP, o acompanhamento das interferências das obras de terceiros (CML e promotores particulares) nas infraestruturas da rede Metro e foi ainda lançado o concurso para a modernização das escadas mecânicas 7 e 8 da estação Baixa Chiado.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL

Em termos de Expansão da rede, em 2017 deu-se início ao Estudo de Impacte Ambiental para o Prolongamento da Linha Amarela, entre Rato e Cais do Sodré.

No que diz respeito aos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental, deu-se continuidade aos já existentes no âmbito dos projetos em desenvolvimento no ML.

Em 2017 não foi assinalado nada de significativo no que concerne à fase de Pós-Avaliação (no âmbito dos respetivos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental), referentes aos seguintes projetos:

- Prolongamento da Linha Vermelha, entre Alameda e São Sebastião;
- Prolongamento da Linha Vermelha, entre Oriente e Aeroporto;
- Prolongamento da Linha Azul, entre Amadora-Este e Reboleira.

No respeitante à Fase de Construção, procedeu-se ao Acompanhamento Ambiental das empreitadas de construção, assegurando a implementação das medidas de minimização exigidas nos respetivos Cadernos de Encargos.

Neste âmbito, em 2017, esteve em curso o Acompanhamento Ambiental das seguintes empreitadas:

Linha Azul

- Empreitada ML671/07 - Conceção/Construção dos Toscos do Prolongamento entre a Estação Amadora-Este e a Estação Reboleira - Linha Azul – GARANTIA DE OBRA.

Linha Verde

Remodelação das estações

- Empreitada referente ao Contrato N.º 31/2017-ML - Execução da empreitada de intervenção para a instalação do ascensor de superfície da Estação Roma (fecho da empreitada).
- Empreitada referente ao Contrato N.º 39/2017-ML - Proc. 182/2016 - Estação Anjos / Átrio Norte.
- Empreitada referente ao Contrato N.º 56/2017-ML - Empreitada de Beneficiação do Topo Norte do Cais da Estação Areeiro.

• Empreitada referente ao Contrato N.º 64/2017-ML - Empreitada de Ampliação e Remodelação da Estação Arroios. No 2.º semestre de 2017 teve início esta empreitada, cujo prazo previsto de execução se estende até março de 2019. Esta empreitada tem sido acompanhada, em termos ambientais, quer pelo Metropolitano de Lisboa quer pela Fiscalização contratada para o efeito. Os trabalhos incluem, entre outros, a Monitorização de Ruído, de Solos e de Águas bem como o Acompanhamento Arqueológico.

Linha Vermelha

Alameda II/S. Sebastião II

• Empreitada ML673/08 e 675/08 - Acabamentos das Estações - Linha Vermelha - Alameda/S. Sebastião – GARANTIA DE OBRA.

Oriente/Aeroporto

• Empreitada ML685/09 – Execução dos Acabamentos e Instalações Especiais da Linha Vermelha – GARANTIA DE OBRA (conclusão).

• Empreitada referente ao Contrato 38/2017 - Novo Espaço Gabinete de Apoio ao Cliente e Bilheteira - Estação Aeroporto (fecho da empreitada).

• Empreitada referente ao Processo 40/2017 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SINALÉTICA - Novo Espaço Gabinete de Apoio ao Cliente e Bilheteira Estação Aeroporto (fecho da empreitada).

Outros projetos

• Empreitada referente ao Proc. 29/2017-DLO/ML - Abertura de vãos e compartimentação interior nos edifícios de escritório e oficinas do PMO III (fecho da empreitada).

ESTUDOS DE PLANEAMENTO DA REDE

No âmbito dos estudos de expansão da rede foram solicitados pelo Gabinete do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente elementos técnicos relativamente ao estudo de viabilidade do prolongamento da estação Rato (Linha Amarela) à estação Cais do Sodré (Linha Verde), na perspetiva de uma exploração da rede como Linha Circular, que inclui a construção de novos viadutos na zona do Campo Grande para desconexão das atuais ligações.

Os elementos apresentados pelo ML em março de 2017 tiveram como base os resultados obtidos no estudo de "Previsões de Tráfego para duas alternativas de Prolongamento da Rede do Metropolitano de Lisboa" pela empresa VTM, cujo relatório final ficou concluído no final do 1.º trimestre de 2017, nomeadamente no que respeita à estimativa de procura e de benefícios sociais e ambientais esperados com a implementação do projeto Rato – Cais do Sodré, Linha Circular, a considerar na avaliação custo-benefício do mesmo.

Com base na informação apresentada, foi emitido um despacho da Tutela do Metropolitano de Lisboa, dando indicação da sua concordância para "*prossecução dos estudos e demais procedimentos necessários com vista à preparação do processo de expansão do Metropolitano de Lisboa consubstanciada na expansão Rato – Cais do Sodré, concretizando numa Linha Circular na zona central de Lisboa*".

Na sequência deste despacho foram preparados os elementos necessários para o lançamento dos seguintes procedimentos:

- "Aquisição de serviços para a elaboração do Estudo de Impacte Ambiental, do Prolongamento entre a Estação Rato (Linha Amarela) e a Estação Cais do Sodré (Linha Verde), incluindo as novas ligações nos Viadutos do Campo Grande, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. - Proc. 045/2017 – DLO/ML", lançado em junho e adjudicado em setembro de 2017 à empresa Matos, Fonseca e Associados – Estudos e Projetos Lda.;

- "Prestação de serviços de cartografia e de topografia para a expansão da rede do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., ligação das linhas Verde e Amarela, Rato – Cais do Sodré – Linha Circular – Proc. 046/2017 – DLO/ML", lançado em julho e adjudicado em novembro de 2017 à empresa Aero-Topográfica, Lda.;

- "Empreitada para realização da Campanha de Reconhecimento Geológico – Geotécnico do Prolongamento Rato – Cais Do Sodré, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. - Proc. Nº 47/2017-DLO/ML", também lançado em julho e adjudicado em dezembro de 2017 à empresa Geocontrole, Geotecnia e Estruturas de Fundação, S.A..

Ilustração 8 - Mapa da rede ML após concretização do prolongamento Rato – Cais do Sodré (Linha Circular)

Em 2017, o estudo do prolongamento da Linha Vermelha a partir de S. Sebastião teve novos desenvolvimentos, dando resposta a uma solicitação da Câmara Municipal de Lisboa no que respeita à localização das futuras estações. Assim, para além da consolidação da hipótese de traçado com a construção de cerca de 2,36 km de túnel e três estações (Campolide, Amoreiras e Campo de Ourique), foi desenvolvida uma nova hipótese de traçado com cerca de 1,95 km e apenas duas estações (Amoreiras e Campo de Ourique). Na primeira hipótese, a estação Campolide situa-se na R. Marquês de Fronteira, a estação Amoreiras encontra-se próximo da entrada principal do Centro Comercial Amoreiras e a estação Campo de Ourique na R. Saraiva de Carvalho, perto da Igreja de Santo Condestável, enquanto na segunda hipótese a estação Amoreiras fica próximo do hotel D. Pedro e a estação Campo de Ourique fica sensivelmente a meio da R. Ferreira Borges.

Dado que este novo traçado é bastante diferente do anterior, no que respeita ao número e localização das estações, foi feito um aditamento ao estudo da VTM de "Previsões de Tráfego para duas alternativas de Prolongamento da Rede do Metropolitano de Lisboa" para que se pudesse avaliar qual a melhor alternativa de prolongamento, quer relativamente ao acréscimo de passageiros estimado, quer aos respetivos benefícios socioeconómicos. O relatório final deste estudo, cujos resultados permitem a elaboração da respetiva avaliação custo-benefício, foi entregue em dezembro de 2017.

Também para dar resposta a solicitações da Câmara Municipal de Lisboa, foi analisada a possibilidade de executar novas ligações / acessos ao exterior da estação Rato (Linha Amarela), por forma a alargar a área de influência desta, enquanto não for construído o prolongamento da Linha Vermelha a Campo de Ourique.

SINISTRALIDADE LABORAL NOS EMPREENDIMENTOS DO ML

O quadro abaixo reflete os índices de sinistralidade dos trabalhadores dos Empreiteiros nos Empreendimentos ML de 2015 a 2017. No ano de 2017 não ocorreram acidentes de trabalho.

Quadro 21 - Empreendimentos ML - Índices de sinistralidade 2015-2017

Empreendimentos ML (Trabalhadores Empreiteiro)	Unid.	2017	2016	2015
Homens-Hora trabalhadas	horas	21 247	95 560	113 153
Acidentes	n.º	0	2	4
Dias perdidos	n.º	0	87	133
Índice de duração	dias	0,0	43,5	33,3
Índice de incidência	10^3	0,0	3,1	3,8
Índice de frequência	10^6	0,0	20,9	24,1
Índice de gravidade	10^3	0	910	801

SEGURANÇA

SEGURANÇA DE EXPLORAÇÃO (*SAFETY*)

Durante do exercício de 2017, a Autoridade de Segurança de Exploração inserida na Direção de Segurança e Vigilância (DSV), deu cumprimento às obrigações em matéria de *safety* decorrentes da aplicação do Despacho n.º 1094/98 (2.ª série), de 19 de janeiro, emitido pelo Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território.

Estas ações, desenvolvidas no cumprimento da sua missão, incidiram em três vertentes, destacando-se:

1. Cumprimento dos reportes previamente estabelecidos com o Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT, I.P.):
   a. Plano Anual de Segurança de Exploração para o ano 2018;
   b. Relatório semestral e anual de acompanhamento do Plano de Segurança de Exploração de 2017;

2. Cumprimento dos reportes previamente estabelecidos pelo Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e de Acidentes Ferroviários (GIPAAF).
    a. Nível 1: Acidentes graves no âmbito ferroviário (mortes, ferimentos em mais de 5 pessoas ou danos superiores a 2 milhões de euros) - 0 Ocorrências;
    b. Nível 2: Acidentes graves que não causaram as consequências referidas no nível 1 mas que poderiam ter causado. – 0 Ocorrências;
    c. Nível 3: Situações várias de menor gravidade (70 ocorrências).
3. Acompanhamento permanente da circulação de comboios verificando a existência de eventuais incidentes ou acidentes, analisando-os de forma a identificar ações de melhoria, procurando deste modo emitir recomendações e alertas para a promoção de um sistema cada vez mais seguro, e cumprimento das normas e regulamentos em vigor.
4. Elaboração do plano anual de segurança para 2018, de acordo com os requisitos estabelecidos pelo IMT, bem como dos respetivos indicadores de controlo. Neste âmbito, foram identificados os riscos associados à atividade, as possíveis causas dos mesmos, as potenciais consequências e a forma de mitigação das mesmas.
5. Participação no estudo das diversas soluções para o projeto de expansão da ligação Cais do Sodré ao Rato.

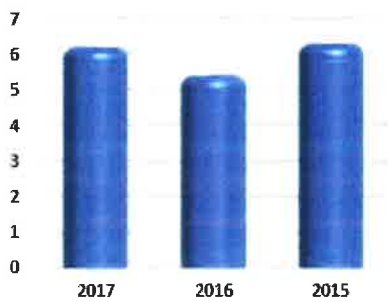
SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS (*SAFETY*)

1. A Direção de Segurança e Vigilância deu cumprimento às obrigações legais em matéria de manutenção de extintores e das BITC – bocas-de-incêndio tipo carretel na rede.
2. Foi desenvolvido o plano anual de realização de exercícios/simulacros e visitas à rede com as forças de proteção civil.
3. Da colaboração dada em termos de formação interna, destaca-se a continuação na execução do plano de formação em gestão de emergência à equipa de segurança da rede ML (pessoal do Posto de Comando Central, maquinistas e pessoal das estações).

SEGURANÇA (*SECURITY*)

Em 2017 verificou-se um aumento dos incidentes registados na rede ML, tendo atingido um valor médio final de 6,19 incidentes por milhão de passageiros transportados, o que se traduz, comparativamente ao ano anterior, num aumento dos incidentes na ordem dos 14,8% em muito devido ao incremento de cerca de 7,7 milhões de passageiros em circulação na rede do ML.

Gráfico 2 - N.º de ocorrências com passageiros por milhão de passageiros transportados



De referir que os resultados alcançados neste tipo de incidentes refletem o elevado número de turistas em circulação na rede do ML que, com a perceção de segurança nas instalações do Metropolitano, leva a generalidade dos mesmos a descurar a atenção sobre os seus bens, gerando a ocorrência de incidentes de furto e roubos.

As situações que têm maior impacto neste indicador são as verificadas a bordo dos comboios e em estações de interface, onde a ação de segurança é mais crítica. Daí a importância da realização e intensificação de campanhas de sensibilização, com a colaboração da Polícia de Segurança Pública (PSP) e o incremento dos esforços, quer pelas forças de segurança, quer pelo pessoal da empresa, no sentido de minimizar o número de incidentes.

Neste trabalho continuado incluem-se a forte participação da DSV nos cursos de Segurança a Transporte Públicos realizados pela Divisão dos Transporte da PSP, assim como o conhecimento transmitido e ministrado interna e externamente a colaboradores, prestadores e forças de segurança, para melhorar a sua capacidade de intervenção no interior do Metropolitano de Lisboa.

Outro aspeto relativo à segurança foi a realização de treinos e simulacros em estreita ligação com as áreas operacionais, de modo a detetar oportunidades de melhoria, quer na articulação entre todos os intervenientes, quer na adequação dos procedimentos e meios existentes, numa atuação em situação de emergência.

SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

No âmbito da reestruturação organizacional implementada em 2017, a área das Tecnologias de Informação enfrentou novos desafios salientando-se a implementação de alguns projetos cruciais que contribuíram para uma maior agilização dos processos de negócio.

Assim, para além da atividade contínua e permanente de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas em exploração no Metro, ao longo de 2017 foram desenvolvidas melhorias / beneficiações em três vertentes específicas:

IMPLEMENTAÇÃO DE MELHORIAS FUNCIONAIS

- Renovação da imagem do Portal interno do ML - Refrescamento da imagem da *Homepage*;
- Implementação de uma ferramenta de solicitação de desenhos à Direção de Empreendimentos;
- Implementação de uma ferramenta de marcação e gestão de salas;
- Melhorias na aplicação "Qualidade e Ambiente";
- Criação de micro-site para gestão de concurso de montras;
- Desenvolvimento de uma aplicação para gerir a Feira do Livro;
- Atualização do módulo de recursos humanos no sistema SAP, em conformidade com as alterações decorrentes da aplicação ao ML da Lei do Orçamento de Estado.

IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS

- Construção e entrada em serviço de um novo *Datacenter* alternativo (Saldanha II), o que permitiu continuar a dispor de um plano de recuperação tecnológico para fazer face a incidentes que possam indisponibilizar o *Datacenter* principal (o *Datacenter* alternativo existente anteriormente foi desativado);
- Desagregação das estruturas de TI das entidades que integravam a TL (Carris e Transtejo) - Exportação de documentos DMS para a Carris e Transtejo, importação de documentos DMS da Carris no SAP da Carris, reconfiguração das infraestruturas de TI com o intuito de garantir a respetiva autonomização;

- Desmaterialização das reuniões de CA - Implementação de uma ferramenta para automatização da preparação da agenda das reuniões CA, implementação de uma ferramenta de suporte digital às reuniões de CA e implementação de assinatura digital nas deliberações do CA;
- Renovação da infraestrutura de armazenamento centralizado o que permitiu:
    - Incremento da capacidade de armazenamento disponível;
    - Aumento da performance no acesso à Informação;
    - Redução significativa do custo de exploração.
- Renovação do Posto de Trabalho
    - Atribuição de computadores portáteis aos responsáveis de 1.ª linha;
    - Substituição de 270 computadores com maior nível de obsolescência;
    - Renovação de 50% do parque de *workstations* das salas de desenho do ML.
- Implementação de uma ferramenta em SAP para auxiliar a Direção de Manutenção na identificação das carruagens que necessitam de manutenção;
- Desenvolvimento e implementação de aplicação de *Compliance* no sistema SAP - desenvolvimento de uma ferramenta para gestão e registo das obrigações da empresa num contexto de *Compliance* e implementação de um sistema de alertas.

ESTUDO/ANÁLISE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS FUTUROS

- Especificações funcionais e início da implementação de uma plataforma de contratação no sistema *SAP*;
- Especificações funcionais para a implementação do sistema SAP na Ferconsult – processos financeiros, de compras e gestão documental;
- Especificações funcionais para a implementação de módulo de faturação no sistema *SAP*;
- Especificações funcionais e início da Implementação de novo *Site* Institucional;
- Estudo para a implementação de uma plataforma de formação e desempenho.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Em 2017 o ML reforçou o planeamento estratégico e operacional no domínio da comunicação institucional, com vista a assegurar, prever, adequar e solucionar, de forma mais eficaz, focos e momentos de comunicação ocorridos durante o ano transato.

O Plano desenvolvido em 2017 deu suporte à tomada de decisão de topo, no domínio da gestão, ajudando a desenvolver a estratégia de comunicação, junto dos *media*, *stakeholders* e restante comunidade, envolvendo-os em ações e projetos de comunicação que visaram atingir, consolidar e reforçar a imagem positiva da empresa.

O presente Plano permitiu, igualmente, identificar e divulgar as medidas positivas mais relevantes que a empresa adotou e que lhe permitiram enfrentar ameaças e aproveitar as oportunidades previstas no setor dos transportes, na mobilidade urbana e na sociedade em geral. Os desafios e as ameaças com as quais o Metropolitano se deparou diariamente em 2017 constituíram oportunidades para desenvolvimento de soluções e de novas perspetivas de negócio.

Este Plano de Comunicação teve, ainda, como objetivo definir uma política de comunicação institucional, consubstanciada num conjunto de ações coerentes e coordenadas, desenvolvidas através da implementação de estratégias de comunicação que ajudaram a organização a obter melhores níveis de desempenho e de eficiência, com resultados mais sustentáveis, prevendo e identificando um conjunto de ações, medidas e projetos dirigidos aos *media*, de forma segmentada ou geral.

O ML conseguiu, de forma estratégica e planificada, proporcionar uma maior visibilidade da sua marca, garantindo o fortalecimento da imagem externa da empresa, fomentando progressivamente o relacionamento com a imprensa e com os seus *stakeholders*.

Neste contexto, o Metropolitano de Lisboa organizou uma sessão de apresentação do seu Plano de Expansão da Rede, dirigida aos órgãos de comunicação social, que contou com a presença do Ministro do Ambiente, do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, entre outros convidados de especial relevo no setor dos transportes e da mobilidade. Esta sessão decorreu na estação São Sebastião, no dia 8 de maio de 2017 e teve uma elevada cobertura mediática.

Em julho de 2017 destacou-se, igualmente, uma conferência de imprensa, realizada pelo ML, por ocasião da inauguração do *Welcome Centre* na estação Aeroporto. Esta conferência de imprensa contou com a presença do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, o Presidente do Conselho de Administração da Carris, na qualidade de empresa que fará a articulação com o Metro, no que respeita à prestação do serviço de transporte.

Destacaram-se ainda, as divulgações efetuadas em relação à ampliação da estação Arroios, à remodelação da estação Areeiro e aos investimentos com remodelação e modernização de equipamentos e de acessibilidades em algumas estações.

Ao longo do período em análise, o ML divulgou as iniciativas relevantes, desenvolvidas e implementadas pela empresa, que tiveram como objetivo o reforço da qualidade do serviço prestado aos seus Clientes, através de envio de comunicados de Imprensa, estabelecendo-se contactos segmentados junto dos *media* para divulgação das várias informações e campanhas.

Relativamente aos contactos com a imprensa, é de destacar a participação do Metropolitano em diversos programas televisivos de informação e entretenimento, que proporcionaram uma imagem positiva da empresa.

De referir ainda que, o Metropolitano de Lisboa teve uma cobertura mediática, através da inserção de 4.125 notícias, em 216 órgãos de comunicação social, dando origem a um AVE (*Advertising Value Equivalent*), no valor de € 24.589.542.

Do total de notícias, 68% foram publicadas em meios *online*, 16% em meios de imprensa escrita e 16% em meios audiovisuais, destacando-se os meios de informação geral com 84% do total de notícias.

O número de artigos positivos ou neutros representou 81% da totalidade das notícias no período em análise. Quanto às oportunidades de contacto, o Metro de Lisboa atingiu 7.044.230.766 pessoas. O ROI (*Return On Investment*) foi, em 2017, de € 16.289.658,00.

No âmbito do desenvolvimento de ações de Comunicação Institucional Interna, em 2017 destaca-se, ainda, a realização da IV Edição da Feira do Livro, uma feira dirigida a toda a comunidade de trabalho, em que se convidaram as grandes editoras a participar, com o objetivo de incentivar os trabalhadores à leitura e a atividades intelectuais e/ou culturais.

Foram, igualmente, organizadas diversas reuniões de Quadros e de Chefias, com vista à atualização e partilha de informação, no âmbito da estratégia da empresa.

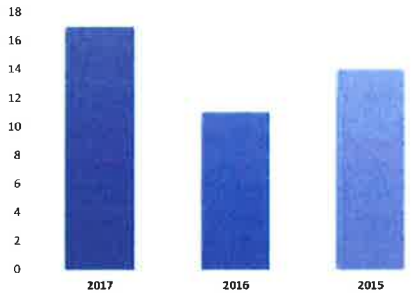
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Em 2017, o Metropolitano de Lisboa imprimiu uma nova dinâmica à representação institucional da empresa em matéria de relacionamento externo, num quadro de rigor e de racionalidade económica, tendo em vista consolidar o posicionamento internacional, a imagem e a notoriedade do ML e das empresas suas participadas.

Nesse sentido, verificou-se o retomar progressivo da participação do ML nas atividades dos organismos internacionais relevantes do setor, designadamente a UITP, a ALAMYS e o CEEP Portugal, bem como o estreitar do relacionamento com as empresas suas congéneres, seja no Grupo NOVA de Benchmarking de Metros, seja através de contactos bilaterais com outros metros, sobretudo europeus.

Visando extrair o máximo retorno desta participação para a empresa, foram implementados novos *templates* de proposta e de relato de missão internacional, tendo havido um ligeiro incremento face ao ano anterior com um total de 17 missões ao exterior, conforme gráfico seguinte:

Gráfico 3 – Evolução das deslocações internacionais



MISSÕES POR ENTIDADE:

UITP – União Internacional do Transporte Público

- UITP | Visita de estudo sobre segurança, Nova Iorque e Washington (maio);
- UITP | Congresso Mundial da UITP, Montreal (maio);
- UITP | Reunião da Comissão de Segurança, Montreal (maio);
- UITP | Reunião da Comissão de Economia dos Transportes, Montreal (maio);
- UITP | Reunião do Comité União Europeia, Bruxelas, (setembro);
- UITP | Reunião da Comissão de Economia dos Transportes, Budapeste (setembro);
- UITP | Assembleia de Metros, Viena (setembro);
- UITP | Reunião do Subcomité de Operação, Madrid (outubro);
- UITP | Reunião da Comissão de Segurança, Praga (outubro);
- UITP | Reunião do Subcomité de Material Circulante, Tóquio (novembro);
- UITP | Reunião da Comissão de Gestão e Recursos Humanos, Viena (novembro).

Associação Latino-Americana de Metros e Subterrâneos

O ano de 2017 marcou o regresso do ML enquanto Membro Principal da ALAMYS, associação que reúne autoridades, operadores e empresas oriundas dos países latino-americanos e da Península Ibérica, que desenvolvem atividade no âmbito dos sistemas ferroviários metropolitanos.

Neste capítulo, importa realçar o sucesso da candidatura apresentada pelo ML na 31.ª Assembleia Geral da ALAMYS, que se realizou em Barcelona durante o mês de novembro e que culminou na eleição da Eng.ª Maria Helena Campos para o Comité de Direção, em representação do ML.

Grupo NOVA – Benchmarking de Metros

A empresa desenvolveu um elevado nível de participação nas atividades do Grupo NOVA, fazendo-se representar na reunião anual de gestão que teve lugar no mês de setembro, em Oslo.

O ML esteve igualmente empenhado nas restantes atividades do NOVA, nomeadamente através de uma participação mais ativa no Fórum *online*, na recolha anual dos Indicadores-Chave de Desempenho (KPI) e na participação em estudos e outras iniciativas promovidas pelo grupo.

CEEP Portugal – Serviços de Interesse Geral

No CEEP Portugal, secção nacional do Centro Europeu de Empresas de Serviços de Interesse Geral, sediado em Bruxelas e reconhecido pela União Europeia como parceiro social, o ML retomou a participação por intermédio da Direção de Capital Humano, atento o enfoque nos temas da coesão social.

Outras missões internacionais:

- Smartrail | CBTC World Congress, Paris (novembro);
- EMA/COSIDER | Visita técnica, Argel (novembro);
- INDRA | Visita técnica, Madrid (novembro);
- POSEUR | Exposição, Bruxelas (dezembro).

O ML acolheu visitas de delegações estrangeiras oriundas do Brasil, Bulgária, Croácia, China, Espanha, França e Reino Unido, que mobilizaram 90 visitantes, tendo sido registados diversos testemunhos de apreço sobre as capacidades do ML e a forma como foram recebidos.

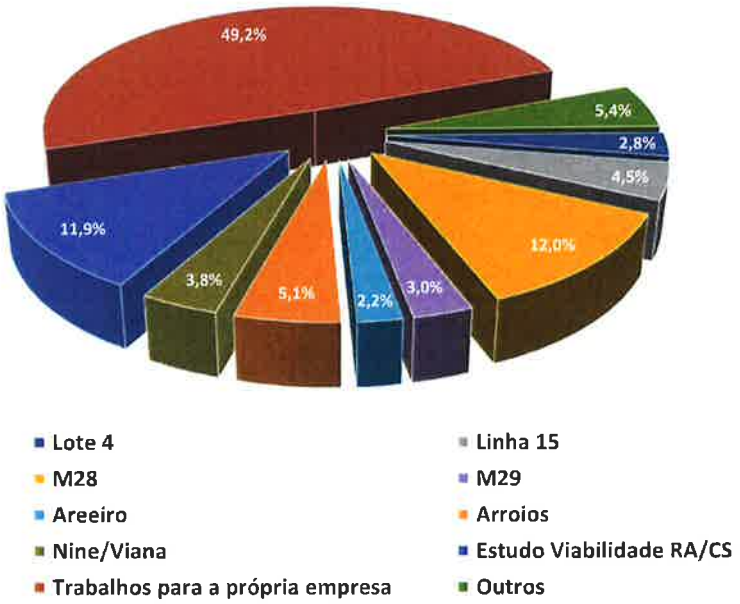
1.2. Ferconsult, S.A.

A atividade operacional da Ferconsult assistiu a uma queda acentuada em 2017, fruto do encerramento e redução significativa nos principais projetos que contribuíam em maior percentagem para a atividade produtiva da empresa.

Paralelamente, e dando cumprimento às novas orientações do acionista, durante o ano de 2017 apenas existiu uma nova adjudicação pela IP-Infraestruturas de Portugal, relativa ao projeto para a Prestação de Serviços de Fiscalização e Apoio de Gestão de Nine Viana.

A capacidade de produção interna em 2017 contabilizou aproximadamente 72.042 horas em projeto, das quais, se distribuíram da seguinte forma:

Gráfico 4 – Distribuição de Horas por Projeto



Do gráfico acima, salientam-se os seguintes projetos:

- M28 (Lote 1) - Metro de Argel – *Extensão E"* – troço El *Harrach / Aeroporto – Projeto de execução do Túnel e* estações (12%);
- Estudo de viabilidade para a expansão do Metropolitano de Lisboa Rato / Cais do Sodré (11,9%);
- Projeto de Remodelação da estação Arroios (5,1%).

De referir que o maior volume de horas de projeto em 2017 da Ferconsult se centralizou essencialmente em trabalhos para a própria empresa (49,2%), ou seja, dado 2017 ter sido um ano de grandes mudanças quer estruturais quer estratégicas da empresa, a equipa centrou-se em elaborar estudos preliminares sobre futuras necessidades do ML quer de expansão quer de remodelação.

Gráfico 5 – Distribuição de Horas por Mercado Destino

A Ferconsult continuou, em 2017, a analisar diversas oportunidades que surgiram no mercado nacional, interessantes do ponto de vista empresarial e que poderão vir a corresponder no futuro às competências que possuí e aos recursos disponíveis em cada ocasião, sem colocar em causa a clara orientação do acionista para a prioridade absoluta no apoio às suas necessidades mais prementes.

1.3. Metrocom, S.A.

Integrada no conceito "não-transporte", a Metrocom é uma sociedade comercial que tem em vista rentabilizar os espaços comerciais disponibilizados na rede do Metropolitano de Lisboa, contribuindo, desse modo, para o aumento de receitas e prestando um serviço ao passageiro.

A empresa tem como grandes objetivos comercializar esses espaços, gerir os contratos daí resultantes no que respeita a lojas, quiosques, escritórios e vitrinas, programar e organizar formas de comercialização de produtos nas estações e demais espaços da rede como eventos ocasionais (feiras de livros, carrinhos e outras), ações promocionais, máquinas de *vending* e de fotografia.

A Metrocom assegura, ainda, a gestão de um contrato de arrendamento comercial celebrado entre o ML e o Bingo do SLB, a funcionar num espaço sito na estação Colégio Militar.

A exploração comercial da Metrocom baseia-se na atividade do negócio instalado em lojas de "passagem" que recomendam um tipo de estabelecimento organizado para compras rápidas e por impulso. Esta caraterística, associada à elevada proximidade com os clientes do metro, recomenda uma variedade de oferta de produtos ajustada aos diferentes segmentos de clientes.

Na parte final de 2017, foi possível alcançar acordos com os lojistas sobre os valores das rendas/mensalidades de modo a corrigir distorções e simplificar procedimentos que irão proporcionar e assegurar maior estabilidade entre uns e outros.

CONTRATOS

No final de 2017, a Metrocom assegurava a gestão de:

- 172 contratos de licença de exploração de lojas/quiosques em estações da Linha Azul (68), da Linha Amarela (62), da Linha Verde (13) e da Linha Vermelha (29).
- 8 contratos de exploração com posições distribuídas por várias estações, celebrados com as empresas:
    - APL (62 - máquinas de *vending*);

- Animate (45 - máquinas de fotografias);
- BCP-Millennium (47 - ATM);
- Condição Tempo (5 - carrinhos de pipocas);
- Sistema J (feira de livros).

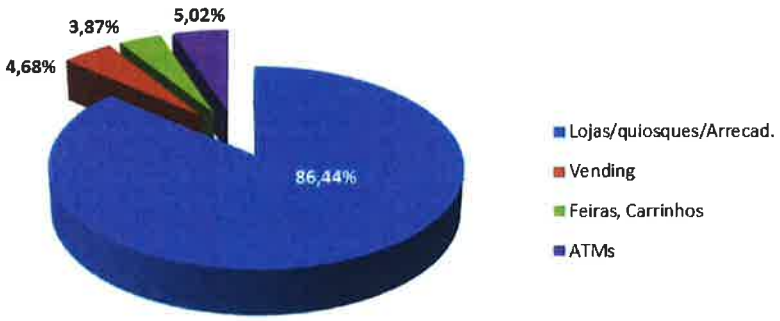
Para além dos contratos de exploração, a Metrocom assume ainda a gestão das denominadas "cedência de espaço" para a realização de eventos ocasionais e de carácter temporário (carrinhos, *stands*, bancas, mostras e similares), vinculadas pelos denominados "contratos de cedência de espaço".

Aos proveitos decorrentes dos contratos de exploração de lojas/quiosques e da ocupação de áreas para a realização de eventos ocasionais acrescem, ainda, os proveitos provenientes de "direitos de ingresso".

ANÁLISE DA ATIVIDADE OPERACIONAL

A principal fonte de receitas da Metrocom, de acordo com o gráfico abaixo, é a que advém do aluguer de lojas, quiosques e arrecadações. Face a 2016, registou-se um ligeiro aumento da importância deste segmento de negócio (86,44% contra 85,55%).

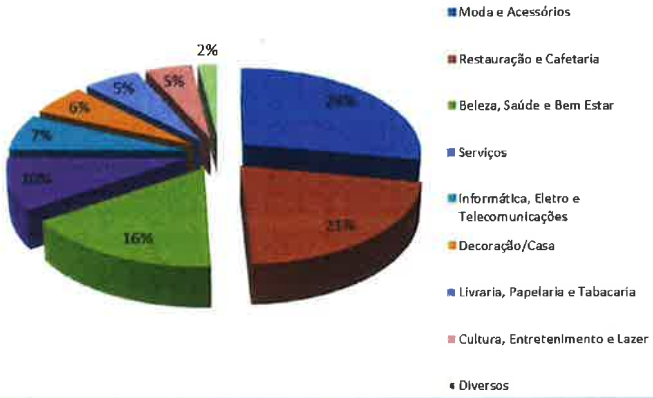
Gráfico 6 – Distribuição das receitas por segmentos de negócio (2017)



À semelhança do que se verificou em anos anteriores, a área de negócio que mais contribuiu para a faturação da empresa, em todo o espaço comercializado, foi a de " Moda e Acessórios" (28%) seguida de " Restauração e Cafetaria" (21%) e de "Beleza, Saúde e Bem-Estar" (16%).

O gráfico seguinte configura o peso percentual, arredondado à unidade, da faturação relativa às atividades mais relevantes:

Gráfico 7 – Distribuição de receitas por área de negócio (2017)

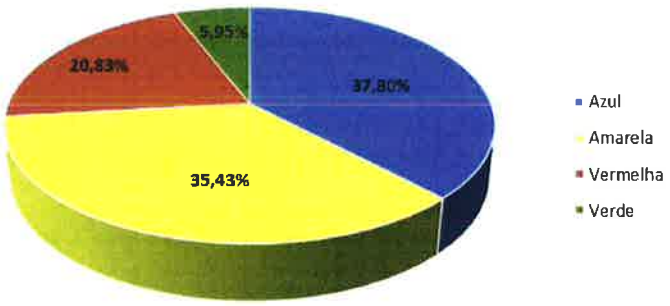


Os espaços comercializados distribuem-se pelas 4 linhas da rede.

A Linha Azul, onde sobressaem as estações Colégio Militar, Jardim Zoológico/Sul e Amadora, concorre 37,80% para as receitas totais, seguida pela Linha Amarela com 35,43%, com relevância para as estações de Campo Grande, Marquês Pombal e Entre Campos, a Linha Vermelha com 20,83%, com maior expressão a estação Alameda e por último a Linha Verde com 5,95%.

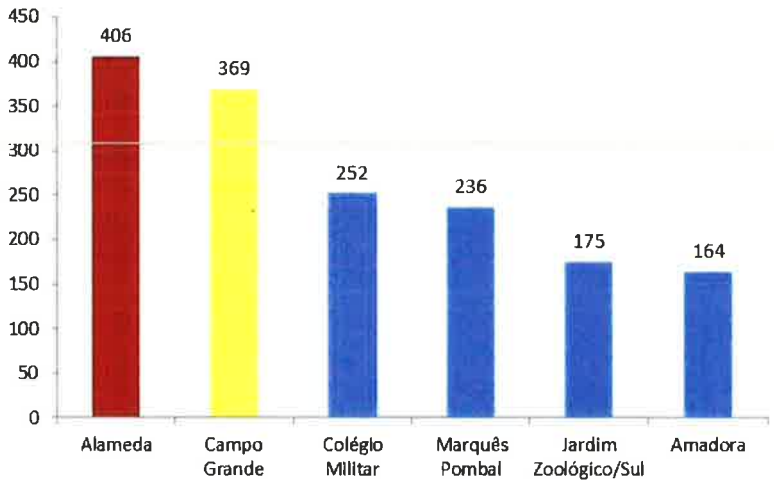
O gráfico que se segue mostra o contributo relativo por Linha:

Gráfico 8 – Distribuição das receitas por Linha (2017)



O gráfico que se segue mostra o contributo das principais estações para as receitas comerciais, em milhares de euros:

Gráfico 9 – Estações com maior volume de receitas – milhares de euros (2017)



2. Desempenho Ambiental

O Sistema de Gestão existente até abril de 2017, englobava em conjunto as empresas Metropolitano de Lisboa, Carris, Transtejo e Soflusa, com processos operacionais separados e processos de gestão e de suporte comuns às quatro empresas. A total autonomia do Metropolitano de Lisboa levou à necessidade de repensar o Sistema de Gestão existente, de modo a adapta-lo à nova realidade de funcionamento da empresa.

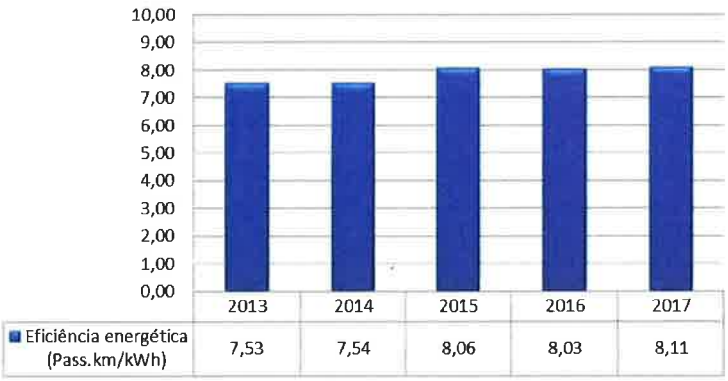
O ano de 2017 fica assim marcado pelas várias etapas de conceção e implementação de um Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente que desse resposta à atual estrutura orgânica e aos requisitos das normas ISO 9001 e ISO 14001.

O Metropolitano de Lisboa continua empenhado no cumprimento integral dos requisitos legais aplicáveis à empresa em matéria de ambiente e qualidade

Para 2018 o grande objetivo é a transição da certificação do Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente pelas novas versões das normas ISO 9001 e ISO 14001, bem como a retoma consolidada de todas as boas práticas anteriormente conduzidas pelo Metropolitano de Lisboa no âmbito do Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente.

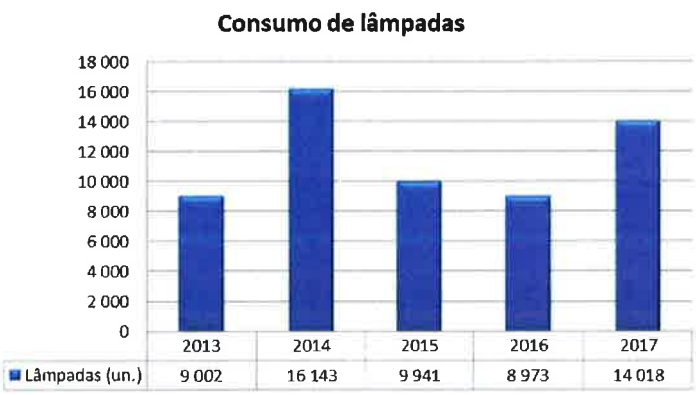
No domínio ambiental, foi definido um conjunto de medidas, no âmbito do Sistema de Gestão Ambiental do METROPOLITANO com vista a minimizar os impactos negativos decorrentes da atividade, que se centrou na gestão eficiente dos recursos naturais. Em 2017 foi possível aumentar a eficiência energética bem como a taxa de valorização de resíduos que traduz a percentagem de resíduos enviados para valorização face ao total de resíduos produzidos.

Gráfico 10 – Eficiência Energética (Pass.km/kWh)



	2013	2014	2015	2016	2017
Eficiência energética (Pass.km/kWh)	7,53	7,54	8,06	8,03	8,11

Gráfico 11 – Consumo de lâmpadas



	2013	2014	2015	2016	2017
Lâmpadas (un.)	9 002	16 143	9 941	8 973	14 018

Gráfico 12 – Consumo de papel

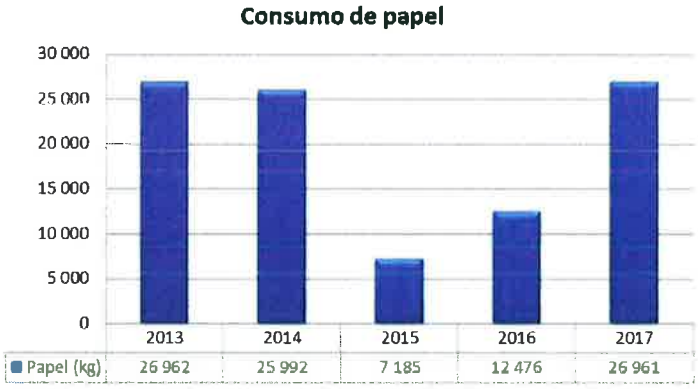


Gráfico 13 – Consumo de betão

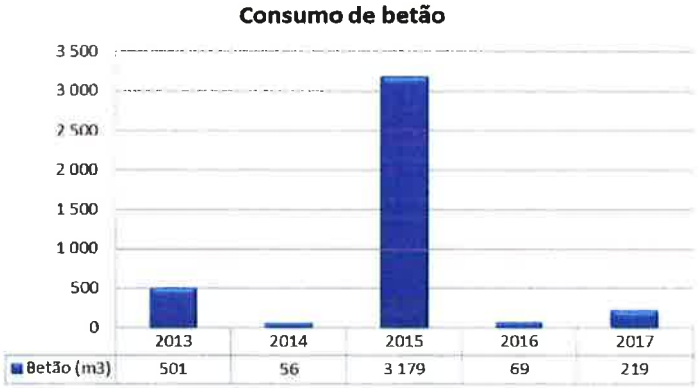


Gráfico 14 – Consumo de aço

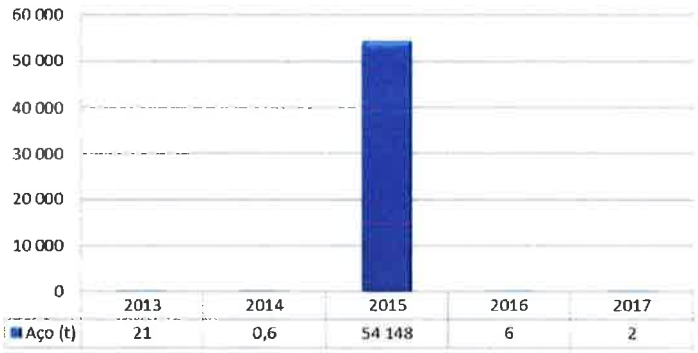


Gráfico 15 – Consumo de toners

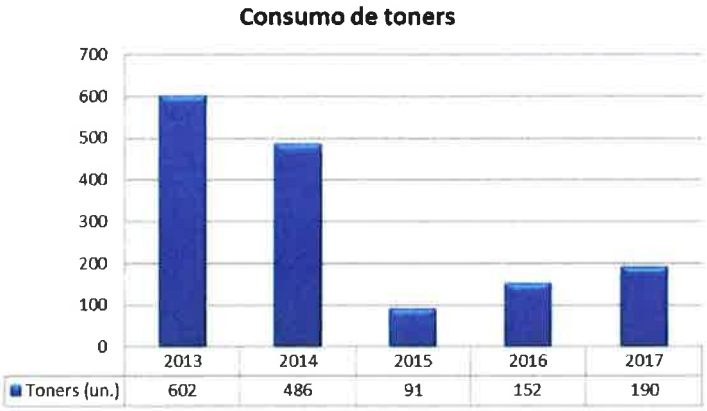
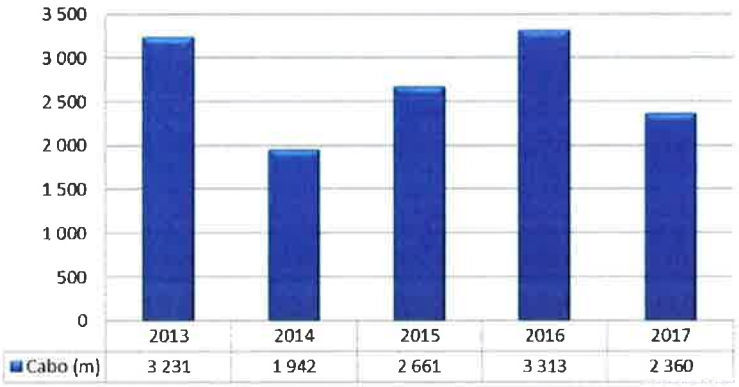


Gráfico 16 – Consumo de abraçadeiras

Gráfico 17 – Consumo de cabo



SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE E AMBIENTE

O Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente tem como principal objetivo a melhoria contínua do desempenho da organização, através da satisfação das partes interessadas, duma correta gestão ambiental e da racionalização dos custos, e visa definir as atividades necessárias ao cumprimento da Política de gestão de qualidade e ambiente e dos objetivos definidos.

O Sistema de Gestão assenta nos seguintes princípios:

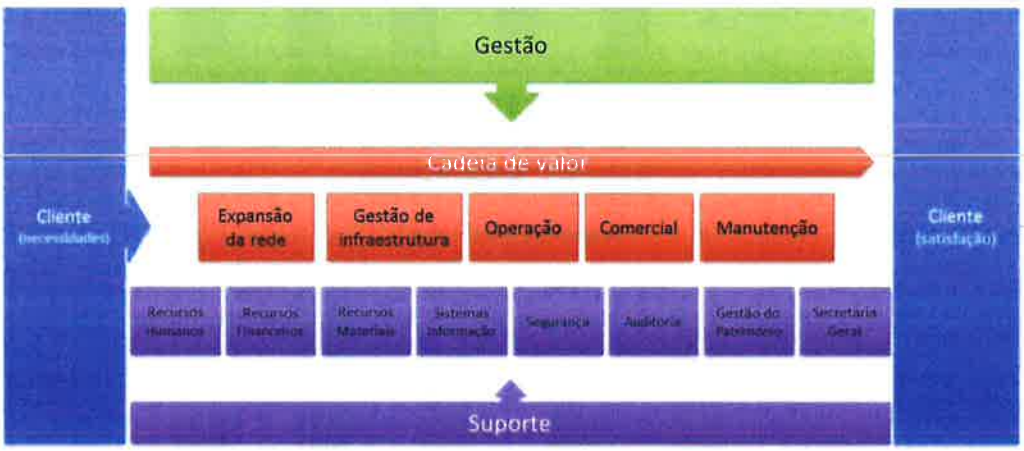
- Na liderança e no compromisso da gestão de topo;
- Numa cultura orientada para a qualidade, visando a satisfação do Cliente;
- Na melhoria contínua do desempenho ambiental;
- Numa organização com pessoas envolvidas e responsabilidades bem definidas;
- Nos processos e nos meios que garantem a qualidade e a gestão ambiental pretendidos;
- Em recursos humanos capazes de inovar em busca da melhoria contínua.

O Metropolitano de Lisboa adotou a norma NP EN ISO 9001:2008, efetuando uma abordagem de gestão por processos. Para o efeito foram identificados os diversos processos que constituem a cadeia de valor da empresa, bem como as relações entre os mesmos. Esta matriz de processos é reavaliada periodicamente, tendo sido implementada uma nova matriz no início de 2017.

Cada um dos processos é monitorizado através de indicadores de desempenho, sendo fixadas metas anuais e feito o acompanhamento periódico ao longo do ano. Esta abordagem permite a identificação eficaz e atempada de desvios na consecução dos objetivos propostos, possibilitando a tomada de decisões com vista à sua correção.

O Sistema de Gestão assenta numa abordagem por processos de acordo com a seguinte matriz:

Ilustração 9 – Matriz de Processos do Sistema



IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS ASPETOS E IMPACTES AMBIENTAIS

A identificação dos aspetos ambientais tem por base a análise das atividades desenvolvidas em cada processo e local, ou seja, para cada atividade são analisados os aspetos ambientais conexos.

Na análise dos aspetos ambientais é tida em consideração as condições em que os mesmos se verificam, normalmente, esporadicamente ou em emergência e o facto da responsabilidade do ML ser direta ou indireta.

Seguidamente são avaliados os impactes ambientais resultantes desses mesmos aspetos, que podem ser positivos ou negativos. Essa avaliação é quantitativa e calculada através da seguinte fórmula:

Significância = (Duração + Área + Intensidade) / 3

A determinação dos impactos ambientais mais significativos, e aspetos associados, permite a tomada de decisões sustentadas na mitigação dos impactos significativos negativos e na potenciação dos positivos.

Pode-se verificar, em 2017, com base na metodologia de avaliação definida, que a atividade da empresa teve aspetos ambientais significativos (isto é, aspetos que têm ou podem ter impactes ambientais significativos, positivos ou negativos, no ambiente), sendo estes:

Positivos:

- Aspetos socioeconómicos associados à oferta de transporte público, diminuição do tempo de deslocação e descongestionamento das vias públicas.

Negativos:

- Consumo de energia elétrica, na globalidade das atividades realizadas no ML;
- Emissões atmosféricas indiretas devidas ao consumo de energia elétrica.

COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Carta de Sustentabilidade da UITP

O METRO é signatário da Carta de Sustentabilidade da UITP desde 2003, altura em que passou a integrar nos seus objetivos estratégicos, os princípios sociais, ambientais e económicos do desenvolvimento sustentável.

Em 2013, o METRO designou o Diretor de Ambiente e Qualidade como interlocutor da Empresa para as questões da Carta de Sustentabilidade, tendo ainda reafirmado o seu compromisso enquanto "Full Signatory" com os princípios fundamentais nela expressos.

GRUPOS DE TRABALHO ONDE O ML ESTÁ ENVOLVIDO

O ML potencia a sua participação em diversos organismos internacionais, como o Grupo de Benchmarking NOVA para conhecer as melhores práticas mundiais no setor e transpor as aplicáveis à realidade ML incrementando o seu processo de melhoria contínua.

A nível nacional o ML mantém a presidência da Comissão Técnica de Normalização CT 148 – Transportes, logística e serviços, As Comissões Técnicas de Normalização fazem parte do Sistema Português da Qualidade e são os órgãos técnicos responsáveis pela elaboração das Normas Portuguesas e pela emissão de pareceres normativos, nomeadamente junto das suas congéneres europeias.

ÉTICA EMPRESARIAL E PRINCÍPIOS DE LEGALIDADE

O Metropolitano de Lisboa, através do seu Sistema de Gestão define e adota um conjunto de medidas consubstanciadas num programa, para minimização dos impactes ambientais negativos decorrentes das suas atividades e a consequente melhoria do desempenho ambiental. Estas medidas incidem nos principais aspetos ambientais associados às atividades da empresa, tais como: consumos de energia, consumos de água, produção de resíduos, ruído, gestão de produtos químicos e produção de águas residuais.

No que respeita aos princípios de legalidade e ética empresarial o ML rege-se por um código de ética e conduta, assumindo como princípios estruturantes da sua atividade os seguintes compromissos:

- ✓ Respeito e proteção dos direitos humanos;
- ✓ Respeito pelos direitos dos trabalhadores;
- ✓ Erradicação de todas as formas de exploração (trabalho forçado e trabalho infantil);
- ✓ Erradicação de todas as práticas discriminatórias;
- ✓ Luta contra todas as formas de corrupção;
- ✓ Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- ✓ Contribuição para o desenvolvimento sustentável.

3. Desempenho Social

3.1. Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Em 2017, a Gestão de Recursos Humanos do Metropolitano de Lisboa refletiu a adoção do novo modelo organizacional, com uma estrutura que releva princípios de sustentabilidade empresarial, autonomizando e evidenciando a vertente da responsabilidade social e dando expressão à valorização do conhecimento e das capacidades das nossas pessoas como Capital Humano.

No ano em análise, o Metropolitano de Lisboa procurou assim assumir um maior compromisso com as partes interessadas, nomeadamente com os colaboradores e com a comunidade envolvente, quer internamente reforçando as medidas que permitem uma maior conciliação com a vida familiar e proteção da maternidade, ao mesmo tempo que manteve um conjunto alargado de benefícios aos colaboradores, quer como uma organização empenhada em "contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo" assumindo uma atitude socialmente responsável, e adotando uma política de Responsabilidade Social tanto na dimensão externa como interna.

Ao longo do exercício de 2017, destacaram-se as seguintes iniciativas no âmbito da Gestão do Capital Humano do Metropolitano de Lisboa:

- Cumprimento das medidas determinadas pela Lei do OE de 2017, concluindo a reposição salarial e a aplicação atempada dos efeitos da progressão nas carreiras nos termos previstos na LEO;
- Resolução das situações precárias com extinção do quadro de disponíveis e afetação das pessoas a diferentes áreas e a funções concretas;
- Dinamização do diálogo social e da negociação coletiva com as associações representativas dos trabalhadores, bem como a reativação da Comissão de Segurança e Saúde no Trabalho, reforçando o compromisso e participação no desenvolvimento da atividade como partes interessadas;

- Elaboração da Carta de Responsabilidade Social, assumindo a valorização que o Metropolitano de Lisboa atribui à dimensão social, fazendo desta um valor a ser partilhado e participado por todos na Empresa, no desenvolvimento de uma cultura socialmente responsável, com a adoção de rotinas e práticas claras que orientam a nossa intervenção em parceria com várias instituições para apoio a causas solidárias no meio envolvente à rede Metro, como sejam:
  - O "COMPANHEIRO" – IPSS que apoia a inclusão psicossocial de reclusos e ex-reclusos e suas famílias através do desenvolvimento de competências pessoais e profissionais;
  - A C.A.S.A. – Centro de Apoio ao Sem-Abrigo, IPSS que presta apoio à população mais carenciada de Lisboa;
  - O ASE - Associação Assistência Social Evangélica, IPSS e entidade de referência nos cuidados prestados à população idosa na zona oriental de Lisboa;
  - O Banco Alimentar Contra a Fome, IPSS que que luta contra o desperdício de produtos alimentares, encaminhando-os para distribuição gratuita às pessoas carenciadas;
  - O Banco de Bens Doados da ENTRAJUDA, projeto inovador que fomenta o exercício da sustentabilidade, fazendo chegar a instituições de solidariedade social produtos não alimentares doados por empresas e particulares;
  - APOIARTE - Casa do Artista, Associação de Apoio aos Artistas, IPSS de utilidade pública cuja missão é apoiar e dignificar aqueles que exercem ou tenham exercido funções relacionadas com a atividade do espetáculo;
  - Projeto REDE – Liderado pelo Metro junto de outros operadores no qual se visa ajudar a Renascer e a Erguer as áreas afetadas, através da Dedicação e do Envolvimento das Comunidades, que vivenciaram a experiência dramática dos incêndios florestais que assolaram o País no ano de 2017.

- Ainda no âmbito da sua política de Responsabilidade Social, realizaram-se campanhas de vacinação contra a gripe e contra o tétano, bem como vários rastreios de prevenção de doenças crónicas com maior prevalência na população portuguesa, nomeadamente, um Rastreio do Cancro da Mama, um Rastreio de Prevenção do Cancro da Próstata, um Rastreio de Prevenção do Melanoma e no Dia Nacional de Prevenção da Obesidade um Rastreio Nutricional. Adicionalmente, foram ainda realizadas ações de sensibilização, nomeadamente no dia mundial da trombose (ação sobre o Tromboembolismo Venoso) e no Dia da Osteopatia (estabelecimento de um protocolo disponibilizando esta terapia).
- Elaboração e divulgação da Carta de Direitos dos Doentes, formalizada e assumida como compromissos da Empresa para com os seus colaboradores no dia Mundial do Doente.
- Renovação do acordo de adesão ao Fórum Empresas para a Igualdade de Género – o nosso compromisso e subscrição da Declaração sobre Igualdade de Oportunidades para Mulheres e Homens no Setor dos Transportes Público, como forma de reconhecimento da importância da igualdade de género no âmbito da sustentabilidade social.

- Relançamento do Projeto Menos Absentismo como intervenção de combate ao absentismo, dirigida essencialmente para a sua redução por motivo de doença.

Dando cumprimento, ao decretado no art. 21.º da LOE para 2017, todos os colaboradores foram avaliados e viram refletida a devida progressão profissional, procedendo-se atempadamente ao processamento de 50% dos direitos adquiridos em matéria de avaliação, nos termos exatos do referido artigo.

Gráfico 18 - Rácio entre o salário mais baixo no ML e o salário mínimo nacional (%)

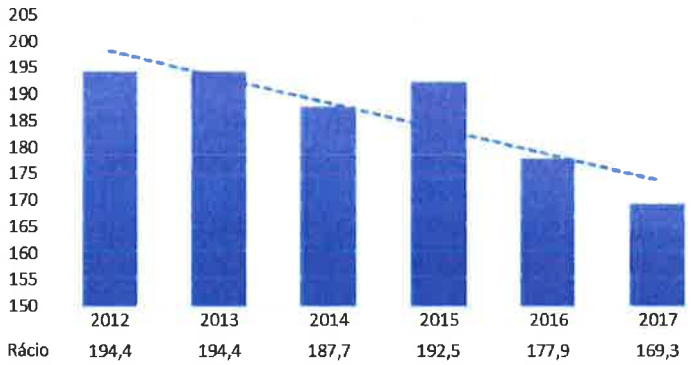
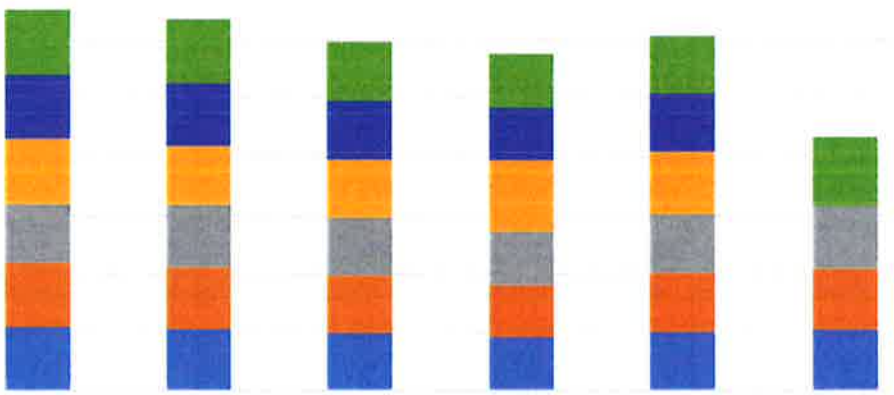


Gráfico 19 - Rácio do salário base entre homens e mulheres (%)

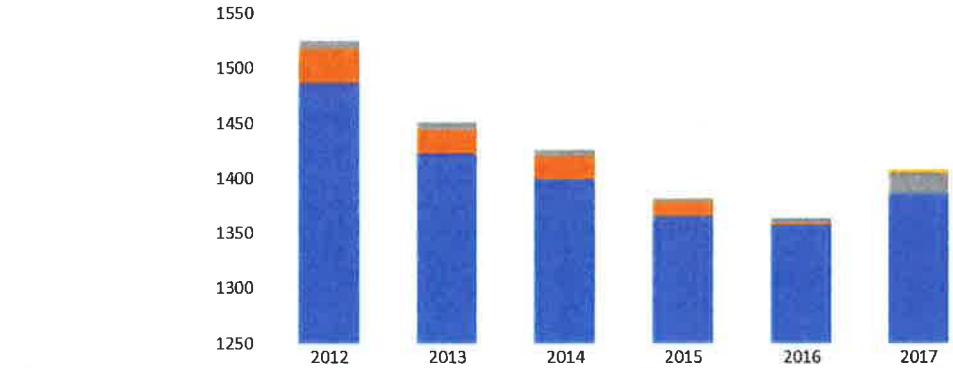


	Quadros Superiores	Quadros Médios	Quadros Intermédios	Profissionais altamente qualificados	Profissionais qualificados	Profissionais não qualificados
2017	110,8	108,8	100,8	91,9	98,6	118,0
2016	110,3	108,1	100,8	89,8	99,5	0,0
2015	111,2	100,5	99,0	122,3	106,7	0,0
2014	100,1	106,7	99,5	90,7	100,9	106,9
2013	110,2	106,0	98,2	90,0	100,6	104,5
2012	109,8	105,9	99,1	91,4	100,6	104,5

CARACTERIZAÇÃO DO EFETIVO

O ano de 2017 caracterizou-se pela continuidade da medida determinada pelo Acionista, de otimização dos recursos humanos, em linha com a estratégia da Empresa de recuperação das condições de operação e manutenção e de reorientação para o cliente, invertendo a tendência de diminuição de efetivos que caracterizou o período 2012-2016, com a admissão de 30 novos colaboradores para reforçarem as equipas de venda e atendimento ao cliente nas estações. Com este recrutamento foi ainda possível reforçar os efetivos de Maquinista incrementando o impacto na qualidade do serviço prestado aos nossos clientes.

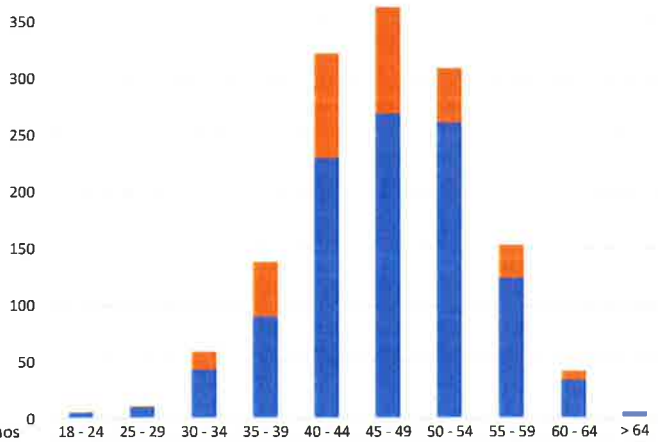
Gráfico 20 - Número de efetivos a 31 de dezembro



	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Comissão de serviço do exterior	0	0	0	0	0	3
Contratos de cedência	7	6	6	2	3	19
Contratos a termo	31	22	21	13	2	0
Contratos sem termo	1487	1423	1399	1366	1358	1386

Apesar da admissão de 30 novos colaboradores para as estações, a idade média do efetivo global permanece elevada (47,3 anos), com 36% dos colaboradores acima de 50 anos. Em áreas core como a Operação e Manutenção estes valores são inda mais preocupantes com idades médias superiores a 49 anos e com 42% e 45% dos colaboradores acima dos 50 anos respetivamente. De referir ainda que, em diversas áreas corporativas a idade média ultrapassa mesmo os 50 anos. Esta situação indicia, claramente, a necessidade urgente de reposição do efetivo, de forma programada e atempada, para permitir a passagem do conhecimento nas áreas core da Empresa.

Gráfico 21 - Idade do efetivo

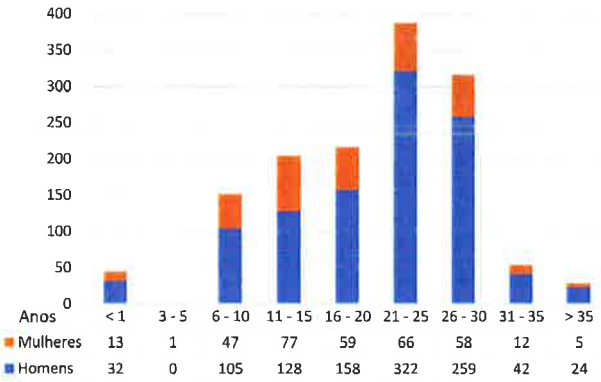


Anos	18 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	40 - 44	45 - 49	50 - 54	55 - 59	60 - 64	> 64
Mulheres	1	1	16	48	92	94	48	29	8	1
Homens	5	10	43	90	230	269	261	124	34	4

- **Antiguidade do efetivo na Empresa**

Já no que se refere à antiguidade do efetivo, esta é demonstrativa da falta de uma política de ajustamento dos recursos humanos, com um gap de colaboradores com antiguidade entre os 3 e 5 anos em face da ausência de recrutamentos entre 2010 e 2017, interrompida neste ano. De realçar ainda que, à semelhança da idade média, a antiguidade média do efetivo é relativamente elevada (20,9 anos), com 56% dos colaboradores a apresentarem mais de 20 anos de antiguidade e 28% mais de 25 anos de antiguidade.

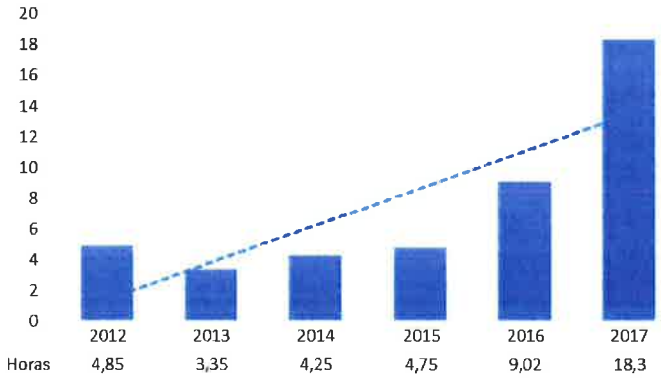
Gráfico 22 - Antiguidade do efetivo



- **Formação**

O ano de 2017 foi marcado pelo significativo reforço do investimento na área da formação, refletido no aumento acentuado das horas de formação (+106%), ainda que se tenham registado pequenas reduções no número de ações realizadas e no número de participantes (-5%) nessas ações. Este esforço foi acompanhado por um reforço dos meios financeiros afetos à formação, verificando-se um incremento nos custos de formação de 124% relativamente ao ano anterior. Apesar deste incremento de custos, verificou-se igualmente um aumento significativo do volume de formação interna, que passou de 33% para 69% do volume de formação total.

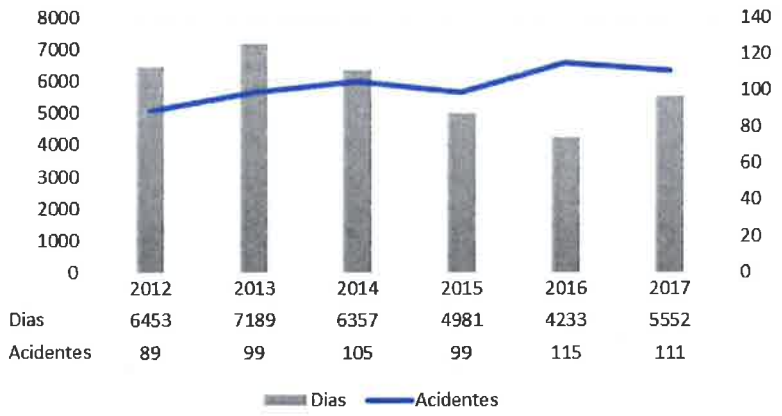
Gráfico 23 - Média de horas de formação por colaborador



- **Acidentalidade laboral**

Em 2017, a nível de acidentalidade laboral destaca-se um aumento significativo do número de dias perdidos (+31%), apesar da diminuição do número de acidentes de trabalho, por conseguinte o índice de duração dos mesmos registou um aumento face ao ano anterior. No sentido oposto à evolução deste indicador, manteve-se a tendência de redução da taxa de absentismo, que passou para 8.98% de 9.11% em 2016 e de 10,57% em 2015.

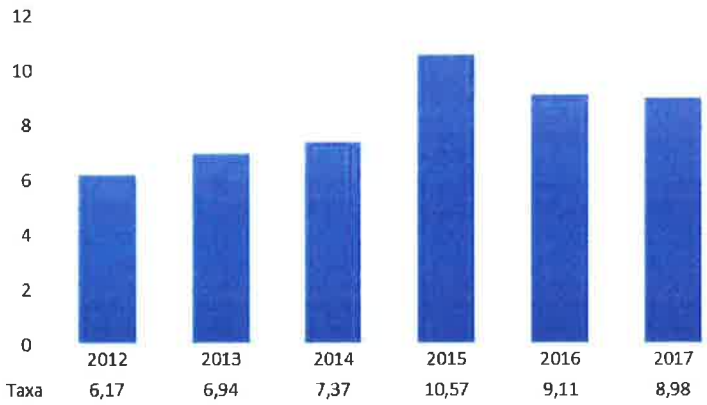
Gráfico 24 – Acidentalidade laboral



- **Absentismo**

No ano em análise, a taxa de absentismo estabilizou próximo dos 9% depois de, no ano anterior, ter invertido a tendência de crescimento iniciada em 2012, tal como se evidencia no gráfico abaixo. Tal como em anos anteriores, as ausências por doença continuam a ser o vetor com maior expressão neste indicador (85.522 horas em 2017), seguido das ausências por acidente de trabalho (36.784 horas).

Gráfico 25 - Taxa de absentismo (%)



3.2. Ferconsult, S.A.

O ano de 2017 voltou a ser um ano de profundas mudanças internas na Ferconsult.

A Direção Corporativa (Recursos Humanos e Financeira) foi extinta por decisão do Conselho de Administração tendo os serviços sido assegurados pelas respetivas Direções do Metropolitano de Lisboa.

CARACTERIZAÇÃO DO EFETIVO

- **Efetivo Total**

Durante o ano de 2017 a Ferconsult S.A apresentou um efetivo médio de 70 colaboradores, dos quais 36 do sexo masculino e 34 do sexo feminino (51% e 49% respetivamente).

A 31 de Dezembro de 2017, a Ferconsult contava com um efetivo de 64 colaboradores, tendo o efetivo sido reduzido em 19 colaboradores:

- Cessação do contrato de trabalho – 1 colaborador;
- Caducidade do contrato de trabalho – 1 colaborador;
- Acordo de Cedência com o ML – 16 colaboradores;
- Regresso ao ML de trabalhador cedido à Ferconsult – 1 colaborador.

O quadro infra demonstra o histórico do número de funcionários nos últimos 6 anos:

Quadro 22 – Efetivo Ferconsult em 31 de Dezembro - 2012-2017

Vínculo Contratual	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Contratos sem termo	59	75	75	74	76	77
Contratos a termo	2	2	13	44	44	52
Contratos cedência ML	3	6	6	2	2	2
Total Mulheres	33	37	40	47	48	51
Total Homens	31	46	54	73	74	80
Total	**64**	**83**	**94**	**120**	**122**	**131**

Nota: os valores de 2012 a 2016 foram reexpressos, tendo em conta que em R&C de anos anteriores não estavam considerados os trabalhadores fora do território nacional.

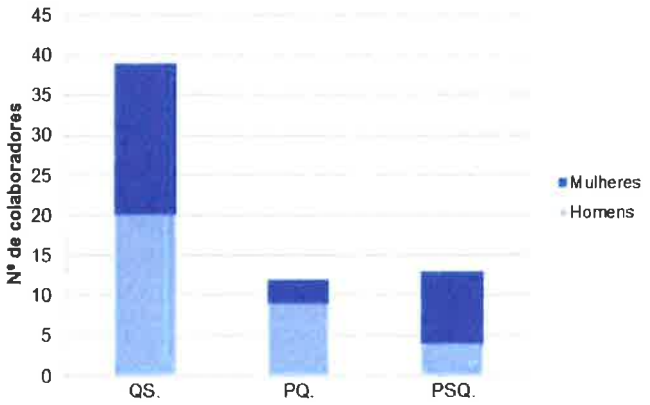
- **Níveis de Qualificação**

Verifica-se que a maior percentagem do nível de qualificação é representada pelos Quadros Superiores, num total de 39 colaboradores.

Quadro 23 – Distribuição do Efetivo por Níveis Qualificação

Colaboradores	Quadros Superiores	Profissionais Qualificados	Profissionais Semiqualificados	TOTAL	%
Homens	20	9	4	33	52
Mulheres	19	3	9	31	48
Total	**39**	**12**	**13**	**64**	**100**

Gráfico 26 - Níveis de qualificação



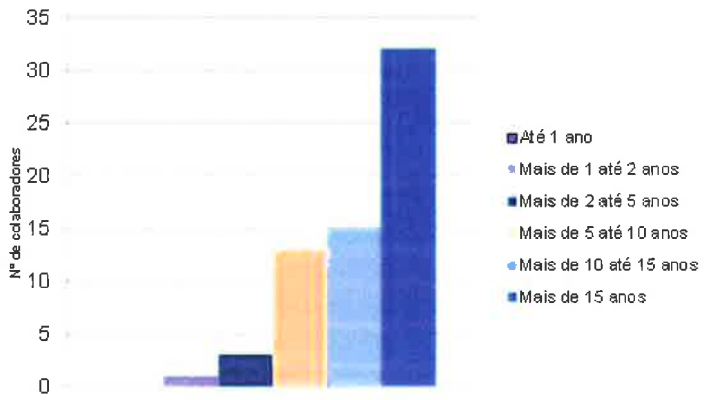
- **Antiguidade do efetivo na Empresa**

Verifica-se que a maior percentagem da antiguidade na empresa está centrada no período mais de 15 anos, com um total de 32 colaboradores, totalizando 50% do total de colaboradores.

Quadro 24 – Antiguidade do Efetivo

ANTIGUIDADE	N.º	%
Até 1 ano	0	0
Mais de 1 até 2 anos	1	2
Mais de 2 até 5 anos	3	5
Mais de 5 até 10 anos	13	20
Mais de 10 até 15 anos	15	23
Mais de 15 anos	32	50
Total	64	100

Gráfico 27 - Antiguidade do Efetivo



PRESTAÇÃO DO TRABALHO

- **Absentismo**

Durante o ano de 2017 a média da taxa de absentismo foi de 4%. Verifica-se que as baixas médicas é o motivo que mais contribui para o absentismo na Ferconsult.

Quadro 25 – Taxa de Absentismo

Absentismo - Motivos		2017	2016	2015
ANUAL	Baixas médicas	56,4%	33,3%	59,5%
	Baixas acidente trabalho	23,3%	7,2%	18,2%
	ETE - Exames	0,8%	5,1%	1,3%
	Licença Parentalidade	15,6%	51,4%	14,7%
	Assistência à família	0,0%	0,5%	0,8%
	Luto	2,1%	1,1%	0,7%
	Outros	1,8%	1,4%	4,8%

DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS

- **Formação**

Apesar de nos últimos anos, a Ferconsult ter feito um grande esforço no cumprimento do plano de formação, nem sempre foi possível cumpri-lo na totalidade, sendo que algumas formações não se puderam realizar por incompatibilidade de datas entre os formandos e as entidades formadoras.

Do Plano de Formação elaborado destacam-se as seguintes formações que decorreram durante o ano:

- **Transição ISO 14001:2015 (prevista para 2 colaboradores)**
  - Participaram nesta formação a Responsável do Sistema de Gestão Integrado e a Responsável pela Conformidade Legal e Ambiental;
  - O objetivo foi o de adquirir as competências necessárias para garantir uma transição eficiente para a nova versão da norma.
- **Curso Europeu de Primeiros Socorros (prevista para 6 colaboradores)**
  - Participaram 9 colaboradores nesta ação de colaboradores, abrangendo colaboradores dos vários pisos da empresa e alguns que fazem parte das Equipas de 1.ª Intervenção;
  - O objetivo desta ação de formação foi a aquisição de conhecimentos de primeiros socorros no âmbito do SST.
- **Revit MEP (prevista para 2 colaboradores)**
  - Participaram 2 colaboradores, um da área de Arquitetura e outro da área de Traçados e Redes
  - O objetivo desta ação de formação foi a criação de modelos virtuais de representação dos projetos de especialidades (AVAC, Eletricidade, Segurança e Águas e Esgotos) de um edifício (BIM - *Building Information Modeling*) com base no uso da tecnologia paramétrica do REVIT, bem como organizar e imprimir as respetivas peças desenhadas, de forma a reduzir o ciclo de projeto e a permitir uma análise mais rigorosa de cada solução

Das ações de formação que decorreram e que não estavam previstas, destacam-se as seguintes:

- Francês – Módulo 1 e 2 (prevista para 1 colaborador)
  - Participaram 2 colaboradores;
  - O objetivo foi o de aprofundar os conhecimentos de francês e aprendizagem de francês técnico que permita uma melhor comunicação com o Dono de Obra em Argel.
- Formação em BIM – Vertente BIM Manager; participou nesta ação de formação 1 colaborador, tendo por objetivo
  - Identificar os principais conceitos e elementos intervenientes na metodologia BIM ao longo de todas as etapas do ciclo de vida de um edifício;
  - Reconhecer os aspetos essenciais que devem ser levados em conta no processo de implantação e uso do BIM nas empresas e projetos;
  - Reconhecer as principais tendências e barreiras do uso do BIM na indústria da construção.

Para além destas ações mais relevantes, os colaboradores também participaram em várias conferências/seminários/fóruns de participação gratuita, mas de interesse para aquisição/atualização de conhecimentos nas áreas de intervenção da empresa.

3.3. Metrocom, S.A.

Dado o reduzido número de efetivo da Metrocom, em 2017 não houve qualquer evolução em termos do efetivo, formação e outros indicadores de RH que sejam relevantes para o presente relatório.

3.4. Grupo ML

Numa época em que o contexto organizacional é caracterizado por alterações na estrutura e estratégia do Grupo ML, a gestão das pessoas é essencial para o sucesso da concretização dos objetivos definidos.

Tendo por base a missão de cada empresa e a prossecução dos objetivos do Grupo ML, foi durante o ano de 2017 seguida a adequação do número de efetivos e sua qualificação às necessidades dos respetivos negócios. No decorrer de 2017 o volume de emprego do Grupo ascendeu 1.502 colaboradores, com a seguinte distribuição:

Quadro 26 – Volume de Emprego (RCM n.º 16/2012) – Grupo ML

Volume de Emprego (RCM n.º16/2012)	2017	2016	2015
Metro	1 424	1 401	1 407
Ferconsult	71	102	130
Metrocom*	7	8	8
Grupo ML	1 502	1 511	1 545

*Os valores de 2016 e 2015 foram reexpressos dado não terem sido considerados 2 trabalhadores que têm uma avença com a entidade

4. Desempenho Económico-Financeiro

4.1. Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

RESULTADOS GLOBAIS DA EMPRESA

O ano de 2017 caracterizou-se por uma evolução favorável dos resultados do Metro de Lisboa. O Resultado Operacional apresentou um acréscimo de 8,44 milhões de euros em relação ao ano anterior, o Resultado Financeiro registou uma melhoria na ordem dos 10,17 milhões de euros, devido ao progresso nos Outros Ganhos Financeiros e pelo decréscimo nos Gastos Financeiros de Exploração. Como consequência, o Resultado antes de Impostos regista um crescimento de 18,61 milhões de euros em relação ao ano anterior.

Contudo, o EBITDA corrigido de um conjunto de rubricas non-cash[11] (especialização de subsídios ao investimento, ajustamentos e imparidades, aumentos/reduções de justo valor e equivalência patrimonial/subsidiárias) apresentou um decréscimo de 5,49 milhões de euros, destacando-se o efeito dos Aumentos de Justo Valor e da Equivalência Patrimonial/Subsidiárias.

Quadro 27 - Resultados

Resultados (valores em milhares de euros)	2017	2016	2015	Var. 2017/2016	
				Abs.	%
Rendimento do Serviço Público	105 275	97 823	90 486	7 451	7,6
Outros rendimentos	50 023	38 310	41 541	11 713	30,6
Total de Rendimentos Operacionais	155 297	136 133	132 026	19 164	14,1
Total de Gastos Operacionais	145 913	135 189	145 596	10 725	7,9
Resultado Operacional	**9 384**	**945**	**(13 569)**	**8 439**	**893,4**
EBITDA Corrigido *	(4 228)	1 264	(7 212)	(5 491)	(434,5)
Resultado Financeiro	**(33 124)**	**(43 295)**	**(51 536)**	**10 170**	**(23,5)**
Resultado antes de Impostos	**(23 740)**	**(42 350)**	**(65 105)**	**18 610**	**(43,9)**

* EBITDA corrigido (sem provisões, ajustamentos, imparidades e aumentos/reduções de justo valor, subsídios ao investimento e equiv. patrimonial / subsidiárias)

Os Rendimentos Operacionais registaram um acréscimo de 19,16 milhões de euros (mais 14,1% do que em 2016), assente no crescimento do Receita Tarifaria, cuja variação positiva foi de mais 6,6 milhões de euros (mais 6,9%) e decorreu do aumento da procura, que registou um crescimento de 4,87% no número de passageiros transportados com título pago, face ao período homólogo. Em relação a 2016, a venda de Bilhetes aumentou 4,4 milhões de euros (mais 9,2%) e a de Passes 1,7 milhões de euros (mais 3,7%).

A rubrica Outros Rendimentos também contribuiu para o crescimento dos Rendimento Operacionais, com um acréscimo de 11,71 milhões de euros, consequência do Aumento de Justo Valor nos Instrumentos Financeiros de cobertura de risco, com uma variação positiva de 11,64 milhões de euros face a 2016 (mais 43,6%).

[11] Estas rubricas, por aplicação do referencial contabilístico SNC, influenciam o EBITDA, distorcendo o conceito de *cash-flow* operacional, representado por este indicador.

Quadro 28 - Rendimentos Operacionais

Rendimentos Operacionais (valores em milhares de euros)	2017	2016	2015	Var. 2017/2016	
				Abs.	%
Vendas de Passes e bilhetes	102 457	95 876	88 644	6 582	6,9
Compensação 4_18/sub_23/Social +	2 817	1 947	1 842	870	44,7
Receita Serviço público	**105 275**	**97 823**	**90 486**	**7 451**	**7,6**
Indemnização compensatória	-	-	6	-	-
Receitas não tarifárias	4 126	3 366	3 337	760	22,6
Trabalhos p/ Própria Empresa	2 310	2 449	3 224	(139)	(5,7)
Imparidades	-	-	-	-	-
Aumentos justo valor	38 333	26 690	23 091	11 642	43,6
Outros rendimentos e ganhos	5 032	5 357	11 564	(326)	(6,1)
Imparidade de ativos (Reversões)	223	448	318	(224)	(50,1)
Outros rendimentos	**50 023**	**38 310**	**41 541**	**11 713**	**30,6**

Os Gastos Operacionais registaram, também, um acréscimo de 10,73 milhões de euros, traduzido num aumento de 7,9% em relação a 2016:

Quadro 29 - Gastos Operacionais

Gastos Operacionais (valores em milhares de euros)	2017	2016	2015	Var. 2017/2016	
				Abs.	%
Gastos com o pessoal	71 667	66 082	66 123	5 585	8,5
Fornecimentos e serviços externos	32 164	30 513	31 909	1 651	5,4
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	4 409	2 180	2 439	2 229	102,2
Perdas imputadas subsidiárias	3 957	5 149	4 545	(1 192)	(23,1)
Imparidades	123	187	1 460	(64)	(34,2)
Outros gastos e perdas	10 151	6 265	12 451	3 886	62,0
Provisões	30	1 328	2 283	(1 298)	(97,7)
Amortizações	23 411	23 484	24 385	(72)	(0,3)
Total	**145 913**	**135 189**	**145 596**	**10 725**	**7,9**

Destacam-se os aumentos de:

- Gastos com Pessoal, em 5,58 milhões de euros face ao período homólogo, justificado pelo descongelamento de carreiras, com impacto direto nas remunerações auferidas pelos trabalhadores, reposição de pagamentos de anuidades e de prémios de performance e, por último, pelo aumento do efetivo.
- Fornecimentos e Serviços Externos, que atingiram 32,16 milhões de euros, mais 1,65 milhões de euros comparando com 2016. Os aspetos que mais contribuíram para este valor, apesar de todos apresentarem variações inferiores a 750 mil euros, foram a conservação de edifícios, os trabalhos especializados e a energia.
- Custo das Matérias Vendidas e das Matérias Consumidas, 2,23 milhões de euros superior ao valor de 2016, com maior relevância nos materiais para reparação/manutenção de material circulante.
- Outros Gastos e Perdas, que totalizaram 10,2 milhões de euros, mais 3,89 milhões de euros do que no ano anterior (o equivalente a mais 62%), fruto das diferenças de câmbio desfavoráveis, relativas aos colaterais

que a empresa constituiu em obrigações americanas e que apresentaram uma evolução adversa de 7,12 milhões de euros. O impacto do aumento destes gastos foi reduzido pelas variações dos custos relacionados com exercícios anteriores (-1,43 milhões de euros), e dos gastos de estimativa para impostos (-2,52 milhões de euros).

GASTOS TOTAIS POR NATUREZA

Os Gastos com Pessoal apresentam um incremento de 5,6 milhões de euros em relação ao período homólogo, o equivalente a 8,5%.

Quadro 30 - Gastos com Pessoal

Gastos com Pessoal (valores em milhares de euros)	2017	2016	2015	Var. 2017/2016	
				Abs.	%
Remunerações	50 253	44 999	44 953	5 254	11,7
Complemento de Pensões	12 522	9 861	259	2 661	27,0
Responsabilidades c/ Pensões	7 365	7 629	7 669	(264)	(3,5)
Outros gastos	1 527	3 594	13 242	(2 066)	(57,5)
Total	**71 667**	**66 082**	**66 123**	**5 585**	**8,5**
Massa salarial	49 812	44 741	44 742	5 071	11,3

As principais causas desta variação são:

- Remunerações, através do crescimento dos valores relativos a progressões nas carreiras, pagamento de prémios de desempenho e reposição de pagamento de anuidades;
- Contratação de 30 agentes de tráfego;
- Aumento do número de contratos de cedência, visando suprir as necessidades de efetivo decorrentes do processo de separação das quatro empresas que representavam a "marca" *Transportes de Lisboa* (determinado pela aplicação da Lei n.º 22/2016, de 4 de agosto, que estabelece a total autonomia jurídica do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A., da Transtejo — Transportes do Tejo, S. A., e da Soflusa — Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.) e a integração dos serviços corporativos da participada Ferconsult no ML.

Os Resultados Financeiros registaram uma variação positiva na ordem dos 10 milhões de euros, devido a correção contabilística efetuada nos juros suportados com financiamentos de médio e longo prazo obtidos junto do acionista (55,3% inferior ao valor de 2016), e que têm vindo a ser objeto de sucessivas moratórias.

Quadro 31 - Resultados Financeiros

Resultados financeiros (valores em milhares de euros)	2017	2016	2015	Var. 2017/2016	
				Abs.	%
Aplicações financeiras	-	36	0	(36)	(100,0)
Outros ganhos financeiros	2 715	1 061	1 244	1 654	155,8
Gastos financeiros de exploração	(35 839)	(44 392)	(52 321)	8 553	(19,3)
Juros suportados c/ financ. banc./DGTF	(8 615)	(19 288)	(19 139)	10 673	(55,3)
Juros a liquidar	(27 224)	(25 103)	(33 181)	(2 120)	8,4
Gastos locação financeira	-	-	(459)	-	-
	(33 124)	**(43 295)**	**(51 536)**	**10 170**	**(23,5)**

Os Gastos Totais incrementaram 2,17 milhões de euros, mais 1,21% do que no ano anterior. Apesar do decréscimo de 8,55 milhões de euros em Juros e Gastos Similares e de 1,37 milhões de euros em Amortizações e Provisões, não foi possível compensar o aumento nos Outros Gastos de Funcionamento, com mais 6,51 milhões de euros, e nos Gastos com Pessoal, com mais 5,59 milhões de euros.

Gráfico 28 - Evolução dos Gastos Totais

O Plano de Redução dos Gastos apresentou um aumento nos Consumos, relativamente a 2010, na ordem dos 1,8 milhões de euros, justificado pela aquisição de componentes e peças incorporadas nas intervenções de manutenção do material circulante. É de destacar, também, os gastos com "títulos de transporte", resultante da aquisição de rolos de cartões, por forma a dar resposta ao crescimento da procura de títulos ocasionais.

Face a 2010, os Fornecimentos e Serviços Externos apresentam um decréscimo de 6,51 milhões de euros, menos 16,8%, assim como os Gastos com Pessoal apresentam um decréscimo de 15,99 milhões de euros, menos 18,2%, dando cumprimentos ao Plano de Redução de Gastos.

Quadro 32 - Plano de Redução dos Gastos

RUBRICAS (valores em milhares de euros)	2017	2016	2015	2010	Var. 2017/2010	
					Abs.	%
Consumos	4 409	2 180	2 439	2 607	1 802	69,1
Fornecimentos e serviços externos	32 164	30 513	31 909	38 674	(6 510)	(16,8)
Gastos com pessoal	71 667	66 082	66 123	87 657	(15 990)	(18,2)
Total	**108 240**	**98 776**	**100 471**	**128 938**	**(20 698)**	**(16,1)**

FLUXOS FINANCEIROS

Em 2017, os *cash-flows* gerados pela atividade de prestação de serviço público mantiveram a trajetória positiva, 692 mil euros, fruto do crescimento da receita tarifária, sem recurso a indemnizações compensatórias.

Este fluxo, acrescido do recebimento de 1,14 milhões de euros, relativos a PIDDAC (Subsídio ao Investimento), não foi suficientes para libertar a tesouraria necessária para cobertura das despesas de investimento, pelo que se recorreu ao saldo de caixa para cobertura do défice de tesouraria de investimento.

Quadro 33 - Variação de caixa e seus equivalentes

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA (valores em milhares de euros)	2017	2016	2015	Var. 2017/2016	
				Abs.	%
Fluxo Atividades Operacionais	692	20 978	10 745	(20 285)	(96,7)
Fluxo das Atividades Investimento	(5 524)	(9 509)	(9 365)	3 985	(41,9)
Fluxo das Atividades Financiamento	1 891	(1 944)	(9 746)	3 835	(197,2)
Variação de caixa e seus equivalentes	**(2 941)**	**9 525**	**(8 366)**	**17 891**	**(213,8)**
Caixa e seus equivalentes no início do período	**24 965**	**15 440**	**23 806**	**(8 366)**	**(35,1)**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**22 024**	**24 965**	**15 440**	**9 525**	**61,7**

Desde 2011 que o ML está incluído na lista de entidades reclassificadas no perímetro das Administrações Públicas, EPR – Entidades Públicas Reclassificadas, equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos, decorrendo para a empresa impactos relevantes em matéria de enquadramento orçamental, reporte de informação e observância de legislação específica aplicável, designadamente sujeição à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso [12], Lei do Enquadramento Orçamental[13] e obrigatoriedade de preparação de Propostas Orçamentais a submeter à Direção Geral do Orçamento (DGO) para inscrição direta no Orçamento de Estado (OE).

No ano em análise, o Estado manteve a política de financiamento às Empresas Públicas Reclassificadas, substituindo a concessão de empréstimos por dotações de capital, através de entradas em numerário, sempre que os fundos se destinam ao serviço da dívida ou investimento.

O Metropolitano obteve financiamentos no valor de 252,44 milhões de euros (32,58 milhões de euros de financiamentos obtidos, 192,05 milhões de euros de realizações de capital e 27,81 milhões de euros de cobertura de prejuízos), tendo amortizado 71,59 milhões de euros de empréstimos bancários, pago 15,31 milhões de euros relativos a operações de *leasing* e 163,65 milhões de euros afetos a gastos e perdas de financiamento. Deste modo, as atividades de financiamento geraram um *cash-flow* positivo de 1,89 milhões de euros.

[12] Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

[13] Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro, alterada pela Lei n.º 37/2013, de 14 de junho, e mais recentemente, alterada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, implicando obrigações de reporte à Direção Geral do Orçamento / Ministério das Finanças.

Quadro 34 - Atividade de Financiamento

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (valores em milhares de euros)	2017	2016	2015	Var. 2017/2016 Abs.	Var. 2017/2016 %
Recebimentos respeitantes a:					
Aumentos de Capital	192 051	358 410	189 272	(166 359)	(46,4)
Financiamento	192 051	358 410	189 272	(166 359)	(46,4)
Empréstimos Bancários - IGCP/DGTF	32 584	0	0	32 584	-
Cobertura de prejuízos	27 809	0	0	27 809	-
Descoberto DO	0	84	0	(84)	(100,0)
Financiamento	**252 444**	**358 494**	**189 272**	**(106 050)**	**(29,6)**
Pagamentos respeitantes a:					
Empréstimos Bancários	71 587	225 368	71 503	(153 782)	(68,2)
Operações de leasing	15 314	14 932	28 247	382	2,6
Empréstimos obrigacionistas	0	3 866	7 731	(3 866)	(100,0)
Juros e gastos similares	163 652	116 272	91 462	47 380	40,7
Depósito a Prazo (caução)	0	0	76	0	-
Pagamentos	**250 553**	**360 438**	**199 018**	**(109 885)**	**(30,5)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	**1 891**	**(1 944)**	**(9 746)**	**3 835**	**(197,2)**

INVESTIMENTO REALIZADO

Em 2017, a Formação Bruta de Capital Fixo, 4,95 milhões de euros, compreende o montante de investimentos que foi capitalizado nas contas do Ativo Fixo da Empresa. Reduziu 8,6% em relação a 2016 e desagrega-se em:

Infraestruturas de Longa Duração (ILD)

- Remodelação da linha Verde, nomeadamente das estações Arroios e Areeiro, com um peso de 11,9%;
- Prolongamento Rato / Cais do Sodré, relativo a assistência técnica - Acompanhamento de Estudos de Estruturas Geotecnia, representando 8,8%;
- Remodelação da linha Amarela, com especial incidência na estação Odivelas, devido a reparações de estrutura, na proporção de 6,7%;
- Remodelação da Rede Global, com a contratação de estudos ao LNEC e aquisições de Equipamento Básico, com um peso de 6,5%.
- Remodelação da linha Vermelha, com diversas especialidades a concorrerem, que ascendeu a 6,4%.

ML

- Equipamento básico, com especial incidência em Equipamento Informático (hardware e software), com um peso de 48,5%;
- Edifícios e outras construções, relativo a obras de melhoria no edifício da Av. Barbosa du Bocage e outras intervenções no Parque de Material e Oficinas III, cerca de 4,3%.

Quadro 35 - Despesa de investimento

Despesa de Investimento (valores em euros)	FBCF Formação Bruta de Capital Fixo	ICT Investimento a Custos Técnicos	DI Despesa de Investimento
ILD	**2 169 703**	**4 364 739**	**4 640 258**
Prolongamento Alameda/S.Sebastião	(5 953)	(5 953)	(5 953)
Plano Nacional para as Acessibilidades	39 133	39 133	39 173
Prolongamento Amadora-Este/Reboleira (inclui L)*	68 909	68 909	155 484
Prolongamento Oriente/Aeroporto (inclui L)*	2 677	2 677	2 677
Prolongamento Rato / Cais do Sodré	436 219	436 219	436 219
Remodelação da Linha Azul	69 807	69 807	69 807
Remodelação da Linha Amarela	329 432	329 432	329 432
Remodelação da Linha Verde	589 255	589 255	778 158
Remodelação da Linha Vermelha	317 660	317 660	317 660
Remodelação da Rede Global	322 565	322 565	322 565
Autoinvestimento	**0**	**2 195 037**	**2 195 037**
ML	**2 778 641**	**2 778 641**	**2 778 641**
Edifícios e outras Construções	212 016	212 016	212 016
Equipamento Básico	2 403 133	2 403 133	2 403 133
Ferramentas e Utensilios	82 102	82 102	82 102
Equipamento Administrativo	81 390	81 390	81 390
Autoinvestimento	**0**	**0**	**0**
Investimento por Conta de Terceiros	**3 648**	**3 648**	**3 648**
Investimento por Conta de Terceiros	3 648	3 648	3 648
Investimento total	**4 951 992**	**7 147 029**	**7 422 547**

* Investimentos por conta do ML e integrados nos Empreendimentos

Quadro 36 - Evolução do Investimento

Investimento (valores em euros)	2017	2016	2015	Var. 2017/2016 Abs.	Var. 2017/2016 %
Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	4 951 992	5 418 459	14 008 513	(466 467)	-8,61
Investimentos a Custos Técnicos (ICT)	7 147 029	8 235 868	17 083 124	(1 088 839)	-13,22
Despesas de Investimento (DI) - inclui custos financeiros	7 422 547	8 887 060	17 734 597	(1 464 513)	-16,48

ESTRUTURA PATRIMONIAL

BALANÇO DO EXERCÍCIO

Ativo

O ML manteve o critério, indicado pela tutela, de apresentar, no Balanço, os valores da atividade de construção de infraestruturas de longa duração (ILD), evidenciando o impacto do investimento realizado em infraestruturas por conta do Estado e as responsabilidades correspondentes.

O valor do ativo totalizou 5.313 milhões de euros, com a seguinte distribuição:

Quadro 37 - Ativo Total

Ativo (valores em milhões de euros)	2017	2016	2015	Var. 2017/2016	
				Abs.	%
Não corrente	5 020	4 986	4 827	34	0,7
Corrente	0	0	0	0	-
ILD	**5 020**	**4 986**	**4 827**	**34**	**0,7**
Não corrente	215	243	265	(27)	(11,3)
Corrente	77	78	78	(1)	(0,8)
ML	**293**	**321**	**343**	**(28)**	**(8,8)**
Ativo Total	**5 313**	**5 307**	**5 170**	**6**	**0,1**

O acréscimo do Ativo em ILD, 34 milhões de euros, resulta essencialmente dos gastos decorrentes de financiamentos obtidos e da variação dos instrumentos financeiros respeitantes à atividade de Investimento em Infraestruturas, registado numa conta de valores a receber do Estado.

Passivo e Capital Próprio

Quadro 38 - Passivo e Capital Próprio

Passivo e Capital Próprio (valores em milhões de euros)	2017	2016	2015	Var. 2017/2016	
				Abs.	%
Não corrente	2 857	3 071	3 200	(214)	(7,0)
Corrente	750	702	594	48	6,8
ILD	**3 607**	**3 773**	**3 794**	**(166)**	**(4,4)**
Não corrente	602	642	759	(40)	(6,3)
Corrente	501	480	510	21	4,5
ML	**1 103**	**1 122**	**1 269**	**(19)**	**(1,7)**
Passivo total	**4 710**	**4 894**	**5 063**	**(185)**	**(3,8)**
Capitais próprios	603	413	107	191	46,2
Total do passivo e capitais próprios	**5 313**	**5 307**	**5 170**	**6**	**0,1**

O Passivo Total reduziu 3,8%, -185 milhões de euros, com maior peso em amortização de financiamentos e reconhecimento do *market-to-market* em instrumentos financeiros potencialmente desfavoráveis.

Os Capitais Próprios continuam a sua tendência ascendente, fruto do apoio do Estado, através de reforços de Capital, totalizando 603 milhões de euros.

É de salientar que, em 2017, o ML deu continuidade à recuperação dos indicadores de estrutura, que se traduziu no aumento de 3,6 pontos percentuais no rácio de Autonomia Financeira e 4,4 pontos percentuais no rácio de Solvabilidade, através do aumento do Capital Próprio, suportado pelo acionista, conforme já referido.

GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

O ML tem vindo a consolidar a sua estrutura de capitais através do permanente reforço que o acionista tem promovido, com a consequente redução do endividamento.

Rating do Metropolitano de Lisboa

Quadro 39 - *Rating* do ML

Rating Metro	Standard & Poor's	
	Rating	Outlook
27 de fevereiro de 2015	BB	Estável
23 de março de 2015	BB	Positivo
16 de fevereiro de 2016	BB+	Estável
14 de fevereiro de 2017	BB+	Estável
19 de fevereiro de 2018	BBB-	Estável

A classificação do ML como Empresa Pública Reclassificada, em finais de 2011, fez com que a Standard & Poor's tivesse revisto, a partir de 2012, os seus critérios de análise de risco da Empresa. Em consequência, o *Rating* do ML passou a seguir a evolução do *Rating* da República Portuguesa.

O racional para esta avaliação foi o seguinte:

1. Continuação do apoio financeiro prestado pelo Estado, a que acresce o facto da maioria da dívida detida pelo ML ser garantida pela República Portuguesa.

2. O apoio e comprometimento, demonstrado pelo Estado, na satisfação dos compromissos de serviço da dívida, com verbas previstas para este efeito, no orçamento de 2017.

Evolução do Passivo Remunerado

O Metropolitano de Lisboa amortizou dívida no valor de 79 milhões de euros, tendo contratado novos financiamentos no valor de 32,6 milhões de euros, reduzindo, desta forma, o passivo remunerado em 1,3%.

Quadro 40 - Estrutura do Passivo Remunerado

Passivo remunerado (Valores em milhares de euros)	2017	2016	2015	Var. 2017/2016	
				Abs.	%
Empréstimos obrigacionistas	1 310 000	1 310 000	1 310 000	0	0,0
BEI	508 844	580 346	651 849	(71 503)	(12,3)
Outros de longo prazo / Tesouro	170 204	206 430	437 385	(36 226)	(17,5)
Shuldschein	300 000	300 000	300 000	0	0,0
Leasing financeiro	0	18 998	26 332	(18 998)	(100,0)
Dívida de médio e longo prazo	**2 289 048**	**2 415 775**	**2 725 566**	**(126 727)**	**(5,2)**
Empréstimos obrigacionistas	0	0	7 731	0	-
BEI	71 503	71 503	71 503	0	0,0
Outros de longo prazo / Tesouro	1 068 642	999 832	918 877	68 810	6,9
Leasing financeiro	11 470	0	0	11 470	-
Descobertos	0	84	0	(84)	(100,0)
Dívida de curto prazo	**1 151 615**	**1 071 419**	**998 111**	**80 196**	**7,5**
Total	**3 440 663**	**3 487 194**	**3 723 677**	**(46 531)**	**(1,3)**

Na estrutura da dívida, os empréstimos obrigacionistas representam 38,1% do valor total dos financiamentos contraídos, seguido das dívidas ao tesouro com 36,0%.

Gráfico 29 - Distribuição do endividamento

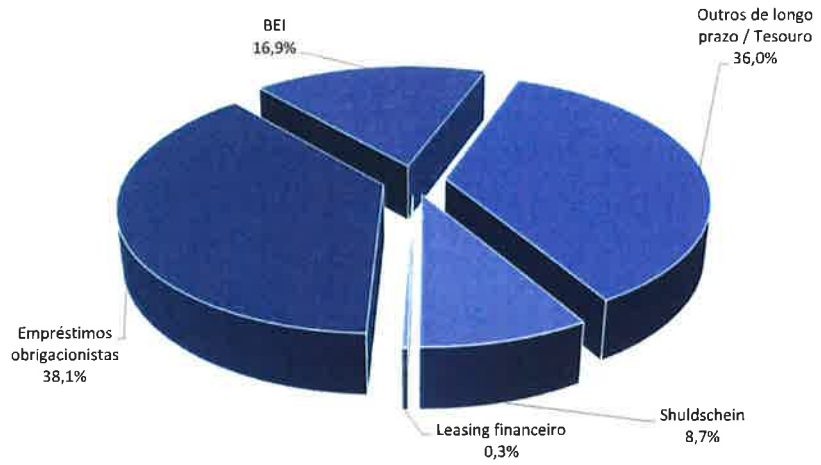
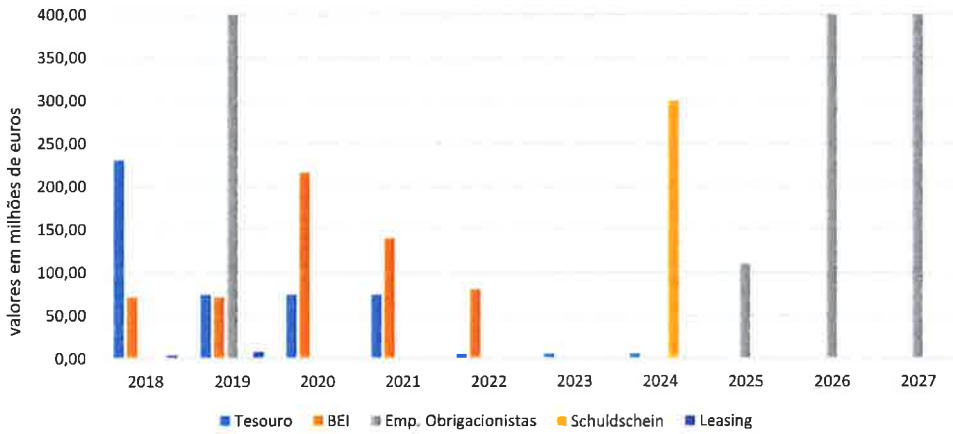


Gráfico 30 - Maturidade do Financiamento



Evolução da taxa de juro implícita

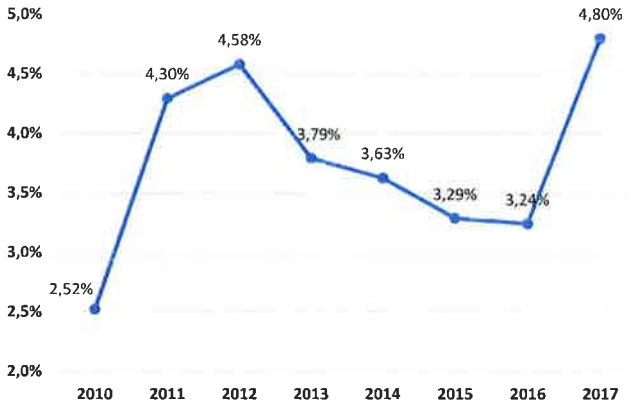
O Gráfico 31 mostra a evolução da taxa de juro implícita, no endividamento, desde 2010.

As taxas de juro tiveram uma evolução desfavorável entre 2010 e 2012. Com a descida das taxas de juro de referência, os *cash-flows* gerados pelos instrumentos de cobertura de risco iniciam uma trajetória acelerada de perdas, agravando significativamente a taxa de juro implícita.

A inversão desta tendência, a partir de 2012, é consequência do menor custo dos empréstimos contraídos junto do Tesouro, conjugada com o efeito do cancelamento dos derivados com maior risco de perdas e, a partir de 2013, com o não pagamento dos derivados relativos ao processo judicial intentado pelo Banco Santander Totta, S.A. contra as Empresas Públicas de Transporte em Londres.

Em 2017, na sequência do acordo alcançado entre o Banco Santander Totta, S.A. e a República, foi retomado, a partir de maio, o pagamento dos swaps Santander, anteriormente em contencioso, facto que contribuiu para que a taxa de juro implícita registasse um incremento de 1,56 pontos percentuais.

Gráfico 31 - Taxa de juro implícita



PRODUTIVIDADE

Da análise ao quadro 41, e apesar das dificuldades em termos da disponibilidade de material circulante, o ML mantém a tendência de crescimento da oferta, em resposta ao aumento do número de passageiros transportados, prosseguindo o objetivo de melhorar os níveis de serviço.

Quadro 41 - Indicadores de Produtividade

INDICADORES DE PRODUTIVIDADE		2017	2016	2015	Var. 2017/2016	
					Abs.	%
Ckm (Carruagens x km)/Efetivo Médio		17.770	17.326	15.910	444	2,6
LKO (Lugares x km)/Efetivo Médio	10^3	2.275	2.218	2.036	57	2,6

Importa ainda referir que, a variação dos indicadores base para o cálculo dos indicadores de produtividade supra identificados foi de:

- Ckm (Carruagens x km) e Lko (Lugares x km): +4,7%;
- Efetivo Médio: +2,0%

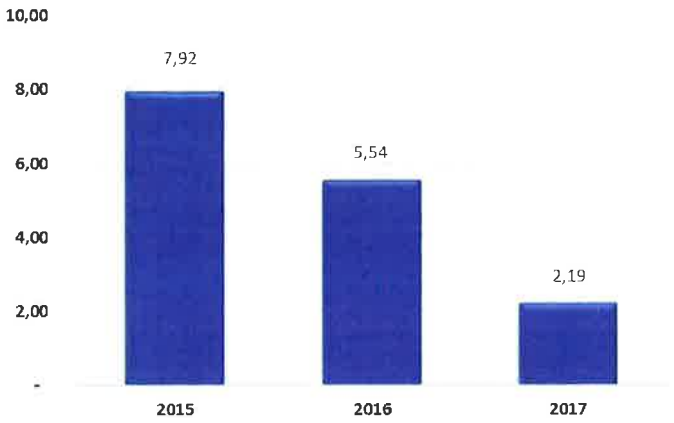
4.2. Ferconsult, S.A.

Quadro 42 - Rendimentos e Gastos Operacionais

RUBRICAS	2017	2016	2015	Var. 2017/2016	
				Abs	%
Prestação de Serviços	2.190.706 €	5.536.697 €	7.923.405 €	-3.345.991 €	-60,4%
Ganhos/perdas imputadas a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-463.028 €	-15.454 €	49.450 €	-447.574 €	2896,1%
Trabalhos para a própria entidade	670.651 €			670.651 €	-
Outros Rendimentos	275.189 €	77.096 €	239.321 €	198.093 €	256,9%
Total Rendimentos Operacionais	**2.673.518 €**	**5.598.339 €**	**8.212.176 €**	**-2.924.820 €**	**-52,2%**
Fornecimentos e serviços externos	1.575.115 €	3.027.880 €	4.060.594 €	-1.452.765 €	-48,0%
Gastos com o pessoal	2.805.560 €	3.702.055 €	5.077.163 €	-896.495 €	-24,2%
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	65.201 €			65.201 €	-
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	33.454 €	66.068 €	146.309 €	-32.614 €	-49,4%
Provisões (aumentos/reduções)	-326.137 €	680.593 €	272.164 €	-1.006.731 €	-147,9%
Outros gastos e perdas	80.236 €	330.244 €	243.175 €	-250.008 €	-75,7%
Total Gastos Operacionais	**4.233.429 €**	**7.806.841 €**	**9.799.405 €**	**-3.573.412 €**	**-45,8%**
Resultado Operacional	**-1.559.910 €**	**-2.208.502 €**	**-1.587.229 €**	**648.592 €**	**29,4%**

O volume de negócios total da Ferconsult, em 2017, cifrou-se em aproximadamente 2,2 milhões de euros, a que corresponde um acentuado decréscimo de 3,3 milhões de euros (60,4%) em relação ao ano anterior como se evidencia no gráfico seguinte:

Gráfico 32 - Evolução do Volume de Negócios 2015-2017 (M€)



O acentuado decréscimo da Prestação de Serviços justifica-se, por um lado, pela redução da atividade da empresa, e por outro, pela ausência de novas adjudicações. Complementarmente, contribuiu ainda para este resultado, a

necessidade de reajustar valores de proveitos reconhecidos incorretamente em anos anteriores, no âmbito do projeto da Linha 15 do Metro de São Paulo (vide gráfico 31).

Gráfico 33 - Volume de Negócios por Cliente

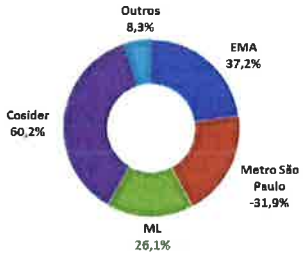
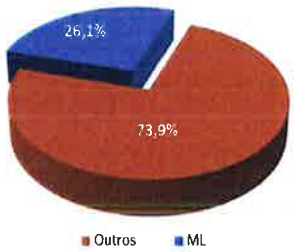
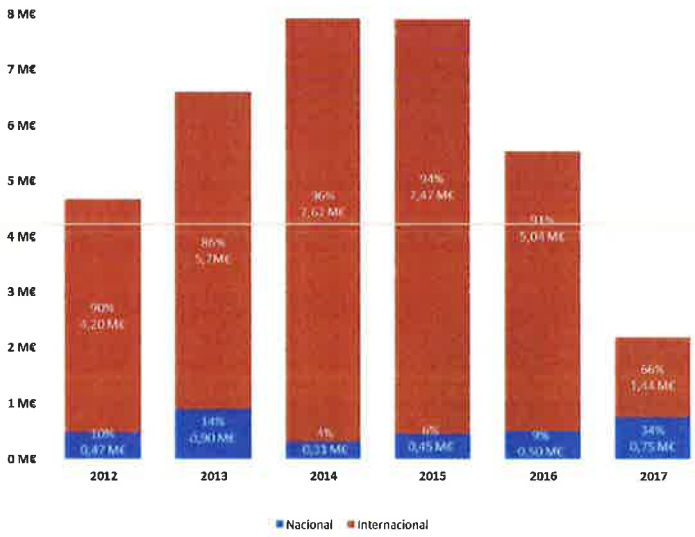


Gráfico 34 - Volume Negócios ML e Outros



Face aos últimos anos, altera-se a tendência relativamente ao mercado de atuação da Ferconsult, que conforme já referido anteriormente, e por decisão estratégica do acionista, se irá focar nos projetos da empresa-mãe. Apesar do volume de negócio ser maioritariamente Internacional, no ano de 2017 verifica-se um decréscimo significativo nesse segmento.

Gráfico 35 – Evolução do Volume Negócios por Mercados

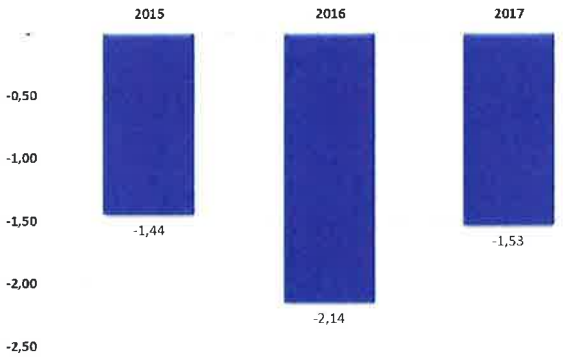


Por outro lado, assistiu-se em 2017 a uma melhoria do EBITDA em resultado do esforço da empresa de redução dos seus gastos operacionais, por via da adequação dos seus recursos à realidade da atividade. A contribuir para o decréscimo dos gastos operacionais, destacam-se:

- A redução de aproximadamente 1,5 milhões de euros em FSE, justificado essencialmente pela redução de prestadores de serviços;

- O decréscimo de 1 milhão de euros em provisões, resultante do valor das reduções ter sido significativamente superior aos aumentos, justificado essencialmente pela reversão de provisões para perdas em projeto, com maior impacto no projeto M28 (Metro de Argel – *Extensão E*);
- A diminuição em de cerca de 900 mil euros em Gastos com Pessoal, fruto do plano de redução do número de efetivos iniciado em 2017.

Gráfico 36 - Evolução do EBITDA 2015-2017 (M€)



Quadro 43 – Gastos com Pessoal

DESIGNAÇÃO	2017	2016	2015	Δ 2017/2016	
				Abs	%
Gastos totais com pessoal = (a)+(b)+(c)	2.805.559 €	3.702.056 €	5.077.164 €	-896.497 €	-24,2%
(a) Gastos com Órgãos Sociais	68.972 €	48.985 €	13.255 €	19.987 €	40,8%
(b) Gastos com Efetivos = (i)+(ii)+(iii)	2.734.477 €	3.628.795 €	4.555.909 €	-894.318 €	-24,6%
(i) Remunerações	2.211.627 €	2.870.428 €	3.637.009 €	-658.801 €	-23,0%
(ii) Encargos com Remunerações	457.797 €	664.627 €	834.754 €	-206.830 €	-31,1%
(iii) Outros Gastos	65.053 €	93.740 €	84.146 €	-28.687 €	-30,6%
(c) Rescisões / Indemnizações	2.110 €	24.276 €	508.000 €	-22.166 €	-91,3%

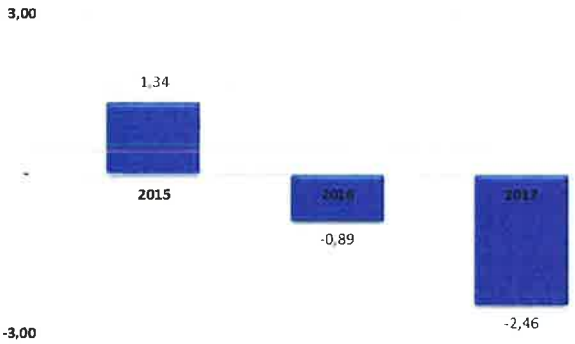
A Ferconsult cumpriu, na generalidade, os objetivos previstos no plano de redução de custos, conforme orientação do acionista. Neste sentido, face ao ano de 2016, apresentou uma redução de 48% no que concerne a Fornecimentos e serviços Externos. Considerando as rubricas "Gastos com deslocação e alojamento" e "Gastos com Ajudas de Custo", constata-se uma redução substancial na ordem dos 50%.

Quadro 44 – Plano de Redução de Gastos

RUBRICAS (valores em euros)	2017	2016	2015	2017/2016	
				Δ Absol.	Var. %
Fornecimentos e Serviços Externos	1.575.115	3.027.880	4.060.594	-1.452.765	-48,0
(i) Gastos com Comunicações (FSE)	30.107	29.023	45.784	1.084	3,7
(ii) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	30.596	63.663	129.351	-33.067	-51,9
(iii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	5.512	11.136	27.714	-5.624	-50,5
(iv) Gastos com as viaturas (FSE)	38.999	38.552	33.837	446	1,2
Gastos com o pessoal	2.805.559	3.702.056	5.077.164	-896.497	-24,2
Total	**4.380.674**	**6.729.936**	**9.137.758**	**-2.349.262**	**-34,9**

No final do exercício, apesar de no Resultado Líquido se ter verificado uma melhoria face aos anos anteriores, consta-se um agravamento substancial dos capitais próprios, fruto dos sucessivos resultados negativos registados nos últimos anos. Esta situação levou a que o acionista tomasse medidas no sentido de viabilizar a Ferconsult, pelo que, foi proposto à Tutela em outubro de 2017 um plano de reorganização da empresa, que incluía alterações estratégicas identificadas no ponto C.1.2. (*Estratégia – Objetivos Estratégicos*), e um aumento de capital por conta de créditos a receber, de forma a dar cumprimento ao Art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Gráfico 37 - Evolução dos capitais Próprios



Importa ainda referir que, o valor do VAB tem vindo sucessivamente a deteriorar-se em sequência da queda acentuada do volume de negócios.

Quadro 45 – Principais Indicadores Financeiros

Un: M€

Indicadores Financeiros	2017	2016	2015	Var. 2017/2016 Abs	Var. 2017/2016 %
Volume de Negócios	2,19	5,54	7,92	(3)	(60,4)
Resultado Operacional	-1,56	-2,21	-1,59	1	(29,4)
Resultado Liquido	-1,57	-2,22	-1,60	1	(29,3)
Captais Próprios	-2,46	-0,89	1,34	(2)	177,4
Valor Acrescentado Bruto (VAB)	1,32	2,53	3,87	(1)	(47,9)
EBITDA	-1,53	-2,14	-1,44	1	(28,8)

4.3. Metrocom, S.A.

ANÁLISE DE RESULTADOS

As receitas obtidas com a exploração comercial de lojas, quiosques, máquinas de *vending*, ATMs e cedência de espaço (feiras do livro, carrinhos, *stands* e pequenas mostras ou eventos ocasionais) atingiram o valor de 2.688.497 €, superando as previsões orçamentais e situando-se acima do verificado em 2016 (mais 6,6%). Este valor incorpora o montante de 60.470 € relativo a "direitos de ingresso".

Do conjunto das receitas interessa realçar um crescimento homólogo nos segmentos: "lojas/quiosques" (9,4%), máquinas automáticas (5,6%) e ATM (5,9%). Ao invés, a "cedência de espaço" registou uma queda de 7,5% e os denominados direitos caíram 35,6% relativamente ao ano anterior.

O montante registado em "outros rendimentos" contabiliza o valor da compensação devida pelos lojistas a título da energia consumida, o qual também cresceu cerca de 20% em relação ao ano anterior.

Quadro 46 – Rendimentos 2015-2017 | Metrocom

Un: milhares €

Rendimentos	2017	2016	2015	Var. 2017/2016	
				Abs.	%
Rendimentos do serviço*	2 688	2 522	2 434	167	6,6
Outros rendimentos	114	94	103	20	20,7
TOTAL	**2 802**	**2 616**	**2 538**	**186**	**7,1**

* Rendas de lojas, vending, ATMs, Cedência e D.I.

Os gastos operacionais subiram 10,2% face a 2017, situando-se nos 2.479.348 €. Para este resultado contribuiu:

- O aumento de 10,7% nos gastos com "fornecimentos e serviços externos", variação justificada pela subida de 6,7% da contrapartida paga ao ML na base da faturação da atividade;
- O significativo crescimento com os serviços de manutenção e conservação das estações;
- O aumento de 7,6% em gastos com consumo de energia particularmente na área comercial da estação do Campo Grande.

A componente de gastos com o pessoal registou uma subida de 9,8% em virtude da reposição salarial.

No período de 2015-2017 a estrutura de gastos com Fornecimentos e Serviços Externos, Pessoal e Outros apresenta a seguinte evolução:

Quadro 47 - Gastos 2015-2017 | Metrocom

Un: milhares €

Gastos	2017	2016	2015	Var. 2017/2016	
				Abs.	%
Fornecimentos e Serviços Externos	2 218	2 005	1 933	214	10,7
Gastos com Pessoal	216	197	225	19	9,8
Outros gastos*	44	48	63	(4)	(7,6)
TOTAL	**2 479**	**2 249**	**2 220**	**230**	**10,2**

*Inclui Outros gastos e perdas, amortizações/depreciações e imparidades

Os custos da empresa são essencialmente de exploração, com relevância para a componente de "fornecimentos e serviços externos", por via do subcontrato que enquadra as contrapartidas pagas ao ML pelo contrato de concessão, que representam 86,8% de toda a componente e 77,7% da totalidade dos gastos operacionais. Os gastos com energia, na ordem dos 151 mil euros, representam 6,83% dos gastos totais com fornecimentos e serviços externos.

Saliente-se ainda que o crescimento de 225,2% de gastos em serviços especializados resulta dos encargos que a Metrocom suportou com a reparação e manutenção das estações através de contrato de prestação de serviços celebrado com a ISS e que entrou em vigor a partir do 2.º semestre de 2017.

Os gastos com pessoal representam 8,73% do total dos gastos operacionais. Por sua vez, os gastos de depreciação e amortização mantêm-se inalterados e traduzem-se por um valor residual na ordem dos 1.635€.

Apesar da queda dos resultados da Metrocom face a 2016, pelas razões supra referidas, importa salientar que, a empresa tem mantido uma evolução positiva e sólida das suas contas, fator essencialmente consolidado a partir de 2011 com a operação de compra pelo ML da participação acionista da Setepcom e a simultânea cessação do contrato de prestação de serviços que vinculava as duas empresas.

Quadro 48 – Evolução de Resultados 2015-2017

Un: milhares €

Resultados	2017	2016	2015	Var. 2017/2016	
				Abs.	%
EBITDA	325	368	329	(43)	(11,7)
Resultado operacional	323	367	317	(44)	(11,9)
Resultado líquido	252	285	245	(33)	(11,7)

ANÁLISE DE BALANÇO

A evolução das rubricas do Balanço da empresa no período de 2015-2017 é evidenciada no quadro seguinte:

Quadro 49 – Evolução Balanço 2015-2017

Un: €

Balanço	2017	2016	2015	Var. 2017/2016	
				Abs.	%
Ativo não corrente	8 661	10 296	11 932	(1 635)	(15,9)
Ativo corrente	3 546 390	3 660 528	3 150 313	(114 138)	(3,1)
ATIVO	3 555 051	3 670 824	3 162 245	(115 774)	(3,2)
CAPITAL PRÓPRIO	2 871 757	2 620 127	2 334 904	251 630	9,6
Passivo não corrente	2 838	2 838	2 838	0	0,0
Passivo corrente	680 456	1 047 859	824 503	(367 404)	(35,1)
PASSIVO	683 294	1 050 698	827 341	(367 404)	(35,0)
PASSIVO e CAPITAL PRÓPRIO	3 555 051	3 670 824	3 162 245	(115 774)	(3,2)

O Balanço reflete a solidez da estrutura financeira da empresa que, em 31 de dezembro de 2017, apresenta capitais próprios no valor de 2.871.757 €, o que corresponde a um reforço de 9,6% face ao exercício anterior. Por sua vez, o passivo, no valor de 683.294 €, traduz uma diminuição de cerca de 35% face a 2016.

Deste modo, o valor contabilístico por ação é, em 31 de dezembro de 2017, de 19,14€, representando uma valorização de 282,8% relativamente ao seu valor nominal.

O resultado por ação foi de 1,68€ em 2017 contra 1,90€ e 1,64€ em 2016 e 2015 respetivamente.

Refira-se ainda, que a empresa tem cumpridas todas as suas obrigações perante o Estado, a Segurança Social e terceiros, e não tem qualquer passivo respeitante a empréstimos contraídos, nem responsabilidades financeiras assumidas.

4.4. Grupo ML

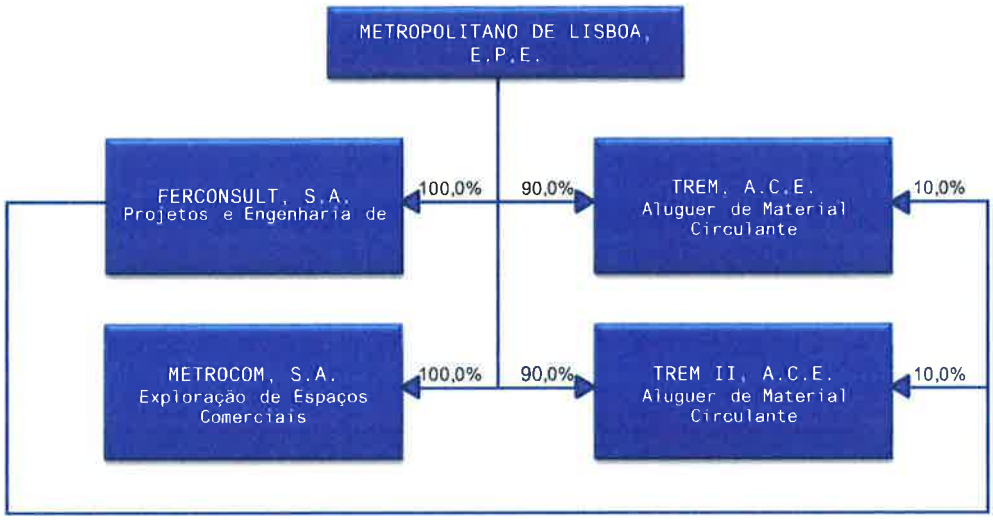
O art. 6.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, impõe a todas as empresas-mãe sujeitas ao direito nacional a obrigatoriedade de elaborar demonstrações financeiras consolidadas do Grupo constituído por ela própria e por todas as subsidiárias sobre as quais exerça influência dominante ou controlo. Neste contexto, o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. ("Metropolitano" ou "ML") (denominação assumida em 26 de junho de 2009) como empresa-mãe do Grupo Metropolitano ("Grupo" ou "Grupo ML"), preparou demonstrações financeiras consolidadas do Grupo de empresas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), tal como adotadas na União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2016. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC") ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee* ("SIC") que tenham sido adotadas na União Europeia.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, ajustados no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

A presente consolidação não terá impacto em termos fiscais, nomeadamente no que se refere a impostos sobre o rendimento, por se ter considerado que não existem expectativas de que o Grupo venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados.

O perímetro de consolidação do Grupo ML é constituído pelas seguintes empresas:

Ilustração 10 – Perímetro de consolidação Grupo ML



As contas das empresas identificadas no quadro abaixo foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de 2017 na rubrica de participações financeiras.

Quadro 50 – Interesses Minoritário Grupo ML

Empresa	Sede	Percentagem de capital detida		
		Direta	Indireta	Total
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40%	-	40%
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	5%	45%	50%
Otlis, A.C.E.	Lisboa	14,29%	-	14,29%

ANÁLISE DE RESULTADOS

Em 2017, observa-se um crescimento do volume de negócios de 4,4% (mais 4,65 milhões de euros) face a 2016, resultante essencialmente do aumento da procura (mais 5,4%), que se traduziu num acréscimo de 7,5 milhões de euros em Rendimentos de Serviço Público. Em menor escala, o aumento do volume de negócios resulta também da atividade de comercialização de espaços comerciais nas estações da rede metro (mais 6,6%). Por outro lado, a falta de novos projetos de engenharia reduziu o volume de negócios da Ferconsult em 3,35 milhões de euros (menos 60%).

Os Rendimentos Operacionais do Grupo registaram em 2017 o valor de 159 milhões de euros, o que representou um acréscimo de 17,06 milhões de euros face ao ano anterior.

Os Gastos Operacionais foram de 149,57 milhões de euros, e representam na sua maior parte gastos diretamente associados à produção do serviço de transporte (Pessoal, Fornecimentos e Serviços Externos e Custo das Matérias consumidas) e em menor grau, gastos relacionados com o desenvolvimento de projetos na Argélia, Brasil e Portugal.

Quadro 51 – Evolução 2017-2016

Un.: M€

Indicadores	Contas Consolidadas		Variação	
	2017	2016	Abs.	%
Volume de Negócios	111,17	106,52	4,65	4,36
Rendimentos Operacionais	159,07	142,00	17,06	12,02
Gastos Operacionais	149,57	140,87	8,70	6,18
EBITDA	43,09	34,61	8,48	24,51
EBITDA corrigido *	2,46	7,37	-4,91	-66,65
Resultado Operacional	9,50	1,13	8,36	737,66
Resultado Líquido	-24,50	-44,14	19,64	44,49

* Exclui efeitos das provisões, imparidades e aumentos/reduções de justo valor, subsídios ao investimento e equiv. patrimonial / subsídiárias

A performance económica do Grupo ML revelou grandes melhorias em 2017, visível pelo crescimento do resultado operacional em 737%. O Resultado Líquido do exercício, ainda que se mantenha negativo, registou uma melhoria de cerca de 44%.

Quadro 52 – Contas consolidadas 2017

Un.: M€

Indicadores	Contas Consolidadas	Contas Individuais				
		ML	Ferconsult	Metrocom	TREM	TREM II
Volume de Negócios	111,17	109,40	2,19	2,69	2,55	4,88
Rendimentos Operacionais	159,07	155,30	3,46	2,80	2,62	5,11
Gastos Operacionais	149,57	145,91	5,02	-2,48	0,03	0,00
EBITDA	43,09	32,57	-1,53	0,33	2,58	5,10
EBITDA corrigido *	2,46	-4,23	-1,32	0,33	2,58	4,69
Resultado Operacional	9,50	9,38	-1,56	0,32	2,58	4,69
Resultado Líquido	-24,50	-24,50	-1,57	0,25	2,57	5,08

* Exclui efeitos das provisões, imparidades e aumentos/reduções de justo valor, subsídios ao investimento e equiv. patrimonial / subsídiárias

Quadro 53 – Contas consolidadas 2016

Un.: M€

Indicadores	Contas Consolidadas	Contas Individuais				
		ML	Ferconsult	Metrocom	TREM	TREM II
Volume de Negócios	106,52	101,19	5,54	2,52	2,44	4,49
Rendimentos Operacionais	142,00	136,13	5,60	2,62	2,53	4,70
Gastos Operacionais	140,87	135,19	7,81	2,25	0,03	0,01
EBITDA	34,61	23,98	-2,14	0,37	2,50	4,69
EBITDA corrigido *	7,37	1,26	-1,45	0,37	-	-
Resultado Operacional	1,13	0,94	-2,21	0,37	2,50	4,69
Resultado Líquido	-44,14	-44,14	-2,22	0,29	2,47	4,62

* Exclui efeitos das provisões, imparidades e aumentos/reduções de justo valor, subsídios ao investimento e equiv. patrimonial / subsídiárias

F. Cumprimento de Orientações Legais (ML)

Dando cumprimento ao ofício circular n.º 587 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças - "Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2017", de 7 de fevereiro de 2018, apresenta-se detalhe da informação solicitada:

a) Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento

No âmbito dos princípios do Governo Societário, o art.º 38.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, determina o conteúdo e exercício da função Acionista, integrando a definição de orientações a aplicar no desenvolvimento da atividade empresarial e os principais objetivos de gestão e resultados a alcançar pelos titulares dos Órgãos de Gestão, nomeados para cada triénio.

Durante este exercício não se encontrava em vigor qualquer Contrato de Gestão para o mandato para o qual os membros que compõem o Conselho de Administração foram nomeados. Contudo, é importante realçar que foi apresentada à Tutela uma proposta de objetivos a constar no Contrato de Gestão, através do ofício 1258695, de 11 de abril de 2017, que à data ainda não teve aprovação.

Os quadros seguintes evidenciam a execução do PAO 2017 (princípios financeiros de referência, investimento, quadro de pessoal e endividamento) e o grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE.

Quadro 54 – Execução do PAO 2017

	ANO 2017		Grau de Execução	Observações/Justificação desvios
	REAL	PAO		
Princípios Financeiros de Referência				
Crescimento do EBITDA face ao ano anterior	-434,5%	199,9%		Considerou-se o EBITDA corrigido. O desvio do EBITDA real face à previsão justifica-se pelas diferenças cambiais desfavoráveis não consideradas nas demonstrações previsionais.
PRC (1) - redução de gastos operac. em 15% face a 2010	-17,6%	-17,7%		
PRC (2) - redução de gastos com comunicações em 5% face a 2016	2,5%	-13,3%		A partir de 2017, os gastos com comunicações já não foram repartidos com a Carris e Transtejo.
PRC (3) - redução de gastos com desl./estadas em 5% face a 2016	262,4%	176,6%		A partir de 2017, os gastos com deslocações/estadas já não foram repartidos com a Carris e Transtejo. Para além disso, a expansão Rato-Cais do Sodré exigiu maiores custos desta natureza.
PRC (4) - manutenção de ajudas de custo face a 2016	496,4%	0,0%		Por lapso, não foi incluído valor para ajudas de custo no PAO 2017.
PRC (5) - manutenção de gastos c/ frota automóvel face a 2016	63,1%	-6,5%		Em 2016, o valor dispendido com a frota beneficiou das sinergias decorrentes da repartição dos gastos com a Carris e a Transtejo. Em 2017, foi necessário renovar a frota automóvel do ML, o que justifica o aumento de gastos. Em 2017, o ML obteve autorização para a dispensa do parecer prévio da ESPAP (Despacho de 17-05-2017, Of. n.º 855) , respeitante à substituição, ao longo do ano de 2017, da frota operacional de veículos ligeiros do ML, nos termos do n.º 8 do artigo 37.º do DLEO.
Investimento				
Infraestruturas de Longa Duração	1.966.993 €	7.857.692 €	25,0%	Devido a atrasos/problemas no processo de contratação pública, nomeadamente, atrasos nas autorizações de despesas plurianuais, não foi possível realizar todos os investimentos previstos.
Renovação e Beneficiação de Frota	- €	- €	-	
Outros Investimentos	1.438.176 €	2.788.857 €	51,6%	
TOTAL	**3.405.170 €**	**10.646.549 €**	**32,0%**	
Indicadores de Recursos Humanos				
Nº de efetivos a 31 Dez.	1.408	1.418	99,3%	
N.º médio de efetivos a 31 Dez.	1.397	1.391	100,5%	
Endividamento				
Variação do endividamento	2,88%	2,35%		

Quadro 55 – Grau de execução do Orçamento carregado no SIGO/SOE (Receita)

Rubrica		Orçamento	Realização	Grau de execução	Justificação
R05.07	07-Rem. Capitais Estat-Rec. Gerais	0 €	68.323 €		Dividendos da participada OTLIS, não previstos no orçamento.
R06.03	03-ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	2.090.902 €	29.881.157 €	1429,1%	Integração de 27,8 M€ do saldo transitado da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), utilizados para pagamento dos cupões dos swaps Santander em contencioso, na sequência do acordo estabelecido em maio, entre o Banco e a República.
R07.02	02-SERVIÇOS	105.133.910 €	113.573.018 €	108,0%	A receita tarifária acumulada é superior à estimativa devido ao aumento tarifário ocorrido em Jan/2017, não considerado no orçamento, e ao aumento da procura superior ao previsto.
R08.01	01-OUTRAS	2.533.701 €	2.774.468 €	109,5%	Valor recebido acima do estimado devido aos resultados das empresas participadas, nomeadamente dos ACE.
R09.03	03-EDIFÍCIOS	553.000 €	0 €	0,0%	Apesar das expetativas de venda de imóveis aquando da preparação do orçamento, não ocorreu qualquer alienação em 2017.
R09.04	04-OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	0 €	46.216 €		Este valor refere-se à alienação de algumas viaturas ML.
R10.03	03-ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1.300.000 €	1.137.500 €	87,5%	A execução não foi total devido à cativação de 12,5% sobre a dotação do PIDDAC
R12.06	06-APOIO FINANCEIRO	24.089.961 €	32.584.270 €	135,3%	O desvio nesta rubrica está essencialmente relacionado com os 6M€ transferidos pela DGTF no final de 2017 para cobrir as necessidades de Tesouraria no início de 2018 e salvaguardar a prossecução das atribuições de serviço público.
R12.07	07-OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	204.422.370 €	192.050.802 €	93,9%	Redução das necessidades de financiamento devido à fraca execução de determinadas rubricas
R15.01	01-REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS		92.627 €		Estes valores tratam-se de regularizações de contratos de água, seguros e fecho de contas da empreitada de Expansão da Linha Vermelha do Oriente ao Aeroporto.
R16.01	01- SALDO GERÊNCIA		24.964.664 €		Despacho 339/2017/SEO - Autorização para utilização do Saldo Gerência
R17.02	00 - OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA		248.257 €		Receita extra orçamental

Quadro 56 – Grau de execução do Orçamento carregado no SIGO/SOE (Despesa)

	Rubrica	Orçamento	Realização	Grau de execução	Justificação
D01.01	01-REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	42.065.523 €	45.408.371 €	107,9%	Efeitos do recrutamento (aprovado pela Tutela) conjugado com o impacto das valorizações remuneratórias e efeitos do processo de avaliação.
D01.02	02-ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	1.742.782 €	3.379.118 €	193,9%	A proposta de orçamento inicialmente submetida pelo ML foi objecto de um corte de 3,5 Milhões de euros. Este facto, conjugado com o impacto das valorizações remuneratórias e efeitos do processo de avaliação, elevou o nível de despesa.
D01.03	03-SEGURANÇA SOCIAL	22.814.207 €	24.089.941 €	105,6%	Efeitos do recrutamento (aprovado pela Tutela) conjugado com o impacto das valorizações remuneratórias e efeitos do processo de avaliação.
D02.01	01-AQUISIÇÃO DE BENS	4.781.093 €	7.749.390 €	162,1%	Esforço adicional para reposição dos níveis de stock dos materiais de armazém com o objetivo de melhorar a manutenção do material circulante.
D02.02	02-AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	52.367.804 €	40.204.366 €	76,8%	Os atrasos verificados nos processos de contratação pública implicaram um grau de execução abaixo do esperado.
D03.05	05-OUTROS JUROS	84.029.276 €	164.675.809 €	196,0%	O desvio está relacionado com o pagamento dos Swaps Santander, anteriormente em contencioso. Após o acordo, o pagamento iniciou-se em junho e não estava previsto na elaboração do Orçamento.
D03.06	06-OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	23.448 €	117.328 €	500,4%	O desvio deve-se a um aumento dos encargos relacionado com o pagamento dos Swaps
D06.02	02-DIVERSAS	1.260.890 €	4.331.341 €	343,5%	O baixo grau de execução de investimento não acompanhou as estimativas orçamentais do cálculo de pagamento de imposto. Isto é, os valores a entregar ao Estado decorrentes da receita não tiveram contrapartida a nível dos valores a receber. O ML efetuou uma alteração orçamental da dotação de investimento (07) para pagamento de impostos.
D07.01	01-INVESTIMENTOS	6.564.599 €	3.247.030 €	49,5%	Com os atrasos verificados nos processos de contratação pública a execução manteve-se num nível muito baixo.
D07.02	02-LOCAÇÃO FINANCEIRA	6.229.797 €	7.528.631 €	120,8%	O valor aprovado pela DGO foi inferior ao proposto pela empresa. A baixa execução dos restantes subagrupamentos de investimento permitiu ajustar as necessidades à execução.
D07.03	03-BENS DE DOMÍNIO PUBLICO	31.916.047 €	3.023.771 €	9,5%	Com os atrasos verificados nos processos de contratação pública relativamente às empreitadas de remodelação das estações Areeiro e Arroios, a execução manteve-se num nivel muito baixo. O ML solicitou à Tutela autorização para utilização de dotação de investimento para reforço das verbas de aquisição de bens e serviços e amortização de passivos financeiros. Foram ainda transferidos valores de investimento para permitir o pagamento de impostos.
D10.06	06-EMPRÉSTIMOS A MEDIO E LONGO PRAZOS	69.715.012 €	71.502.576 €	102,6%	Verificou-se uma incorreção na preparação do orçamento, pelo que o ML necessitou de mais 1,8 Milhões de euros. Foi autorizado pela Tutela a utilização de dotação de investimento para amortização de passivos financeiros.
D12.02	00-OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA		139.784 €		Despesa extra orçamental

b) Gestão do Risco Financeiro e Limites de crescimento do endividamento

No ponto "Evolução da taxa de juro implícita" deste relatório procede-se à divulgação prevista no Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de janeiro relativa à evolução dos gastos de financiamento e da taxa média de juro anual dos últimos 5 anos.

Quadro 57 - Financiamento

Anos	2017	2016	2015	2014	2013
Encargos Financeiros (€)	163.652.365	116.271.878	91.461.531	95.459.528	582.068.223
Taxa Média de Financiamento (%)	4,80	3,24	3,29	3,63	3,79

c) Limites de crescimento do endividamento

Nos termos definidos no n.º 1 do artigo 45º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, o limite máximo de crescimento do endividamento das empresas públicas, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado, foi fixado em 3%.

Quadro 58 - Variação do endividamento

(valores em euros)	2017	2016	2015	2014	2013
Financiamento Remunerado	3.440.662.560	3.487.193.585	3.723.677.187	3.823.438.755	4.280.827.560
Dotação de Capital	192.050.802	358.409.543	189.272.225	549.683.716	475.429.039
Variação do endividamento			**2,88%**		

Conforme demonstrado no quadro anterior o Metropolitano de Lisboa cumpriu o objetivo determinado na lei do OE, de não agravamento superior a 3% dos níveis de endividamento do setor público empresarial.

Quadro 59 - Passivo remunerado

Un: euros

Passivo remunerado (valores em euros)	2017	2016	2015	2014	2013	Variação 2017/2016 Valor	Variação 2017/2016 %
Financiamentos obtidos (Correntes e Não Correntes)	3.440.662.560	3.487.193.585	3.723.677.187	3.823.438.755	4.280.827.560	-236.483.602	-1,3
- dos quais concedidos pela DGTF	1.238.846.655	1.206.262.385	1.206.262.385	1.206.262.385	1.571.890.846	0	2,7
Aumentos de Capital por dotação	192.050.802	358.409.543	189.272.225	211.326.846	475.429.039	169.137.318	-46,4
Aumento de Capital por conversão de créditos	0	0	0	338.356.870	0	0	-
Endividamento ajustado	3.632.713.363	3.845.603.128	3.912.949.412	4.373.122.471	4.756.256.599	-67.346.284	-5,5

O endividamento do Metropolitano de Lisboa diminuiu 1,3%, cifrando-se o passivo remunerado nos 3.441 milhões de euros.

d) Prazo médio de pagamentos (PMP) e atrasos nos pagamentos ("*arrears*")

A evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores, nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, é a que consta da tabela abaixo.

Quadro 60 - Prazo médio de pagamentos a fornecedores

PMP	2017	2016	Variação 2017/2016	
			Valor	%
Prazo (dias)	19	22	-3	-13,6

O quadro abaixo demonstra a posição em 31 de dezembro de 2017 das contas a pagar, com evidência das dívidas vencidas e dos pagamentos em atraso, conforme definido no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio.

Quadro 61 - Pagamentos em atraso

Dívidas Vencidas (valores em euros)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	15.012	4.064	20.868	0	0
Aquisições de Capital	0	0	0	0	36.044
Total	**15.012**	**4.064**	**20.868**	**0**	**36.044**

O controlo dos Pagamentos em Atraso é um dos requisitos críticos da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), aplicável ao Metropolitano de Lisboa desde janeiro de 2012, em consequência da reclassificação desta entidade no perímetro de consolidação das contas públicas, como Serviço e Fundo Autónomo.

Para efeitos do cálculo dos Fundos Disponíveis, é determinante a avaliação da condição da entidade, no âmbito da detenção ou não de pagamentos em atraso, em conformidade com o disposto na LCPA.

e) Recomendações do Acionista

No cumprimento dos deveres especiais de informação e das recomendações periodicamente remetidas pelo acionista, o Metropolitano de Lisboa procura reportar atempadamente toda a informação e esclarecimentos solicitados.

Considerando que as contas de 2014, 2015 e 2016 desta entidade ainda não foram aprovadas pelo Acionista, não foram transmitidas à Empresa recomendações específicas que mereçam referência neste ponto.

f) Remunerações dos órgãos sociais

Quadro 62 - Identificação dos membros do Conselho de Administração

Mandato (início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO			N.º de mandatos
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2017-2019	Presidente	Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	RCM n.º 16/2017	16-01-2017	Não	n.d.	D	1
2017-2019	Vogal 1	Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	RCM n.º 16/2017	16-01-2017	Não	n.d.	D	1
2017-2019	Vogal 2	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	RCM n.º 16/2017	16-01-2017	Não	n.d.	D	1
2017-2019	Vogal 3	Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis	RCM n.º 16/2017	16-01-2017	Não	n.d.	D	1

OPRLO – Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

Quadro 63 - Acumulação de funções

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.	Presidente	Público
	METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Presidente	Público
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Vogal	Público
	TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Presidente	Público
	TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Presidente	Público
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.	Vogal	Público
Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis	METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Vogal	Público

Quadro 64 - Estatuto do Gestor Público

Membro do CA	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração Mensal Bruta (€)	
	(S/N)	(A/B/C)	Vencimento mensal	Despesas representação
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	S	A	5.722,75	2.289,10
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	S	A	4.578,20	1.831,28
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	S	A	4.578,20	1.831,28
Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis	S	A	4.578,20	1.831,28

Quadro 65 - Remuneração anual dos membros do Conselho de Administração

Membro do CA	Remuneração Anual - 2017 (€)				
	Fixa	Variável	Valor Bruto	Reduções Remuneratórias	Valor Bruto Final
	(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)=(3)-(4)
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	110.092,40	0,00	110.092,40	5.775,28	104.317,12
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	88.574,86	0,00	88.574,86	4.620,14	83.954,72
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	88.574,86	0,00	88.574,86	4.753,70	83.821,16
Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis	88.574,86	0,00	88.574,86	4.620,14	83.954,72
			375.816,98	**19.769,26**	**356.047,72**

Quadro 66 - Benefícios sociais

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	10,35	2.504,70	SNS	25.887,16	598,20	-	Seguro de acidentes de trabalho	1.466,10
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	10,35	2.504,70	SAMS	6.167,10	598,20	-	Seguro de acidentes de trabalho	1.172,88
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	10,35	2.504,70	ADSE	0,00	598,20	-	Seguro de acidentes de trabalho	1.170,96
Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis	10,35	2.504,70	SNS	20.776,74	598,20	-	Seguro de acidentes de trabalho	1.172,88
		10.018,80		**52.831,00**	**2.392,80**	**0,00**		**4.982,82**

Quadro 67 – Encargos com viaturas

Membro do CA	Encargos com Viaturas - 2017								
	Viatura atribuída [S/N]	Celebração de contrato [S/N]	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes (n.º)
Eng.º Vítor Manuel Domingues dos Santos	S	S	45.353,00 €	AOV	2017	2021	617,63 €	7.411,56 €	39
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	S	S	41.401,00 €	AOV	2017	2021	554,91 €	6.658,92 €	39
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	S	S	42.072,00 €	AOV	2017	2021	558,23 €	6.698,76 €	39
Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis	S	S	40.692,07 €	AOV	2017	2021	544,26 €	6.531,12 €	39

Quadro 68 - Gastos anuais associados a deslocações em serviço

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (valores em euros)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Eng.º Vítor Manuel Domingues dos Santos	9.883,74	2.121,55	688,05			12.693,34
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	6.537,37	2.033,19	625,50			9.196,06
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	276,51	330,00	250,20			856,71
Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis	940,54	889,00	312,75			2.142,29
						24.888,40

Conselho Fiscal

Quadro 69 - Identificação dos membros do Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	N.º de mandatos
			Forma (1)	Data		
2017-2019	Presidente	Dr. José Carlos Pereira Nunes	DC SETF e SEAMB	11-01-2017	1.362,01	1
2017-2019	Vogal Efetivo	Dra. Cristina Maria Pereira Freire	DC SETF e SEAMB	11-01-2017	1.021,51	1
2017-2019	Vogal Efetivo	Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda	DC SETF e SEOPTC	11-01-2017	1.021,51	1
2017-2019	Vogal Suplente	Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais	DC SETF e SEOPTC	11-01-2017	-	2

(1) De acordo com o Despacho Conjunto de 11 de Janeiro de 2017 do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e Finanças e do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente.

Quadro 70 - Remuneração anual

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Dr. José Carlos Pereira Nunes	19.068,13		19.068,13
Dra. Cristina Maria Pereira Freire	14.301,19		14.301,19
Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda	14.301,19		14.301,19
Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais	0,00		0,00
			47.670,51

Revisor Oficial de Contas (ROC)

Quadro 71 - Identificação do SROC/ROC

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação		Data do contrato	N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma	Data			
	SROC	Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda. representada por:	74	20161409					
2015-2017	ROC Efetivo	Dr. José Luís Areal Alves da Cunha	585	20160240	Despacho	18-03-2015			
	ROC Suplente	Dr. Abílio Ançã Henriques	413	20160121					

Quadro 72 - Remuneração anual

Nome (ROC/FU)	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2017 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2017 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC	20.550,36	0,00	**20.550,36**				**0,00**

g) Remunerações do Auditor Externo

Quadro 73 - Identificação e remuneração do auditor externo

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	N.º OROC	N.º CMVM				
BDO & ASSOCIADOS, SROC, LDA. representada por:	29	20161384	01-01-2017			
Dr. João Paulo Torres Cunha Ferreira	956	20160573				

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2017 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2017 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
BDO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.	29.780,00		**29.780,00**				**0,00**

h) Remunerações dos restantes trabalhadores

Dando cumprimento ao estatuído no art.º 21.º (Alteração ao Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no regime aplicável ao setor público empresarial), da Secção I, Capítulo III, da Lei N.º 42/2016, de 28 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2017) retomou-se a aplicação dos instrumentos de regulamentação coletiva do trabalho existentes no setor público empresarial, o que implicou a reposição de direitos adquiridos em 50% em julho de 2017 (sendo os restantes 50% repostos a 1 de janeiro de 2018), sem efeitos retroativos.

A aplicação do referido artigo implicou considerar os efeitos do processo de avaliação de desempenho (suspenso desde 2011) e respetivas evoluções nas carreiras profissionais, bem como a atribuição de prémios de desempenho. Esta reposição de direitos foi considerada, tal como previsto, em 50% em julho de 2017.

i) Estatuto do Gestor Público

Em 2017, nos termos dos art.^{os} 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, não houve lugar à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento pelos membros do Conselho de Administração, tendo por objetivo a realização de despesas ao serviço da Empresa, nem qualquer reembolso de despesas no âmbito do conceito de representação pessoal.

Quadro 74 - Gastos com comunicações móveis

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos	80,00	237,39	
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	80,00	210,26	
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	80,00	142,03	
Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis	80,00	391,02	
		980,70	

Quadro 75 - Gastos anuais associados a viaturas

Membro do CA	Plafond Mensal Combustivel e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustivel	Portagens	Total	Observações
Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos	543,66 €	2.285,27 €	1.131,26 €	3.416,53 €	
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	434,93 €	2.177,49 €	356,43 €	2.533,92 €	
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	434,93 €	3.312,30 €	2.115,10 €	5.427,40 €	Foi debitado o valor de 208,24€
Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis	434,93 €	4.074,48 €	891,66 €	4.966,14 €	

j) Despesas não documentadas

O Metropolitano de Lisboa cumpriu o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, não tendo realizado despesas não documentadas.

k) Princípio de Igualdade de Género

O Metropolitano de Lisboa procedeu à renovação do acordo de adesão ao Fórum Empresas para a Igualdade de Género e subscreveu a Declaração sobre Igualdade de Oportunidades para Mulheres e Homens no Setor dos Transportes Públicos, como forma de reconhecimento da importância da igualdade de género no âmbito da sustentabilidade social.

Com a renovação do compromisso constante do Acordo de Adesão ao Fórum de Empresas para a Igualdade de Género (IGEN), assinado pela primeira vez em 2015, o Metropolitano de Lisboa compromete-se a desenvolver ações de promoção de igualdade de género na sua organização, assumindo compromissos de melhoria em diversas dimensões que incorporam os princípios da igualdade e da não discriminação entre homens e mulheres no trabalho, bem como na conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar.

O Metropolitano de Lisboa, ao assumir compromissos com a promoção da igualdade pretende alcançar melhorias no plano da sustentabilidade, da justiça organizacional e da satisfação dos seus colaboradores e das suas colaboradoras, porque a utilização da linguagem inclusiva também se revela essencial.

A Declaração sobre Igualdade de Oportunidades para Mulheres e Homens no Setor dos Transportes Públicos é considerada de especial relevância para a Igualdade de Género e vincula o Metropolitano de Lisboa a comprometer-se e a implementar uma série de medidas que vão de encontro à igualdade de oportunidades.

Ainda no âmbito da sustentabilidade, o Metropolitano assinou, igualmente, a Carta de Responsabilidade Social em que se obriga, como Entidade Pública Empresarial do setor do Estado, a ter sempre presente na sua atuação com as partes interessadas, a valorização da dimensão social no seu relacionamento interno e externo, assumindo o compromisso de diversos princípios empresariais de responsabilidade social e de sustentabilidade, princípios estes que são enumerados na Carta de Responsabilidade Social.

l) Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção, Gestão de Conflitos de Interesses e *Compliance*

No que respeita ao Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), encontra-se em vigor a 4.ª edição (2014), que manteve a estrutura de apresentação e a tipologia de riscos adotada na edição anterior, dando cumprimento à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) de 1 de julho de 2009. No PPRCIC são identificadas as áreas que podem estar sujeitas à prática de atos de corrupção, os principais riscos daí decorrentes, os controlos internos implementados que visam a mitigação e prevenção desses riscos, os respetivos impactos e a probabilidade de ocorrência. A metodologia seguida para a identificação dos riscos elencados no PPRCIC (que englobam a corrupção, conflitos de interesse, manipulação de informação e apropriação indevida de ativos) é a recomendada pela *Association of Certified Fraud Examiners (ACFE)* no "*Fraud Risk Manual*", adaptada à realidade do Metropolitano de Lisboa. No ano de 2017 foi elaborado e devidamente publicitado o Relatório de Execução do PPRCIC referente ao ano de 2016.

No sentido de reforçar a cultura organizacional de prevenção e gestão de conflitos de interesses no Metropolitano de Lisboa, foi realizada uma visita pedagógica do CPC, foi adaptada a recomendação desta Entidade de 4 de maio de 2017, relativa à "Permeabilidade da Lei a Riscos de Fraude, Corrupção e Infrações Conexas", ao teor das propostas submetidas à aprovação do órgão colegial e respetivas deliberações, foi implementado um projeto de comunicação interna sobre os conceitos relacionados com os conflitos de interesses e foi, ainda, implementado um projeto de subscrição voluntária de declarações de inexistência de conflitos de interesse, nas áreas da Empresa com maior risco.

A organização também dispõe de um Canal de Ética que tem como objetivo contribuir para promover a transparência da organização. Trata-se de um canal direto de comunicação de suspeitas de fraudes, de conflitos de interesse e/ou de práticas de corrupção, de acordo com as boas práticas de *GRC (Governance, Risk Management & Compliance*).

A implementação pelo Metropolitano de Lisboa de um programa de *Compliance* (com uma ferramenta informática desenvolvida internamente), constituiu outra importante medida no sentido de assegurar o cumprimento legal.

Regulamento Geral de Proteção de Dados

Na sequência da aprovação do Regulamento relativo à Proteção de Pessoas Singulares no que diz respeito ao Tratamento de Dados Pessoais e à Livre Circulação desses Dados (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27.04.2016), em 2017 foi nomeado um Grupo de Trabalho interno, com representantes das áreas com maior impacto na proteção de dados (em particular, de clientes e de trabalhadores), tendo para o efeito procedido ao levantamento dos dados pessoais tratados no ML. No final desse ano, o GT apresentou um relatório com o estudo do RGPD e o seu reflexo na Empresa.

m) Contratação Pública

Em 2017, o Metropolitano de Lisboa aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico.

O Metropolitano de Lisboa respeitou, igualmente, as orientações constantes da Recomendação n.º 1/2015, de 7 de janeiro, do Conselho de Prevenção contra a Corrupção (Tribunal de Contas), transmitidas através do ofício circular n.º 4766, de 10 de agosto, bem como do Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitidas através do ofício circular n.º 6132, de 6 de agosto de 2010. A Empresa cumpriu, ainda, todas as normas aplicáveis no que respeita à contratação, designadamente as relativas à auscultação da Agência de Modernização Administrativa nas aquisições de bens e serviços, abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio, na redação dada pela Lei n.º 83-C/2014, de 31 de dezembro, bem como pelo Decreto-Lei n.º 151/2015, de 6 de agosto e, ainda, os pedidos de autorização para a assunção de compromissos plurianuais exigidos pelo artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, tendo, também, sido apresentado à Parpública os pedidos prévios, nos termos do n.º 4 do artigo 43.º do Decreto-Lei n-º 25/ 2017, de 3 de março.

Internamente, o Metropolitano de Lisboa cumpriu o previsto no Manual do Processo de Compras, tendo sido tramitadas, de forma a promover maior transparência, as pequenas aquisições, através de uma aplicação web, desenvolvida para o efeito, que assegura a confidencialidade das propostas, até ao termo do prazo para a sua apresentação.

Em 2017, o Metropolitano de Lisboa apenas celebrou um contrato de valor superior a cinco milhões de euros, relativo à "Aquisição de Energia Elétrica em AT, MT, BTE e BTN para as instalações da Carris, Transtejo e do Metropolitano de Lisboa" – Proc. N.º 173/2016-DLO/C-M-TT".

Com efeito, celebrou-se com a EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A. o Contrato n.º 052/2017 no valor de 5.233.176,85€ (cinco milhões, duzentos e trinta e três mil, cento e setenta e seis euros e oitenta e cinco cêntimos).

Os efeitos do presente contrato ficaram dependentes da verificação da condição suspensiva de concessão do visto prévio pelo Tribunal de Contas, nos termos do disposto no artigo 45.º da Lei nº 98/97, de 26 de agosto, alterada e republicada pela Lei nº 20/2015 de 9 de março, com as alterações introduzidas pelas leis n.º 48/2006, de 29 de agosto, n.º 35/2007, de 13 de agosto; nº 3-B/2010, de 28 de abril; nº. 61/2011, de 7 de dezembro e n. 2/2012, de 6 de janeiro.

n) Sistema Nacional de Compras Públicas (SNPC)

Nesta matéria, desde 2010 que o Metropolitano de Lisboa implementa as medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013, tendo aderido voluntariamente ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

De referir que, no âmbito do novo modelo organizacional, a área de Gestão Corporativa responsável pela Logística passou a centralizar os procedimentos de contratação, procurando, sempre que possível, obter as melhores condições na aquisição de bens e serviços, procedendo à contratação com recurso à modalidade de agregação de entidades adjudicantes.

o) Plano de Redução de Gastos Operacionais

O artigo 124.º do Decreto-Lei 25/2017, que estabelece as normas de execução do Orçamento de Estado para 2017, define os objetivos a atingir pelas Empresas Públicas no que respeita aos seus gastos operacionais. São se destacar os seguintes:

- Redução do peso dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial e das indemnizações por rescisão, no volume de negócios face a 31 de dezembro de 2016. As empresas públicas que tenham por objeto a prestação de serviço público de transporte coletivo de passageiros podem adicionalmente aumentar os respetivos gastos operacionais até dois pontos percentuais acima do crescimento do volume de negócios, por despacho do membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade, em situações devidamente fundamentadas, desde que o volume de negócios tenha aumentado em 31 de dezembro de 2016, face a 31 de dezembro de 2015, se preveja o aumento do volume de negócios em 2017, face a 31 de dezembro de 2016 e se enquadre no orçamento disponível.
- As empresas públicas que tenham registado em 2016 resultados antes de juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) negativos ou nulos devem ainda garantir o aumento do seu EBITDA, face a 31 de dezembro de 2016.
- Devem também ser iguais ou inferiores aos registados em 31 de dezembro de 2016:
  - Os gastos com pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial, das indemnizações por rescisão e dos efeitos decorrentes da aplicação do disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei do Orçamento do Estado;
  - O conjunto dos gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel.

Face ao previsível aumento de gastos operacionais em relação a 2016, foi feito um pedido de exceção à alínea a) do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017.[14] Este pedido foi aprovado pelo Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente a 25-10-2017.[15]

O desempenho do Metropolitano de Lisboa no exercício 2017 foi o seguinte:

Quadro 76 - Plano de redução de custos

PRC	2017	2016	2015	Var. 2017/2016	
	Exec.	Exec.	Exec.	Abs.	%
(0) EBITDA (corrigido) [a]	(4.227.669 €)	1.263.736 €	(7.211.657 €)	(5.491.405 €)	-434,5
(1) CMVMC	4.408.604 €	2.180.092 €	2.439.098 €	2.228.512 €	102,2
(2) FSE	32.163.996 €	30.513.040 €	31.909.157 €	1.650.956 €	5,4
(3) Gastos com Pessoal, corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	67.788.241 €	64.576.559 €	64.768.643 €	3.211.682 €	5,0
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	62.244 €	371.709 €	1.354.241 €	(309.464 €)	(83,3)
(3.ii) Impacto da reversão das reduções remuneratórias	2.598.091 €	1.134.131 €		1.463.960 €	129,1
(3.iii) Impacto da aplicação dos art. 20.º e 21.º da LOE 2017	1.218.661 €			1.218.661 €	-
(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)	104.360.841 €	97.269.692 €	99.116.898 €	7.091.149 €	7,3
(5) Volume de negócios (VN) [b]	106.583.034 €	99.241.786 €	91.981.280 €	7.341.248 €	7,4
(6) Peso dos Gastos / VN (4)/(5)	97,9%	98,0%	107,8%	0%	(0,1)
(i) Gastos com comunicações (FSE)	70.166 €	68.430 €	61.375 €	1.736 €	2,5
(ii) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	45.300 €	12.498 €	16.613 €	32.802 €	262,4
(iii) Gastos com Ajudas de Custo (G c/ pessoal)	5.448 €	913 €	6.294 €	4.534 €	496,4
(iv) Gastos com viaturas	191.416 €	117.369 €	127.020 €	74.048 €	63,1
Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	312.330 €	199.210 €	211.302 €	113.120 €	56,8
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	1.415	1.371	1.389	44	3,2
Número de Órgãos Sociais (OS)	7	8	8	-1	(12,5)
N.º de Cargos de Direção (CD)	16	11	10	5	45,5
Número de Trabalhadores (sem OS e sem CD)	1.392	1.352	1.371	40	3,0
N.º Trabalhadores / N.º CD	87	123	137	-36	(29,2)
N.º de Viaturas	47	47	48	0	-

a) Corrigido de provisões, ajustamentos, imparidades e aumentos/reduções de justo valor, subsídios ao investimento e equiv. patrimonial / subsidiárias. Os valores de 2016 e 2015 foram reexpressos de forma a serem comparáveis com 2017. Este reajustamento advém da necessidade de uniformizar os indicadores financeiros analisados nos relatórios elaborados pelo ML, inclusive, o relatório de execução do PAO.

b) Corrigido de subsídios à exploração e de indemnizações compensatórias

[14] Ofício ref.ª 1288040, de 26-09-2017 e *email* de 13-10-2017.

[15] Ofício 1806 SEEAMB.

p) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Desde 2 de janeiro de 2007 que o Metropolitano de Lisboa mantém uma conta aberta junto do IGCP, tendo aplicado junto desta entidade pública os seus excedentes de tesouraria pontuais, conforme previsto no art.º 111.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro. Contudo, considerando que a aplicação do princípio da UTE pode ser excecionada em casos devidamente fundamentados, mediante autorização do titular da função Acionista, em 2017 o Metropolitano de Lisboa pediu dispensa do princípio de unidade de tesouraria, invocando argumentos de ordem operacional, relacionados com a logística de venda de títulos, dispensa esta que foi autorizada para o ano de 2016 e extensível a 2017.[16]

Quadro 77 – Unidade de Tesouraria do Estado

UTE	2017
Disponibilidades em 31-12-2017	**22.013.373,83**
Depositadas no IGCP	17.517.064,26
Outras	4.496.309,57
Disponibilidades no IGCP (%)	79,6%

Quadro 78 – Disponibilidades na Banca Comercial

Banca Comercial	1.º Trimestre €	2.º Trimestre €	3.º Trimestre €	4.º Trimestre €
Banco Português de Investimento	7.841.438,19	2.187.335,25	1.469.196,63	2.581.245,12
Banco Santander Totta	3.146,87	2.120.276,95	1.356.349,13	1.865.082,33
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	9.809,02	11.839,22	9.174,59	16.988,77
Caixa Banco Investimento	2.468,41	2.468,41	2.468,41	1.284,41
Millennium BCP	271.694,56	497.826,24	519.294,53	21.039,74
Caixa Geral de Depósitos	1.005.216,06	3.711.470,41	407.470,23	8.736,33
Montepio Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
Deutsche Bank	3.251,94	3.251,94	0,00	0,00
Haitong Bank (antigo BES Investimento)	1.932,87	1.932,87	1.932,87	1.932,87
Total	**9.138.957,92**	**8.536.401,29**	**3.765.886,39**	**4.496.309,57**
Juros auferidos	0,00	0,00	0,00	0,00

q) Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

Nos últimos três anos (2015-2017), não foi realizada nenhuma auditoria pelo Tribunal de Contas ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E..

[16] Despacho n.º 731/16 - SEATF

r) Informação divulgada no SEE

Quadro 79 - Informação que consta do *site* do SEE (portal da DGTF)

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação				Comentários
	S	N	N.A.	Data atualização	
Estatutos	X			jun/2018	
Caraterização da Empresa	X			ago/2017	
Função de tutela e acionista	X			ago/2017	
Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais:					
- Identificação dos Órgãos Sociais	X			set/2017	
- Estatuto Remuneratório Fixado	X			set/2017	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	X			set/2017	
- Identificação das funções e responsabilidade dos membros do Conselho de Administração	X			set/2017	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	X			set/2017	
Esforço Financeiro Público	X			ago/2017	
Ficha Síntese	X			set/2017	
Informação Financeira histórica e atual	X			ago/2017	
Princípios de Bom Governo:					
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	X			ago/2017	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	X			ago/2017	
- Outras transações	X			ago/2017	
- Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios:	X				
Económico	X			ago/2017	
Social	X			ago/2017	
Ambiental	X			ago/2017	
- Avaliação do cumprimento dos Princípios do Bom Governo	X			ago/2017	
- Código de ética	X			ago/2017	

Legenda:

S - Sim

N - Não

N.A. - Não Aplicável

s) QUADRO RESUMO – Cumprimento das Orientações Legais

Quadro 80 - Cumprimentos das orientações legais I

Cumprimento das Orientações Legais - 2017	Cumprimento			Quantificação/ Identificação	Justificação/Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de gestão					
Objetivo de gestão definidos para 2017			X	-	Ver ponto F. a) "Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento"
Metas a atingir constantes no PAO 2017					
Princípios Financeiros de Referência		X		Evolução EBITDA: -435%	Ver ponto F. a) "Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento"
	X			Redução Gastos Operacionais: -18%	Ver ponto F. a) "Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento"
		X		Comunicações: +3% Deslocações: +262% Frota: +63%	Ver ponto F. a) "Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento"
Investimento			X	32,0%	Ver ponto F. a) "Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento"
Endividamento	X			Variação Endividamento 2,9%	Ver ponto F. a) "Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento"
Grau de execução do orçamento carregado em SIGO/SOE	X			-	Ver ponto F. a) "Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento"
Gestão do Risco Financeiro			X	4,80%	Ver ponto F. b) "Cumprimento de Orientações Legais - Objetivos de Gestão"
Limites de Crescimento do Endividamento	X			2,9%	Ver ponto F. c) "Cumprimento de Orientações Legais - Objetivos de Gestão"
Evolução do PMP a fornecedores	X			- 3 dias	Ver ponto F. d) "Prazo médio de pagamentos (PMP)"
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			60.976 €	Ver ponto F. d) "Pagamentos em atraso ("arrears")"
Recomendações do acionista na última prestação de contas			X		Ver ponto F. e) "Recomendações do Acionista"
Remunerações					
Não atribuição de prémios gestão	X				Ver ponto F. f) "Remunerações dos órgãos sociais"
CA - Reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2017	X			19.769 €	Ver ponto F. f) "Remunerações dos órgãos sociais"
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2017 (se aplicável)			X		Ver ponto F. f) "Remunerações dos órgãos sociais"
Auditor Externo - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2017 (se aplicável)			X		Ver ponto F. g) "Remunerações do Auditor Externo"
Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2017	X				Ver ponto F. o) "Plano de Redução de Gastos Operacionais"
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 38.º da Lei 82-B/2014, prorrogada para 2017 pelo artigo 19.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro	X				Ver ponto F. h) "Remunerações dos restantes trabalhadores "
EGP - artigo 32.º e 33.º do EGP					
Não utilização de cartões de crédito	X				Ver ponto F. i) "Estatuto do Gestor Público"
Não reembolso de despesas de representação pessoal	X				Ver ponto F. i) "Estatuto do Gestor Público"
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	X			Valor máximo mensal: 80€	Ver ponto F. i) "Estatuto do Gestor Público"
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	X			Valor máximo mensal: 543,66€ (Presidente CA) e 434,93€ (Vogais)	Ver ponto F. i) "Estatuto do Gestor Público" Os valores máximos foram calculados de acordo com o n.º 3 do art.º 33.º : 1/4 do valor das despesas de representação (40% do vencimento, de acordo com o n.º 2 do art.º 28.º do EGP)

Quadro 81 - Cumprimentos das orientações legais II

Cumprimento das Orientações Legais - 2017	Cumprimento			Quantificação/ Identificação	Justificação/Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do art.º 16.º do RJSPE e art.º 11.º do EGP					
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	X				Ver ponto F. j) "Despesas não documentadas"
Promoção da igualdade entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014					
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens			X		Ver ponto F. k) "Princípio de Igualdade de Género"
Elaboração de relatório anual sobre prevenção da corrupção	X			http://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2018/01/MetropolitanodeLisboa_Relat_PPRCIC2017.pdf	Ver ponto F. l) "Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção"
Contratação Pública					
Aplicação das normas de contratação pública pela Empresa	X			Aplicação do CCP, da Lei n.º 8/2012, do regime de parecer prévio pela AMA, cfr. DL n.º 107/2012	Ver ponto F. m) "Contratação Pública"
Aplicação das normas de contratação pública pelas Participadas			X		As empresas participadas não se encontram abrangidas pelo Código da Contratação Pública
Contratos submetidos a visto prévio do TC	X				Ver ponto F. m) "Contratação Pública"
Auditorias do Tribunal de Contas			X		Ver ponto F. q) "Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas"
Parque automóvel					
N.º de viaturas	X			47	Ver ponto F. o) "Plano de Redução de Gastos Operacionais"
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	X				Ver ponto F. o) "Plano de Redução de Gastos Operacionais"
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)					
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP			X	79,6%	Ver ponto F. p) "Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado"
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial			X	4.496.310 €	Ver ponto F. p) "Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado"
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	X			0,00 €	Ver ponto F. p) "Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado"

G. Perspetivas

1. Análise ao Contexto Externo

Anualmente, em sede de elaboração do Relatório Integrado, é feita uma análise ao contexto externo da Empresa pela Gestão de Topo. Esta análise é feita de acordo com a metodologia PESTEL, ou seja, a análise é elaborada para os seguintes vetores:

- Política
- Económica
- Social
- Tecnológica
- Ambiental
- Legal

1.1. Política

"Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável"

Em setembro de 2015, na Cimeira das Nações Unidas foi aprovada a Resolução A/RES/70/1 com o título supra, estando a mesma em vigor desde 2016. Esta Agenda assente em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a alcançar até 2030 (ver Anexo), por todos os 193 países, onde Portugal também esteve presente.

Ainda que todos concorram para um objetivo comum, as ações da Agenda 2030 e dos ODS baseiam-se em cinco eixos de atuação, também denominados por 5 Ps:

- **Pessoas** - promover um mundo onde todos os indivíduos desfrutem de ambientes saudáveis e vivam com dignidade e igualdade;
- **Prosperidade** - fomentar a prosperidade dos indivíduos, bem como da Natureza;
- **Planeta** - proteger o Planeta através de produção e consumo sustentáveis, utilizando os recursos de forma responsável;
- **Paz** - construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas;
- **Parcerias** - alcançar os objetivos através de um espírito de solidariedade, com a participação de diversas entidades), que, em conjunto, possibilitarão a erradicação da pobreza e o alcance de um desenvolvimento sustentável através da saúde, educação, proteção do ambiente, paz e justiça.

Ficou a cargo de cada país a priorização dos ODS a incorporar nas políticas e ações, a desenvolver no plano nacional e regional.

A figura seguinte ilustra os 17 ODS:

COP21 - Acordo de Paris

Em dezembro de 2015, na COP 21[17] em Paris, foi assinado o **Acordo de Paris**, em alinhamento com o **ODS 13 – Ação Climática**, que visou estabelecer um plano de ação, a iniciar em 2020, com vista a limitar o aquecimento global

Portugal e a Agenda 2030

O Governo português definiu como prioridades estratégicas[18], na implementação da Agenda 2030, os seguintes ODS:

- **ODS4 – Educação de Qualidade** – Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- **ODS5 – Igualdade de género** – Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas.
- **ODS9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas** – Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
- **ODS10 – Reduzir as Desigualdades** – Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.
- **ODS13 – Ação Climática** – Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.
- **ODS14 – Proteger a Vida Marinha** – Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

[17] 21ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2015, realizada em Paris.

[18] O "Relatório Nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" foi apresentado ao Fórum Político das Nações Unidas, realizado na sede da ONU, em 18 de julho de 2017.

Roteiro para a neutralidade carbónica - RNC2050

Em novembro de 2016, na COP22[19] em Marraquexe, o Primeiro-ministro de Portugal comprometeu-se com o objetivo de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa para que o balanço entre os gases que emitimos e aqueles que são removidos ou capturados da atmosfera (por exemplo, aquando da fixação de carbono na fase de crescimento das árvores) seja nulo em 2050. A este objetivo deu-se o nome de "neutralidade carbónica", uma vez que o dióxido de carbono é o gás de referência para a determinação do potencial de aquecimento global. Este objetivo está intrinsecamente ligado ao **ODS13 Ação Climática**.

Em janeiro de 2018 foi feito o lançamento do "Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050", onde a DAQ esteve em representação do ML, tendo sido apresentados cinco Grupos setoriais, a saber:

- Grupo 1 – Energia
- Grupo 2 – Transportes e mobilidade
- Grupo 3 – Resíduos
- Grupo 4 – Agricultura e florestas
- Grupo 5 – Economia circular

O **Grupo 2 – Transportes e mobilidade** é liderado pelo Doutor Francisco Ferreira (FCT – NOVA). Brevemente será dado início à auscultação das partes interessadas, no âmbito desta temática, onde o ML naturalmente se insere.

Em síntese

A nível global, vivemos um momento onde nunca como agora, as questões ambientais estão na ordem do dia, existindo toda uma política global de promoção do transporte público, sobretudo o movido a energia elétrica.

1.2. Económica

Após uma situação de crise, a economia nacional está a crescer o que induz o aumento do emprego e da necessidade de mobilidade dos cidadãos.

Simultaneamente, em Portugal e especialmente em Lisboa, vive-se um momento áureo do turismo, aumentando a procura do transporte público.

Para além do aumento da procura, o impacto do turismo traz ainda dois outros impactos positivos. Neste sentido, o cliente turista atenua a disparidade da procura entre as horas de ponta e as horas de vazio, e também, entre dias úteis e fins-de-semana, na medida em que as suas necessidades de mobilidade são distintas dos movimentos pendulares casa-trabalho ou casa-escola.

Também a nível da receita existe um incremento adicional, aumentando assim a receita média por passageiro.km, dado o tipo de títulos utilizados.

[19] 22ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2016, realizada em Marraquexe.

1.3. Social

As consequências das alterações climáticas, bem como, a procura por um estilo de vida mais saudável, a que se juntam novas tendências da economia, como a *sharing economy*, podem vir a trazer um forte impacto no Metropolitano de Lisboa.

Se, por um lado, é uma oportunidade na medida que é crescente a pressão social para o uso de soluções de mobilidade mais amigas do ambiente. Por outro, a tendência social, especialmente, nas novas gerações para a "não posse", ou seja, a partilha de recursos da comunidade pode incutir ao aumento do uso do transporte público, podendo igualmente desviar clientes atuais para outras formas de mobilidade alicerçadas na tecnologia, como o *car sharing* ou *bike sharing*.

1.4. Tecnológica

As novas tecnologias, principalmente ao nível do digital, têm provocado uma verdadeira disrupção nos diversos modelos de negócio, ao qual o setor dos transportes não é exceção.

Assim, apareceram novas plataformas de promoção da mobilidade, como a "UBER" ou a "Cabify", que têm vindo a conquistar quota de mercado e, não apenas aos táxis. As Apps para *smartphones* generalizaram-se e servem não apenas de suporte para modelos de mobilidade partilhada, como o *car sharing* ou o *bike sharing*, mas também servem de suporte para informação em tempo real para os modos de transporte dito tradicionais, como o ML.

Noutro quadrante, a evolução tecnológica tem vindo a permitir evoluções relevantes ao nível da eficiência energética, permitindo a otimização da gestão de recursos naturais.

1.5. Ambiental

As alterações climáticas provenientes do aumento global da temperatura já se começaram a fazer sentir, aumentando a frequências de fenómenos extremos, sejam eles de seca, de chuva torrencial ou de ciclones.

O Metropolitano de Lisboa possui uma estrutura resiliente para os impactos diretos destes fenómenos, ainda que haja uma preocupação permanente face aos riscos de inundação. No entanto, para além da influência direta, estes fenómenos podem vir a tornar mais escassos os recursos essenciais, quer na energia elétrica, quer ao nível da água, implicando uma gestão cada vez mais eficiente dos recursos naturais.

1.6. Legal

A evolução dos requisitos legais aplicáveis ao ML, quer da legislação nacional, quer da comunitária, tem vindo a tornar-se mais exigente em termos de obrigações, nomeadamente, a nível ambiental e na obrigatoriedade de reporte.

Por outro lado, a revisão do contrato de concessão, atualmente em curso, tendencialmente irá exigir um maior rigor ao ML, não só ao nível do reporte mas, sobretudo, na qualidade do serviço público prestado.

Apesar disso, a existência de um contrato de concessão adequado, mesmo que exigente, poderá ajudar a Empresa a focar-se nos seus objetivos, garantindo o alinhamento organizacional e permitindo, de forma mais fácil, separar o essencial do acessório.

2. Análise ao Contexto Interno

A par da análise ao contexto externo é elaborada também uma análise ao contexto interno da organização. Esta análise é feita para os seguintes vetores:

- Organização
- Processos
- Recursos Humanos
- Recursos Materiais
- Recursos Financeiros
- Infraestrutura

2.1. Organização

O Metropolitano de Lisboa possui uma organização estável, em vigor desde 1 de abril de 2017, que corresponde à data em que foi reposta a autonomia orgânica da Empresa.

Desde então, tirando ligeiros ajustes de pormenor, esta estrutura organizativa tem-se mantido estável, tendo vindo a demonstrar estar adequada ao propósito e aos objetivos estabelecidos pelo ML, para o corrente mandato.

2.2. Processos

Os processos de trabalho e a forma como são desenvolvidas as atividades no Metropolitano de Lisboa encontram-se definidas e documentadas nos Manuais de Processo.

Dada a estabilidade da atividade do Metro, a experiência já existente e a prática de *benchmarking* em organizações internacionais, como a UITP ou o NOVA, os processos de trabalho são, na sua grande maioria, eficazes e eficientes. Tal não significa que a procura da melhoria contínua não se mantenha enquanto desiderato da organização e não traga os seus resultados.

As alterações aos processos decorrem basicamente por duas vias:

- Alterações legislativas ou regulamentares que obrigam a introduzir alterações nos métodos de trabalho;
- Alterações tecnológicas que permitem ganhos de eficiência com a adoção de novas tecnologias.

2.3. Recursos Humanos

Atualmente existem áreas da empresa, com relevo para as operacionais, e sobretudo a comercial e a de manutenção, onde o efetivo não está adequado às reais necessidades da atividade. Também ao nível do quadro de técnicos qualificados existem carência, que obrigaram a empresa a recorrer a prestadores de serviços para as suprir, nomeadamente a nível das Tecnologias de Informação.

2.4. Recursos Materiais

O processo aquisitivo de recursos materiais, nomeadamente, de peças sobressalentes, é um ponto fraco no atual desempenho da Empresa.

Outro risco existente é a existência de fornecedores únicos para um conjunto de materiais.

2.5. Recursos Financeiros

Em 2017 foi atingido o *breakeven*, ou seja, os rendimentos operacionais suportaram os gastos operacionais, no entanto, o peso da dívida histórica não permite resultados equilibrados.

O Estado como único acionista tem vindo a equilibrar o balanço da Empresa através de aumentos de capital próprio.

Atualmente e, estando o ML no perímetro orçamental do Estado, ainda que tal provoque alguma perda de autonomia para a gestão da Empresa, como a obrigatoriedade de portarias de extensão de encargos ou as cativações, assegura a existência dos recursos financeiros para a operação sem que haja necessidade ou possibilidade, de recorrer à banca.

2.6. Infraestrutura

A infraestrutura é algo essencial para o cumprimento da missão do ML, sendo a sua disponibilidade um fator crucial para a qualidade do serviço prestado.

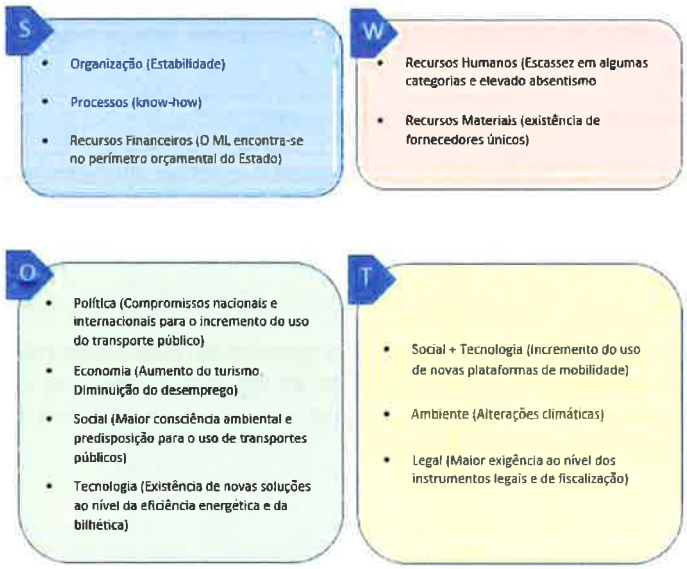
Os processos "Gestão de Infraestruturas" e de "Manutenção" garantem o funcionamento dessa mesma infraestrutura, um prolongando a sua vida útil através de intervenções criteriosas e o outro assegurando a manutenção corrente.

Atualmente, as patologias, ao nível dos túneis e viadutos, são um dos pontos que merecem especial atenção por parte da Empresa.

2.7. Análise SWOT

Esta análise é feita tomando como base as oportunidades (O) e ameaças (T) que resultam da análise ao contexto externo e dos pontos fortes (S) e fracos (T) que resultam da análise ao contexto interno da organização.

Ilustração 11 – Análise SWOT ML



H. Proposta de Aplicação de Resultados

Para efeitos do cumprimento da alínea e) do n.º 2 do art.º 7.º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., o Conselho de Administração propõe que o prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no valor de -24.500.915,77 euros, seja integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

O Conselho de Administração

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Dr. Luís Carlos Antunes Barroso

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Indicadores e Tabela GRI

DESEMPENHO ECONÓMICO

GRI 201-1 **Valor económico direto gerado e distribuído**

	2015	2016	2017
Valor económico gerado (€)	103 629 654	103 003 740	111 751 421
Valor económico distribuído (€)	208 244 775	221 779 968	283 569 734
Valor económico acumulado (€)	-104 615 121	-118 776 227	-171 818 313

GRI 201-2 **Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades com as alterações climáticas**

O Metropolitano de Lisboa tem uma estrutura resiliente face às alterações climáticas, nomeadamente ao risco de subida do nível da água do mar, dado garantir a inexistência de entradas abaixo da cota 4 metros.

A maior sensibilização da comunidade para as alterações climáticas e para a necessidade de descarbonização da economia pode levar a um aumento da procura do transporte público energeticamente eficiente, como o Metro bem como a medidas discriminatórias positivas.

Em termos financeiros, as alterações climáticas podem vir a aumentar o custo da energia elétrica, o que poderá ter implicações gravosas para o ML dado o elevado peso do custo da eletricidade nas suas contas.

GRI 201-3 **Cobertura das obrigações definidas no plano de benefícios da Empresa**

O valor estimado em 2017 para as responsabilidades do plano é de 252.627.865 €uros.

Não aplicável quanto à existência de um fundo separado para pagar as responsabilidades do Plano de Pensões.

GRI 201-4 **Benefícios financeiros significativos dados pelo Governo**

	2015	2016	2017
Dotações de capital (€)	189 272 225	358 409 543	192 050 802
Compensações Financeiras / Ministério do Ambiente (€)	1 847 805	1 947 310	2 817 177
Subsídio ao Investimento / PIDDAC (€)	2 187 500	1 186 881	1 137 500
Empréstimos DGTF (€)	0	0	32 584 270

GRI 202-1 **Rácio do salário mais baixo da Organização, discriminado por género e o salário mínimo permitido a nível local**

	2015	2016	2017
Rácio entre o Salário mais baixo e o salário mínimo local nas unidades operacionais importantes	192,5%	177,9%	169,3

GRI 202-2 **Percentagem de membros da gestão de topo em unidades operacionais, que foram recrutados na comunidade local**

	2015	2016	2017
% de gestão de topo ocupados por pessoas da comunidade local	100,0%	94,0%	90,0%

GRI 203-1 **Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestruturas e serviços oferecidos**

Extensão do desenvolvimento de investimentos em Infraestruturas de Longa Duração suportados no valor de 1.966.994 €uros.

Identificação dos impactos nas comunidades locais:

- O investimento na rede de transportes públicos coletivos é fundamental para garantir o acesso aos direitos constitucionais ao trabalho, à educação e à saúde, da população que dela depende;
- A melhoria da rede de transportes públicos promove a dispersão do emprego, beneficiando zonas mais afastadas do centro das cidades e contribuindo, assim, para a dinamização da economia e para a melhoria da qualidade de vida da população;
- A melhoria da oferta da rede de metro beneficia também a capacidade efetiva de todos os outros modos de transporte – ferrovia pesada e ligeira, transporte fluvial, tráfego viário e modos suaves. O "efeito de rede" é comum a todos os modos de transporte, mas o metro tem grande vantagem de contribuir para a diminuição da poluição atmosférica local e para o descongestionamento da rede viária.

Os investimentos e serviços atrás descritos são compromissos comerciais.

GRI 203-2 **Descrição e análise dos impactos económicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos**

O Metropolitano de Lisboa transportou, em 2017 cerca de 162 milhões de passageiros. O serviço prestado pelo Metropolitano contribui para o quotidiano de milhares de pessoas, facilitando a sua mobilidade, reduzindo o tempo de deslocação, descongestionando as vias viárias e valorizando a área metropolitana que serve.

Em 2017 verificou-se que existem atividades desenvolvidas pelo ML que têm aspetos ambientais significativos, positivos ou negativos, no ambiente, sendo estes:

Positivos:

- Redução das emissões atmosféricas por via da utilização do metropolitano enquanto modo de transporte;
- Aspetos socioeconómicos associados à oferta de transporte público, diminuição do tempo de deslocação e descongestionamento das vias públicas.

Negativos:

- Consumo de energia elétrica, na globalidade das atividades realizadas no ML;
- Emissões atmosféricas indiretas decorrentes do consumo de energia elétrica;
- Consumo de combustíveis líquidos relativos à frota automóvel.

GRI 204-1 **Percentagem de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes**

	2015	2016	2017
Gastos com fornecedores locais (%)	78,8	98,7	98,0

GRI 205-1 **Operações avaliadas quanto a riscos relacionados com corrupção**

	2015	2016	2017
Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	44%	44%	75%
	8	8	12
Nº de casos de corrupção identificados	0	0	0

GRI 205-2 **Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção**

	2015		2016		2017	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Membros do órgão de governança aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização						
Colaboradores aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização						
Parceiros de negócio aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização						
Membros do órgão de governança que receberam formação no combate à corrupção	n.d.	n.d.	1	4,8%	11	45,8%
Colaboradores que receberam formação no combate à corrupção	n.d.	n.d.	3	0,2%	78	5,6%

n.d. - não disponível

GRI 205-3 **Incidentes confirmados de corrupção e ações tomadas**

	2015	2016	2017
Incidentes de corrupção	0	0	0

GRI 206-1 **Ações legais para práticas anti competitivas, anti confiança e monopólio**

Não foram tomadas quaisquer ações legais nestas matérias.

DESEMPENHO AMBIENTAL

GRI 301-1 **Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume**

Ano	Lâmpadas (un.)	Papel (kg)	Betão (m^3)	Aço (t)	Toners (un.)	Abraçadeiras (un.)	Cabo (m)
2015	9 941	7 185	3 179	54 148	91	31 210	2 661
2016	8 973	12 476	69	6	152	27 628	3 313
2017	14 018	[1] 26 961	219	2	190	38 163	2 360

[1] Passou a ser considerado o papel dos rolos das MAVT e MSAVT.

GRI 301-2 **Percentagem de materiais usados provenientes de reciclagem**

Dados não disponíveis.

GRI 301-3 **Produtos Recuperados e seus materiais de embalagem**

Não aplicável.

GRI 302-1 **Consumo de energia dentro da organização**

GRI 302-2 **Consumo de energia fora da organização**

	2015	2016	2017
Gasolina (MWh)	258	73	491
Gasóleo (MWh)	163	164	171
Gás natural (MWh)	2 397	1 985	1 707
Eletricidade (MWh)	85 095	91 798	95 945
Total (MWh)	**90 310**	**96 005**	**100 021**

GRI 302-3 **Intensidade energética (Eficiência energética)**

	2015	2016	2017
Eficiência energética (Pass.km/kWh)	8,06	8,03	8,11

GRI 302-4 **Redução do consumo de energia**

GRI 302-5 **Redução nos requisitos de energia relacionados com produtos e serviços**

Durante o ano de 2017 deu-se início ao projeto de mudança de tecnologia de iluminação das estações por soluções energeticamente mais eficientes baseadas em tecnologia LED. Não foram, no entanto, contabilizados os ganhos daí decorrentes.

GRI 303-1 **Renovação de água por fonte**

GRI 306-1 **Descarga de água, discriminada por qualidade e destino**

Fonte	Qualidade	Destino		Tratamento efetuado	Estimativa Anual 2017 (m^3)
PMO II (Lisboa)	Águas residuais de caráter industrial, provenientes de oficinas	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Lisboa	As águas residuais descarregadas nos coletores destes municípios são encaminhadas para as seguintes estações de tratamento de águas residuais: ETAR de Alcantara ETAR de Chelas ETAR de Beirolas ETAR de Bucelas ETAR de Frielas ETAR de São João da Talha	ETAR de Alcantara - tratamento primário avançado, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para um caudal de ponta de 3,3 m^3/s em tempo seco (com desinfeção final do efluente) e 6,6 m^3/s em tempo de chuva (com tratamento físico-químico). ETAR de Chelas - tratamento terciário, por lamas ativadas, incluindo filtração e desinfeção final do efluente, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para um caudal de 52.500 m^3/dia. ETAR de Beirolas - tratamento terciário, por lamas ativadas, incluindo filtração e desinfeção do efluente, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para 54.500 m^3/dia. ETAR de Bucelas - tratamento secundário por vala de oxidação, filtração em areia e desinfeção por UV, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para um caudal de ponta igual a 36,3 l/s e caudal médio diário de 1.575 m^3/dia. ETAR de Frielas - tratamento secundário, por lamas ativadas, incluindo tratamento de afinação por biofiltração e desinfeção por UV, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para 70.000 m^3/dia. ETAR de São João da Talha - tratamento secundário, por lamas ativadas, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para cerca de 16.000 m^3/dia.	3 150
PMO III (Lisboa)	Águas residuais de caráter industrial, provenientes de oficinas	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Lisboa			19 842
Estações ML integradas no município de Lisboa	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Lisboa			42 657
Estações ML integradas no município de Loures	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Loures			
Estações ML integradas no município de Odivelas	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Odivelas			
Estações ML integradas no município da Amadora	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais da Amadora			
Síntese: Os locais do ML com produção de águas residuais industriais ou potencialmente industriais são: • Parques de Materiais e Oficinas II e III - onde são produzidas águas residuais de caráter industrial (e que dentro do ML passam por sistemas de tratamento como separador de hidrocarbonetos); • Estações do ML - onde são produzidas águas que podem ter caráter potencialmente industrial, consoante as atividades desenvolvidas nas mesmas, como por exemplo, atividades no âmbito da restauração. As águas residuais do ML são monitorizadas periodicamente, segundo um plano definido de acordo com as suas caraterísticas.				**Estimativa do total de água residual descarregada nos PMO II e PMO III (caráter industrial)**	22 992
				Estimativa do total de água residual descarregada nas estações do ML (potencial caráter industrial)	42 657

	2015	2016	2017
Total de água residual, com potencial caráter industrial, descarregada pelo ML (m^3)	68 499	64 598	65 649

GRI 303-2 **Fontes de água significativas afetadas pela retirada de água**

A totalidade da água consumida pelo ML é de fornecimento público e provém da barragem de Castelo de Bode sendo que o consumo do ML não afeta, de forma relevante, a água armazenada nessa albufeira.

GRI 303-3 **Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada**

0 (zero).

GRI 304-1 **Unidades operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro ou adjacentes de áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas**

GRI 304-2 **Descrição de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas**

GRI 304-3 **Habitats protegidos ou restaurados**

GRI 304-4 **Número total de espécies incluídas na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação de habitats situados em áreas afetadas por operações da organização, discriminadas por nível de risco de extinção**

De acordo com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) a cidade de Lisboa e os concelhos limítrofes (Amadora e Odivelas) estão fora das Áreas Protegidas e Classificadas do Departamento de Conservação da Natureza e Florestas Lisboa e Vale do Tejo do ICNF.

GRI 305-1 **Emissões diretas de gases de efeitos estufa (GEE) (âmbito 1)**

	2015	2016	2017
Emissões diretas de gases de efeitos estufa (t CO_2 e)	601	505	536

GRI 305-2 **Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia (âmbito 2)**

	2015	2016	2017
Emissões indiretas de gases de efeitos estufa (t CO_2 e)	37 357	28 310	36 421

GRI 305-3 **Outras emissões indiretas de gases de efeito estufas (GEE) (âmbito 3)**

	2015	2016	2017
Outras emissões indiretas GEE (t CO_2 e)	2,15	5,20	7,50

GRI 305-4 **Intensidade das emissões de gases de efeitos estufa (GEE)**

	2015	2016	2017
Intensidade de GEE (g CO_2 e/Pkm)	55	39	48

GRI 305-5 **Redução das emissões de gases de efeitos estufa (GEE)**

	2015	2016	2017
Total de emissões evitadas (t CO_2 e)	0,0	0,0	NC

NC – Não calculado

GRI 305-6 **Emissões de substâncias que destroem a camada de ozono (ODS)**

0 (zero).

GRI 305-7 **Emissões de óxidos de nitrogênio (NOX), óxidos de enxofre (SOX) e outras emissões atmosféricas significativas**

	2015	2016	2017
Emissões SO_2 (t)	NC	NC	NC
Emissões NO_x (t)	NC	NC	NC

NC – Não calculado.

GRI 306-2 **Peso total de Resíduos, discriminados por tipo e método de disposição**

	2015	2016	2017
Peso total de resíduos perigosos	35,1%	6,3%	5,6%
Peso total de resíduos não perigosos	64,9%	93,7%	94,4%
Peso total de resíduos para eliminação	55,8%	66,7%	66,6%
Peso total de resíduos para recuperação	44,2%	33,3%	33,4%

	2015	2016	2017
Resíduos perigosos (t)	805	117	114
Resíduos não perigosos (t)	1 490	1 734	1 906
Resíduos para eliminação (t)	1 281	1 233	1 344
Resíduos para recuperação (t)	1 014	617	675

GRI 306-3 **Número total e volume de derramamentos significativos**

Em 2017 não se verificou nenhum derrame significativo.

GRI 306-4 **Peso de Resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigoso e percentagem de resíduos transportados internacionalmente**

NC (Não calculado).

GRI 306-5 **Identificação, tamanho, *status* de proteção e valor da biodiversidade de corpos de água afetados por descargas e drenagem de água e / ou escoamento realizados pela organização**

Não aplicável na medida em que todo o escoamento de água é encaminhado através de coletores municipais para ETAR's.

GRI 307-1 **Incumprimento das leis e regulamentos ambientais**

O Metropolitano de Lisboa tem uma metodologia definida que visa a garantia do cumprimento integral das leis e regulamentos ambientais. Esta metodologia assenta na existência de uma base de dados em permanente atualização

com os requisitos legais aplicáveis ao ML, na identificação da necessidade de alterações em procedimentos ou equipamentos da empresa face a alterações legislativas e na realização de uma auditoria anual de conformidade legal realizada por prestador de serviços especializado na matéria.

GRI 308-1 **Percentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais**

Nos processos aquisitivos do ML, sempre que aplicável, são definidos requisitos de caráter ambiental. O cumprimento desses requisitos é obrigatório pelo que fornecedores que não os cumpram são de imediato excluídos do processo.

GRI 308-2 **Impactos ambientais negativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito**

O ML desenvolveu uma metodologia de identificação e avaliação de aspetos e impactes ambientais que engloba, não só as atividades do ML, mas também todas as referentes à cadeia de fornecedores onde o ML tem possibilidade de influenciar. Da aplicação dessa metodologia resulta a inexistência de impactos ambientais negativos significativos na cadeia de valor com exceção das emissões atmosféricas resultantes da produção de energia elétrica.

Para a minimização desse impacte o ML tem vindo a implementar medidas de eficiência energética nomeadamente ao nível dos sistemas de iluminação e do sistema de ventilação.

DESEMPENHO SOCIAL

GRI 401-1 **Número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade por faixa etária, género e região**

	2015	2016	2017
Efetivos (mulheres)	329	326	335
Efetivos (homens)	1 052	1 037	1 073
Número total de efetivos	**1 381**	**1 363**	**1 408**
Admissões	4	2	52
Saídas	49	20	7
Taxa de rotatividade	**3,8%**	**1,6%**	**4,2%**

GRI 401-2 **Benefícios concedidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de tempo parcial, discriminados por unidades operacionais importantes da organização**

Não há diferenciação na atribuição de benefícios entre colaboradores a tempo inteiro e a tempo parcial.

GRI 401-3 **Taxa de retorno ao trabalho e retenção após licença maternidade/paternidade, discriminada por género**

MULHERES	2015	2016	2017
N.º de empregados com direito a licença parental	n.d.	n.d.	n.d.
N.º de empregados que tiraram licença parental	n.d.	n.d.	n.d.
N.º de empregados que retornaram ao trabalho após tirar licença parental	n.d.	n.d.	n.d.
N.º de empregados que retornaram ao trabalho e continuaram empregados 12 meses após o retorno motivado por licença parental	n.d.	n.d.	n.d.
Taxa de retorno ao trabalho	n.d.	n.d.	n.d.
Taxa de retenção de empregados que tiraram licença parental	n.d.	n.d.	n.d.

n.d. - não disponível

HOMENS	2015	2016	2017
N.º de empregados com direito a licença parental	n.d.	n.d.	n.d.
N.º de empregados que tiraram licença parental	n.d.	n.d.	n.d.
N.º de empregados que retornaram ao trabalho após tirar licença parental	n.d.	n.d.	n.d.
N.º de empregados que retornaram ao trabalho e continuaram empregados 12 meses após o retorno motivado por licença parental	n.d.	n.d.	n.d.
Taxa de retorno ao trabalho	n.d.	n.d.	n.d.
Taxa de retenção de empregados que tiraram licença parental	n.d.	n.d.	n.d.

n.d. - não disponível

GRI 402-1 **Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais e se elas são especificadas em acordos de negociações coletiva**

O prazo para notificação é o estipulado no Código do Trabalho.

GRI 403-1 **Percentagem de empregados representados em Comités formais de gestão - Comités de Segurança e Saúde dos trabalhadores, que ajudem a monitorizar e aconselhar sobre Programas de Saúde e Segurança**

	2015	2016	2017
Totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde (%)	100,0	100,0	100,0

GRI 403-2 **Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionadas ao trabalho, discriminados por região e género**

	2015	2016	2017
Índice de incidência	59,66	59,17	62,99
Índice de frequência	39,38	37,10	39,69
Índice de gravidade	2,33	1,92	2,52
Número de óbitos	3	4	0
Taxa de absentismo (%)	10,57	9,11	8,98

GRI 403-3 **Trabalhadores com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação**

Não existem trabalhadores nestas condições.

GRI 403-4 **Tópicos de saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos**

Não disponível.

GRI 404-1 **Média de horas de formação por ano, por empregado, discriminado por género e por categoria funcional.**

	2015	2016	2017
Dirigentes	55,90	44,54	10,45
Quadros superiores	11,20	28,92	41,82
Quadros médios	4,50	12,48	7,96
Quadros intermédios	7,40	6,52	7,56
Profissionais qualificados / altamente qualificados	2,60	5,51	18,93
Profissionais não qualificados	0,00	0,00	3,63
Média	**4,75**	**9,02**	**18,18**

GRI 404-2 **Programas de gestão de competências e aprendizagem contínua que contribuem para a continuidade da empregabilidade dos empregados em período de preparação para a reforma**

	2017
Executive MBA (Diretores)	2
Licenciatura	9
Mestrado	1
Doutoramento	2

Como assistência, quando aplicável a Empresa concede o Estatuto de Trabalhador-Estudante, que consta do Código do Trabalho e da legislação que regulamenta e altera aquele código.

GRI 404-3 **Percentagem de empregados que recebem regulamente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminado por género e categoria funcional**

Em 2017 todos os empregados (100%), mulheres e homens, receberam análise de desempenho e de desenvolvimento de carreira.

GRI 405-1 **Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria, de acordo com género, faixa etária, associação a grupos minoritários e outros indicadores de diversidade**

	2015		2016		2017	
ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA	H	M	H	M	H	M
Conselho de Administração	4	1	4	1	3	1
Assessoria do CA	0	1	0	1	0	1
Comissão de Fiscalização	2	1	2	1	1	2
Diretores	7	4	8	4	12	4
Total	**13**	**7**	**14**	**7**	**16**	**8**

GRI 405-2 **Rácio de salário-base e as remunerações de mulheres e homens, por categoria funcional e unidades de negócio**

	2015	2016	2017
Quadros superiores	111,2%	110,3%	110,8%
Quadros médios	100,5%	108,1%	108,8%
Quadros intermédios	99,0%	100,8%	100,8%
Profissionais altamente qualificados	122,3%	89,8%	91,9%
Profissionais qualificados	106,7%	99,5%	98,6%
Profissionais não qualificados	0,0%	0,0%	118,0%

GRI 406-1 **Incidentes de discriminação e ações corretivas tomadas**

	2015	2016	2017
Número de casos de discriminação	0	0	0
Número de queixas e reclamações relacionadas com os direitos humanos	0	0	0

GRI 407-1 **Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva, possa estar a ser violada ou exista risco, e as medidas tomadas para apoiar esse direito**

GRI 408-1 **Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil**

GRI 409-1 **Operações e fornecedores com risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo**

GRI 410-1 **Percentagem de pessoal de segurança que recebeu formação em políticas ou procedimentos da organização relativos a direitos humanos**

	2015	2016	2017
Pessoal de segurança que recebeu formação nas políticas ou procedimentos da organização relativos aos direitos humanos que sejam relevantes às operações.	n.d.	n.d.	19%

n.d. - não disponível

Neste âmbito, a Empresa não realiza formação a organizações de terceiros que fornecem pessoal de segurança.

GRI 411-1 **Incidentes de violações envolvendo direitos de povos indígenas**

Não houve registo de incidentes.

GRI 412-1 **Operações sujeitas a revisões de direitos humanos ou avaliações de impacto**

O Metropolitano de Lisboa apenas opera no mercado português, pelo que é garantido o cumprimento de todo e qualquer assunto relacionado com direitos humanos, o qual se encontra salvaguardado pelas leis da República.

GRI 412-2 **Número total de horas de formação de colaboradores em políticas ou procedimentos de direitos humanos relevantes para as operações da organização, incluindo a percentagem de colaboradores formados**

	2015	2016	2017
Total de horas de formação em políticas ou procedimentos de direitos humanos	n.d.	n.d.	437
Colaboradores formados, durante o período coberto pelo relatório, em políticas de direitos humanos	n.d.	n.d.	9,31%

n.d. - não disponível

GRI 412-3 **Número total e percentagem de acordos e contratos de investimento significativos que incluam cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos**

O Metropolitano de Lisboa apenas opera no mercado português, pelo que é garantido o cumprimento de todo e qualquer assunto relacionado com direitos humanos, o qual se encontra salvaguardado pelas leis da República.

GRI 413-1 **Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento**

O Metropolitano de Lisboa em fase de expansão da rede ou obras de remodelação/conservação que obriguem a intervenções à superfície tem como prática o envolvimento com a comunidade local, quer em termos de juntas de freguesia, como moradores e comércio local.

GRI 413-2 **Operações com impactos negativos reais e potenciais significativos nas comunidades locais**

Atualmente as situações com impacto negativo resultam dos estaleiros referentes às obras de ampliação da estação de Arroios onde, para minimizar as dificuldades de acesso ao comércio local e a visibilidade do mesmo foram colocados painéis na vedação do estaleiro alertando para o facto do comércio se encontrar aberto.

GRI 414-1 **Percentagem de novos fornecedores que foram selecionados usando critérios de práticas de trabalho**

NC (Não calculado).

GRI 414-2 **Principais impactos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito**

Não foram identificados impactos de maior relevância para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores.

GRI 415-1 **Contribuições políticas**

O Metropolitano de Lisboa, enquanto entidade pública empresarial, está impossibilitado de aceitar toda e qualquer contribuição desta natureza.

GRI 416-1 **Avaliação dos impactos de saúde e segurança das categorias de produtos e serviços**

O Metropolitano de Lisboa na conceção do serviço prestado tem sempre como prioridade a garantia de segurança dos seus clientes. Essa avaliação é feita, também, em sede de estudo de impacto ambiental onde a Direção Geral de Saúde participa na Comissão de Avaliação e é objeto de supervisão permanente pela Direção de Segurança e Vigilância.

GRI 416-2 **Incidentes de incumprimento quanto aos impactos de produtos e serviços em saúde e segurança**

Não se encontram registados quaisquer incidentes decorrentes de incumprimentos nesta matéria.

GRI 417-1 **Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços**

	2015	2016	2017
Percentagem de principais categorias de produtos e serviços avaliados	87,5%	87,5%	87,5%
Índice de Satisfação do Cliente	7,26	NC	NC
Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes	0	0	0

NC – Não calculado.

GRI 417-2 **Incidentes de não conformidade em relação à informação e rotulagem de produtos e serviços**

Não aplicável.

GRI 417-3 **Incidentes de não conformidade em relação a comunicações de marketing**

0 (zero).

GRI418-1 **Queixas substantivas relativas a violações da privacidade do cliente e perdas de dados do cliente**

Em 2017, não foram registadas quaisquer reclamações relacionadas com a violação de privacidade e dos dados de clientes. De salientar que a Empresa está a criar condições de adaptação e *compliance* ao novo Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento EU 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016) que entra em vigor a partir de 25 de maio de 2018.

GRI 419-1 **Incumprimento das leis e regulamentos na área socioeconómica**

0 (zero).

Quadro 82 – Índice da Tabela GRI

Norma GRI	Divulgação	Número(s) da página(s) e/ou URL(s)	Omissão
GRI 101: Fundação 2017			
Divulgações gerais			
GRI 102: Divulgações Gerais	102-1 Nome da organização	Pág. 8	
	102-2 Principais atividades, marcas, produtos e/ou serviços	Pág. 8-10	
	102-3 Localização da sede da organização	Pág. 6	
	102-4 Localização das operações	Pág. 6	
	102-5 Natureza da propriedade e forma jurídica	Pág. 8	
	102-6 Mercados abrangidos	Pág. 8-9	
	102-7 Dimensão da organização	Pág. 20	
	102-8 Informações sobre colaboradores e outros trabalhadores	Pág. 73-76	
	102-9 Cadeia de mantimentos		
	102-10 Mudanças significativas na organização e na sua cadeia de abastecimento		
	102-11 Princípio ou abordagem de precaução		
	102-12 Iniciativas externas	Pág. 36, 73, 113 https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2018/02/MetropolitanodeLisboaDeclara%C3%A7%C3%A3oIgualdadeOportunidadesUITP.docx.pdf	
	102-13 Participação em associações e/ou organizações		
	102-14 Declaração de decisor sénior	Pág. 4-5	
	102-15 Principais impactos, riscos e oportunidades	Pág. 126	
	102-16 Valores, princípios, padrões e normas de comportamento		
	102-17 Mecanismos de aconselhamento e preocupações sobre ética		
	102-18 Estrutura de governança	Pág. 23-25	
	102-19 Autoridade de delegação	As delegações de competências do Conselho de Administração efetuam-se através de deliberações aprovadas em reuniões do Conselho de Administração	
	102-20 Responsabilidade de nível executivo para temas económicos, ambientais e sociais	Pág. 24	
	102-21 Consultando interessados em temas económicos, ambientais e sociais		
	102-22 Composição do mais alto órgão de governança e seus comités	Pág. 24-25	
	102-23 Presidente do mais alto órgão de governança	Pág. 24	
	102-24 Nomeando e selecionando o mais alto órgão de governança	Pág. 23	
	102-25 Conflitos de interesse		
	102-26 Papel do mais alto órgão de governança na definição de propósito, valores e estratégia		
	102-27 Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	Pág. 24	
	102-28 Avaliando o desempenho do corpo de governança mais alto	Pág. 104	
	102-29 Identificar e gerir impactos económicos, ambientais e sociais		
	102-30 Eficácia dos processos de gestão de riscos		
	102-31 Revisão de temas económicos, ambientais e sociais		
	102-32 O papel do maior órgão de governança no relatório de sustentabilidade		
	102-33 Comunicando preocupações críticas		
	102-34 Natureza e número total de preocupações críticas		
	102-35 Políticas de remuneração		
	102-36 Processo para determinar a remuneração		
	102-37 Envolvimento das partes interessadas em remuneração		
	102-38 Rácio de remuneração total anual		
	102-39 Aumento percentual na relação de remuneração total anual		
	102-40 Lista de grupos de partes interessadas	Pág. 6	
	102-41 Acordos coletivos		
	102-42 Identificando e selecionando as partes interessadas	Pág. 6	
	102-43 Abordagem ao envolvimento dos interessados	Pág. 6, 69, 72	
	102-44 Principais tópicos e preocupações levantadas	Pág. 72	
	102-45 Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	Pág. 101-102	

Norma GRI	Divulgação	Número(s) da página(s) e/ou URL(s)	Omissão
GRI 102: Divulgações Gerais	102-46 Definindo conteúdo do relatório e limites do tópico	Pág. 6	
	102-47 Lista de tópicos relevantes		
	102-48 Reafirmações de informações		
	102-49 Mudanças nos relatórios	Pág. 6	
	102-50 Período de relatório	Pág. 6	
	102-51 Data do relatório mais recente	https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2018/01/MetropolitanodeLisboa_RelatorioeContas2016.pdf https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2018/01/Metropolitanodelisboa_RCConsolidadas2016.pdf https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2018/03/MetropolitanodeLisboa_RelatoriodeSustentabilidade2016.pdf	
	102-52 Ciclo de relatório	Pág. 6	
	102-53 Ponto de contato para perguntas sobre o relatório	Pág. 6	
	102-54 Reclamações de relatórios de acordo com os Padrões GRI	Pág. 6	
	102-55 Índice de conteúdo GRI	Pág. 142-145	
	102-56 Garantia externa	Pág. 6	
GRI 103: Abordagem de gestão	103-1 Materialização das ocorrências: explicação de cada uma e respetiva fronteira/limites		
	103-2 A abordagem de gestão e seus componentes		
	103-3 Avaliação da abordagem de gestão		
ECONÓMICO			
GRI 201: Performance económica	201-1 Valor económico direto gerado e distribuído	Pág. 128	
	201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades relacionadas com as alterações climáticas	Pág. 128	
	201-3 Cobertura das obrigações definidas no plano de benefícios da Empresa	Pág. 128	
	201-4 Benefícios financeiros significativos dados pelo Governo	Pág. 128	
GRI 202: Presença do mercado	202-1 Rácio do salário mais baixo da Organização, discriminado por género e o salário mínimo permitido a nível local	Pág. 129	
	202-2 Percentagem de membros da gestão de topo em unidades operacionais, que foram recrutados na comunidade local	Pág. 129	
GRI 203: Impactos económicos indiretos	203-1 Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos	Pág. 129	
	203-2 Impactos económicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos	Pág. 129	
GRI 204: Práticas de compra	204-1 Percentagem de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes	Pág. 130	
GRI 205: Anti-corrupção	205-1 Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção	Pág. 130	
	205-2 Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção	Pág. 131	
	205-3 Incidentes confirmados de corrupção e ações tomadas	Pág. 131	
GRI 206: Comportamento anti-competitivo	206-1 Ações legais para práticas anticompetitivas, antitruste e monopólio	Pág. 131	
AMBIENTE			
GRI 301: Materiais	301-1 Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume	Pág. 131	
	301-2 Percentagem de materiais usados provenientes de reciclagem	Pág. 131	
	301-3 Produtos Recuperados e seus materiais de embalagem	Pág. 131	
GRI 302: Energia	302-1 Consumo de energia dentro da organização	Pág. 131	
	302-2 Consumo de energia fora da organização	Pág. 131	
	302-3 Intensidade energética	Pág. 132	
	302-4 Redução do consumo de energia	Pág. 132	
	302-5 Redução nos requisitos de energia relacionados com produtos e serviços	Pág. 132	
GRI 303: Água	303-1 Remoção de água por fonte	Pág. 132	
	303-2 Fontes de água significativamente afetadas pela retirada de água	Pág. 132	
	303-3 Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada	Pág. 133	

Norma GRI	Divulgação	Número(s) da página(s) e/ou URL(s)	Omissão
GRI 304: Biodiversidade	304-1 Unidades operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro ou adjacentes de áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas	Pág. 133	
	304-2 Descrição de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas	Pág. 133	
GRI 304: Biodiversidade	304-3 Habitats protegidos ou restaurados	Pág. 133	
	304-4 Número total de espécies incluídas na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação de habitats situados em áreas afetadas por operações da organização, discriminadas por nível de risco de extinção	Pág. 133	
GRI 305: Emissões	305-1 Emissões diretas de gases de efeitos estuda (GEE) (escopo 1)	Pág. 133	
	305-2 Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia (Escopo 2)	Pág. 133	
	305-3 Outras emissões indiretas de gases de efeito estufas (GEE) (Escopo 3)	Pág. 133	
	305-4 Intensidade das emissões de gases de efeitos estufa (GEE)	Pág. 133	
	305-5 Redução das emissões de gases de efeitos estufa (GEE)	Pág. 133	
	305-6 Emissões de substâncias que destroem a camada de ozono (ODS)	Pág. 134	
	305-7 Emissões de óxidos de nitrogênio (NOX), óxidos de enxofre (SOX) e outras emissões atmosféricas significativas	Pág. 134	
GRI 306: Efluentes e resíduos	306-1 Descarga de água, discriminada por qualidade e destino	Pág. 134	
	306-2 Peso total de Resíduos, discriminados por tipo e método de disposição	Pág. 134	
	306-3 Número total e volume de derramamentos significativos	Pág. 134	
	306-4 Peso de Resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigoso e percentagem de resíduos transportados internacionalmente	Pág. 134	
	306-5 Identificação, tamanho, status de proteção e valor da biodiversidade de corpos de água afetados por descargas e drenagem de água e / ou escoamento realizados pela organização	Pág. 135	
GRI 307: Conformidade ambiental	307-1 Incumprimento das leis e regulamentos ambientais	Pág. 135	
GRI 308: Avaliação ambiental do fornecedor	308-1 Percentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	Pág. 135	
	308-2 Impactos ambientais negativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito	Pág. 135	
SOCIAL			
GRI 401: Emprego	401-1 Número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade por faixa etária, género e região	Pág. 135	
	401-2 Benefícios concedidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de tempo parcial, discriminados por unidades operacionais importantes da organização	Pág. 136	
	401-3 Taxa de retorno ao trabalho e retenção após licença maternidade/paternidade, discriminada por género	Pág. 136	
GRI 402: Gestão e relações de trabalho	402-1 Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais e se elas são especificadas em acordos de negociações coletiva	Pág. 136	
GRI 403: Segurança e saúde ocupacional	403-1 Percentagem de empregados representados em Comités formais de gestão - Comités de Segurança e Saúde dos trabalhadores, que ajudem a monitorizar e aconselhar sobre Programas de Saúde e Segurança	Pág. 136	
	403-2 Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionadas ao trabalho, discriminados por região e género	Pág. 136	
	403-3 Trabalhadores com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação	Pág. 137	
	403-4 Tópicos de saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos	Pág. 137	
GRI 404: Formação e educação	404-1 Média de horas de formação por ano, por empregado, discriminado por género e por categoria funcional.	Pág. 137	
	404-2 Programas de gestão de competências e aprendizagem contínua que contribuem para a continuidade da empregabilidade dos empregados em período de preparação para a reforma	Pág. 137	
	404-3 Percentagem de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminado por género e categoria funcional	Pág. 137	

Norma GRI	Divulgação	Número(s) da página(s) e/ou URL(s)	Omissão
GRI 405: Diversidade e igualdade de oportunidades	405-1 Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria, de acordo com género, faixa etária, associação a grupos minoritários e outros indicadores de diversidade	Pág. 137	
	405-2 Rácio de salário-base e as remunerações de mulheres e homens, por categoria funcional e unidades de negócio	Pág. 138	
GRI 406: Anti-discriminação	406-1 Incidentes de discriminação e ações corretivas tomadas	Pág. 138	
GRI 407: Liberdade de associação e negociação coletiva	407-1 Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva, possa estar a ser violada ou exista risco, e as medidas tomadas para apoiar esse direito	Pág. 138	
GRI 408: Trabalho infantil	408-1 Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil	Pág. 138	
GRI 409: Trabalho forçado ou obrigatório	409-1 Operações e fornecedores com risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo	Pág. 138	
GRI 410: Práticas de segurança	410-1 Percentagem de pessoal de segurança que recebeu formação em políticas ou procedimentos da organização relativos a direitos humanos	Pág. 139	
GRI 411: Direitos dos povos indígenas e tradicionais	411-1 Incidentes de violações envolvendo direitos de povos indígenas	Pág. 139	
GRI 412: Avaliação dos direitos humanos	412-1 Operações sujeitas a revisões de direitos humanos ou avaliações de impacto	Pág. 139	
	412-2 Número total de horas de formação de colaboradores em políticas ou procedimentos de direitos humanos relevantes para as operações da organização, incluindo a percentagem de colaboradores formados	Pág. 139	
	412-3 Número total e percentagem de acordos e contratos de investimento significativos que incluam cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos	Pág. 138	
GRI 413: Comunidades locais	413-1 Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento	Pág. 139	
	413-2 Operações com impactos negativos reais e potenciais significativos nas comunidades locais	Pág. 139	
GRI 414: Avaliação social do fornecedor	414-1 Percentagem de novos fornecedores que foram selecionados usando critérios de práticas de trabalho	Pág. 139	
	414-2 Principais impactos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito	Pág. 139	
GRI 415: Políticas públicas	415-1 Contribuições políticas	Pág. 140	
GRI 416: Saúde e segurança do cliente	416-1 Avaliação dos impactos de saúde e segurança das categorias de produtos e serviços.	Pág. 140	
	416-2 Incidentes de incumprimento quanto aos impactos de produtos e serviços em saúde e segurança	Pág. 140	
GRI 417: Marketing e rotulagem	417-1 Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços	Pág. 140	
	417-2 Incidentes de não conformidade em relação à informação e rotulagem de produtos e serviços	Pág. 140	
	417-3 Incidentes de não conformidade em relação a comunicações de marketing	Pág. 140	
GRI 418: Privacidade ao cliente	418-1 Queixas substantivas relativas a violações da privacidade do cliente e perdas de dados do cliente	Pág. 140	
GRI 419: Conformidade socio-económica	419-1 Incumprimento das leis e regulamentos na área socioeconómica	Pág. 141	

Glossário

Absentismo

Resulta da contabilização do tempo de ausência classificado como absentismo. Este conceito advém da falta de presença do Colaborador e em oposição à realização de trabalho efetivo.

Acidente

É a ocorrência anormal que contém evento danoso. Danos e perdas, ainda que desprezíveis, sempre ocorrem.

Acidente de trabalho

É o acidente que se verifique no local e no tempo de trabalho e produza direta ou indiretamente lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte a morte ou redução na capacidade de trabalho ou de ganho. Os acidentes de trabalho englobam os acidentes em serviço e os acidentes ocorridos nos trajeto de ida e regresso para o local de trabalho.

Benchmarking

Processo sistemático e contínuo de avaliação dos produtos, serviços e processos de trabalho de organizações que são reconhecidas como representantes das melhores práticas, com a finalidade de introduzir melhorias na Organização.

Colaboradores

Todos aqueles que mantêm contrato de trabalho (sem termo, a termo certo e a termo incerto) com a Empresa, à exceção dos estagiários.

Desenvolvimento Sustentável

Conceito desenvolvido pela Comissão Brundtland no âmbito do Relatório da Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento sustentável das Nações Unidas o "Nosso Futuro Comum", publicado em 1987, no qual desenvolvimento sustentável é entendido como "o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades". A noção de desenvolvimento sustentável tem implícito um "compromisso de solidariedade com as gerações do futuro", no sentido de assegurar a transmissão do "património" capaz de satisfazer as suas necessidades. Implica a integração equilibrada dos sistemas económico, sociocultural e ambiental, e dos aspetos institucionais relacionados com o conceito muito atual de "boa governação".

Eficácia

Medida em que as atividades planeadas foram realizadas e conseguidos os resultados planeados.

Eficiência

Relação entre os resultados obtidos e os recursos utilizados.

Emissões diretas

Emissões que ocorrem em fontes que são propriedade ou controladas pela Empresa.

Emissões indiretas

Emissões que são consequência das atividades da Empresa, mas que ocorrem em fontes que não são propriedade, nem controladas pela mesma.

Fornecimento do Serviço

Corresponde ao conjunto de recursos disponibilizados pelo prestador do serviço, podendo implicar, no todo ou em parte, o pessoal, as instalações, os serviços de apoio, o equipamento e os meios necessários à prestação do serviço.

Gases com efeito de estufa

Gases existentes na atmosfera terrestre, naturais e antropogénicos, que absorvem e reemitem radiação infravermelha. Os seis principais GEE, abrangidos pelo Protocolo de Quioto, são os seguintes: dióxido de carbono (CO_2), metano (CH4), óxido nitroso (N_20), hidrofluorcarbonos (HFCs), perfluorcarbonos (PFCs) e hexafluoreto de enxofre (SF_6).

Global Reporting Initiative

Instituição global e independente que desenvolve uma estrutura mundial de diretrizes de relato, permitindo às empresas preparar relatórios sobre o seu desempenho económico, ambiental e social.

Impacte Ambiental

Qualquer alteração no ambiente, adversa ou benéfica, resultante, total ou parcialmente, dos aspetos ambientais de uma organização.

Indicador

Fórmula de cálculo ou métrica que traduz determinada relação ou ponto de situação em relação a determinada meta, ou objetivo, pré-estabelecida.

Monitorização

Conjunto de ações que visam controlar o pleno funcionamento da performance da organização ou das suas metas, processos, indicadores ou outros em matéria de desempenho económico, ambiental e social.

Norma ISO 9001

Norma Internacional da "International Organization for Standardization" sobre sistemas de gestão da qualidade.

Norma ISO 14001

Norma da série ISO 14000 referente a Requisitos do Sistema de Gestão Ambiental. Especificações e linhas de orientação para a sua utilização.

Organização

Conjunto de pessoas e de instalações inseridas numa cadeia de responsabilidades, autoridades e relações.

Partes Interessadas

Normalmente designadas por *stakeholders*, são entidades afetadas ou que afetam a empresa.

Passageiro x km

Unidade de medida correspondente à deslocação de um passageiro num veículo, na distância de um quilómetro, quando esse veículo assegura o serviço a que se destina.

Reciclagem

Reprocessamento de resíduos através da sua transformação biológica, física ou química num processo de produção, para o fim inicial ou para outros fins, nomeadamente como matéria-prima, excluindo a valorização energética.

Reclamações

Manifestação de insatisfação que terceiros formalizam, verbalmente ou por escrito, ao ML. Quaisquer queixas de Clientes dirigidas aos serviços, quer pessoalmente (verbal ou por escrito), quer por telefone, fax, correio, e-mail ou qualquer outra forma escrita.

Resíduos

Quaisquer substâncias ou objetos de que o detentor se desfaz ou tem intenção ou obrigação de se desfazer.

Serviço

Resultado de um processo estabelecido entre o prestador e o cliente no quadro de um contrato, incluindo as características que permitam a sua avaliação.

Sistema de gestão

Sistema para o estabelecimento da política e dos objetivos e para a concretização desses objetivos.

Sistema de Gestão da Qualidade

Sistema de gestão para dirigir e controlar uma organização no que respeita à qualidade.

Sistema de Gestão Ambiental

Parte do sistema de gestão de uma organização utilizada para desenvolver e implementar a sua política ambiental e gerir os seus aspetos ambientais.

Sustentabilidade

Capacidade de suprir aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades.

Tramitação

Conjunto dos requisitos legais para a formação de um processo.

Valorização

Quaisquer operações que visem o reaproveitamento de resíduos (incluindo os processos de reutilização, reciclagem, regeneração, valorização energética, entre outros).

Siglas e Acrónimos

Sigla/Acrónimo	Significado
A.C.E.	Agrupamento Complementar de Empresas
A.E.I.E.	Agrupamento Europeu de Interesse Económico
AE	Acordo de Empresa
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
AVAC	Aquecimento, ventilação e ar condicionado
CA	Conselho de Administração
CARRIS	Companhia Carris de Ferro de Lisboa
Ckm	Carruagens x km
CO_2	Dióxido de carbono
CO_2 e	Dióxido de carbono equivalente
CoMET	Community of Metros
CP	Comboios de Portugal, E.P.E.
CPC	Contratação Pública
CT	Comissão Técnica
E.P.E.	Entidade Pública Empresarial
EBITDA	Resultado operacional sem amortizações e provisões (e ajustamentos, caso existam)
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
EUA	Estados Unidos da América
g	Grama
Diretrizes G4	Diretrizes para Relato de Sustentabilidade (4ª atualização)
GEE	Gases com efeito de estufa
GRI	Global Reporting Iniciative
H / M	Homens / Mulheres
I.P.	Instituto Público
ISC	Índice de Satisfação do Cliente
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
kg	Quilograma
km	Quilómetro
KPI	Indicadores-Chave de Desempenho
kWh	Quilowatt hora
l	Litro
Lda.	Limitada
LKO	Lugares x km
LOE	Lei do Orçamento de Estado
m	Metro
M€	Milhões de euros
m^3	Metro cúbico
MKBF	Quilometragem média entre falhas *(Mean Kilometer Between Failure)*
ML	Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Sigla/Acrónimo	Significado
MTBF	Período Médio entre Falhas *(Mean Time Between Failures)*
MWh	Megawatt hora
NC	Não contabilizado
NOVA	Urban Railway Benchmarking Group
NO_x	Óxidos de azoto
NP	Norma Portuguesa
OE	Orçamento de Estado
PAO	Plano de Atividades e Orçamento
Pass.km	Passageiro x km
PKT	Passageiros x km
PMO	Parque de material e oficinas
PMP	Prazo médio de pagamento
PT	Passageiros transportados
RH	Recursos Humanos
RINP	Resíduos industriais não perigosos
RIP	Resíduos industriais perigosos
ROC	Revisor Oficial de Contas
s	Segundo
S.A.	Sociedade Anónima
SADI	Sistema Automatico de Deteção de Incêndio
SEOPTC	Secretaria de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
SETF	Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças
SG	Sistema de Gestão
SGAJ	Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente
SGQA	Secretaria-Geral e Direção de Assuntos Jurídicos
SO_2	Dióxido de enxofre
SOFLUSA	Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.
SROC	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
SWOT	Forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*)
t	Tonelada
Transtejo	Transportes Tejo, S.A.
UITP	União Internacional dos Transportes Públicos
un	Unidades

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Painel de Indicadores ML 20
Quadro 2 – Painel de Indicadores Ferconsult 21
Quadro 3 – Painel Indicadores Metrocom 22
Quadro 4 – Identificação dos membros do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa 24
Quadro 5 – Identificação do Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa 24
Quadro 6 – Identificação do Revisor Oficial de Contas do Metropolitano de Lisboa 25
Quadro 7 - Identificação dos membros do Conselho de Administração da Ferconsult 25
Quadro 8 - Identificação dos membros da Mesa da Assembleia Geral da Ferconsult 26
Quadro 9 – Identificação do Fiscal Único da Ferconsult 26
Quadro 10 - Identificação dos membros do Conselho de Administração da Metrocom 27
Quadro 11 – Identificação dos membros da Mesa Assembleia Geral da Metrocom 27
Quadro 12 – Identificação do Fiscal Único da Metrocom 27
Quadro 13 - Análise de riscos à corrupção 38
Quadro 14 – Evolução do número de passageiros transportados 41
Quadro 15 - Evolução das receitas de transporte 42
Quadro 16 – Cartões emitidos pelo ML - 2017 44
Quadro 17 – Evolução da oferta 2015-2017 48
Quadro 18 – Eficiência na exploração 49
Quadro 19 – Rede atual do ML 49
Quadro 20 – Estações do ML com interfaces com outros modos pesados 50
Quadro 21 - Empreendimentos ML - Índices de sinistralidade 2015-2017 55
Quadro 22 – Efetivo Ferconsult em 31 de Dezembro - 2012-2017 77
Quadro 23 – Distribuição do Efetivo por Níveis Qualificação 77
Quadro 24 – Antiguidade do Efetivo 78
Quadro 25 – Taxa de Absentismo 79
Quadro 26 – Volume de Emprego (RCM n.º 16/2012) – Grupo ML 80
Quadro 27 - Resultados 81
Quadro 28 - Rendimentos Operacionais 82
Quadro 29 - Gastos Operacionais 82
Quadro 30 - Gastos com Pessoal 83
Quadro 31 - Resultados Financeiros 83
Quadro 32 - Plano de Redução dos Gastos 84
Quadro 33 - Variação de caixa e seus equivalentes 85
Quadro 34 - Atividade de Financiamento 86
Quadro 35 - Despesa de investimento 87
Quadro 36 - Evolução do Investimento 87
Quadro 37 - Ativo Total 88
Quadro 38 - Passivo e Capital Próprio 88
Quadro 39 - *Rating* do ML 89
Quadro 40 - Estrutura do Passivo Remunerado 89
Quadro 41 - Indicadores de Produtividade 91
Quadro 42 - Rendimentos e Gastos Operacionais 92
Quadro 43 – Gastos com Pessoal 94
Quadro 44 – Plano de Redução de Gastos 94
Quadro 45 – Principais Indicadores Financeiros 95
Quadro 46 – Rendimentos 2015-2017 | Metrocom 96
Quadro 47 - Gastos 2015-2017 | Metrocom 96
Quadro 48 – Evolução de Resultados 2015-2017 97
Quadro 49 – Evolução Balanço 2015-2017 97
Quadro 50 – Interesses Minoritário Grupo ML 99
Quadro 51 – Evolução 2017-2016 99
Quadro 52 – Contas consolidadas 2017 100

Quadro 53 – Contas consolidadas 2016 100
Quadro 54 – Execução do PAO 2017 101
Quadro 55 – Grau de execução do Orçamento carregado no SIGO/SOE (Receita) 102
Quadro 56 – Grau de execução do Orçamento carregado no SIGO/SOE (Despesa) 103
Quadro 57 - Financiamento 104
Quadro 58 - Variação do endividamento 104
Quadro 59 - Passivo remunerado 104
Quadro 60 - Prazo médio de pagamentos a fornecedores 105
Quadro 61 - Pagamentos em atraso 105
Quadro 62 - Identificação dos membros do Conselho de Administração 106
Quadro 63 - Acumulação de funções 106
Quadro 64 - Estatuto do Gestor Público 106
Quadro 65 - Remuneração anual dos membros do Conselho de Administração 106
Quadro 66 - Benefícios sociais 107
Quadro 67 – Encargos com viaturas 107
Quadro 68 - Gastos anuais associados a deslocações em serviço 107
Quadro 69 - Identificação dos membros do Conselho Fiscal 107
Quadro 70 - Remuneração anual 108
Quadro 71 - Identificação do SROC/ROC 108
Quadro 72 - Remuneração anual 108
Quadro 73 - Identificação e remuneração do auditor externo 108
Quadro 74 - Gastos com comunicações móveis 109
Quadro 75 - Gastos anuais associados a viaturas 109
Quadro 76 - Plano de redução de custos 113
Quadro 77 – Unidade de Tesouraria do Estado 114
Quadro 78 – Disponibilidades na Banca Comercial 114
Quadro 79 - Informação que consta do *site* do SEE (portal da DGTF) 115
Quadro 80 - Cumprimentos das orientações legais I 116
Quadro 81 - Cumprimentos das orientações legais II 117
Quadro 82 – Índice da Tabela GRI 139

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição percentual das receitas por título de transporte 42
Gráfico 2 - N.º de ocorrências com passageiros por milhão de passageiros transportados 56
Gráfico 3 – Evolução das deslocações internacionais 60
Gráfico 4 – Distribuição de Horas por Projeto 62
Gráfico 5 – Distribuição de Horas por Mercado Destino 63
Gráfico 6 – Distribuição das receitas por segmentos de negócio (2017) 64
Gráfico 7 – Distribuição de receitas por área de negócio (2017) 64
Gráfico 8 – Distribuição das receitas por Linha (2017) 65
Gráfico 9 – Estações com maior volume de receitas – milhares de euros (2017) 65
Gráfico 10 – Eficiência Energética (Pass.km/kWh) 66
Gráfico 11 – Consumo de lâmpadas 66
Gráfico 12 – Consumo de papel 67
Gráfico 13 – Consumo de betão 67
Gráfico 14 – Consumo de aço 67
Gráfico 15 – Consumo de toners 68
Gráfico 16 – Consumo de abraçadeiras 68
Gráfico 17 – Consumo de cabo 68
Gráfico 18 - Rácio entre o salário mais baixo no ML e o salário mínimo nacional (%) 73
Gráfico 19 - Rácio do salário base entre homens e mulheres (%) 73
Gráfico 20 - Número de efetivos a 31 de dezembro 74

Gráfico 21 - Idade do efetivo 74
Gráfico 22 - Antiguidade do efetivo 75
Gráfico 23 - Média de horas de formação por colaborador 75
Gráfico 24 – Acidentalidade laboral 76
Gráfico 25 - Taxa de absentismo (%) 76
Gráfico 26 - Níveis de qualificação 78
Gráfico 27 - Antiguidade do Efetivo 78
Gráfico 28 - Evolução dos Gastos Totais 84
Gráfico 29 - Distribuição do endividamento 90
Gráfico 30 - Maturidade do Financiamento 90
Gráfico 31 - Taxa de juro implícita 91
Gráfico 32 - Evolução do Volume de Negócios 2015-2017 (M€) 92
Gráfico 33 - Volume de Negócios por Cliente Gráfico 34 - Volume Negócios ML e Outros 93
Gráfico 35 – Evolução do Volume Negócios por Mercados 93
Gráfico 36 - Evolução do EBITDA 2015-2017 (M€) 94
Gráfico 37 - Evolução dos capitais Próprios 95

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Diagrama de rede 13
Ilustração 2: Empresas do Grupo ML 14
Ilustração 3: Organograma 23
Ilustração 4 – Organograma Ferconsult 25
Ilustração 5 - Organograma Metrocom 26
Ilustração 6 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 36
Ilustração 7 – Mapa da rede atual do ML 50
Ilustração 8 - Mapa da rede ML após concretização do prolongamento Rato – Cais do Sodré (Linha Circular) 54
Ilustração 9 – Matriz de Processos do Sistema 69
Ilustração 10 – Perímetro de consolidação Grupo ML 98
Ilustração 11 – Análise SWOT ML 123

Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Demonstrações Financeiras e Anexo

Contas Individuais e Consolidadas

2017

ÍNDICE

I. Contas Individuais 3
II. Contas Consolidadas 68

Balanços em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Un:€

Ativo	Notas	31-12-2017	31-12-2016
Ativo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	7	5.020.086.976	4.986.145.104
Ativos fixos tangíveis	8	151.269.820	179.535.513
Propriedades de investimento	10	8.534.641	676.591
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	11	3.122.902	2.814.343
Derivados	12	330.000	1.114.000
Outros ativos financeiros	13	52.188.819	58.787.571
Total do ativo não corrente		**5.235.533.158**	**5.229.073.122**
Ativo corrente			
Inventários	14	4.076.539	2.173.269
Clientes	15	4.999.392	6.467.880
Estado e outros entes públicos	23	3.053.159	3.259.927
Outros créditos a receber	15	11.213.598	9.635.758
Diferimentos	16	31.881.775	31.395.581
Caixa e depósitos bancários	5	22.023.844	24.964.665
Total do ativo corrente		**77.248.306**	**77.897.079**
Total do activo em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração		**5.020.086.976**	**4.986.145.104**
Total do activo afecto à operação (ML)		**292.694.489**	**320.825.097**
Total do activo		**5.312.781.465**	**5.306.970.201**

Un:€

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		31-12-2017	31-12-2016
Capital Próprio			
Capital subscrito	17	2.368.595.326	2.176.544.524
Reserva legais		21.597	21.597
Outras reservas		1.501.878	1.501.878
Resultados transitados		(1.744.292.684)	(1.727.960.807)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	18,21	1.976.909	6.606.344
		627.803.026	**456.713.537**
Resultado líquido do exercício		**(24.500.916)**	**(44.140.386)**
Total do capital próprio		**603.302.111**	**412.573.151**
Passivo			
Passivo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	7	2.706.575.594	3.070.524.077
Provisões	19	54.251.294	158.408.464
Financiamentos obtidos	20	66.402.003	80.201.560
Derivados	12	108.844.147	147.442.569
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	21	252.627.865	255.738.256
Total do passivo não corrente		**3.188.700.902**	**3.712.314.925**
Passivo corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	7	900.000.200	702.149.898
Fornecedores	22	4.631.433	4.045.701
Estado e outros entes públicos	23	1.637.406	1.912.636
Financiamentos obtidos	20	451.492.197	429.879.292
Outras dividas a pagar	25	162.604.700	43.516.421
Diferimentos	26	412.516	578.177
Total do passivo corrente		**1.520.778.452**	**1.182.082.126**
Total do passivo em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração		**3.606.575.794**	**3.772.673.975**
Total do passivo afecto à operação (ML)		**1.102.903.561**	**1.121.723.076**
Total do passivo		**4.709.479.354**	**4.894.397.050**
Total do capital próprio e do passivo		**5.312.781.465**	**5.306.970.201**

O anexo faz parte integrante do Balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Dr. Luis Carlos Antunes Barroso

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Carlos Emério Ferreira da Mota

Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2017

Un:€

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados	27	109.400.211	101.189.096
Ganhos / perdas imputados de subsidiarias, associadas e empreendimentos conjuntos	11,19	(3.957.329)	(5.149.393)
Trabalhos para a própria entidade		2.309.612	2.448.842
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	14	(4.408.604)	(2.180.092)
Fornecimentos e serviços externos	28	(32.163.996)	(30.513.040)
Gastos com o pessoal	29	(71.667.238)	(66.082.399)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	15,16	(122.858)	(186.846)
Provisões (aumentos / reduções)	19,33	(30.498)	(1.328.157)
Aumentos / reduções de justo valor	12,13	38.332.888	26.690.393
Outros rendimentos	30	5.031.619	5.357.429
Outros gastos	31	(10.151.345)	(6.264.920)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**32.572.461**	**23.980.911**
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	8,10	(23.411.404)	(23.403.834)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	8,10	223.155	447.586
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**9.384.132**	**944.663**
Juros e rendimentos similares obtidos	32	2.714.695	1.097.219
Juros e gastos similares suportados	19,32	(35.839.186)	(44.391.928)
Resultado antes de impostos		**(23.740.359)**	**(42.350.046)**
Imposto sobre o rendimento do período	24	(760.557)	(1.790.340)
Resultado líquido do período		**(24.500.916)**	**(44.140.386)**

O anexo faz parte integrante da demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo a 31 de dezembro de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Engº Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Dr. Luís Carlos Antunes Barroso

Engª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Carlos Emério Ferreira da Mota

Demonstração individual de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2017

Un:€

RÚBRICAS	Notas	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes		121.576.498	110.504.013
Pagamentos a Fornecedores		(39.386.354)	(29.729.970)
Pagamentos ao Pessoal		(63.549.931)	(58.994.627)
Caixa gerada pelas operações		**18.640.212**	**21.779.416**
Pagamento e recebimento de Impostos		(5.934.791)	1.217.954
Outros recebimentos/pagamentos		(12.013.175)	(2.019.666)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		**692.246**	**20.977.704**
Fluxos de caixa das atividades de Investimento			
Recebimentos Provenientes de:			
Subsídios de Investimento		1.137.500	1.670.125
Juros e rendimentos similares		71.975	33.502
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(6.733.354)	(11.212.469)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		**(5.523.879)**	**(9.508.842)**
Fluxos de caixa das atividades de Financiamento			
Recebimentos Provenientes de:			
Financiamentos obtidos		32.584.270	84.087
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	17	192.050.802	358.409.543
Cobertura de Prejuízos	17	27.808.509	-
Pagamentos Respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(71.586.662)	(229.233.943)
Juros e gastos similares		(178.966.107)	(131.204.006)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		**1.890.812**	**(1.944.319)**
Variação de Caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		**(2.940.820)**	**9.524.543**
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	**24.964.665**	**15.440.123**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	**22.023.844**	**24.964.665**

O anexo faz parte integrante da demonstração de fluxos de caixa do período findo em 31 de Dezembro de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Dr. Luís Carlos Antunes Barroso

Engª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Carlos Emério Ferreira da Mota

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período de 2016 e 2017

Un:€

	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado liquido do periodo	Total do capital próprio
Posição em 1 de Janeiro de 2016		1.818.134.981	21.597	1.501.878	(1.662.816.925)	15.538.893	(65.143.882)	107.236.542
Alterações no período:								
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2015	17	-	-	-	(65.143.882)	-	65.143.882	-
Subsídios de investimento	18	-	-	-	-	(2.691.179)	-	(2.691.179)
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais	21	-	-	-	-	(6.241.370)	-	(6.241.370)
Resultado líquido do período							(44.140.386)	(44.140.386)
Resultado integral							(53.072.935)	(53.072.935)
Operações com detentores de capital no período								
Subscrições de capital	17	358.409.543	-	-	-	-	-	358.409.543
Posição em 31 de Dezembro de 2016		2.176.544.524	21.597	1.501.878	(1.727.960.807)	6.606.343	(44.140.386)	412.573.151
Posição em 1 de Janeiro de 2017		2.176.544.524	21.597	1.501.878	(1.727.960.807)	6.606.343	(44.140.386)	412.573.151
Alterações no período:								
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2016	17	-	-	-	(44.140.386)	-	44.140.386	-
Subsídios de investimento	18	-	-	-	-	(2.577.927)	-	(2.577.927)
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais	21	-	-	-	-	(2.051.508)	-	(2.051.508)
Resultado líquido do período							(24.500.916)	(24.500.916)
Resultado integral							(29.130.351)	(29.130.351)
Operações com detentores de capital no período								
Subscrições de capital	17	192.050.802	-	-	-	-	-	192.050.802
Cobertura de prejuízos (a)	17	-	-	-	27.808.509	-	-	27.808.509
Posição em 31 de Dezembro de 2017		2.368.595.326	21.597	1.501.878	(1.744.292.684)	1.976.908	(24.500.916)	603.302.111

O anexo faz parte integrante da demonstração individual das alterações no capital próprio nos períodos de 2016 e 2017

(a) Vidé despacho Finanças e Ambiente de jan/2018.
Transferência efetuada pelo Estado, enquanto titular do respetivo capaital estatutário

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Engº Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Dr. Luis Carlos Antunes Barroso

Engª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Carlos Emério Ferreira da Mota

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de Dezembro de 2017

(Montantes expressos em euros)

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (adiante designado por "ML" ou "Empresa") é uma entidade pública empresarial, constituída em 1949, com sede social na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 28, em Lisboa, cujo atual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho. Tem por objeto, a título principal, a prestação de atividades e serviços que incidem no transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado Português em 23 de março de 2015.

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o presente anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia 20 de julho de 2018. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelas tutelas setorial e financeira, nos termos do regime jurídico do setor público empresarial.

As demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 a 2016 não foram ainda objeto de aprovação formal pela Tutela. O Conselho de Administração procedeu ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios, conforme as propostas incluídas nos respetivos Relatórios de Gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, para além das presentes demonstrações financeiras individuais, a Empresa está sujeita à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, que serão apresentadas separadamente.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações subsequentes e com a republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

As demonstrações financeiras são expressas em euros e foram preparadas no pressuposto da continuidade e utilizando o regime contabilístico de acréscimo (periodização económica).

2.2 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF - DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

Não aplicável.

4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

4.1 Atividades de investimento de infraestruturas de longa duração (ILD)

A Empresa ao longo dos anos tem tido a responsabilidade de construção, renovação e gestão das infraestruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte

coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado.

A Empresa, até ao exercício de 2009, reconheceu no seu balanço os ativos e passivos afetos aos ILD em consonância com a interpretação do Decreto-Lei nº 196/1980 de 20 de Junho, onde o Estado Português se comprometia a sanear económica e financeiramente a Empresa, nomeadamente em suportar os encargos com os investimentos em ILD realizados até 31 de Dezembro de 1978, sendo ainda referido naquele Decreto-Lei que para os investimentos a realizar após 1 de Janeiro de 1979 o Estado fixaria os montantes em dívida que assumiria, disposição esta que nunca veio a ser emitida. Nos exercícios de 2010 e 2011 a Administração entendeu como mais apropriado anular os ativos e passivos afetos aos ILD pelo que o total do balanço da Empresa, naqueles exercícios foi diminuído de forma significativa. No exercício de 2012, ano em que ocorreu o despacho nº 1491/12 da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, a Administração decidiu retomar o registo dos ativos e passivos associados aos ILD no balanço da Empresa.

Assim, todos os fluxos resultantes desta atividade são registados no balanço nas rubricas de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" e incluem os seguintes itens:

No ativo:

- As infraestruturas de longa duração ("ILD") do domínio público construídas pela Empresa e sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de "Transporte de passageiros" e "Gestão de infraestruturas", as quais incluem as reavaliações livres efetuadas em anos anteriores;
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD, com a natureza de inventários;
- Os montantes de subsídios recebidos para o cofinanciamento da construção de ILD a deduzir aos investimentos em ILD;
- Os encargos financeiros diretamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação de ILD, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto do selo decorrentes da atividade desenvolvida por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo das ILD durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para fazer face às alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD os quais se encontram reconhecidos pelo seu justo valor no ativo, nos casos em que o seu justo valor é positivo.

De mencionar que os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, deduzidos de subsídios e imparidades, apresentados na rubrica ILD não se encontram a ser depreciados/amortizados (Notas 4.2 e 4.3).

No passivo

- Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD;
- Os empréstimos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação das ILD, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD os quais se encontram reconhecidos pelo seu justo valor no passivo, nos caso em que o seu justo valor é negativo.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados na demonstração dos resultados no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da atividade de gestão de infraestruturas efetuada pela Empresa.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de Dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efetuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos ativos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respetivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de dezembro de 1980. Contudo, tal não ocorreu. Assim, e a partir daquela data, os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Sector Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, consequentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.

Em resultado da alteração da política de reconhecimento aquando da transição para o SNC, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto do selo, taxa de aval e gastos de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou os mesmos à rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

4.2 Ativos fixos tangíveis

Afetos à gestão de infraestruturas (ativos não ILD):

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos, que a Empresa espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável).

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico:	
Material circulante de exploração	14 - 28
Material circulante de serviço	10 - 30
Sistema de controlo e telecomunicações	12 - 16

Equipamento de transporte	4 - 5
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	7 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 10

O Conselho de Administração entende que, em qualquer momento, o valor contabilístico dos bens será realizável quer através da sua alienação quer através da sua utilização, no pressuposto da continuidade das operações.

A vida útil e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As grandes reparações são registadas na rubrica de "Ativos fixos tangíveis" respetiva e depreciados no mesmo período de anos do investimento a que respeitam.

As peças sobressalentes principais são reconhecidas como ativos fixos tangíveis quando é expectável que sejam utilizadas por mais do que um período.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Afetos às infraestruturas de longa duração ("ILD"):

Os ativos fixos tangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer.

Os subsídios obtidos para financiamento das atividades de ILD encontram-se a deduzir ao valor dos ativos fixos tangíveis afetos às infraestruturas de longa duração.

Estes ativos não se encontram a ser depreciados.

4.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" e incluem essencialmente, estudos para o desenvolvimento da rede, sendo que não se encontram a ser amortizados.

4.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Locações em que a Empresa age como locadora:

As situações em que a Empresa age como locadora respeitam aos contratos com os arrendatários dos edifícios e andares detidos pela Empresa.

Estes contratos de arrendamento não têm termo de acordo com a Lei do Arrendamento, e foram celebrados em resultado do processo de realojamento efetuado pela Empresa em resultado das obras realizadas.

De acordo com as respetivas condições estes contratos são classificados como locações operacionais, sendo as remunerações devidas reconhecidas como rendimentos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma, a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade e a depreciação do ativo, sendo calculada conforme descrito na Nota 4.2 e reconhecida na demonstração dos resultados do exercício a que respeita.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

4.5 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento encontram-se mensuradas ao custo deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e de eventuais perdas de imparidade.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

Sempre que, à data do balanço, a quantia recuperável da propriedade de investimento seja inferior à correspondente quantia escriturada, é reconhecida a correspondente perda por imparidade na demonstração dos resultados do período correspondente.

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de

caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de algum componente da propriedade de investimento é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo registados pelo valor líquido na demonstração dos resultados.

4.6 Imparidade de ativos fixos tangíveis (não ILD)

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Caso exista algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram.

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciação) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.7 Participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

As participações em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades.

Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária, associada ou empreendimento conjunto excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da subsidiária, associada ou empreendimento conjunto, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a subsidiária, associada ou empreendimento conjunto relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

4.8 Inventários

Os inventários são mensurados pelo menor de entre o custo e o valor realizável líquido. As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respetivo valor de mercado.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

4.9 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) custo amortizado menos perdas de imparidade (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados "ao custo amortizado menos perdas por imparidade" os ativos financeiros que satisfaçam as seguintes condições:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal.

Com exceção dos passivos financeiros classificados como detidos para negociação, todos os passivos financeiros devem ser mensurados pelo custo amortizado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos". Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de "Outras dívidas a pagar".

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria "ao custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados.

No caso concreto da Empresa nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros derivados os quais não reúnem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura de acordo com as disposições da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros e os colaterais dados como garantia dos financiamentos.

De acordo com o descrito os ativos e passivos financeiros, foram classificados como segue:

		2017		2016	
Ativos Financeiros	Notas	Justo valor	Custo amortizado	Justo valor	Custo amortizado
Não corrente:					
Derivados	12	330.000	-	1.114.000	-
Outros ativos financeiros	13	52.188.590	-	58.787.571	-
		52.518.590	-	59.901.571	-
Corrente:					
Clientes	15	-	4.999.392	-	6.467.880
Estado e outros entes públicos	23	-	3.053.159	-	3.259.927
Outros créditos a receber	15	-	11.213.598	-	9.635.758
Caixa e depósitos bancários	5	-	22.023.844	-	24.964.665
		-	41.289.992	-	44.328.230
		52.518.590	41.289.992	59.901.571	44.328.230

		2017		2016	
Passivos Financeiros	Notas	Justo valor	Custo amortizado	Justo valor	Custo amortizado
Não corrente:					
Financiamentos obtidos	20	-	66.402.003	-	80.201.560
Derivados	12	108.844.147	-	147.442.569	-
		108.844.147	66.402.003	147.442.569	80.201.560
Corrente:					
Fornecedores	22	-	4.631.433	-	4.045.701
Estado e outros entes públicos	23	-	1.637.406	-	1.912.636
Financiamentos obtidos	20	-	451.492.197	-	429.879.292
Outras dívidas a pagar	25	-	162.604.700	-	43.516.421
		-	620.365.736	-	479.354.050
		108.844.147	686.767.739	147.442.569	559.555.610

4.10 Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição e construção de ativos são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo

e é interrompida após o início de utilização ou final de construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos gerados por financiamentos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumia o princípio de que competia ao Estado Português financiar as ILD no Metro. Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português a Fundo Perdido para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Decorrente deste princípio, a Empresa regista os encargos financeiros relativos a ILD na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

4.11 Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita ao pagamento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa de 21%.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A Empresa não procedeu ao registo de impostos diferidos e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os ativos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente e os passivos por impostos diferidos corresponderiam a depreciações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e mais-valias fiscais com tributação diferida.

a. Subsídios do Governo (não ILD)

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática

(proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

4.13 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.14 Benefícios pós-emprego

Plano de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, o qual é efetuado de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço e o gasto com pensões a registar no exercício.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos anualmente no capital próprio.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

a) Complemento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência;
b) Pré-reformas.

Cuidados de saúde

A Empresa assumiu ainda responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas no balanço em 31 de dezembro de 2017. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados no ativo, um seguro coletivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos.

4.15 Instrumentos financeiros derivados

A Empresa contrata instrumentos financeiros derivados para os financiamentos contraídos para financiar as atividades relacionadas com a gestão de infraestruturas e os afetos aos ILD.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor sendo, em cada data de relato mensurados pelo justo valor, com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração de resultados, salvo se tais instrumentos forem designados como instrumentos de cobertura designados e eficazes.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que não cumprem todos os requisitos da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros para que seja aplicada a contabilidade de cobertura, são considerados como de especulação.

A valorização destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício efetuada de acordo com a valorização dos bancos com os quais foram contratados.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Empresa não classifica nenhum dos instrumentos financeiros derivados como de cobertura, em resultado de não cumprir com os requisitos da NCRF 27.

No caso dos instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa relativamente aos financiamentos associados à atividade de gestão de infraestruturas, caso o justo valor seja positivo é reconhecido como um ativo financeiro na rubrica de "Derivados", caso o justo valor seja negativo, é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica de "Derivados". As alterações de justo valor destes instrumentos financeiros derivados são reconhecidas na demonstração dos resultados no período a que dizem respeito.

No caso dos instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, relativamente aos financiamentos contratados para financiar a atividade dos ILD, encontram-se reconhecidos na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" no ativo ou passivo consoante o agregado do justo valor dos diversos instrumentos financeiros à data de relato seja positivo ou negativo, respetivamente, registado por contrapartida de uma conta a receber/a pagar dentro da rubrica de ILD, pelo que o efeito das variações de justo valor no capital próprio da Empresa é, neste caso, nulo.

4.16 Classificação do balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço, são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

4.17 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços compreende as receitas da venda de títulos de transporte na rede própria, bem como a repartição do produto da venda de passes sociais intermodais utilizáveis na rede própria e em outros transportes públicos urbanos e suburbanos explorados por outros operadores, sendo os preços de venda destes, fixados pelo Estado.

A Empresa reconhece as receitas relacionadas com a prestação de serviços da seguinte forma:

• Passes intermodais - As receitas originadas pelos passes intermodais vendidos pela Empresa e outros operadores de transportes, são afetas a cada um dos operadores com base numa distribuição mensal determinada pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes ("IMT, I.P.").

Esta distribuição é calculada de acordo com índices estatísticos que tomam em linha de conta o nível de utilização dos serviços da Empresa e de cada um dos outros operadores.

• Títulos de uso esporádico – as receitas originadas por estes títulos são repartidas em função das utilizações à exceção do bilhete Carris/ML 24 horas que tem quota definida.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As compensações tarifárias não reembolsáveis, são atribuídas pelo Estado à Empresa, para compensar a sua operação em cumprimento das obrigações de serviço público, as quais são registadas no exercício em que são atribuídas.

4.18 Gastos departamentais incluídos nos ILD

Os gastos internos de funcionamento dos diversos serviços de gestão que não trabalham exclusivamente para o investimento, são imputados na percentagem de 10% ao valor dos investimentos em curso.

Estes gastos são imputados aos investimentos de infraestruturas de longa duração – ILD, aos equipamentos e estudos para o material circulante de exploração e parques de material e oficinas (ativos financiados pela Empresa) (Nota 7 e 8), por serem estes os de execução mais prolongada, tecnicamente mais complexos e, consequentemente, carecem de uma gestão mais intensa em meios humanos.

4.19 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

4.20 Regime do acréscimo (periodização económica)

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica), pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4.21 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;

b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;

c) Perda por imparidade de contas a receber - são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber;

d) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados – no final de cada exercício é determinado pela entidade com a qual os mesmos foram contratados;

e) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma – no final de cada exercício é obtida a avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de pensões e preparada pelo atuário.

4.22 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, detalha-se conforme se segue:

Fluxos de Caixa	2017	2016
Numerário	10.470	6.525
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	22.013.374	24.958.140
	22.023.844	24.964.665

6 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABÍLISTICAS E ERROS

Em 31 de dezembro de 2017, a empresa procedeu à alteração da classificação de um edifício sito na Avenida Barbosa du Bocage de Ativos Fixos Tangíveis para a rúbrica de propriedades de investimento.

	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade	Valor Contabilístico
Barbosa *du* Bocage	20.443.353	7.406.952	5.043.401	7.993.000

7 INVESTIMENTOS DE INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO

O saldo apresentado na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" decorre da atividade de investimentos de infraestruturas efetuada pela Empresa, sendo a sua decomposição por rubricas de ativos e passivos como segue:

	Notas	2017	2016
Actividades de investimento de ILD:			
Ativo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	7.1	3.111.500.240	3.106.959.933
Activos intangíveis	7.2	6.955.344	6.938.284
Subsídios	7.3	(993.493.360)	(992.355.860)
Conta a receber Estado	7.4	2.871.311.908	2.837.772.507
Derivados	7.8	23.812.843	26.830.239
		5.020.086.976	**4.986.145.104**
Ativo corrente:			
Outras contas a receber	7.6	-	-
		-	-
Total do ativo		**5.020.086.976**	**4.986.145.104**
Passivo não corrente:			
Provisões	7.5	20.816.971	155.596.149
Financiamentos obtidos	7.7	2.230.326.599	2.331.833.345
Derivados	7.8	455.432.023	583.094.583
		2.706.575.594	**3.070.524.077**
Passivo corrente:			
Fornecedores	7.9	1.671.865	1.466.104
Financiamentos obtidos	7.7	692.441.762	645.279.388
Outras dividas a pagar	7.10	205.886.573	55.404.405
		900.000.200	**702.149.898**
Total do passivo		**3.606.575.794**	**3.772.673.974**
Total ILD liquido		**1.413.511.182**	**1.213.471.129**

A variação do saldo líquido da rubrica de ILD face a 31 de dezembro de 2017 resulta, essencialmente, dos seguintes factos:

- Juros incorridos no exercício de 2017 por conta dos financiamentos obtidos no montante de 142.902.924 euros (Nota 7.4.1.);
- Justo valor dos instrumentos financeiros no montante de (124.645.163) euros (Nota 7.8);
- Provisões para processos judiciais em curso no montante de 15.317.618 euros (Nota 7.5).

7.1 Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2017					
Activo Bruto	Saldo Inicial	Reavaliações	Saldo Inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos fixos tangíveis ILD's	**3.261.886.622**	**(199.793.426)**	**3.062.824.614**	**2.247.793**	**39.220.380**	**3.104.292.787**
Terrenos e recursos naturais	15.867.385	(2.388.442)	13.478.943	-	32.111	13.511.055
Edifícios e outras construções	2.791.933.843	(177.041.447)	2.615.623.814	768.417	26.093.983	2.642.486.214
Equipamento básico	454.085.394	(20.363.537)	433.721.857	1.479.376	13.094.286	448.295.519
Activos fixos tangíveis em curso	**43.267.328**	**-**	**43.267.328**	**2.232.628**	**(39.204.411)**	**6.295.544**
Terrenos e recursos naturais	32.112	-	32.112	-	(32.111)	-
Edifícios e outras construções	29.238.899	-	29.238.899	2.015.692	(26.060.058)	5.194.534
Equipamento básico	13.996.318	-	13.996.318	216.935	(13.112.242)	1.101.010
Adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis			**1.595.855**	**-**	**7.938**	**1.603.793**
Perdas por Imparidade Edifícios e outras construções			**(727.865)**	**35.980**	**-**	**(691.885)**
Total do activo fixo tangível bruto ILD's	**3.305.153.951**	**(199.793.426)**	**3.106.959.933**	**4.516.400**	**23.907**	**3.111.500.240**

	31 de Dezembro de 2016					
Activo Bruto	Saldo Inicial	Reavaliações	Saldo Inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos fixos tangíveis - ILD's	**3.210.053.514**	**(199.793.426)**	**3.010.991.506**	**1.249.462**	**50.583.647**	**3.062.824.614**
Terrenos e recursos naturais	15.867.385	(2.388.442)	13.478.943	-	-	13.478.943
Edifícios e outras construções	2.741.062.764	(177.041.447)	2.564.752.735	1.011.083	49.859.996	2.615.623.814
Equipamento básico	453.123.365	(20.363.537)	432.759.828	238.378	723.651	433.721.857
Activos fixos tangíveis em curso	**85.171.373**	**-**	**85.171.373**	**8.663.272**	**(50.567.317)**	**43.267.328**
Terrenos e recursos naturais	32.112	-	32.112	-	-	32.112
Edifícios e outras construções	74.974.249	-	74.974.249	4.124.646	(49.859.996)	29.238.899
Equipamento básico	10.165.012	-	10.165.012	4.538.626	(707.321)	13.996.318
Adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis			**3.172.769**	**-**	**(1.576.914)**	**1.595.855**
Perdas por Imparidade Edifícios e outras construções			**(731.418)**	**4.178**	**(625)**	**(727.865)**
Total do activo fixo tangível bruto - ILD's	**3.295.224.887**	**(199.793.426)**	**3.098.604.230**	**9.916.912**	**(1.559.960)**	**3.106.959.933**

As adições ocorridas no exercício findo a 31 de dezembro de 2017 na rubrica de "Ativos fixos tangíveis – Edifícios e outras construções", no montante de 802.342 euros referem-se, essencialmente, à remodelação da rede, com 612.319 euros, e ao empreendimento Amadora/Reboleira 184.535 euros.

As adições ocorridas no exercício findo a 31 de dezembro de 2017 na rubrica de "Ativos fixos tangíveis em curso", em (a) Edifícios e outras construções, no montante de 2.015.692 euros, referem-se essencialmente ao empreendimento Rato/Cais do Sodré e à remodelação da rede, nos montantes de 784.931 euros e 1.155.304 euros, e (b) Equipamento básico, o montante de 216.935 euros, refere-se essencialmente à remodelação da rede.

No valor de custo dos ativos fixos tangíveis (incluindo os que se encontram em curso), em 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontram-se incluídos os seguintes gastos departamentais:

Gastos capitalizados	2017			2016		
	Tangível	Tangível em curso	Total	Tangível	Tangível em curso	Total
Gastos departamentais	71.552.906	11.335.358	82.888.264	70.412.835	10.286.945	80.699.779
	71.552.906	11.335.358	82.888.264	70.412.835	10.286.945	80.699.779

7.2 Ativo intangível

Durante os exercícios findos em 2017 e 2016 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2017			
Activo Bruto	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos intangíveis - ILD's:				
Despesas de investigação e desenvolvimento	4.574.690	43.790	194.100	4.812.580
Despesas de instalação	2.019.827	-	-	2.019.827
Activos intangíveis em curso	343.767	7.195	(228.025)	122.937
Total do activo intangível bruto - ILD's	**6.938.284**	**50.986**	**(33.925)**	**6.955.344**

Activo Bruto	31 de Dezembro de 2016			
	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos intangíveis - ILD's:				
Despesas de investigação e desenvolvimento	3.907.846	-	666.844	4.574.690
Despesas de instalação	2.019.827	-	-	2.019.827
Activos intangíveis em curso	1.008.903	1.708	(666.844)	343.767
Total do activo intangível bruto - ILD's	**6.936.576**	**1.708**	**-**	**6.938.284**

7.3 Subsídios

O montante ocorrido na rubrica de subsídios no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi como se segue:

Descrição	31 de Dezembro de 2017			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Feder	229.464.397	-	-	229.464.397
Piddac	181.734.005	1.137.500	-	182.871.505
Fundo Coesão	376.640.062	-	-	376.640.062
Subsídios diversos	204.517.396	-	-	204.517.396
Total de subsídios	**992.355.860**	**1.137.500**	**-**	**993.493.360**

O aumento verificado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 no montante de 1.137.500 euros respeita aos subsídios atribuídos no âmbito do PIDDAC para a remodelação da rede.

7.4 Conta a receber do Estado

Esta rubrica refere-se à conta a receber do Estado Português relativamente às atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, sendo que a sua composição é como segue:

Descrição	Notas	2017	2016
Derivados	7.8	431.619.181	556.264.343
Provisões	7.5	170.913.768	155.596.149
Juros, taxa de aval e imposto de selo	7.4.1	1.957.191.295	1.814.288.370
Gastos de emissão	7.4.1	20.230.150	20.230.150
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	7.4.1	289.555.301	289.555.301
Perdas por Imparidade em ativos fixos tangíveis	7.4.2	691.885	727.865
Encargos financeiros capitalizados	7.4.3	(3.495.216)	(3.495.216)
Trabalhos Especializados	7.4.4	2.563.836	2.563.836
Perdas por imparidade em dívidas a receber	7.6	2.041.708	2.041.708
		2.871.311.908	2.837.772.507

7.4.1 Gastos com empréstimos

A rubrica de gastos de empréstimos refere-se aos encargos suportados com empréstimos contraídos pela Empresa para o financiamento da atividade de investimentos e infraestruturas de longa duração que não foram passíveis de capitalização nas ILD construídas.

Até 2009, os encargos financeiros suportados com as ILD's que não foram passiveis de ser capitalizados nas mesmas encontravam-se a ser reconhecidos na demonstração dos resultados. Com efeitos no exercício de 2010 (reexpresso), no decurso da transição para as NCRF, a Empresa decidiu recapturar o valor desses encargos financeiros para os poder acrescer à rubrica de "Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração – Gastos de empréstimos", seguindo o princípio descrito na Nota 4.10 relativamente aos encargos financeiros no montante de, aproximadamente, 1.017.000.000 euros incorridos de 1995 até 2008, a Empresa procedeu à sua quantificação com base nos registos contabilísticos disponíveis. Contudo, e no que respeita aos encargos financeiros incorridos, anteriores a 1995, e por manifesta dificuldade de se proceder à sua quantificação, o Conselho de Administração optou por registar o valor de 289.555.301 euros que permitiu saldar as rubricas ativas e passivas de ILD em 31 de dezembro de 2009, como sendo a estimativa possível, àquela data, dos juros e outros encargos incorridos e anteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados até 1995.

7.4.2 Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis

No decurso do exercício de 2017 a Empresa obteve uma avaliação dos imóveis, a qual foi efetuada por uma entidade especializada e independente, da qual resultou o registo de uma reversão de perda por imparidade 35.980 euros.

7.4.3 Encargos financeiros capitalizados

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os encargos financeiros capitalizados nas rubricas de "Ativo intangível", "Ativo fixo tangível" e "Ativo tangível em curso" detalha-se como segue:

	31 de Dezembro de 2017				31 de Dezembro de 2016			
Descrição	Intangível	Tangível	Em curso	Total	Intangível	Tangível	Em curso	Total
Gastos com empréstimos	152.981	298.092.776	11.774.179	310.019.936	155.989	297.841.263	11.753.181	309.750.433

7.4.4 Trabalhos especializados

Na sequência do processo que se encontravam a decorrer num Tribunal de Londres, interposto por uma instituição financeira e o Estado Português, no exercício de 2016 foram reconhecidos os honorários com Advogados relativo aos instrumentos financeiros derivados que se encontram afetos à atividade de ILD.

7.5 Provisões

O montante de 20.816.971 euros, em 31 de dezembro de 2017, (155.596.149 euros em 31 de dezembro de 2016), é referente à provisão constituída para fazer face a processos intentados que se encontravam em fase de resolução em resultado dos investimentos efetuados.

7.6 Outros créditos a receber

A rubrica de "Clientes" em 31 de dezembro de 2017 inclui um montante de 2.041.708 euros que respeita a uma multa contratual correspondente ao débito efetuado ao empreiteiro na sequência de atrasos na entrega da empreitada de ampliação e remodelação da estação do Areeiro, a qual foi objeto do registo de uma perda de imparidade por contrapartida da rubrica de ILD.

7.7 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos afetos à atividade dos ILD em 31 de dezembro de 2017 e 2016 detalham-se como se segue:

		2017				2016			
	Entidade financiadora	Limite	Corrente	Não corrente	Total	Limite	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas:									
Emissão Metro 2019	Barclays	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
Emissão Metro 2025	DBI, AG	110.000.000	-	110.000.000	110.000.000	110.000.000	-	110.000.000	110.000.000
Emissão Metro 2026	JP Morgan	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
Emissão Metro 2027	BNPP	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
			-	1.310.000.000	1.310.000.000		-	1.310.000.000	1.310.000.000
Empréstimos bancários:									
ML A	BEI	-	-	-	-	57.193.405	3.183.611	-	3.183.611
ML I/2	BEI	234.435.012	15.600.000	15.679.594	31.279.594	234.435.012	16.300.000	31.279.594	47.579.594
ML II	BEI	74.819.685	4.987.979	4.987.979	9.975.958	74.819.685	4.987.979	9.975.958	14.963.937
ML III	BEI	54.867.769	5.358.000	8.593.084	13.951.084	54.867.769	5.584.000	13.951.084	19.535.084
ML II/B	BEI	99.759.579	6.650.639	13.301.278	19.951.916	99.759.579	6.650.639	19.951.916	26.602.555
ML II/C	BEI	54.867.769	3.657.851	12.802.479	16.460.331	54.867.769	3.657.851	16.460.331	20.118.182
ML IV	BEI	169.591.285	17.904.090	-	17.904.090	169.591.285	22.400.000	17.904.090	40.304.090
ML I/3	BEI	124.699.474	14.579.180	71.424.886	86.003.566	124.699.474	8.738.497	86.003.566	94.742.062
ML I/3B	BEI	74.819.685	2.764.838	72.054.847	74.819.685	74.819.685	-	74.819.685	74.819.685
ML V/A	BEI	150.000.000	-	150.000.000	150.000.000	150.000.000	-	150.000.000	150.000.000
ML V/B	BEI	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000
ML V/C	BEI	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (parte)	507.957.564	253.978.782	-	253.978.782	507.957.564	253.978.782	-	253.978.782
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (parte)	237.747.877	178.310.908	-	178.310.908	237.747.877	178.310.908	-	178.310.908
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF (parte)	282.974.244	188.649.496	94.324.748	282.974.244	282.974.244	141.487.122	141.487.122	282.974.244
Emp. LP 32,6 M EUR	DGTF (parte)	17.158.204	-	17.158.204	17.158.204	-	-	-	-
			692.441.762	620.326.599	1.312.768.361		645.279.388	721.833.345	1.367.112.733
Outros empréstimos obtidos:									
Schuldschein	ABN AMRO	300.000.000	-	300.000.000	300.000.000	300.000.000	-	300.000.000	300.000.000
				300.000.000	300.000.000			300.000.000	300.000.000
Total de empréstimos obtidos			692.441.762	1.230.326.599	2.922.768.361		645.279.388	2.331.833.345	2.977.112.733

O empréstimo por obrigações "Metro 2019" foi contraído em 4 de fevereiro de 2009, por um período de dez anos, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

O empréstimo por obrigações "Metro 2025" foi contraído em a 23 de dezembro de 2010 por um período de quinze anos, "bullet", à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Empresa contraiu um empréstimo por obrigações no montante de 85.000.000 euros, por um período de 15 anos, com a garantia pessoal do Estado Português o qual, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 teve um reforço de 25.000.000 euros. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

O empréstimo por obrigações "Metro 2026" foi contraído em 4 de dezembro de 2007 por um período de vinte anos, à taxa "bullet", à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Inglesa.

O empréstimo por obrigações "Metro 2027", foi contraído em 7 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos "bullet", à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do "subscription agreement" que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 507.957.564 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2013.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 237.747.877 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 282.974.244 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 6 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2015.

Por Despacho do Senhor Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças n.º 45/18-SEATF, de 1 de fevereiro, foi concedida uma moratória no pagamento do serviço da dívida dos empréstimos supra indicados. No âmbito da referida moratória o serviço da dívida não está sujeito ao pagamento de juros.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças

("DGTF") um financiamento no montante de 32.584.270 euros, dos quais 17.158.204 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2019.

Em 31 de dezembro de 2017, os empréstimos por obrigações classificados como não corrente, têm o seguinte plano de amortizações:

Anos	Montante
2019	400.000.000
2025 e seguintes	910.000.000
	1.310.000.000

A parcela dos empréstimos bancários e outros empréstimos obtidos classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Anos	Montante
2019	121.524.651
2020	266.536.672
2021	142.723.659
2022	83.822.216
2023 e seguintes	305.719.401
	920.326.599

Em 31 de dezembro de 2017 os financiamentos obtidos que têm associados covenants, nomeadamente, os que se encontram associados ao "rating" da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, detalham-se como segue:

CONTRATO	Montante em Dívida a 31-12-2017 (€)	PRAZO	NEGATIVE PLEDGE (SIM /NÃO)	PARI PASSU (SIM / NÃO)	OWNERSHIP CLAUSE (SIM / NÃO)	RATING DOWNGRADE (SIM/NÃO)	GROSS UP (SIM / NÃO)	CROSS DEFAULT	DESPESAS/IMPOSTO DO SELO (SIM/NÃO)	OUTRAS CLÁUSULAS RELEVANTES / COMENTÁRIOS
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 28 de Outubro de 1994, sujeito a lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (" ML I/2"), alterado em 10 de Março de 2006	31 279 594,03	15 de Setembro de 2019	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 16 de Dezembro de 1994, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (" ML II")	9 375 957,81	15 de Dezembro de 2019	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 7 de Setembro de 1995, sujeito a lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (" ML III"), alterado em 10 de Março de 2006	13 951 084,02	15 de Junho de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 18 de Dezembro de 1995, sujeito a lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (" ML II/B")	19 951 916,20	15 de Dezembro de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 28 de Outubro de 1996, sujeito a lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (" ML I/3"), alterado em 10 de Março de 2006	86 003 565,91	15 de Setembro de 2021	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (" ML I/E B"), alterado em 10 de Março de 2006	74 819 684,56	15 de Setembro de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 14 de Julho de 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (" ML IV/C")	16 460 330,61	15 de Junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 26 de Novembro de 1998, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (" ML IV"), alterado em 10 de Março de 2006	17 904 089,68	15 de Setembro de 2018	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 23 de Fevereiro de 2001, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (" ML V/A"), alterado em 10 de Março de 2006	150 000 000,00	15 de Dezembro de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 19 de Dezembro de 2001, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (" ML V/B' "), alterado em 10 de Março de 2006	80 000 000,00	15 de Junho de 2021	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 9 de Maio de 2003, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (" ML V/C"), alterado em 10 de Março de 2006	80 000 000,00	15 de Junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o **ABN Amro Bank, NV** em 20 de Julho de 2004, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	300 000 000,00	20 de Julho de 2024	SIM (cfr. Anexo O)	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,061% Guaranteed Notes due 2026 JP Morgan Securities Ltd / Dezembro 2006, sujeita à lei portuguesa e a jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400 000 000,00	2026	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,789% Guaranteed Notes due 2027 BNP Paribas / Dezembro 2007, sujeita à lei portuguesa e a jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400 000 000,00	2027	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 5,75% Guaranteed Notes due 2019 Barclays Capital, BNP Paribas, Caixa - Banco de Investimento, S.A., Santander Global Banking & Markets/Fevereiro 2009, sujeito à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400 000 000,00	2019	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
TOTAL	2.680.346.222,82									

7.8 Derivados

A Empresa conforme referido na Nota 4.15, contratou swaps de taxa de juro com diversas entidades bancárias, relativamente aos empréstimos bancários afetos às ILD. De acordo com o entendimento do Conselho de Administração da Empresa, apesar de estes não terem sido avalizados pelo Estado Português, foram contratados no âmbito da gestão das infraestruturas de longa duração, pelo que os mesmos se encontram refletidos na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o justo valor dos contratos de swaps afetos às ILD foi determinado de acordo com o descrito na Nota 4.15 e detalha-se como se segue:

Financiamentos bancários derivados			Data			Capital coberto 31.12.2017			Justo valor		
									Justo valor ("N") (contraparte)		
Designação		Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do financiamento associado	31.12.2017	31.12.2016	Variação
BEI (ML A)		BBVA	02/03/2006	05/12/2005	15/12/2017					(58.955)	116 681
		Total de financiamento									
BEI (ML I/2)	2º, 3º E 6º DESEMBOLSOS	BST	30/03/2006	15/03/2006	15/09/2019			11.638.618	(5.312.519)	(10.741.324)	4.196.184
		Total de financiamento				31.258.001	21.593	31.279.594			
BEI (ML III)	1º E 4º DESEMBOLSOS	BBVA	02/02/2006	15/12/2005	15/06/2020			5.819.209	(218.328)	(410.891)	188.751
		Total de financiamento				9.144.628	4.806.456	13.951.084			
BEI (ML IV)	1º, 2º, 3º, 4º E 5º DESEMBOLSOS	BES INV	11/02/2010	15/12/2009	15/09/2018			16.959.129	(353.760)	(1.403.159)	1.382.170
		Total de financiamento				16.959.129	944.961	17.904.090			
BEI (ML V/C)	1º DESEMBOLSO	BST	26/05/2003	16/06/2003	15/06/2022			25.333.333	(3.737.816)	(5.058.276)	716.403
		Total de financiamento				50.666.667	29.333.333	80.000.000			
BEI (REEST+INC CAPITAL)	TRANCHE B	BST	31/05/2007	15/03/2007	15/06/2022				(338.528.822)	(403.997.485)	20.546.501
		Total de financiamento				244.897.161	(244.897.161)				
ABN (SCHULDSCHEIN)	TRANCHE C	BST	25/02/2005	22/07/2005	22/07/2024			100.000.000	(26.863.771)	(31.648.303)	(802.490)
		Total de financiamento				300.000.000		300.008.000			
OBRIGAÇÕES 2026		BBVA	15/12/2006	04/12/2006	04/12/2026			70.000.000	(22.514.178)	(24.548.092)	318.431
OBRIGAÇÕES 2026		MLYNCH	16/07/2010	04/12/2009	04/12/2026			30.000.000	(24.626.316)	(45.657.182)	(12.987.291)
OBRIGAÇÕES 2026		CGD	16/07/2010	04/12/2009	04/12/2026			30.000.000	(24.278.042)	(44.768.457)	(12.529.987)
		Total de financiamento				400.000.000		400.000.000			
OBRIGAÇÕES 2019		CITIBANK	15/01/2010	04/02/2010	04/02/2019			100.000.000	(8.998.569)	(14.802.958)	5.077.442
		Total de financiamento				400.000.000		400.000.000			
						1.452.925.586	(209.790.819)	1.632.885.156	(455.433.023)	(563.094.583)	6.282.794

Financiamentos bancários derivados			Data			Capital coberto 31.12.2017			Justo valor		
									Justo valor ("N") (contraparte)		
Designação		Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do financiamento associado	31.12.2017	31.12.2016	Variação
BEI (ML II)	3º E 5º DESEMBOLSOS	RBS	16/01/2009	15/12/2008	15/12/2019			3.990.383	12.503	23.750	(11.248)
BEI (REEST+INC CAPITAL)	TRANCHE B	CAIXA BI	16/07/2009	15/03/2010	15/06/2022				2.378.000	3.410.000	(1.032.000)
OBRIGAÇÕES 2016		CAIXA BI	28/04/2010	04/12/2009	04/12/2016			100.000.000	21.422.340	23.396.489	(1.974.149)
								103.990.383	23.812.843	26.830.239	(3.017.396)

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados tem impacto nulo no capital próprio da Empresa, dado que o passivo/ativo tem como contrapartida uma conta a receber do Estado na rubrica de ILD.

7.9 Fornecedores

A rubrica de fornecedores, é composta, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito de obras efetuadas com a continuação da política de expansão e modernização/remodelação da rede.

7.10 Outras dividas a pagar

A rubrica de outras dívidas a pagar é composta, essencialmente, pelo gasto com juros de empréstimos, juros de instrumentos financeiros derivados e taxas de aval a liquidar no decurso do exercício seguinte.

8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis da Empresa, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2017

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo								
Saldo inicial	24.287.679	253.615.585	494.195.974	560.863	22.893.359	24.250.919	1.280.148	821.084.527
Aquisições	-	182.602	1.499.266	-	1.029.025	61.795	-	2.772.688
Alienações	-	-	(2.735)	(355.619)	(658 508)	-	-	(1.016.862)
Transferências	-	(20.443.353)	945 019	-	76.098	-	(1.009.820)	(20.432.055)
Abates	-	-	(179.325)	(47.871)	(727.024)	(782)	-	(955.001)
	24.287.679	233.354.835	496.458.200	157.373	22.612.951	24.311.931	270.328	801.453.297
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	216 504.925	388.409.744	558.450	22 566 214	13 509 680	-	641.549.014
Depreciações do exercício	-	9.463.598	12.884.884	2.413	214.249	813.889	-	23.379.032
Alienações	-	-	(182.059)	(355 619)	(630 256)	(777)	-	(1.168.711)
Transferências	-	(7.406.952)	-	-	-	-	-	(7.406.952)
Abates	-	-	-	(47.871)	(751.982)	-	-	(799.853)
	-	218.561.571	401.112.569	157.373	21.398.225	14.322.792	-	655.552.530
Imparidades	-	(23.418)	-	-	-	-	-	(23.418)
Imparidades - Transferências	-	(5.345.636)	-	-	-	-	-	(5.345.636)
	24.287.679	14.816.681	95.345.631	-	1.214.726	9.989.139	270.328	151.269.820

2016

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo								
Saldo inicial	24 287 679	253 605 508	494 157 342	560 863	22 813 658	24 219 697	1 205 777	820 850 524
Aquisições	-	10 077	38 632	-	87 140	31 222	90 700	257 771
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	(16 330)	(16 330)
Abates	-	-	-	-	(7 439)	-	-	(7 439)
	24 287 679	253 615 585	494 195 974	560 863	22 893 359	24 250 919	1 280 148	821 084 527
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	207 402 102	375 449 568	551 218	21 418 572	12 698 143	-	618 519 603
Depreciações do exercício	-	9 517 355	12 960 177	7 232	155 081	811 537	-	23 451 382
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	(7 439)	-	-	(7 439)
	-	216 919 457	388 409 744	558 450	22 566 214	13 509 680	-	641 963 546
Imparidades	-	(414 532)	-	-	-	-	-	(414 532)
	24 287 679	37 110 660	105 786 229	2 411	327 145	10 741 258	1 280 148	179 535 513

No decurso do exercício de 2017 a empresa obteve avaliações de diversos imóveis, resultando uma reversão de imparidade dos mesmos no montante de 23.418 euros.

9 LOCAÇÕES

Locações financeiras

Conforme referido na Nota 4.4. a Empresa regista no seu ativo fixo tangível (Nota 8) os ativos adquiridos em regime de locação financeira. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Empresa é locatária em contratos de locação financeira relacionados, essencialmente, com a aquisição de 55 unidades triplas de tração registados na rubrica de "Ativos fixos tangíveis – equipamento básico".

Os bens detidos em regime de locação financeira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são detalhados conforme se segue:

	2017			2016		
Locações Financeiras - Bens	Montante bruto	Amortização acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Amortização acumulada	Montante líquido
Equipamento básico	299.632.078	214.245.161	85.386.917	299.632.078	206.716.530	92.915.548
	299.632.078	214.245.161	85.386.917	299.632.078	206.716.530	92.915.548

As rendas de locação financeira, das unidades triplas de tração, venceram juros anuais, cuja taxa, em média, se situou em 35,6209%.

O capital em dívida das locações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhado conforme se segue:

	Capital em dívida	
Locações Financeiras	2017	2016
Até 1 ano	3.788.999	3.739.632
Entre 1 ano e 5 anos	7.680.685	15.258.682
	11.469.683	18.998.314

Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2017 a Empresa tem responsabilidades com dez contratos de locação operacional celebrados com o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E. não reconhecidas no balanço (Nota 4.4) no montante de 192.628.706 euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 2017 e 2016 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos	
Locações Operacionais	**2017**	**2016**
Até 1 ano	7.531.329	7.117.038
Entre 1 ano e 5 anos	185.097.378	194.569.409
	192.628.706	**201.686.447**

10 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido na rubrica de "Propriedades de investimento" em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 foi como segue:

	31 de dezembro de 2017					31 de dezembro de 2016				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	22.064.892	8.220.122	5.310.129	8.534.641	8.892.671	1.621.540	780.719	164.230	676.591	714.965
	22.064.892	**8.220.122**	**5.310.129**	**8.534.641**	**8.892.671**	**1.621.540**	**780.719**	**164.230**	**676.591**	**714.965**

Conforme referido na Nota 6, a Empresa transferiu da rúbrica Ativos Fixos Tangíveis o edifício sito na Barbosa *du* Bocage para a rúbrica de propriedade de investimentos.

As propriedades de investimento detidas pela Empresa referem-se a 34 imóveis situados na zona metropolitana de Lisboa, para realojamento de famílias de baixos recursos afetadas pelo programa de expansão da rede e por edifício de escritórios em Lisboa, os quais se encontram a ser depreciados por um período de 50 anos.

O justo valor das propriedades de investimento teve por base uma avaliação por uma entidade especializada e independente. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	31 de dezembro de 2017				31 de dezembro de 2016			
	Rendimentos de rendas (Nota 27)	Gastos directos	Depreciações do exercício	Resultado	Rendimentos de rendas (Nota 27)	Gastos directos	Depreciações do exercício	Resultado
Imóveis arrendados a terceiros	204.662	22.364	66.532	115.765	107.755	16.776	32.452	58.527
	204.662	**22.364**	**66.532**	**115.765**	**107.755**	**16.776**	**32.452**	**58.527**

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Empresa procedeu ao desreconhecimento de perdas por imparidade anteriormente reconhecidas no montante de 199.737 euros. A perda por imparidade transferida do Ativo Fixo Tangível foi no montante de 5.345.636 euros.

11 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos:

	2017									
	Sede	% detida	Activo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	Proporção no resultado	Efeito em resultados	Participação detida
Subsidiárias:										
Terconsult, S A	Lisboa	100,00%	5.837.552	8.741.102	(2.903.550)	3.077.447	(1.570.795)	(1.629.992)	(1.629.992)	- a)
Metrocom, S A	Lisboa	100,00%	3.555.051	683.294	2.871.757	2.802.483	251.630	251.630	251.630	2.871.757 a)
TREM, A C.E.	Lisboa	90,00%	2.385.681	58.155.174	(55.769.494)	2.618.259	2.574.102	2.316.692	2.316.692	- a)
TREM II, A C.E.	Lisboa	90,00%	6.422.326	134.496.808	(128.074.481)	5.105.017	5.078.904	4.571.014	4.571.014	- a)
Associadas:										
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S A	Lisboa	40,00%	1.912.938	1.882.244	30.694,00	1.768.485	30.236	12.094	12.094	12.278
Total de investimento em subsidiárias e associadas									**5.521.458**	**2.884.034**
Empreendimentos conjuntos										
Otlis, A C.E.	Lisboa	14,29%	5.950.266	4.278.188	1.672.078	6.593.052	492.246	70.321	70.321	238.868
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A E.I.E.	Lisboa	5,00%	2.610.350	2.708.595	(98.245)	1.521.356	(98.245)	(4.912)	(4.912)	-
Total Empreendimentos conjuntos										**238.868**
Total										**3.122.902**

a) Entidades a serem consolidadas pelo método integral nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa

	2016									
	Sede	% detida	Activo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	Proporção no resultado	Efeito em resultados	Participação detida
Subsidiárias:										
Ferconsult, S.A.	Lisboa	100,00%	8.547.414	9.432.749	(885.335)	5.613.793	(2.220.590)	(2.220.590)	(2.220.590)	- a)
Metrocom, S.A.	Lisboa	100,00%	3.670.824	1.050.698	2.620.127	2.615.877	285.223	285.223	285.361	2.620.127 a)
TREM, A.C.E.	Lisboa	90,00%	2.892.718	61.236.314	(58.343.596)	2.531.266	2.467.147	2.220.433	2.220.433	- a)
TREM II, A.C.E.	Lisboa	90,00%	7.521.939	140.675.325	(133.153.386)	4.695.680	4.622.426	4.160.183	4.160.183	- a)
Associadas:										
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40,00%	1.646.569	1.646.110	458,40	1.727.152	407	163	183	183
Total de investimento em subsidiárias e associadas									**4.445.573**	**2.620.310**
Empreendimentos conjuntos										
Otlis, A.C.E.	Lisboa	14,29%	5.960.607	4.602.517	1.358.090	5.111.951	478.258	68.323	68.323	194 033
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	5,00%	3.872.038	3.906.381	(34.343)	2.881.818	(34.343)	(1.717)	(1.717)	-
Total Empreendimentos conjuntos										194.033
Total										2.814.343

a) Entidades a serem consolidadas pelo método integral nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa

A participação financeira detida pela Empresa na subsidiária Ferconsult, S.A. encontra-se em 31 de dezembro de 2017 registada pelo método de equivalência patrimonial, tendo esta, registado uma perda no decurso do exercício de 2017 no montante de 1.570.795 euros e foi reconhecida uma provisão no montante de 1.570.795 euros, correspondente ao valor do capital próprio negativo desta subsidiária.

A participação financeira detida pela Empresa no empreendimento conjunto Ensitrans, A.E.I.E. encontra-se a 31 de dezembro de 2017 registado pelo método de equivalência patrimonial, tendo esta, registado uma perda no decurso do exercício de 2017 no montante de 98.245 euros, foi reconhecida uma provisão no montante de 4.912 euros.

O movimento ocorrido nas participações financeiras detidas pela Empresa no decurso do exercício de 2017:

	2017		
	Método da equivalência Patrimonial	Custo	Total
Participações financeiras			
Saldo inicial	3.877.027	-	3.877.027
Aplicação do método da equivalência patrimonial	(1.062.684)	308.559	(754.125)
Saldo final	2.814.343	308.559	3.122.902
Ativo liquido	2.814.343	308.559	3.122.902

12 DERIVADOS

O saldo das rubricas de "Derivados" em 31 de dezembro de 2017 e 2016 corresponde ao justo valor dos contratos de SWAP, determinado pelos bancos contratados, e detalham-se como segue:

						Justo valor ("JV") (contraparte) 31.12.2017		Variação	Justo valor ("JV") (contraparte) 31.12.2016	
Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Activo	Passivo		Activo	Passivo
BSN-CGD (US LEASE)	BST	22/09/2005	01/07/2005	01/01/2019	43 846 560		(5 609 855)	7 586 284		(13 196 139)
BSN-CGD (US LEASE)	CAIXA BI	16/07/2009	01/07/2009	01/01/2019	21 923 280	330 000		(784 000)	1 114 000	
TREM II (2ª TRANCHE)	BST	06/06/2005	23/09/2005	23/09/2022	79 850 569		(103 234 292)	31 012 138		(134 246 430)
					145 620 409	330 000	(108 844 147)	37 814 422	1 114 000	(147 442 569)

De acordo com análise de sensibilidade reportada a 31 de dezembro de 2017, efetuada pelo IGCP e considerando determinadas assunções e pressupostos, o impacto da variação de 1% na taxa de juro no justo valor da carteira de investimentos financeiros detidos pela Empresa, conforme detalhe acima e nos afetos aos ILD (Nota 7.8), seria como segue:

2017	1%	-1%
Justo Valor	99.847.153	(165.017.078)
	99.847.153	(165.017.078)

13 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2017 na rubrica "Outros ativos financeiros - não corrente" inclui: (i) o montante de 28.313.020 euros relativo a um colateral que a Empresa teve de conceder em Abril de 2009, a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC, o qual foi avalizado pelo Estado Português, em resultado da descida do "rating" atribuído à Empresa, sendo que o efeito resultante da variação do justo valor no montante de 211.641 euros, encontra-se registado na rubrica de "Aumentos/reduções de justo valor"; e (ii) o montante de 23.875.570 euros relativo a um colateral que a Empresa constituiu em 2013, em obrigações americanas com a Wilmington Trust em consequência do "downgrade" do rating da Empresa, sendo que o efeito resultante da variação do justo valor no montante de 306.825 euros, encontra-se registado na rubrica de "Aumentos/reduções de justo valor".

Designação	Variação do JV 2017	Variação do JV 2016
Bank of America Leasing & Capital, LCC	211.641	149.280
Wilmington Trust	306.825	434.668
	518.466	**583.948**

Em 31 de dezembro de 2017 a empresa detinha o montante de 280 euros num Fundo de Compensação do Trabalho.

14 INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2017			2016		
Inventários	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:						
Materiais	3.441.117	(299.936)	3.141.181	2.062.371	(299.936)	1.762.435
Ferramentas	20.001	-	20.001	21.159	-	21.159
Produtos de limpeza	26.405	-	26.405	40.120	-	40.120
Combustíveis	22.354	-	22.354	23.805	-	23.805
Títulos transporte	676.484	-	676.484	-	-	-
Outros materiais	173.663	-	173.663	307.223	-	307.223
Artigos promocionais/publicações	16.451	-	16.451	18.527	-	18.527
	4.376.475	**(299.936)**	**4.076.539**	**2.473.205**	**(299.936)**	**2.173.269**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Empresa não tinha inventários à guarda de terceiros, nem existiam naquelas datas, inventários em trânsito e à consignação.

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhado conforme se segue:

Custo das mercadorias vendidas	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	
	2017	2016
Saldo inicial	2.473.205	2.516.331
Compras	6.265.897	2.205.823
Regularizações	45.977	(68.856)
Saldo final	4.376.475	2.473.205
	4.408.604	2.180.092

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercicios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017			
Perdas por Imparidade - Inventários	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Mercadorias	299.936	-	-	299.936
	299.936	-	-	299.936

	2016			
Perdas por Imparidade - Inventários	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Mercadorias	299.936	-	-	299.936
	299.936	-	-	299.936

15 CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2017			2016		
Clientes e Outros créditos a receber	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Clientes	5.925.501	(926.109)	4.999.392	7.403.104	(935.224)	6.467.880
Outros créditos a receber	14.674.481	(3.460.883)	11.213.598	12.964.668	(3.328.910)	9.635.758
	20.599.982	(4.386.992)	16.212.989	20.367.771	(4.264.134)	16.103.637
	20.599.982	(4.386.992)	16.212.989	20.367.771	(4.264.134)	16.103.637

O detalhe de clientes e outras contas a receber é como segue:

	2017	2016
Clientes	**Corrente**	**Corrente**
Ar Telecom	463.383	463.383
Empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	928.438	2.010.660
Multas por cobrar	3.763.745	4.050.124
Outros	769.935	878.936
	5.925.501	**7.403.104**
Imparidade de contas a receber	(926.109)	(935.224)
	4.999.392	**6.467.880**

O saldo da rubrica "Multas por cobrar" corresponde às coimas que estão por cobrar por falta de título de transporte válido, este valor encontra-se compensado em igual montante na rúbrica de "Outras dívidas a pagar" no passivo.

	2017	2016
Outros créditos a receber	**Corrente**	**Corrente**
C.P. - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.E.	495.211	1.174.062
Serviços Municipais Transportes Coletivos Barreiro	3.257.361	3.065.305
Fertagus - Travessia do Tejo, S.A.	149.670	156.134
Secretaria Geral Presidência Conselho de Ministros	121.881	87.992
Receitas de tráfego	4.414.113	3.452.645
Compensação financeira 4_18, Sub23, Social +	913.560	-
Pessoal	384.456	588.267
Empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	4.593.816	3.595.151
Outros	344.413	845.113
	14.674.481	**12.964.669**
Imparidade de outros créditos a receber	(3.460.883)	(3.328.910)
	11.213.598	**9.635.759**
	16.212.989	**16.103.639**

O movimento das perdas de imparidade no decurso dos exercícios de 2017 e 2016 foi como segue:

	2017				
Imparidades	**Saldo inicial**	**Reforço**	**Reversão**	**Utilização**	**Saldo final**
Clientes	935.224	24.304	(33.419)	-	926.109
De outros créditos a receber	3.328.910	132.295	(322)	-	3.460.883
	4.264.134	**156.599**	**(33.741)**	**-**	**4.386.992**

	2016				
Imparidades	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Clientes	933.535	50.792	(49.102)	-	935.224
De outros créditos a receber	3.143.753	185.355	(198)	-	3.328.910
	4.077.288	236.147	(49.300)	-	4.264.134

16 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica do ativo corrente "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

Diferimentos activos	2017	2016
Encargos com contratos de leasing	689,664	924,477
Trabalhos por conta de terceiros	30.442.102	30.438.455
Outros	1.384.593	667.233
Imparidade - Outros gastos a Reconhecer	(634.584)	(634.584)
	31.881.775	31.395.581

A rubrica "Diferimentos ativos - encargos com contratos de leasing", no montante de 689.664 euros, diz respeito a encargos incorridos na realização de contratos de locação operacional celebrados em 1995, 1997, 1999, 2000, 2001 e 2002, os quais são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período dos respetivos contratos.

A rubrica "Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros" inclui, os montantes relativos às obras efetuadas pela Empresa por conta de entidades do sector empresarial do Estado relativamente às quais o Conselho de Administração entende que terá de ser alvo de um de protocolo para regularização da situação.

17 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2017 o capital da Empresa, subscrito e realizado cujo valor não se encontra fixado, mas que naquela data ascendia a 2.368.595.326 euros, é detido na totalidade pelo Estado Português.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi efetuado um aumento de capital no montante de 192.050.802 euros, sendo este valor totalmente subscrito e realizado em dinheiro.

Os resultados líquidos negativos dos exercícios findos entre 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, foram transferidos para a rubrica de "Resultados transitados" nos exercícios subsequentes, apesar das demonstrações financeiras dos exercícios findos naquelas datas não terem ainda sido objeto de aprovação formal em despacho ministerial pela Tutela.

A Empresa recebeu a quantia de 27.808.509 euros, por aplicação do saldo de gerência da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., através do Despacho n.º 344/2017/SEO, de 18 de maio, do Secretário de Estado do Orçamento, ao abrigo do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março. Por despacho conjunto do Ministério das Finanças e do Ambiente, o montante foi concedido a título de cobertura de prejuízos e foi escriturado em resultados transitados.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

18 SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios não afetos aos ILD:

	2017				
Subsídios	Montante total	Montante recebido	Rendimento do período	Rendimento acumulado	Outras variações no capital próprio
Subsídios relacionados com activos:					
FEDER-PRODAC	10.942.882	10.942.882	166.534	10.419.821	523.061
FEDER-QCA	57.126.530	57.126.530	2.411.393	48.812.805	8.313.725
	68.069.412	**68.069.412**	**2.577.927**	**59.232.626**	**8.836.785**

	2016				
Subsídios	Montante total	Montante recebido	Rendimento do período	Rendimento acumulado	Outras variações no capital próprio
Subsídios relacionados com activos:					
FEDER-PRODAC	10.942.882	10.942.882	279.786	10.253.287	689.595
FEDER-QCA	57.126.530	57.126.530	2.411.393	46.401.412	10.725.117
	68.069.412	**68.069.412**	**2.691.178**	**56.654.699**	**11.414.712**

Os subsídios recebidos pela Empresa no âmbito do FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1995 E 1997, visaram financiar investimentos efetuados pela Empresa relativamente aos protótipos PMO II, PMO III e com a série intercalar de 17 UT's, série complementar 95 de 20 UT's e PMO III.

19 PROVISÕES

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017			
Provisões	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Processos judiciais em curso	610.002	40.498	10.000	640.500
Juros a liquidar (nota 32)	108.479.022	10.915.898	119.394.920	-
Impostos	2.305.777	-	-	2.305.777
Cobertura de prejuízos	47.013.663	4.291.354	-	51.305.017
	158.408.464	**15.247.750**	**119.404.920**	**54.251.294**

	2016			
Provisões	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Processos judiciais em curso	1.587.622	610.000	1.587.620	610.002
Juros a liquidar (nota 32)	74.313.700	34.165.321	-	108.479.022
Juro de mora (nota 32)	1.895.538	-	1.895.538	-
Despesas com pessoal	-	2.305.777	-	2.305.777
Cobertura de prejuízos	42.845.814	4.167.849	-	47.013.663
	120.642.674	**41.248.947**	**3.483.158**	**158.408.464**

Em 31 de dezembro de 2017 a Empresa reconheceu provisões no montante de 10.915.898 euros relativas aos juros vencidos e não pagos até abril 2017, na sequência do processo judicial no Tribunal de Londres.

Em 31 de dezembro de 2017 a Empresa reconheceu provisões no montante de 10.915.898 euros relativas aos juros vencidos e não pagos até abril 2017, na sequência do processo judicial no Tribunal de Londres.

Em maio de 2017 foi celebrado entre a Empresa e o Banco Santander Totta, com a concordância do Estado Português, um acordo para terminar o processo judicial no Tribunal de Londres

Em 2016 a Empresa foi notificada pela Autoridade Tributária (AT) a apresentar elementos fiscalmente relevantes referente ao exercício de 2014. Na sequência do processo a AT efetuou uma correção ao IRC de 2014 no montante de 2.305.777 euros, da qual o ML apresentou reclamação graciosa. A 31 de dezembro de 2016 foi constituída uma provisão que se encontra refletida na sub-rubrica de "Impostos" no montante de 2.305.777 euros.

A sub-rubrica de "Cobertura de prejuízos" tem um valor acumulado de 51.305.017 euros, que decorre do valor dos capitais próprios negativos das subsidiárias Trem ACE, Trem II ACE e Ferconsult e do empreendimento conjunto Ensitrans AEIE, sendo que no caso da Trem ACE e da Trem II ACE se consideram capitais próprios ajustados e não os que constam nas contas desses ACE's (evidenciados na Nota 11), contemplando a depreciação do material circulante detido por estes ACE's em quotas constantes. Esta sub-rubrica registou um aumento face a 2016 de 4.291.354 euros em 2017, na sequência:

(i) das perdas apuradas em 2017 na Trem ACE (759.231 euros) e na Trem II ACE (1.958.133 euros), incluindo quer os 90% detidos diretamente pelo ML, quer os 10% detidos por via indireta através da Ferconsult;

(ii) das perdas apuradas em 2017 na Ferconsult, no montante 1.570.795 euros;

(iii) do valor proporcional detido 4.912 euros (1.717 euros em 2016) no resultado líquido negativo de 2017 da Ensitrans AEIE.

20 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos afetos à atividade de exploração em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 detalham-se como se segue:

		2017			2016		
			Montante utilizado			Montante utilizado	
Financiamentos	Entidade financiadora	Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente
Instituições financeiras:							
Empréstimos bancários:							
Emp. LP 613,9 M EUR	D G T F 2011 (parte)	105.974.436	52.987.218	-	105.974.436	52.987.218	-
Emp. LP 648,6 M EUR	D G T F 2012 (parte)	410.833.969	308.125.476	-	410.833.969	308.125.476	-
Emp. LP 412,9 M EUR	D G T F 2013 (parte)	129.885.756	86.590.504	43.295.252	129.885.756	64.942.878	64.942.878
Emp. LP 32,6 M EUR	D G T F 2017 (parte)	15.426.066	-	15.426.066	-	-	-
Descoberto	-	-	-	-	-	84.087	-
Total Empréstimos bancários			447.703.198	58.721.318		426.139.660	64.942.878
Locações financeiras:							
Emp. CP/LP M EUR	Santander Totta	11.469.683	3.788.999	7.680.685	18.998.314	3.739.632	15.258.682
Total de Locações financeiras			3.788.999	7.680.685		3.739.632	15.258.682
Total instituições financeiras			451.492.197	66.402.003		429.879.292	80.201.560

A parcela dos empréstimos bancários classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Ano	Montante
2018	21.647.626
2019	24.218.636
2020 e seguintes	12.855.056
	58.721.318

Em 31 de dezembro de 1998, a Empresa celebrou um contrato de locação financeira, relacionado com 24 UT de material circulante da série ML 95, pelo montante de 124.699.474 euros e com o valor residual de 3% do valor do equipamento, destinado ao financiamento parcial do Plano de Expansão e Modernização da Rede do Metro, o qual tem um prazo de 20 anos e vence juros à taxa EURIBOR a 6 meses menos 0,71%, tendo o Estado Português, na sua qualidade de detentor da totalidade do capital, prestado um aval. A realização do contrato de financiamento ocorreu em 6 de janeiro de 1999. Em 31 de dezembro de 2017, o montante a pagar deste contrato de locação financeira ascende a 15.308.696 euros.

Em 31 de dezembro de 2017 a Empresa utiliza em regime de locação financeira 55 unidades triplas de tração, sendo que os compromissos assumidos com o pagamento de rendas de contratos de locação financeira é como segue:

2017	Corrente	Não corrente	Total
55 Unidades de tracção (nota 7)	3.788.999	7.680.685	11.469.683
	3.788.999	7.680.685	11.469.683

A parcela classificada como não corrente tem o seguinte plano de reembolso:

Anos	Montante
2019 e seguintes	7.680.685
	7.680.685

A Empresa tem vindo a obter, nos últimos meses, em permanente comunicação e coordenação com o seu acionista, linhas adicionais de financiamento para fazer face às responsabilidades de curto prazo, não tendo existido até à data, situações de dívidas bancárias vencidas e não pagas.

O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

De acordo com o orçamento da Empresa para 2018 aprovado pela Assembleia da República Portuguesa e considerado no orçamento de Estado para 2018, encontrava-se previsto: (i) o recebimento de um empréstimo da DGTF no montante de 151.881.702 euros, com o propósito de proceder à liquidação dos juros que se irão vencer no decurso do exercício de 2018 e efetuar o reembolso de empréstimos contratados junto de entidades bancárias, estando previsto que este montante seja convertido num aumento de capital o qual à data de aprovação destas demonstrações financeiras ainda não se encontra concretizado.

O "downgrade" do rating da Empresa bem como de um banco internacional emissor de uma carta de crédito, colocaram o Metropolitano numa situação de incumprimento das cláusulas contratuais relativas às garantias das operações de "US Cross Border Lease", respeitantes ao financiamento do material circulante. Decorrente desta situação a Empresa no decurso no exercício de 2017 tinha concedido um colateral no montante de 23.875.570 euros (Nota 13).

21 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO – PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Conforme mencionado na nota 4.14, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Em 31 de dezembro de 2017, o número de empregados ativos e reformados /pensionistas ascendia a 1.012 e 1.344, respetivamente (1.014 e 1.367 em 31 de dezembro de 2016).

As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos das pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas em função do número de anos ao serviço da Empresa, de contribuições para a Segurança Social e pelo último salário auferido à data da reforma.

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de dezembro de 2003 já não são abrangidos por este plano de pensões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação e benefícios definidos por uma entidade independente.

De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor atual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no ativo e reformados foi estimado em:

	2017	2016
Trabalhadores activos	78.860.745	71.682.164
Reformados	173.767.120	184.056.093
	252.627.865	255.738.256

O aumento verificado no Valor Atual das Responsabilidades com Serviços Passados deve-se em parte, ao facto de ser ter verificado no global, um aumento salarial real em 2017 superior ao previsto.

O estudo atuarial reportado a 31 de dezembro de 2017 foi efetuado utilizando o método denominado por "Projected Unit Credit" e considerou os seguintes pressupostos e bases técnicas e atuariais:

Projected Unit Credit	2017	2016
Tábuas de mortalidade		
Tábua de Mortalidade Masculina	TV73/77-1	TV73/77-1
Tábua de Mortalidade Feminina	TV88/90	TV88/90
Tábuas de invalidez	EKV80	EKV80
Taxas		
Taxa Técnica das Pensões	1,75%	1,75%
Taxa de Crescimento Salarial	1,50%	1,50%
Taxa de Atualização Prestação PRT	1,50%	1,50%
Taxa de desconto	1,75%	1,75%

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões no exercício de 2017 e 2016 foi como se segue:

	2017	2016
Responsabilidades totais no início do período	255.738.256	251.727.101
Custos dos serviços correntes	2.889.482	2.594.771
Custo dos juros	4.475.419	5.034.542
Benefícios pagos no exercício	(12.526.801)	(9.859.529)
Ganhos (perdas) atuariais do exercício	2.051.508	6.241.371
Reponsabilidades totais no fim do período	**252.627.865**	**255.738.256**

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2017, nos montantes de 2.889.256 euros e 4.475.419 euros, respetivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos com o pessoal".

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras o montante de 2.051.509 euros e 6.241.371 euros, respetivamente, relativo a ganhos (perdas) atuariais apuradas no exercício, por contrapartida da rubrica de "Ajustamentos/Outras variações no capital próprio", conforme descrito na sua política contabilística (Nota 4.14).

A evolução dos ganhos (perdas) atuariais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017			
Outras variações no capital próprio	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Ganhos (perdas) atuariais	(4.808.369)	-	2.051.508	(6.859.878)

	2016			
Outras variações no capital próprio	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Ganhos (perdas) atuariais	1.433.001	-	6.241.371	(4.808.369)

Em 31 de dezembro de 2017, as perdas atuariais resultam, essencialmente, do facto do aumento salarial real em 2017 ter sido superior ao previsto.

Em 31 de dezembro de 2017 a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas no balanço.

22 FORNECEDORES

O saldo da rubrica de "Fornecedores" em 31 de dezembro de 2017 e 2016 detalha-se como segue:

Fornecedores	2017	2016
Companhia Carris de Ferro	2.341.765	1.954.931
Edp Comercial	841.514	818.048
VILLAS-BOAS ACP - Corretores Associados de Seguros, Ld	767.439	46.992
Otlis - Operadores de Transportes da Região de Lisboa	89.203	376.398
GRUPO 8- Vigilância e Prevenção Electrónica, Lda	67.285	67.285
ISS - Facility Services - Gestão e Manutenção de Edifíci	83.212	100.007
LIMPERSADO - Limpeza,máquinas e transportes	77.299	-
Iberlim - Sociedade Técnica de Limpezas, S.A.	21.711	75.358
Outros	342.005	606.683
	4.631.433	4.045.701

23 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos

são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Nos termos do artigo 88º do código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos as taxas previstas no artigo mencionado.

O Conselho de Administração entende que, com exceção ao exercício de 2014 para o qual foi constituída uma provisão (nota 19), as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2017		2016	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	1.661.578	-	1.132.158	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	12.262	1.084.838	-	1.003.772
Imposto sobre o valor acrescentado	1.299.643	-	60.109	471.844
Contribuições para a Segurança Social	-	53.236	-	48.590
Outros Impostos	79.675	499.331	2.067.660	388.431
	3.053.159	**1.637.406**	**3.259.927**	**1.912.637**

Em 31 de dezembro de 2017, os montantes referentes ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, correspondem à retenção efetuada no processamento salarial de dezembro de 2017, os quais serão liquidados em janeiro de 2018. As contribuições para a Segurança Social efetuadas no processamento salarial de 2017 foram liquidadas em dezembro de 2017.

24 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhado conforme se segue:

Imposto sobre o rendimento	2017	2016
Imposto corrente	760.557	1.790.340
	760.557	**1.790.340**

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 37.386.360 euros e 125.636.266 euros, respetivamente. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes naquelas datas é conforme se segue:

	2017		2016	
Prejuízos fiscais	Montante	Data limite de utilização	Montante	Data limite de utilização
Gerados em 2012	-	-	88.249.906	2017
Gerados em 2013	33.889.639	2018	33.889.639	2018
Gerados em 2014	3.496.721	2026	3.496.721	2026
	37.386.360		**125.636.266**	

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto do exercício nas demonstrações financeiras é conforme segue:

Imposto sobre o rendimento	2017	2016
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama Estadual *	7,00%	7,00%
Imposto sobre o rendimento corrente	**29,50%**	**29,50%**

* 3% sobre os rendimentos tributáveis entre 1,5M€ e 7,5M€, 5% sobre os rendimentos tributáveis entre 7,5 M€ e 35 M €, 7% sobre os rendimentos tributáveis superiores a 35 M€.

Apresenta-se de seguida a reconciliação da taxa efetiva de imposto para os períodos em análise:

Reconciliação da taxa efetiva de imposto	2017	2016
Resultados antes de impostos	(23.801.492)	(42.350.046)
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
	(4.998.313)	(8.893.510)
Gastos contabilísticos não dedutíveis fiscalmente no ano	(23.209.084)	(30.284.284)
Rendimentos contabilísticos não tributáveis fiscalmente	16.097.796	14.908.145
Prejuízos fiscais deduzidos no ano	4.977.901	10.763.297
Excesso / Insuficiência de estimativa	(1.447.694)	2.812.674
Derrama estadual	286.669	573.807
Tributações autónomas	25.876	17.194
Imposto corrente	(8.266.848)	(10.102.676)
Gasto (rendimento) de imposto	291.761	1.790.340
Taxa efetiva de imposto	**n.a.**	**n.a.**

25 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de "Outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

Outras dívidas a pagar	2017	2016
Pessoal	483.326	575.188
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais	9.448.549	7.918.991
Juros a liquidar	142.186.436	22.017.977
Credores por acréscimos de gastos	363.059	256.540
Fornecedores de investimentos	3.425.687	3.651.877
Multas por cobrar (Nota 15)	4.639.932	4.050.124
Outros	2.057.711	5.045.723
	162.604.700	**43.516.421**

O saldo da rubrica de "Credores por acréscimos de gastos" em 31 de dezembro de 2017 e 2016 respeita, essencialmente, a gastos incorridos pela Empresa com investimentos realizados, relativamente aos quais à data do balanço ainda não havia sido rececionada a respetiva fatura.

O montante de 3.425.687 euros (3.651.877 euros 31 de dezembro 2016) relativo à rubrica de "Fornecedores de investimentos" respeita ao saldo a pagar a fornecedores, relativamente à aquisição de ativos fixos tangíveis, dos quais se destacam: (i) 565.181 euros a pagar à Câmara Municipal de Lisboa; (ii) 1.315.421 euros a pagar à CJC – Engenharia e Projetos.

26 DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica do passivo corrente "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

Diferimentos passivos	2017	2016
Leasings financeiros - mais valias diferidas	293.561	489.267
Rendimento de imóveis	29.703	15.872
Outros acréscimos de rendimentos	89.252	73.038
	412.516	**578.177**

As mais-valias decorrentes dos contratos de leasing financeiro referentes às 14 UT's e 24 UT's encontram-se a ser diferidas pelos períodos de vigência dos mesmos (Nota 30).

27 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhado conforme se segue:

Rédito	2017	2016
Vendas:		
Sucatas	37.699	65.449
Prestação de serviços:		
Bilhetes	52.022.168	47.622.383
Passes	49.669.835	47.114.732
Cartões	3.582.587	3.086.083
Serviços secundários	4.087.921	3.300.448
	109.400.211	101.189.096

O aumento verificado nas receitas em 2017 resulta, essencialmente, pelo aumento do número de passageiros transportados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi atribuída pelo Estado uma compensação financeira para o passe 4_18@escola.tp, sub23@superior.tp e social+ no montante de 2.986.208 euros (2.817.177 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi atribuída pelo Estado uma compensação financeira para o passe 4_18@escola.tp, sub23@superior.tp e social+ no montante de 2.064.149 euros (1.947.310 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA).

28 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é detalhada conforme se segue:

Fornecimentos e serviços externos	2017	2016
Electricidade	8.368.838	7.978.818
Rendas e alugueres	7.564.214	8.042.617
Conservação e reparação	4.548.186	3.461.604
Limpeza, higiene e conforto	2.752.699	2.583.458
Vigilância e segurança	5.035.691	5.071.427
Trabalhos especializados	1.133.607	683.050
Outros	2.760.761	2.692.067
	32.163.996	**30.513.040**

A rubrica de "Rendas e alugueres" inclui, essencialmente, o montante de 6.010.026 euros relativo às rendas dos leasings operacionais (7.920.879 euros em 31 de Dezembro de 2016).

29 GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é detalhada conforme se segue:

Gastos com pessoal	2017	2016
Remunerações dos órgãos sociais	401.851	222.462
Remunerações do pessoal	50.277.320	45.133.691
Benefícios pós-emprego (Nota 21)	7.359.821	7.629.314
Encargos sobre remunerações	11.355.077	10.901.766
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	668.658	688.175
Seguro de saude	842.075	818.725
Gastos de acção social	483.787	214.151
Indemnizações por despedimento	62.244	371.709
Outros	216.406	83.407
	71.667.238	**66.063.399**

A Empresa reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as responsabilidades com pensões nesta rubrica, sendo a responsabilidade com os serviços correntes, no montante de 2.889.482 euros e o custo dos juros, no montante de 4.475.419 euros.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o número médio de trabalhadores foi de 1397 e 1369 pessoas, respetivamente, sendo o número de efetivos no final do exercício de 1408 e 1363 pessoas, respetivamente.

30 OUTROS RENDIMENTOS

O detalhe da rubrica de "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é conforme se segue:

Outros rendimentos	2017	2016
Subsídios ao investimento (Nota 18)	2.577.927	2.691.178
Reconhecimento de mais-valias leasings	195.707	195.707
Venda de energia	188.530	176.319
Diferenças de câmbio	3.379	1.880.244
Rendas de imóveis (Nota 10)	204.662	107.755
Alienação - Ganhos em imobilizado	68.426	-
Correcções relativas a periodos anteriores	109.894	59.635
Excesso estimativa para impostos	1.447.694	-
Outros	235.401	246.590
	5.031.619	5.357.429

O saldo da rubrica "Excesso da estimativa para impostos" é referente ao Imposto sobre o Rendimento Pessoa das Coletivas de 2015.

O saldo da rubrica de "Reconhecimento de mais-valias" é relativo à amortização das mais-valias das 24 UT's, cujo montante a 31 de dezembro de 2017 ascendeu a 195.707 euros. (Nota 26).

O saldo da rubrica "Diferenças de câmbio" é relativo à atualização de dois colaterais que a Empresa constituiu em obrigações americanas (Nota 13).

31 OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é conforme se segue:

Outros gastos	2017	2016
Imposto municipal sobre imóveis	281.762	208.070
Quotizações	59.680	74.510
Perdas em inventários	86.256	147.205
Insuficiência da estimativa para impostos	291.761	2.812.674
Correcções relativas a periodos anteriores	1.373.746	2.795.234
Diferenças de câmbio	7.117.448	-
Alienação - Perdas em imobilizado	9.658	-
Outros	931.034	227.226
	10.151.345	**6.264.920**

O saldo da rubrica "Correções relativas a períodos anteriores", inclui essencialmente o montante de 1.244.939,88 euros, referente a dois contratos de locação financeira com o Deutsche Bank (DB), para aquisição de material circulante, relativamente aos quais foi efetuado um pedido de reembolso do IVA à Administração Tributária Portuguesa (AT) que, depois de proceder a uma análise formal, o remeteu à Administração Tributária alemã. Este pedido não foi aceite pela AT pelo que se desreconheceu o ativo.

32 RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo desta rubrica tem a seguinte decomposição:

Resultados financeiros	2017	2016
Gastos:		
Juros suportados com financiamentos bancários	24.923.288	12.122.145
Juros a liquidar (Nota 19)	10.915.898	32.269.783
	35.839.186	**44.391.928**
Rendimentos de juros:		
Juros obtidos em aplicações financeiras	2.714.695	36.028
Outros	-	1.061.192
	2.714.695	**1.097.219**
Resultados financeiros	**(33.124.491)**	**(43.294.709)**

33 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2017	Contas a receber			Contas a pagar		
Partes relacionadas	Clientes (Nota 15)	IRC - Retenções na fonte	Outros créditos a receber	Fornecedores (Nota 22)	Outras dívidas a pagar	Efeito liquido
Subsidiárias:						
Ferconsult, S.A.	-	79.675	4.546.759	-	113.195	4.513.239
Metrocom, S.A.	211.138	565.118	-	-	-	776.256
Associadas:						
Publimento	639.312	-	-	-	-	639.312
Empreendimentos conjuntos:						
Otlis, A.C.E.	77.988	-	-	89.203	-	(11.215)
Ensitrans A.E.I.E.						-
	928.438	644.793	4.546.759	89.203	113.195	5.917.592

2016	Contas a receber			Contas a pagar		
Partes relacionadas	Clientes (Nota 15)	IRC - Retenções na fonte	Outros créditos a receber	Fornecedores (Nota 22)	Outras dívidas a pagar	Efeito liquido
Subsidiárias:						
Ferconsult, S.A.	-	79.675	3.465.838	-	627.665	2.917.848
Metrocom, S.A.	628.150	440.803	-	-	-	1.068.953
Associadas:						
Publimento	954.112	-	-	-	-	954.112
Empreendimentos conjuntos:						
Otlis, A.C.E.	428.399	59	-	376.398	-	52.060
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	134.807	-	136.839	(2.032)
	2.010.660	520.537	3.600.645	376.398	764.505	4.990.940

O saldo da rubrica "Outras dívidas a pagar", referente à Ferconsult, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, inclui o montante 113.195 euros, os quais encontram-se registados na rubrica de "Atividades de investimentos em infraestruturas de longa duração"

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2017			
Partes relacionadas	Compra de inventários	Compra activos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias:				
Ferconsult, S.A.	-	650.408	340.653	91.147
Metrocom, S.A.	-		4.000	2.027.960
Associadas:				
Publimetro	-	-	-	1.026.187
Empreendimentos conjuntos:				
Otlis, A.C.E.	2.482.874	-	-	7.225.426
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	-	-
	2.482.874	**650.408**	**344.653**	**10.370.720**

	2016			
Partes relacionadas	Compra de inventários	Compra activos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias:				
Ferconsult, S.A.	-	317.840	37.989	23.734
Metrocom, S.A.	-	-	2.027	2.345.981
Associadas:				
Publimetro	-	-	-	1.026.187
Empreendimentos conjuntos:				
Otlis, A.C.E.	1.585.030	-	325.414	5.798.015
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	-	-
	1.585.030	**317.840**	**365.430**	**9.193.917**

34 GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2017, as garantias prestadas pela Empresa ascendiam a 4.242.952 euros, das quais 2.909.668 euros dizem respeito à garantia prestada à Autoridade Tributária (Nota 19).

O detalhe das responsabilidades assumidas pela Empresa relacionadas com garantias prestadas em 31 de dezembro de 2017, é como segue:

2017

Entidade	Montante	Data Início	Beneficiário
Banco BPI	7 494	10-03-2006	TRIB.ADM.F.LX-2ºJUÍZO
Banco BPI	95 482	11-05-2006	FINANÇAS 4ºBAIRRO FISCAL
Banco BPI	13 087	30-03-2010	EDP - SERV.UNIVERSAL, S.A
Banco BPI	1 583	30-06-2010	TRIB.TRIBUT.2ª.INST.LIS
Banco BPI	7 661	17-08-2011	MUNICÍPIO DE LISBOA
Banco BPI	7 500	17-06-2014	PETROGAL
Banco BPI	1 820	01-06-2015	SMAS SINTRA
Banco BPI	438 047	03-07-2015	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab
Banco BPI	760 610	28-04-2016	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab
Banco BPI	2 909 668	21-12-2016	Autoridade Tributária
	4 242 952		

35 PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2017, existem pedidos de indemnizações reclamados à Empresa, no montante de 22.049 euros, os quais referem-se essencialmente, processos de expropriações e danos causados pelos trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede. Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa encontra-se em fase de apuramento do valor total das expropriações, tendo sido registada uma provisão para os processos cujo desfecho é desconhecido até à data de aprovação das demonstrações financeiras. Relativamente aos restantes processos não foi registada em 31 de dezembro de 2017 qualquer provisão, uma vez que, caso aquelas indemnizações sejam pagas, as mesmas virão a ser registadas como encargos com expropriações na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

36 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 20.550 euros.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Dr. Luís Carlos Antunes Barroso

Engª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Carlos Emério Ferreira da Mota

II. Contas Consolidadas

Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e subsidiárias

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	6	5,020,086,976	4,986,145,104
Ativos fixos tangíveis	7	286,281,402	324,932,418
Propriedades de investimento	9	8,534,641	676,591
Ativos intangíveis		3,251	22,460
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	10	251,145	194,216
Clientes	14	303,660	643,754
Derivados	11	330,000	1,114,000
Outros ativos financeiros	12	52,188,819	58,787,571
Total do ativo não corrente		5,367,979,894	5,372,516,114
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	13	4,076,539	2,173,269
Clientes	14	7,004,674	9,478,124
Estado e outros entes públicos	21	3,906,321	4,429,774
Outros créditos a receber	14	39,500,633	41,197,087
Diferimentos	15	2,386,721	1,855,667
Caixa e depósitos bancários	4	32,990,146	35,564,238
Total do ativo corrente		89,865,034	94,698,159
Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)		5,020,086,976	4,986,145,104
Total do ativo afeto à operação (ML)		437,757,952	481,069,169
Total do ativo		5,457,844,928	5,467,214,273
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO E RESERVAS ATRIBUÍVEIS AOS DETENTORES DE CAPITAL:			
Capital subscrito	16	2,368,595,326	2,176,544,524
Reserva legais		21,597	21,597
Outras reservas		1,501,878	1,501,878
Resultados transitados		(1,751,571,377)	(1,733,187,993)
		618,547,424	444,880,006
Resultado líquido do período		(24,500,916)	(44,140,386)
Total do capital próprio		594,046,508	400,739,620
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	6	2,706,575,594	3,070,524,077
Provisões	17	3,899,528	112,752,432
Financiamentos obtidos	18	249,707,299	272,830,266
Outras dívidas a pagar	23	6,294,628	8,816,555
Derivados	11	108,844,147	147,442,569
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	252,627,865	255,738,256
Total do passivo não corrente		3,327,949,060	3,868,104,155
PASSIVO CORRENTE:			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	6	900,000,200	702,149,898
Fornecedores	20	6,621,108	7,883,787
Estado e outros entes públicos	21	1,968,833	2,049,307
Financiamentos obtidos	18	460,816,436	438,937,032
Outras dividas a pagar	23	166,442,784	47,350,474
Total do passivo corrente		1,535,849,360	1,198,370,498
Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)		3,606,575,794	3,772,673,975
Total do passivo afeto à operação (ML)		1,257,222,628	1,293,800,678
Total do passivo		4,863,798,420	5,066,474,653
Total do capital próprio e do passivo		5,457,844,928	5,467,214,273

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Dr. Luís Carlos Antunes Barroso

Dr.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Carlos Emério Ferreira da Mota

Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e subsidiárias

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados	21	111.165.245	106.520.121
Ganhos / perdas imputados de subsidiarias, associadas e empreendimentos	10	(383.828)	51.317
Trabalhos para a própria entidade	3.20	3.630.671	2.766.682
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13	(4.408.604)	(2.180.092)
Fornecimentos e serviços externos	25	(25.778.468)	(25.916.855)
Gastos com o pessoal	26	(74.689.257)	(69.981.611)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	14	(188.570)	(186.596)
Provisões (aumentos / reduções)	17 e 29	295.639	(2.008.750)
Aumentos / reduções de justo valor	11 e 12	38.332.888	26.690.393
Outros rendimentos	27	5.420.794	5.528.603
Outros gastos	28	(10.304.640)	(6.675.014)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**43.091.871**	**34.608.198**
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7 e 9	(33.816.944)	(33.921.908)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	7 e 9	223.155	447.586
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**9.498.082**	**1.133.876**
Juros e rendimentos similares obtidos	29	2.714.695	1.097.521
Juros e gastos similares suportados	29	(35.870.393)	(44.487.537)
Resultado antes de impostos		**(23.657.616)**	**(42.256.140)**
Imposto sobre o rendimento do período	22	(843.300)	(1.884.245)
Resultado líquido consolidado do período		**(24.500.916)**	**(44.140.385)**
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível aos detentores de capital da emp		(24.500.916)	(44.140.385)
		(24.500.916)	**(44.140.385)**

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Dr. Luís Carlos Antunes Barroso

Dr.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Carlos Emério Ferreira da Mota

Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e subsidiárias

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	Total do capital próprio
Posição em 1 de janeiro de 2016		1.818.134.981	21.597	1.501.878	(1.661.383.923)	(65.143.882)	93.130.651	93.130.651
Alterações no período:								-
Aplicação do resultado líquido consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015		-	-	-	(65.143.882)	65.143.882	-	-
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais	19	-	-	-	(6.241.370)	-	(6.241.370)	(6.241.370)
Aumento de capital	16	358.409.544	-	-	-	-	358.409.544	358.409.544
Reconhecimento de perdas acumuladas em subsidiárias e empreendimentos conjuntos	3.2 a)	-	-	-	(418.818)	-	(418.818)	(418.818)
		2.176.544.525	21.597	1.501.878	(1.733.187.993)	-	444.880.007	444.880.007
Resultado líquido consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016		-	-	-	-	(44.140.386)	(44.140.386)	(44.140.386)
Posição em 31 de dezembro de 2016		2.176.544.525	21.597	1.501.878	(1.733.187.993)	(44.140.386)	400.739.621	400.739.620
Posição em 1 de janeiro de 2017		2.176.544.525	21.597	1.501.878	(1.733.187.993)	(44.140.386)	400.739.621	400.739.621
Alterações no exercício:								-
Aplicação do resultado líquido consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016		-	-	-	(44.140.386)	44.140.386	-	-
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais	19	-	-	-	(2.051.508)	-	(2.051.508)	(2.051.508)
Aumento de capital	16	192.050.802	-	-	-	-	192.050.802	192.050.802
Cobertura de prejuízos	16				27.808.509	-	27.808.509	27.808.509
		2.368.595.327	21.597	1.501.878	(1.751.571.378)	-	618.547.424	618.547.424
Resultado líquido consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017		-	-	-	-	(24.500.916)	(24.500.916)	(24.500.916)
Posição em 31 de dezembro de 2017		2.368.595.327	21.597	1.501.878	(1.751.571.377)	(24.500.916)	594.046.508	594.046.508

O anexo faz parte integrante desta demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Dr. Luís Carlos Antunes Barroso

Dr.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Carlos Emério Ferreira da Mota

Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e subsidiárias

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		131.423.944	117.833.668
Pagamentos a fornecedores		(45.046.881)	(34.219.512)
Pagamentos ao pessoal		(66.415.710)	(62.884.892)
Caixa gerada pelas operações		**19.961.353**	**20.729.264**
Pagamento e recebimento do impostos		(6.177.825)	1.110.156
Outros recebimentos / pagamentos		(12.236.861)	(1.485.626)
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]		**1.546.667**	**20.353.794**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		-	1.800
Subsídios de Investimento	6.3	1.137.500	1.670.125
Juros e rendimentos similares		883.377	778.466
Pagamentos respeltantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(6.736.527)	(11.212.550)
Ativos intangíveis		-	(2.697)
Fluxos das atividades de investimento [2]		**(4.715.650)**	**(8.764.856)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Aumentos de capital	16	192.050.802	358.409.543
Juros e rendimentos similares		-	214.007
Financiamentos obtidos		60.392.779	84.087
Pagamentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		(80.643.574)	(238.033.653)
Juros e gastos similares		(171.213.352)	(123.786.117)
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos das atividades de financiamento [3]		**586.655**	**(3.112.133)**
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		**(2.582.328)**	**8.476.805**
Efeito das diferenças de câmbio		8.237	9.385
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	**35.564.237**	**27.078.049**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	**32.990.146**	**35.564.239**

O anexo faz parte integrante desta demonstração consolidada dos fluxos de caixa de 31 de dezembro de 2017.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Dr. Luís Carlos Antunes Barroso

Dr.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Carlos Emério Ferreira da Mota

Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e subsidiárias

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2017	2016
Resultado líquido consolidado do exercício		(24.500.916)	(44.140.385)
Plano de benefícios definidos - perdas atuariais	19	(2.051.508)	(6.241.370)
Reconhecimento de perdas acumuladas em subsidiárias		(47.404)	(1.718)
Outro rendimento integral do exercício		(2.098.912)	(6.243.088)
Total do rendimento integral consolidado do exercício		**(26.599.828)**	**(50.383.473)**

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Dr. Luís Carlos Antunes Barroso

Dr.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Carlos Emério Ferreira da Mota

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017

(Montantes expressos em euros)

1. Nota introdutória

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (adiante designado por "ML" ou "Empresa") é uma entidade pública empresarial, constituída em 1949, com sede social na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 28, em Lisboa, cujo atual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho. Tem por objeto, a título principal, a prestação de atividades e serviços que incidem no transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado Português em 23 de março de 2015.

As demonstrações financeiras consolidadas, que incluem a demonstração consolidada da posição financeira, a demonstração consolidada do resultado, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o presente anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia 21 de setembro de 2018. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelas tutelas setorial e financeira, nos termos do regime jurídico do setor público empresarial.

As demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos a 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016 não foram ainda objeto de aprovação formal pela Tutela. O Conselho de Administração procedeu ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios, conforme as propostas incluídas nos respetivos Relatórios de Gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto de empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados.

A Empresa é a empresa-mãe do Grupo Metropolitano ("Grupo") formado pelo ML e suas subsidiárias (Nota 3.2).

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais ("IFRS"), tal como adotadas na União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2017. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC") ou pelo anterior Standing Interpretations Committee ("SIC"), que tenham sido adotadas na União Europeia.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, ajustados no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir 01 de janeiro de 2017

- **Reconhecimento de Ativos por Impostos Diferidos para Perdas não Realizadas - Alterações à IAS 12 (Regulamento 2017/1989, de 6 de novembro de 2017)**
  - Esta alteração vem clarificar como contabilizar ativos por impostos diferidos relacionados com instrumentos de dívida mensurados ao justo valor.

- **Iniciativa de Divulgação - Alterações à IAS 7 (Regulamento 2017/1990, de 6 de novembro de 2017)**
  - Esta alteração exige que as entidades divulguem informação acerca das alterações nos seus passivos de financiamento de forma a que os investidores possam compreender melhor as alterações ocorridas na dívida da entidade.

- **Melhoramentos anuais: ciclo 2014-2016 (Regulamento 2018/182, de 7 de fevereiro de 2018)**
  - Estes melhoramentos incluem pequenas emendas a três normas internacionais de contabilidade, das quais uma é aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017:
    - IFRS 12 Divulgações de Interesses noutras entidades

Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de janeiro de 2018

- **IFRS 15: Rédito de Contratos com Clientes (Regulamento n.º 2016/1905, de 22 de setembro de 2016)**
  - Esta nova norma aplica-se a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a

contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia dos 5 passos". Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

- **IFRS 9: Instrumentos Financeiros (Regulamento n.º 2016/2067, de 22 de novembro de 2016)**
  - A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A adoção desta norma acarreta, igualmente e em conformidade: (i) alterações das normas (IAS/IFRS) e interpretações (IFRIC/SIC): IAS 1, IAS 2, IAS 8, IAS 10, IAS 12, IAS 20, IAS 21, IAS 23, IAS 28, IAS 32, IAS 33, IAS 36, IAS 37, IAS 39, IFRS 1, IFRS 2, IFRS 3, IFRS 4 Contratos de Seguro, IFRS 5, IFRS 7, IFRS 13, IFRIC 2, IFRIC 5, IFRIC 10, IFRIC 12, IFRIC 16, IFRIC 19, SIC 27; e (ii) revogação da IFRIC 9 Reavaliação de Derivados Embutidos. Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

- **IFRS 16: Locações (Regulamento 2017/1986, de 31 de outubro de 2017)**
  - A IFRS 16 estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação de locações. O objetivo da norma é garantir que os locatários e os locadores fornecem informações pertinentes de uma forma que represente fielmente essas transações, revogando IAS 17 - Locações, assim como um conjunto de interpretações (SIC e IFRIC), nomeadamente: IFRIC 4 - Determinar se um Acordo Contém uma Locação; SIC 15 - Locações Operacionais - Incentivos; e SIC 27 - Avaliação da Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma Locação. Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.

- **Rédito de Contratos com clientes - Clarificações à IFRS 15 (Regulamento 2017/1987, de 31 de outubro de 2017)**
  - Estas alterações à IFRS 15 vieram clarificar alguns requisitos e proporcionar uma maior facilidade na transição para as Entidades que estão a implementar esta Norma. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

- **Aplicar a IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4 Contratos de Seguros - Alterações à IFRS 4 (Regulamento 2017/1988, de 3 de novembro de 2017)**
  - Estas alterações à IFRS 4 dão resposta às preocupações sobre a implementação da nova norma sobre instrumentos financeiros (IFRS 9) antes da implementação da norma sobre contratos de seguros que substituirá a IFRS 4 e que ainda está em desenvolvimento. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

- **Melhoramentos anuais: ciclo 2014-2016 (Regulamento 2018/182, de 7 de fevereiro de 2018)**
  - Os melhoramentos incluem pequenas emendas a três normas internacionais de contabilidade, das quais duas são aplicáveis aos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018:
    - IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das IFRS
    - IAS 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Normas (novas ou revistas) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB) e interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretation Commitee" (IFRIC) e ainda não endossadas pela União Europeia

- **Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto - Alterações à IFRS 10 e à IAS 28**
  - Esta alteração vem clarificar o tratamento contabilístico para transações quando uma empresa-mãe perde o controlo numa subsidiária ao vender toda ou parte do seu interesse nessa subsidiária a uma associada ou empreendimento conjunto contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. Ainda não foi definida a data de aplicação destas alterações e o processo de endosso pela União Europeia apenas será iniciado após confirmação da data de aplicação das alterações pelo IASB.

- **Classificação e Mensuração de transações de pagamentos com base em ações - Alterações à IFRS 2**
  - Estas alterações à IFRS 2 estão relacionadas com aspetos de classificação e de mensuração para um conjunto de aspetos em que as orientações existentes na Norma não eram muito claras. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

- **Adoção da IFRIC 22: *Foreign Currency Transactions and Advance Considerations***
  - A IFRIC 22 estabelece a taxa de câmbio a ser usada em transações que envolvem uma consideração paga ou recebida em adiantado em moeda estrangeira. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta nova interpretação ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

- **Transferências de Propriedades de Investimento - Alterações à IAS 40**
  - As alterações à IAS 40 Propriedades de Investimento vêm clarificar os requisitos relacionados com as transferências, de e para, Propriedades de Investimento. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

- **IFRS 14: Contabilização de Diferimentos Regulatórios**
  - Esta norma permite aos adotantes pela primeira vez das IFRS, que continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com a política seguida no âmbito do normativo anterior. Contudo para permitir a comparabilidade com as entidades que já adotam as IFRS e não reconhecem ativos / passivos regulatórios, os referidos montantes têm de ser divulgados nas demonstrações financeiras separadamente. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, tendo a Comissão Europeia decidido não iniciar o processo de endosso desta norma transitória e aguardar pela norma definitiva a emitir pelo IASB.

- **Adoção da IFRIC 23: *Uncertainty over Income Tax Treatments***
  - Esta interpretação clarifica como devem ser aplicados os requisitos de reconhecimento e de mensuração da IAS 12 quando existem incertezas na contabilização dos impostos sobre o rendimento. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando esta nova interpretação ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

- **IFRS 17: Contratos de Seguros**
  - A IFRS 17 resolve o problema de comparação criado pela IFRS 4 exigindo que todos os contratos de seguros sejam contabilizados de forma consistente, beneficiando assim quer os investidores quer as empresas de seguros. As obrigações de seguros passam a ser contabilizadas usando valores correntes em vez do custo histórico. A informação passa a ser atualizada regularmente, providenciando mais informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

- **Alterações à IFRS 9: Características de pagamentos antecipados com contribuição negativa**
  - Esta alteração à IFRS 9 passa a permitir que determinados os instrumentos se possam qualificar para mensuração pelo custo amortizado ou pelo valor justo através do outro rendimento integral (dependendo do modelo de negócio) ainda que não satisfaçam as condições do teste SPPI. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

- **Alterações à IAS 28: Interesses de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos**
  - Esta alteração vem clarificar que uma entidade deve aplicar a IFRS 9 aos interesses de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos em que o método da

equivalência patrimonial não é aplicado. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

- **Melhoramentos anuais: ciclo 2015-2017**

Os melhoramentos incluem pequenas emendas a três normas internacionais de contabilidade, como segue:

- **IFRS 3 Concentrações de atividades empresariais e IFRS 11 Acordos conjuntos**
- **IAS 12 Impostos sobre o rendimento**
- **IAS 23 Custos de empréstimos obtidos**

Estas emendas serão aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando ainda sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.

- **Alterações à IAS 19: Alteração, corte ou liquidação do plano**
  - Esta alteração exige que uma entidade utilize pressupostos atualizados para a remensuração do custo do serviço corrente e do custo líquido de juros para o período remanescente após a modificação do plano. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

3.2 Princípios de consolidação

a) Participações financeiras em empresas subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas incorporam as demonstrações financeiras da Empresa e das entidades por si controladas (as suas subsidiárias). Entende-se existir controlo quando a Empresa tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, de forma a obter benefícios derivados das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Empresa detém sobre uma entidade.

As subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral, desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais e até ao momento em que esse controlo cessa.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos na demonstração consolidada do rendimento integral desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

Os interesses nos ativos líquidos das subsidiárias que não pertencem ao Grupo (interesses que não controlam) são apresentados no capital próprio, separadamente do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa mãe, na rubrica "Interesses sem controlo". Os interesses sem controlo consistem na quantia desses interesses na data de aquisição e na proporção dos mesmos nas alterações no capital próprio das subsidiárias adquiridas após a data da sua aquisição.

O resultado líquido e cada um dos componentes do rendimento integral são atribuídos ao Grupo e aos interesses sem controlo na proporção da sua detenção (interesse de propriedade), mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controlo. As transações (incluindo as eventuais mais ou menos valias derivadas de alienações entre empresas do Grupo), os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

As alterações no interesse de propriedade do Grupo na subsidiária que não resulte numa perda de controlo são registadas como transações de capital próprio.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. À data de referência destas demonstrações financeiras não existem entidades nesta situação.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as empresas incluídas na consolidação são as seguintes:

		% de capital detida	
Empresa	Sede	2017	2016
Empresa-mãe:			
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Lisboa	n/a	n/a
Subsidiárias:			
Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%
Metrocom, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%
TREM - Aluguer de Material Circulante, ACE	Lisboa	100,00%	100,00%
TREM II - Aluguer de Material Circulante, ACE	Lisboa	100,00%	100,00%

Estas Empresas subsidiárias foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral pela maioria dos direitos de voto.

b) Empreendimentos conjuntos e associadas

O controlo conjunto de uma entidade resulta de uma forma particular de empreendimento conjunto, o qual se traduz na criação de uma entidade que, por via contratual, é conjuntamente controlada pelos vários empreendedores.

A classificação dos investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto e exigem a unanimidade das decisões.

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce uma influência significativa, presumida quando os direitos de votos sejam superiores a 20%, ou quando o Grupo tem o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem todavia exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos e associadas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os empreendimentos conjuntos, as associadas e respetiva proporção no capital detido são as seguintes:

		2017	2016
		% de capital detida	% de capital detida
Empresa	Sede	Directa	Directa
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40,00%	40,00%
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	50,00%	50,00%
Otlis, A.C.E.	Lisboa	14,29%	14,29%

No caso específico da Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E., apesar da percentagem detida pelo Grupo direta ser de 50%, o Conselho de Administração entende que não detém o controlo da mesma, pelo que reconheceu a sua participação de acordo com o método de equivalência patrimonial.

3.3. Atividades de investimento em infraestruturas de longa duração (ILD)

A Empresa ao longo dos anos tem tido a responsabilidade de construção, renovação e gestão das infraestruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado.

A Empresa, até ao exercício de 2009, reconheceu no seu balanço os ativos e passivos afetos aos ILD's em consonância com a interpretação do Decreto-Lei nº 196/1980 de 20 de junho, onde o Estado Português se comprometia a sanear económica e financeiramente a Empresa, nomeadamente em suportar os encargos com os investimentos em ILD's realizados até 31 de dezembro de 1978, sendo ainda referido naquele Decreto-Lei que para os investimentos a realizar após 1 de janeiro de 1979 o Estado fixaria os montantes em dívida que assumiria, disposição esta que nunca veio a ser emitida. Nos exercícios de 2010 e 2011 a Administração entendeu como mais apropriado anular os ativos e passivos afetos aos ILD's pelo que o total do balanço da Empresa, naqueles exercícios foi diminuído de forma significativa. No exercício de 2012, no seguimento do despacho nº 1491/12 da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, a Administração decidiu retomar o registo dos ativos e passivos associados aos ILD's no balanço da Empresa.

Assim, todos os fluxos resultantes desta atividade são registados no balanço nas rubricas de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" e incluem os seguintes itens:

No ativo:

- As infraestruturas de longa duração ("ILD") do domínio público construídas pela Empresa e sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de "Transporte de passageiros" e "Gestão de infraestruturas", as quais incluem as reavaliações livres efetuadas em anos anteriores;
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD, com a natureza de inventários;
- Os montantes de subsídios recebidos para o cofinanciamento da construção de ILD a deduzir aos investimentos em ILD;
- Os encargos financeiros diretamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação de ILD, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto do selo decorrentes da atividade desenvolvida por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo dos ILD durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para fazer face às alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no ativo, nos casos em que o seu justo valor é positivo.

De mencionar que os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis deduzidos de subsídios e imparidades apresentados na rubrica ILD não se encontram a ser depreciados/amortizados (Notas 3.4 e 3.5).

No passivo:

- Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD;
- Os empréstimos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação das ILD, nomeadamente os avalizados pelo Estado;

- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no passivo, nos casos em que o seu justo valor é negativo.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados na demonstração dos resultados no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da atividade de gestão de infraestruturas efetuada pela Empresa.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efetuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos ativos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respetivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de dezembro de 1980. Contudo, tal não ocorreu. Assim, e a partir daquela data, os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Sector Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, consequentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.

Em resultado da alteração da política de reconhecimento aquando da transição para o SNC, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto do selo, taxa de aval e gastos de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou os mesmos à rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

3.4. Ativos fixos tangíveis

Afetos à gestão de infraestruturas (ativos não ILD):

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável).

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

Classe de bens	**Anos**
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico:	
Material circulante de exploração	14 - 28
Material circulante de serviço	10 - 30
Sistema de controlo e telecomunicações	12 - 16
Equipamento de transporte	4 - 5
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	7 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 10

O Conselho de Administração entende que, em qualquer momento, o valor contabilístico dos bens será realizável quer através da sua alienação quer através da sua utilização, no pressuposto da continuidade das operações.

A vida útil e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As grandes reparações são registadas na rubrica de "Ativos fixos tangíveis" respetiva e depreciados no mesmo período de anos do investimento a que respeitam.

As peças sobressalentes principais são reconhecidas como ativos fixos tangíveis quando é expectável que sejam utilizadas por mais do que um período.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Afetos às infraestruturas de longa duração ("ILD"):

Os ativos fixos tangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer.

Os subsídios obtidos para financiamento das atividades de ILD encontram-se a deduzir ao valor dos ativos fixos tangíveis afetos às infraestruturas de longa duração.

Estes ativos não se encontram a ser depreciados.

3.5. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" e incluem essencialmente, estudos para o desenvolvimento da rede, sendo que não se encontram a ser amortizados.

3.6. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Locações em que a Empresa age como locadora:

As situações em que a Empresa age como locadora respeitam aos contratos com os arrendatários dos edifícios e andares detidos pela Empresa.

Estes contratos de arrendamento não têm termo de acordo com a Lei do Arrendamento, e foram celebrados em resultado do processo de realojamento efetuado pela Empresa em resultado das obras realizadas.

De acordo com as respetivas condições estes contratos são classificados como locações operacionais, sendo as remunerações devidas reconhecidas como rendimentos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma, a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade e a depreciação do ativo, sendo calculada conforme descrito na Nota 3.4 e reconhecida na demonstração dos resultados do exercício a que respeita.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.7. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento encontram-se mensuradas ao custo deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

Sempre que, à data da demonstração consolidada da posição financeira, a quantia recuperável da propriedade de investimento seja inferior à correspondente quantia escriturada, é reconhecida a correspondente perda por imparidade na demonstração dos resultados do período correspondente.

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de algum componente da propriedade de investimento é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo registados pelo valor líquido na demonstração dos resultados.

3.8. Imparidade de ativos fixos tangíveis (não ILD)

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Caso exista algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso do Grupo se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram.. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.9. Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos

As participações financeiras em empresas associadas e empreendimentos conjuntos, empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo, são valorizadas pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras em associadas são registadas pelo seu custo de aquisição ajustado após a data de aquisição pelo valor correspondente à participação do Grupo na variação do capital próprio (incluindo o resultado líquido) das associadas após essa data. Por aplicação do método de equivalência patrimonial, a proporção do Grupo no resultado líquido das associadas e empreendimentos conjuntos é registado por contrapartida da demonstração dos resultados e os dividendos recebidos são deduzidos ao valor do investimento.

Os resultados do Grupo incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um

passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, o Grupo retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de mercado.

Os investimentos financeiros em empresas associadas e empreendimentos conjuntos encontram-se detalhados na Nota 10.

3.10. Inventários

Os inventários são mensurados pelo menor de entre o custo e o valor realizável líquido. As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respetivo valor de mercado.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pelo Grupo consiste no custo médio ponderado.

3.11. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(iii) A custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados "ao custo amortizado menos perdas por imparidade" os ativos financeiros que satisfaçam as seguintes condições:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;

- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal. Com exceção dos passivos financeiros classificados como detidos para negociação, todos os passivos financeiros devem ser mensurados pelo custo.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

e) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal

f) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

g) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

h) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos". Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de "Outras dívidas a pagar".

(iv) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria "ao custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados.

No caso concreto da Empresa nesta categoria incluem-se unicamente os instrumentos financeiros derivados os quais não reúnem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura de acordo com as disposições da IAS 39 – Instrumentos Financeiros e os colaterais dados como garantia dos financiamentos.

De acordo com o descrito os ativos e passivos financeiros, foram classificados como segue:

		2017		2016	
Ativos Financeiros	Notas	Justo valor	Custo amortizado	Justo valor	Custo amortizado
Não correntes:					
Clientes	14	-	303.660	-	643.754
Derivados	11	330.000	-	1.114.000	-
Outros ativos financeiros	12	52.188.819	-	58.787.571	-
		52.518.819	**303.660**	**59.901.571**	**643.754**
Correntes:					
Clientes	14	-	7.004.674	-	9.473.124
Estado e outros entes públicos	21	-	3.906.321	-	4.429.774
Outros créditos a receber	14	-	39.500.633	-	41.197.087
Caixa e depósitos bancários	4	-	32.990.146	-	35.564.238
		-	**83.401.774**	-	**90.669.223**
		52.518.819	**83.705.434**	59.901.571	91.312.977

Passivos Financeiros	Notas	2017		2016	
		Justo valor	Custo amortizado	Justo valor	Custo amortizado
Não correntes:					
Financiamentos obtidos	18	-	249.707.299	-	272.830.266
Outros dividas a pagar	23	-	8.836.786	-	8.816.555
Derivados	11	108.844.147	-	147.442.569	-
		108.844.147	**258.544.085**	**147.442.569**	**281.646.821**
Correntes:					
Fornecedores	20	-	6.621.108	-	7.883.787
Estado e outros entes públicos	21	-	1.968.833	-	2.049.307
Adiantamentos de clientes	-	-	280.687	-	21.188
Financiamentos obtidos	18	-	460.816.436	-	438.937.032
Outros dividas a pagar	23	-	165.730.336	-	47.114.823
		-	**635.417.400**	-	**496.006.137**
		108.844.147	**893.961.485**	**147.442.569**	**777.652.958**

3.12. Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição e construção de ativos são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos gerados por financiamentos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumia o princípio de que competia ao Estado Português financiar os ILD no Metro. Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português a Fundo Perdido para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Decorrente deste princípio, a Empresa, regista os encargos financeiros relativos a ILD na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

3.13. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

O Grupo não procedeu ao registo de impostos diferidos e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os ativos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente e os passivos por impostos diferidos corresponderiam a depreciações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e mais-valias fiscais com tributação diferida.

3.14. Subsídios do Governo (não ILD)

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.15. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são registadas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.16. Benefícios pós-emprego

Plano de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, o qual é efetuado de acordo com métodos e pressupostos atuarias internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data de balanço e o gasto com pensões a registar no exercício.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço, representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos anualmente no capital próprio.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

a) Complemento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência;

b) Pré-Reformas.

Cuidados de saúde

A Empresa assumiu ainda responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas no balanço em 31 de dezembro de 2017. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados no ativo, um seguro coletivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos.

3.17. Instrumentos financeiros derivados

O Grupo contrata instrumentos financeiros derivados para os financiamentos contraídos para financiar as atividades relacionadas com a gestão de infraestruturas e os afetos aos ILD.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor sendo, em cada data de relato mensurados pelo justo valor, com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração de resultados, salvo se tais instrumentos forem designados como instrumentos de cobertura designados e eficazes.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, estes não cumprem todos os requisitos da IAS 39 – Instrumentos Financeiros para que seja aplicada a contabilidade de cobertura, pelo que, são considerados como de especulação.

A valorização destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício efetuada de acordo com a valorização dos bancos com os quais foram contratados, com a exceção, até 31 de dezembro de 2016, dos instrumentos financeiros derivados que se encontravam em contencioso com o Banco Santander, sendo que estes se encontravam valorizados de acordo com a valorização determinada pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Divida Pública ("IGCP") que tem como incumbência gerir todas as operações sobre instrumentos derivados da Empresa.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Grupo não classifica nenhum dos instrumentos financeiros derivados como de cobertura, em resultado de não cumprir com os requisitos da IAS 39.

No caso dos instrumentos financeiros derivados contratados pelo Grupo relativamente aos financiamentos associados à atividade de gestão de infraestruturas, caso o justo valor seja positivo é reconhecido como um ativo financeiro na rubrica de "Derivados", caso o justo valor seja negativo, é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica de "Derivados". As alterações de justo valor destes instrumentos financeiros derivados, são reconhecidas na demonstração dos resultados no exercício a que dizem respeito.

No caso dos instrumentos financeiros derivados contratados pelo Grupo, relativamente aos financiamentos contratados para financiar a atividade dos ILD, encontram-se reconhecidos na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" no ativo ou passivo consoante o agregado do justo valor dos diversos instrumentos financeiros à data de relato seja positivo ou negativo, respetivamente, registado por contrapartida de uma conta a receber/a pagar dentro da rubrica de ILD, pelo que o efeito das variações de justo valor no capital próprio do Grupo é, neste caso, nulo.

3.18. Classificação da demonstração consolidada da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de relato, são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

3.19. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

• O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

• É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Grupo;

• Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

• A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços compreende, essencialmente, as receitas da venda de títulos de transporte na rede própria, bem como a repartição do produto da venda de passes sociais intermodais utilizáveis na rede própria e em outros transportes públicos urbanos e suburbanos explorados por outros operadores, sendo os preços de venda destes, fixados pelo Estado, e ainda o rédito proveniente dos projetos de consultoria.

O Grupo reconhece as receitas relacionadas com a prestação de serviços da seguinte forma:

• Passes intermodais - As receitas originadas pelos passes intermodais vendidos pela Empresa e outros operadores de transportes, são afetas a cada um dos operadores com base numa distribuição mensal determinada pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes ("IMT, I.P.").

Esta distribuição é calculada de acordo com índices estatísticos que tomam em linha de conta o nível de utilização dos serviços do Grupo e de cada um dos outros operadores.

• Títulos de uso esporádico – as receitas originadas por estes títulos são repartidas em função das utilizações à exceção do bilhete Carris/ML 24 horas que tem quota definida.

• Estudos e realização de projetos de consultoria – O Grupo reconhece o rédito dos projetos em regime de "time and materials" na data da prestação dos serviços (percentagem de acabamento), usualmente com base no custo das horas incorridas mensalmente pela equipa afeta ao projeto. O rédito dos restantes projetos é reconhecido de acordo com a execução do contrato, através do método da percentagem de acabamento, com base nos gastos totais incorridos, estimativa de gastos a incorrer para a conclusão do contrato, e o montante global de faturação acordada.

A diferença ente o montante do rédito assim determinado e o valor faturado é registado na rubrica de "Outros créditos a receber" ou na rubrica de "Outros dividas a pagar".

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As compensações tarifárias, não reembolsáveis, são atribuídas pelo Estado à Empresa, para compensar a sua operação em cumprimento das obrigações de serviço público, as quais são registadas no exercício em que são atribuídas.

3.20. Gastos departamentais incluídos nos ILD

Os gastos internos de funcionamento dos diversos serviços de gestão que não trabalham exclusivamente para o investimento, são imputados na percentagem de 10% ao valor dos investimentos em curso.

Estes gastos são imputados aos investimentos de infraestruturas de longa duração – ILD, aos equipamentos e estudos para o material circulante de exploração e parques de material e oficinas (ativos financiados pelo Grupo) (Nota 6 e 7), por serem estes os de execução mais prolongada, tecnicamente mais complexos e, consequentemente, carecem de uma gestão mais intensa em meios humanos.

3.21. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional do Grupo) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.22. Regime do acréscimo (periodização económica)

O Grupo regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.23. Política de gestão de risco

No desenvolvimento da sua atividade o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O

programa de gestão de risco global do Grupo é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é controlada pelo departamento financeiro da Empresa, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de crédito.

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional do Grupo é desenvolvida em Portugal e consequentemente a grande maioria das suas transações são mantidas em Euros. A política de cobertura deste risco específico passa por evitar na medida, do possível, a contratação de serviços expressos em divisas.

b) Risco de liquidez

As necessidades de tesouraria são geridas duma forma adequada, gerindo os excessos e défices de liquidez. As necessidades de tesouraria são cobertas por financiamento avalizados pelo Estado Português ou diretamente pelo Estado Português, através de indemnizações compensatórias não reembolsáveis e dotações de capital.

c) Risco de taxa de juro

As receitas e "cash-flows" do Grupo são influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades do Grupo e os eventuais financiamentos concedidos a outras empresas do Grupo, se encontram dependentes da evolução das taxas de juro em Euro, as quais têm, historicamente, uma volatilidade baixa.

Análise de sensibilidade da taxa de juro

A análise de sensibilidade abaixo foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros derivados existentes à data de relato. Para os ativos e passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o montante de juros a receber ou a pagar, dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis e, no caso de taxas fixas contratadas no período em análise, as alterações da taxa de juro afetam também esta componente;
- As alterações nas taxas de juro do mercado só influenciam o montante de juro a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros com taxa fixa, se os mesmos forem registados pelo seu justo valor;
- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o justo valor dos derivados;

- O justo valor dos instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros é estimado descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano; e,
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

As análises de sensibilidade pressupõem a alteração de uma variável mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar correlacionadas.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 1% nas taxas de mercado para os instrumentos financeiros derivados, a 31 de dezembro de 2017, resultaria num aumento de 99.847.153 euros aproximadamente e uma diminuição de 165.017.078 euros aproximadamente no resultado antes de imposto (157.915.945 Euros e 230.143.234 Euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2016).

3.24. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram os seguintes:

a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;

b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;

c) Perda por imparidade de contas a receber - são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber;

d) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados – no final de cada exercício é determinado pela entidade com a qual os mesmos foram contratados.

e) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma – no final de cada exercício é obtida a avaliação atuarial das responsabilidades com pensões preparada pelo atuário.

3.25. Segmentos operacionais

Os segmentos operacionais são reportados em conformidade com a informação utilizada internamente pelos órgãos de gestão do Grupo.

3.26. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data de relato que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data de relato ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events") são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas, se forem considerados materiais.

4. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, detalha-se conforme se segue:

Fluxos de Caixa	2017	2016
Numerário	18.066	48.730
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	32.972.080	35.515.508
Caixa e depósitos bancários	32.990.146	35.564.238

5. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Em 31 de dezembro de 2017, a empresa procedeu à alteração da classificação de um edifício sito na Avenida Barbosa du Bocage de Ativos Fixos Tangíveis para a rúbrica de propriedades de investimento.

	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade	Valor Contabilístico
Barbosa *du* Bocage	21.001.959	7.965.558	5.043.401	7.993.000

6. Investimentos de infraestruturas de longa duração

O saldo apresentado na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" decorre da atividade de investimentos de infraestruturas efetuada pelo Grupo, sendo a sua decomposição por rubricas de ativos e passivos como segue:

	Notas	2017	2016
Actividades de investimento de ILD:			
Ativo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	6.1	3.111.500.240	3.106.959.933
Activos intangíveis	6.2	6.955.344	6.938.284
Subsídios	6.3	(993.493.360)	(992.355.860)
Conta a receber Estado	6.4	2.871.311.908	2.837.772.507
Derivados	6.8	23.812.843	26.830.239
		5.020.086.976	**4.986.145.104**
Ativo corrente:			
Outras contas a receber	6.6	-	-
		-	-
Total do ativo		**5.020.086.976**	**4.986.145.104**
Passivo não corrente:			
Provisões	6.5	20.816.971	155.596.149
Financiamentos obtidos	6.7	2.230.326.599	2.331.833.345
Derivados	6.8	455.432.023	583.094.583
		2.706.575.594	**3.070.524.077**
Passivo corrente:			
Fornecedores	6.9	1.671.865	1.466.104
Financiamentos obtidos	6.7	692.441.762	645.279.388
Outras dividas a pagar	6.10	205.886.573	55.404.405
		900.000.200	**702.149.898**
Total do passivo		**3.606.575.794**	**3.772.673.974**
Total ILD liquido		**1.413.511.182**	**1.213.471.129**

A variação do saldo líquido da rubrica de ILD face a 31 de dezembro de 2017 resulta, essencialmente, dos seguintes factos:

- Juros incorridos no exercício de 2017 por conta dos financiamentos obtidos no montante de 142.902.924 euros (Nota 6.4.1.);
- Justo valor dos instrumentos financeiros no montante de (124.645.163) euros (Nota 6.8);
- Provisões para processos judiciais em curso no montante de 15.317.618 euros (Nota 6.5).

6.1. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2017					
Activo Bruto	Saldo Inicial	Reavaliações	Saldo Inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos fixos tangíveis ILD's	**3.261.886.622**	**(199.793.426)**	**3.062.824.614**	**2.247.793**	**39.220.380**	**3.104.292.787**
Terrenos e recursos naturais	15.867.385	(2.388.442)	13.478.943	-	32.111	13.511.055
Edifícios e outras construções	2.791.933.843	(177.041.447)	2.615.623.814	768.417	26.093.983	2.642.486.214
Equipamento básico	454.085.394	(20.363.537)	433.721.857	1.479.376	13.094.286	448.295.519
Activos fixos tangíveis em curso	**43.267.328**	**-**	**43.267.328**	**2.232.628**	**(39.204.411)**	**6.295.544**
Terrenos e recursos naturais	32.112	-	32.112	-	(32.111)	-
Edifícios e outras construções	29.238.899	-	29.238.899	2.015.692	(26.060.058)	5.194.534
Equipamento básico	13.996.318	-	13.996.318	216.935	(13.112.242)	1.101.010
Adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis			**1.595.855**	**-**	**7.938**	**1.603.793**
Perdas por Imparidade Edifícios e outras construções			**(727.865)**	**35.980**	**-**	**(691.885)**
Total do activo fixo tangível bruto ILD's	**3.305.153.951**	**(199.793.426)**	**3.106.959.933**	**4.516.400**	**23.907**	**3.111.500.240**

	31 de Dezembro de 2016					
Activo Bruto	Saldo Inicial	Reavaliações	Saldo Inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos fixos tangíveis - ILD's	**3 210 053 514**	**(199 793 426)**	**3 010 991 506**	**1 249 462**	**50 583 647**	**3 062 824 614**
Terrenos e recursos naturais	15 867 385	(2 388 442)	13 478 943	-	-	13 478 943
Edifícios e outras construções	2 741 062 764	(177 041 447)	2 564 752 735	1 011 083	49 859 996	2 615 623 814
Equipamento básico	453 123 365	(20 363 537)	432 759 828	238 378	723 651	433 721 857
Activos fixos tangíveis em curso	**85 171 373**	**-**	**85 171 373**	**8 663 272**	**(50 567 317)**	**43 267 328**
Terrenos e recursos naturais	32 112	-	32 112	-	-	32 112
Edifícios e outras construções	74 974 249	-	74 974 249	4 124 646	(49 859 996)	29 238 899
Equipamento básico	10 165 012	-	10 165 012	4 538 626	(707 321)	13 996 318
Adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis			**3 172 769**	**-**	**(1 576 914)**	**1 595 855**
Perdas por Imparidade Edifícios e outras construções			**(731 418)**	**4 178**	**(625)**	**(727 865)**
Total do activo fixo tangível bruto - ILD's	**3 295 224 887**	**(199 793 426)**	**3 098 604 230**	**9 916 912**	**(1 559 960)**	**3 106 959 933**

As adições ocorridas no exercício findo a 31 de dezembro de 2017 na rubrica de "Ativos fixos tangíveis", no montante de 802.342 euros referem-se, essencialmente, à remodelação da rede, com 612.319 euros, e ao empreendimento Amadora/Reboleira 184.535 euros.

As adições ocorridas no exercício findo a 31 de dezembro de 2017 na rubrica de "Ativos fixos tangíveis em curso", em (a) Edifícios e outras construções, no montante de 2.015.692 euros, referem-se essencialmente ao empreendimento Rato/Cais do Sodré e à remodelação da rede, nos montantes de 784.931 euros e 1.155.304 euros, e (b) Equipamento básico, o montante de 216.935 euros, refere-se essencialmente à remodelação da rede.

No valor de custo dos ativos fixos tangíveis (incluindo os que se encontram em curso), em 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontram-se incluídos os seguintes gastos departamentais:

Gastos capitalizados	2017			2016		
	Tangível	Tangível em curso	Total	Tangível	Tangível em curso	Total
Gastos departamentais	71.552.906	11.335.358	82.888.264	70.412.835	10.286.945	80.699.779
	71.552.906	11.335.358	82.888.264	70.412.835	10.286.945	80.699.779

6.2. Ativo intangível

Durante os exercícios findos em 2017 e 2016 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2017			
Activo Bruto	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos intangíveis - ILD's:				
Despesas de investigação e desenvolvimento	4.574.690	43.790	194.100	4.812.580
Despesas de instalação	2.019.827	-	-	2.019.827
Activos intangíveis em curso	343.767	7.195	(228.025)	122.937
Total do activo intangível bruto - ILD's	6.938.284	50.986	(33.925)	6.955.344

	31 de Dezembro de 2016			
Activo Bruto	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos intangíveis - ILD's:				
Despesas de investigação e desenvolvimento	3 907 846	-	666 844	4 574 690
Despesas de instalação	2 019 827	-	-	2 019 827
Activos intangíveis em curso	1 008 903	1 708	(666 844)	343 767
Total do activo intangível bruto - ILD's	6 936 576	1 708	-	6 938 284

6.3. Subsídios

O montante ocorrido na rubrica de subsídios no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi como se segue:

	31 de Dezembro de 2017			
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Feder	229.464.397	-	-	229.464.397
Piddac	181.734.005	1.137.500	-	182.871.505
Fundo Coesão	376.640.062	-	-	376.640.062
Subsídios diversos	204.517.396	-	-	204.517.396
Total de subsídios	992.355.860	1.137.500	-	993.493.360

O aumento verificado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 no montante de 1.137.500 euros respeita aos subsídios atribuídos no âmbito do PIDDAC para a remodelação da rede.

6.4. Conta a receber do Estado

Esta rubrica refere-se à conta a receber do Estado Português relativamente às atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, sendo que a sua composição é como segue:

Descrição	Notas	2017	2016
Derivados	6.8	431.619.181	556.264.343
Provisões	6.5	170.913.768	155.596.149
Juros, taxa de aval e imposto de selo	6.4.1	1.957.191.295	1.814.288.370
Gastos de emissão	6.4.1	20.230.150	20.230.150
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	6.4.1	289.555.301	289.555.301
Perdas por Imparidade em ativos fixos tangíveis	6.4.2	691.885	727.865
Encargos financeiros capitalizados	6.4.3	(3.495.216)	(3.495.216)
Trabalhos Especializados	6.4.4	2.563.836	2.563.836
Perdas por imparidade em dívidas a receber	6.6	2.041.708	2.041.708
		2.871.311.908	2.837.772.507

6.4.1. Gastos com empréstimos

A rubrica de gastos de empréstimos refere-se aos encargos suportados com empréstimos contraídos pela Empresa para o financiamento da atividade de investimentos e infraestruturas de longa duração que não foram passíveis de capitalização nas ILD construídas.

Até 2009, os encargos financeiros suportados com as ILD's que não foram passiveis de ser capitalizados nas mesmas encontravam-se a ser reconhecidos na demonstração dos resultados. Com efeitos no exercício de 2010 (reexpresso), no decurso da transição para as NCRF, a Empresa decidiu recapturar o valor desses encargos financeiros para os poder acrescer à rubrica de "Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração – Gastos de empréstimos", seguindo o princípio descrito na Nota 3.20 relativamente aos encargos financeiros no montante de, aproximadamente, 1.017.000.000 euros incorridos de 1995 até 2008, a Empresa procedeu à sua quantificação com base nos registos contabilísticos disponíveis. Contudo, e no que respeita aos encargos financeiros incorridos, anteriores a 1995, e por manifesta dificuldade de se proceder à sua quantificação, o Conselho de Administração optou por registar o valor de 289.555.301 euros que permitiu saldar as rubricas ativas e passivas de ILD em 31 de dezembro de 2009, como sendo a estimativa possível, àquela data, dos juros e outros encargos incorridos e anteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados até 1995.

6.4.2. Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis

No decurso do exercício de 2017 a Empresa obteve uma avaliação dos imóveis, a qual foi efetuada por uma entidade especializada e independente, da qual resultou o registo de uma reversão de perda por imparidade 35.980 euros.

6.4.3. Encargos financeiros capitalizados

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os encargos financeiros capitalizados nas rubricas de "Ativo intangível", "Ativo fixo tangível" e "Ativo tangível em curso" detalha-se como segue:

	31 de Dezembro de 2017				31 de Dezembro de 2016			
Descrição	Intangível	Tangível	Em curso	Total	Intangível	Tangível	Em curso	Total
Gastos com empréstimos	152.981	298.092.776	11.774.179	310.019.936	155.989	297.841.263	11.753.181	309.750.433

6.4.4. Trabalhos especializados

Na sequência do processo que se encontravam a decorrer num Tribunal de Londres, interposto por uma instituição financeira e o Estado Português, no exercício de 2016 foram reconhecidos os honorários com Advogados relativo aos instrumentos financeiros derivados que se encontram afetos à atividade de ILD.

6.5. Provisões

O montante de 20.816.971 euros, em 31 de dezembro de 2017, (155.596.149 euros em 31 de dezembro de 2016), é referente à provisão constituída para fazer face a processos intentados que se encontravam em fase de resolução em resultado dos investimentos efetuados.

6.6. Outros créditos a receber

A rubrica de "Clientes" em 31 de dezembro de 2017 inclui um montante de 2.041.708 euros que respeita a uma multa contratual correspondente ao débito efetuado ao empreiteiro na sequência de atrasos na entrega da empreitada de ampliação e remodelação da estação do Areeiro, a qual foi objeto do registo de uma perda de imparidade por contrapartida da rubrica de ILD.

6.7. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos afetos à atividade dos ILD em 31 de dezembro de 2017 e 2016 detalham-se como se segue:

		2017				2016			
	Entidade financiadora	Limite	Corrente	Não corrente	Total	Limite	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigaccionistas:									
Emissão Metro 2019	Barclays	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
Emissão Metro 2025	DBI, AG	110.000.000	-	110.000.000	110.000.000	110.000.000	-	110.000.000	110.000.000
Emissão Metro 2026	JP Morgan	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
Emissão Metro 2027	BNPP	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
			-	1.310.000.000	1.310.000.000		-	1.310.000.000	1.310.000.000
Empréstimos bancários:									
ML A	BEI	-	-	-	-	57.193.405	3.183.611	-	3.183.611
ML I/2	BEI	234.435.012	15.600.000	15.679.594	31.279.594	234.435.012	16.300.000	31.279.594	47.579.594
ML II	BEI	74.819.685	4.987.979	4.987.979	9.975.958	74.819.685	4.987.979	9.975.958	14.963.937
ML III	BEI	54.867.769	5.358.000	8.593.084	13.951.084	54.867.769	5.584.000	13.951.084	19.535.084
ML II/B	BEI	99.759.579	6.650.639	13.301.278	19.951.916	99.759.579	6.650.639	19.951.916	26.602.555
ML II/C	BEI	54.867.769	3.657.851	12.802.479	16.460.331	54.867.769	3.657.851	16.460.331	20.118.182
ML IV	BEI	169.591.285	17.904.090	-	17.904.090	169.591.285	22.400.000	17.904.090	40.304.090
ML I/3	BEI	124.699.474	14.579.180	71.424.386	86.003.566	124.699.474	8.738.497	86.003.566	94.742.062
ML I/3B	BEI	74.819.685	2.764.838	72.054.847	74.819.685	74.819.685	-	74.819.685	74.819.685
ML V/A	BEI	150.000.000	-	150.000.000	150.000.000	150.000.000	-	150.000.000	150.000.000
ML V/B	BEI	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000
ML V/C	BEI	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (parte)	507.957.564	253.978.782	-	253.978.782	507.957.564	253.978.782	-	253.978.782
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (parte)	237.747.877	178.310.908	-	178.310.908	237.747.877	178.310.908	-	178.310.908
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF (parte)	282.974.244	188.649.496	94.324.748	282.974.244	282.974.244	141.487.122	141.487.122	282.974.244
Emp. LP 32,6 M EUR	DGTF (parte)	17.158.204	-	17.158.204	17.158.204	-	-	-	-
			692.441.762	620.326.599	1.312.768.361		645.279.388	721.833.345	1.367.112.733
Outros empréstimos obtidos:									
Schuldschein	ABN AMRO	300.000.000	-	300.000.000	300.000.000	300.000.000	-	300.000.000	300.000.000
				300.000.000	300.000.000			300.000.000	300.000.000
Total de empréstimos obtidos			692.441.762	2.230.326.599	2.922.768.361		645.279.388	2.331.833.345	2.977.112.733

O empréstimo por obrigações "Metro 2019" foi contraído em 4 de fevereiro de 2009, por um período de dez anos, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

O empréstimo por obrigações "Metro 2025" foi contraído em a 23 de dezembro de 2010 por um período de quinze anos, "bullet", à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Empresa contraiu um empréstimo por obrigações no montante de 85.000.000 euros, por um período de 15 anos, com a garantia pessoal do Estado Português o qual, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 teve um reforço de 25.000.000 euros. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

O empréstimo por obrigações "Metro 2026" foi contraído em 4 de dezembro de 2007 por um período de vinte anos, à taxa "bullet", à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Inglesa.

O empréstimo por obrigações "Metro 2027", foi contraído em 7 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos "bullet", à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do "subscription agreement" que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 507.957.564 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2013.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 237.747.877 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 282.974.244 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 6 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2015.

Por Despacho do Senhor Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças n.º 45/18-SEATF, de 1 de fevereiro, foi concedida uma moratória no pagamento do serviço da dívida dos empréstimos supra indicados. No âmbito da referida moratória o serviço da dívida não está sujeito ao pagamento de juros.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 32.584.270 euros, dos quais 17.158.204 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de

Longa Duração (ILD), pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2019.

Em 31 de dezembro de 2017, os empréstimos por obrigações classificados como não corrente, têm o seguinte plano de amortizações:

Anos	Montante
2019	400.000.000
2025 e seguintes	910.000.000
	1.310.000.000

A parcela dos empréstimos bancários e outros empréstimos obtidos classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Anos	Montante
2019	121.524.651
2020	266.536.672
2021	142.723.659
2022	83.822.216
2023 e seguintes	305.719.401
	920.326.599

Em 31 de dezembro de 2017 os financiamentos obtidos que têm associados covenants, nomeadamente, os que se encontram associados ao "rating" da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, detalham-se como segue:

CONTRATO	Montante em Dívida a 31-12-2017 (€)	PRAZO	NEGATIVE PLEDGE (SIM /NÃO)	PARI PASSU (SIM / NÃO)	OWNERSHIP CLAUSE (SIM / NÃO)	RATING DOWNGRADE (SIM/NÃO)	GROSS UP (SIM / NÃO)	CROSS DEFAULT	DESPESAS/IMPOSTO DO SELO (SIM/NÃO)	OUTRAS CLÁUSULAS RELEVANTES / COMENTÁROS
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 28 de Outubro de 1994, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (" **ML I/2**"), alterado em 10 de Março de 2006	31.279.594,03	15 de Setembro de 2019	NÃO	NÃO	NAO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 16 de Dezembro de 1994, sujeito a lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (" **ML II**")	9.975.957,81	15 de Dezembro de 2019	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 7 de Setembro de 1995, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (" **ML III**"), alterado em 10 de Março de 2006	13.951.084,02	15 de Junho de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 18 de Dezembro de 1995, sujeito a lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (" **ML II/B**")	19.951.916,20	15 de Dezembro de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 28 de Outubro de 1996, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (" **ML I/3**"), alterado em 10 de Março de 2006	86.003.565,91	15 de Setembro de 2021	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (**" ML I/3 B"**), alterado em 10 de Março de 2006	74.819.684,56	15 de Setembro de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 14 de Julho de 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (" **ML II/C**")	16.460.330,61	15 de Junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 26 de Novembro de 1998, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa **(" ML IV")**, alterado em 10 de Março de 2006	17.904.089,68	15 de Setembro de 2018	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 23 de Fevereiro de 2001, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (" **ML V/A**"), alterado em 10 de Março de 2006	150.000.000,00	15 de Dezembro de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 19 de Dezembro de 2001, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (" **ML V/B**"), alterado em 10 de Março de 2006	80.000.000,00	15 de Junho de 2021	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 9 de Maio de 2003, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (" **ML V/C**"), alterado em 10 de Março de 2006	80.000.000,00	15 de Junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o **ABN Amro Bank**, NV em 20 de Julho de 2004, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	300.000.000,00	20 de Julho de 2024	SIM (clr. Anexo D)	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,061% Guaranteed Notes due 2026 JP Morgan Securities Ltd / Dezembro 2006, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400.000.000,00	2026	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,799% Guaranteed Notes due 2027 BNP Paribas / Dezembro 2007, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400.000.000,00	2027	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 5,75% Guaranteed Notes due 2019. Barclays Capital, BNP Paribas, Caixa - Banco de Investimento, S.A., Santander Global Banking & Markets/Fevereiro 2009, sujeita a lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400.000.000,00	2019	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
TOTAL	2.080.346.222,82									

6.8. Derivados

A Empresa conforme referido na Nota 3.17, contratou swaps de taxa de juro com diversas entidades bancárias, relativamente aos empréstimos bancários afetos às ILD. De acordo com o entendimento do Conselho de Administração da Empresa, apesar de estes não terem sido avalizados pelo Estado Português, foram contratados no âmbito da gestão das infraestruturas de longa duração, pelo que os mesmos se encontram refletidos na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o justo valor dos contratos de swaps afetos às ILD foi determinado de acordo com o descrito na Nota 3.17 e detalha-se como se segue:

Financiamentos bancários derivados			Data			Capital coberto 31.12.2017			Justo valor		
									Justo valor ("N") (contraparte)		
Designação		Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do financiamento associado	31.12.2017	31.12.2016	Variação
B E I (ML A)		BBVA	02/02/2006	05/12/2005	15/12/2017				-	(58.955)	126.681
		Total de financiamento									
B E I (ML I/2)	2º, 3º E 6º DESEMBOLSOS	BST	30/03/2006	15/03/2006	15/09/2019			11.638.618	(5.312.519)	(10.741.324)	4.196.184
		Total de financiamento				31.258.001	21.593	31.279.594			
B E I (ML III)	1º E 4º DESEMBOLSOS	BBVA	02/02/2006	15/12/2005	15/06/2020			5.819.309	(218.228)	(410.391)	188.751
		Total de financiamento				9.144.628	4.806.456	13.951.084			
B E I (ML IV)	1º, 2º, 3º, 4º E 5º DESEMBOLSOS	BES INV	11/02/2010	15/12/2009	15/09/2018			16.959.129	(353.760)	(1.403.159)	1.382.170
		Total de financiamento				16.959.129	944.961	17.904.090			
B E I (ML V/C)	1º DESEMBOLSO	BST	26/05/2003	16/06/2003	15/06/2022			25.333.333	(3.737.816)	(5.058.276)	716.403
		Total de financiamento				50.666.667	29.333.333	80.000.000			
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE B	BST	31/05/2007	15/03/2007	15/06/2022				(338.528.822)	(403.997.485)	20.546.501
		Total de financiamento				244.897.161	(244.897.161)				
A B N (SCHULDSCHEIN)	TRANCHE C	BST	25/02/2005	22/07/2005	22/07/2024			100.000.000	(26.863.771)	(31.648.303)	(802.490)
		Total de financiamento				300.000.000		300.000.000			
OBRIGAÇÕES 2026		BBVA	15/12/2006	04/12/2006	04/12/2026			70.000.000	(22.514.178)	(24.548.092)	318.431
OBRIGAÇÕES 2026		M LYNCH	16/07/2010	04/12/2009	04/12/2026			30.000.000	(24.626.318)	(45.657.182)	(12.937.291)
OBRIGAÇÕES 2026		CGD	16/07/2010	04/12/2009	04/12/2026			30.000.000	(24.278.042)	(44.768.457)	(12.529.987)
		Total de financiamento				400.000.000		400.000.000			
OBRIGAÇÕES 2019		CITIBANK	15/01/2010	04/02/2010	04/02/2019			100.000.000	(8.998.569)	(14.802.958)	5.077.442
		Total de financiamento				400.000.000		400.000.000			
						1.452.925.586	(209.790.819)	1.632.885.156	(455.432.023)	(583.094.583)	6.282.794

Financiamentos bancários derivados			Data			Capital coberto 31.12.2017			Justo valor		
									Justo valor ("N") (contraparte)		
Designação		Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do financiamento associado	31.12.2017	31.12.2016	Variação
B E I (ML II)	2º E 3º DESEMBOLSOS	BBS	16/01/2009	15/12/2008	15/12/2019			3.990.383	12.503	23.750	(11.248)
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE B	CAIXA BI	16/07/2009	15/03/2010	15/06/2022				2.378.000	3.410.000	(1.032.000)
OBRIGAÇÕES 2026		CAIXA BI	28/04/2010	04/12/2009	04/12/2026			100.000.000	21.422.340	23.396.489	(1.974.149)
								103.990.383	23.812.843	26.830.239	(3.017.396)

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados tem impacto nulo no capital próprio da Empresa, dado que o passivo/ativo tem como contrapartida uma conta a receber do Estado na rubrica de ILD.

6.9. Fornecedores

A rubrica de fornecedores, é composta, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito de obras efetuadas com a continuação da política de expansão e modernização/remodelação da rede.

6.10. Outras dívidas a pagar

A rubrica de outras dívidas a pagar é composta, essencialmente, pelo gasto com juros de empréstimos, juros de instrumentos financeiros derivados e taxas de aval a liquidar no decurso do exercício seguinte.

7. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis do Grupo, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2017							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	24.287.679	255.503.790	[illegible]	[illegible]	[illegible]	24.306.482	1.280.148	1.135.780.884
Aquisições	-	182.602	[illegible]	-	[illegible]	61.795	-	2.773.178
Alienações	-	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	(989.308)
Transferências	-	(20.443.353)	[illegible]	-	[illegible]	-	(1.009.820)	(20.432.056)
Ajustes	-	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	(782)	-	(958.946)
Saldo final	24.287.679	235.243.039	808.028.111	334.811	23.579.582	24.367.494	270.328	1.116.111.044
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	13.665.034	-	810.848.466
Depreciações do exercício	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	813.889	-	37.288.113
Alienações	-	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	(1.141.247)
Transferências	-	(7.406.952)	-	-	-	-	-	(7.406.952)
Ajustes	-	-	-	(47.871)	(755.737)	-	-	(803.608)
Reclassificações	-	-	(493)	-	(4.655)	208	-	(4.940)
Saldo final	-	220.441.115	577.682.027	334.811	22.362.388	14.378.354	-	835.198.695
Imparidades	-	[illegible]	-	-	-	-	-	(23.318)
Imparidades - Transferências	-	[illegible]	-	-	-	-	-	(5.345.636)
Ativos líquidos	24.287.679	14.825.342	230.346.084	-	1.217.194	9.989.140	270.328	286.281.402

	2016							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	24.287.679	255.496.014	805.727.254	780.381	23.842.409	24.282.163	1.205.778	1.135.621.678
Aquisições	-	10.077	38.632	-	87.221	31.222	90.700	257.852
Alienações	-	-	-	(45.353)	-	-	-	(45.353)
Transferências	-	-	-	-	-	-	(16.330)	(16.330)
Abates	-	(2.301)	-	-	(27.757)	(6.904)	-	(36.962)
Saldo final	**24.287.679**	**255.503.790**	**805.765.886**	**735.028**	**23.901.874**	**24.306.481**	**1.280.149**	**1.135.780.887**
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	208.056.618	531.272.543	770.736	23.401.553	12.760.400	-	776.261.850
Depreciações do exercício	-	9.518.991	26.853.505	7.232	186.443	811.537	-	37.377.707
Alienações	-	-	-	(45.353)	-	-	-	(45.353)
Abates	-	(2.301)	-	-	(27.543)	(6.904)	-	(36.748)
Saldo final	**-**	**217.573.308**	**554.607.530**	**732.615**	**23.560.453**	**13.565.034**	**-**	**810.038.940**
Imparidades	-	809.526	-	-	-	-	-	809.526
Ativos líquidos	**24.287.679**	**37.120.956**	**251.158.356**	**2.413**	**341.422**	**10.741.447**	**1.280.149**	**324.932.418**

No decurso do exercício de 2017 o Grupo obteve avaliações de diversos imóveis, resultando uma reversão de imparidade dos mesmos no montante de 23.418 euros.

8. Locações

Locações financeiras

Conforme referido na Nota 3.6 o Grupo regista no seu ativo fixo tangível (Nota 7) os ativos adquiridos em regime de locação financeira. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Grupo é locatário em contratos de locação financeira relacionados, essencialmente, com a aquisição de 55 unidades triplas de tração registados na rubrica de "Ativos fixos tangíveis – equipamento básico".

Os bens detidos em regime de locação financeira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são detalhados conforme se segue:

	2017			2016		
Locações Financeiras - Bens	Montante bruto	Amortização acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Amortização acumulada	Montante líquido
Equipamento básico	299.632.078	214.245.161	85.386.917	299.632.078	206.716.530	92.915.548
	299.632.078	**214.245.161**	**85.386.917**	**299.632.078**	**206.716.530**	**92.915.548**

As rendas de locação financeira, das unidades triplas de tração, venceram juros anuais, cuja taxa, em média, se situou em 35,6209%.

O capital em dívida das locações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhado conforme se segue:

	Capital em dívida	
Locações Financeiras	2017	2016
Até 1 ano	3.788.999	3.739.632
Entre 1 ano e 5 anos	7.680.685	15.258.682
	11.469.684	18.998.314

Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2017 a Empresa tem responsabilidades com dez contratos de locação operacional celebrados com o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E. não reconhecidas no balanço (Nota 3.6) no montante de 192.628.706 euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 2017 e 2016 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos	
Locações Operacionais	2017	2016
Até 1 ano	7.531.329	7.117.038
Entre 1 ano e 5 anos	185.097.378	194.569.409
	192.628.706	201.686.447

9. Propriedades de Investimento

O movimento ocorrido na rubrica de "Propriedades de investimento" em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi como segue:

	31 de dezembro de 2017					31 de dezembro de 2016				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	22.064.892	8.220.122	5.310.129	8.534.641	8.892.671	1.621.540	780.719	164.230	676.591	714.965
	22.064.892	8.220.122	5.310.129	8.534.641	8.892.671	1.621.540	780.719	164.230	676.591	714.965

Conforme referido na Nota 7, o Grupo transferiu da rúbrica Ativos Fixos Tangíveis o edifício sito na Barbosa *du* Bocage para a rúbrica de propriedade de investimentos.

As propriedades de investimento detidas pelo Grupo referem-se a 34 imóveis situados na zona metropolitana de Lisboa, para realojamento de famílias de baixos recursos afetadas pelo programa de expansão da rede, os quais se encontram a ser depreciados por um período de 50 anos.

O justo valor das propriedades de investimento teve por base uma avaliação por uma entidade especializada e independente. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	31 de dezembro de 2017				31 de dezembro de 2016			
	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos directos	Depreciações do exercício	Resultado	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos directos	Depreciações do exercício	Resultado
Imóveis arrendados a terceiros	204.662	22.364	66.533	115.765	107.755	16.776	32.452	58.527
	204.662	22.364	66.533	115.765	107.755	16.776	32.452	58.527

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o Grupo procedeu ao desreconhecimento de perdas por imparidade anteriormente reconhecidas no montante de 199.737 euros. A perda por imparidade transferida do Ativo Fixo Tangível foi no montante de 5.345.636 euros.

10. Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Grupo evidenciava os seguintes investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos:

	2017									
	Sede	% detida	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	Proporção no resultado	Montante registado	Participação detida
Empresas associadas:										
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40,00%	1.912.938	1.882.244	30.694	1.768.485	30.236	12.094	12.094	12.277
Empreendimentos conjuntos										
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	50,00%	2.610.350	2.708.595	(98.245)	1.521.356	(98.245)	(49.123)	(49.123)	
Otlis, A.C.E.	Lisboa	14,29%	5.950.266	4.278.188	1.672.078	6.593.052	492.246	70.321	70.321	238.868
Total										251.145

	2016									
	Sede	% detida	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	Proporção no resultado	Montante registado	Participação detida
Empresas associadas:										
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40,00%	1.646.569	1.646.110	458	1.727.152	407	163	183	183
Empreendimentos conjuntos										
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	50,00%	3.872.038	3.906.381	(34.343)	2.881.818	(34.343)	(17.172)	(17.172)	
Otlis, A.C.E.	Lisboa	14,29%	5.960.607	4.602.517	1.358.090	5.111.951	478.258	68.323	68.323	194.033
Total										194.216

No caso específico da Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E., apesar da percentagem detida pelo Grupo direta e indiretamente ser de 50%, o Conselho de Administração entende que não detém o controlo da mesma, pelo que reconheceu a sua participação de acordo com o método de equivalência patrimonial.

O movimento ocorrido nas participações financeiras detidas pelo Grupo no decurso do exercício de 2017:

	2017	2016
	Método da equivalência patrimonial	Método da equivalência patrimonial
Participações financeiras		
Saldo inicial	194.216	640.744
Aplicação do método da equivalência patrimonial	176.091	(369.165)
Dividendos	(68.323)	(75.646)
Saldo final	301.985	195.933
Perdas por imparidade		
Saldo inicial	1.717	-
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	49.123	1.717
Saldo final	50.840	1.717
Ativo liquido	**251.145**	**194.216**

11. Derivados

O saldo das rubricas de "Derivados" em 31 de dezembro de 2017 e 2016, corresponde ao justo valor dos contratos de SWAP, determinado pelos bancos contratados (com exceção, em 31 de dezembro de 2016, do justo valor dos contratos que se encontravam em contencioso com o Banco Santander, que estava de acordo com a avaliação do IGCP), e detalham-se como segue:

						Justo valor ("JV") (contraparte) 31.12.2017		Variação	Justo valor ("JV") (contraparte) 31.12.2016	
Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Activo	Passivo		Activo	Passivo
BSN-CGD (US LEASE)	BST	22/09/2005	01/07/2006	01/01/2019	43 846 560		(5 609 855)	7 586 284		(13 196 139)
BSN-CGD (US LEASE)	CAIXA BI	16/07/2009	01/07/2009	01/01/2019	21 923 280	330 000		(784 000)	1 114 000	
TREM II (2ª TRANCHE)	BST	06/06/2005	23/09/2005	23/09/2022	79 850 569		(103 234 292)	31 012 138		(134 246 430)
					145 620 409	330 000	(108 844 147)	37 814 422	1 114 000	(147 442 569)

De acordo com análise de sensibilidade reportada a 31 de dezembro de 2017, efetuada pelo IGCP e considerando determinadas assunções e pressupostos, o impacto da variação de 1% na taxa de juro no justo valor da carteira de investimentos financeiros detidos pela Empresa, conforme detalhe acima e nos afetos aos ILD (Nota 6.8), seria como segue:

2017	+1%	-1%
Justo Valor	99.847.153	(165.017.078)
	99.847.153	**(165.017.078)**

12. Outros ativos financeiros – não corrente

Em 31 de dezembro de 2017 na rubrica "Outros ativos financeiros - não corrente" inclui: (i) o montante de 28.313.020 euros relativo a um colateral que o Grupo teve de conceder em Abril de 2009, a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC, o qual foi avalizado pelo Estado Português, em resultado da descida do "rating" atribuído à Empresa, sendo que o efeito resultante da variação do justo valor no montante de 211.641 euros, encontra-se registado na rubrica de "Aumentos/reduções de justo valor"; e (ii) o montante de 23.875.570 euros relativo a um colateral que a Empresa constituiu em 2013, em obrigações americanas com a Wilmington Trust em consequência do "downgrade" do rating da Empresa, sendo que o efeito resultante da variação do justo valor no montante de 306.825 euros, encontra-se registado na rubrica de "Aumentos/reduções de justo valor".

Designação	Variação do JV 2017	Variação do JV 2016
Bank of America Leasing & Capital, LCC	211.641	149.280
Wilmington Trust	306.825	434.668
	518.466	583.948

13. Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os inventários eram detalhados conforme se segue:

	2017			2016		
Inventários	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:						
Materiais	3.441.117	(299.936)	3.141.181	2.062.371	(299.936)	1.762.435
Ferramentas	20.001	-	20.001	21.159	-	21.159
Produtos de limpeza	26.405	-	26.405	40.120	-	40.120
Combustíveis	22.354	-	22.354	23.805	-	23.805
Títulos transporte	676.484	-	676.484	-	-	-
Outros materiais	173.663	-	173.663	307.223	-	307.223
Artigos promocionais/publicações	16.451	-	16.451	18.527	-	18.527
	16.451	(299.936)	4.076.539	2.473.205	(299.936)	2.173.269

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Grupo não tinha inventários à guarda de terceiros, nem existiam naquelas datas, inventários em trânsito e à consignação.

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhado conforme se segue:

	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	
Custo das mercadorias vendidas	**2017**	**2016**
Saldo inicial	2.473.205	2.516.331
Compras	6.265.897	2.205.823
Regularizações	45.977	(68.856)
Saldo final	4.376.475	2.473.205
	4.408.604	2.180.092

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017			
Perdas por Imparidade - Inventários	**Saldo inicial**	**Aumentos**	**Reversões**	**Saldo final**
Mercadorias	299.936	-	-	299.936
	299.936	-	-	299.936

	2016			
Perdas por Imparidade - Inventários	**Saldo inicial**	**Aumentos**	**Reversões**	**Saldo final**
Mercadorias	299.936	-	-	299.936
	299.936	-	-	299.936

14. Clientes e outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as rubricas de "Clientes" e "Outras contas a receber" apresentavam a seguinte composição:

	2017				2016			
	Montante bruto	Desconto financeiro	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Desconto financeiro	Imparidade acumulada	Montante líquido
Não correntes:								
Clientes	395.604	(91.944)	-	303.660	773.142	(129.388)	-	643.754
	395.604	**(91.944)**	**-**	**303.660**	**773.142**	**(129.388)**	**-**	**643.754**
Correntes:								
Clientes	7.930.783	-	(926.109)	7.004.674	10.520.819	-	(1.042.695)	9.478.124
Outros créditos a receber	42.961.516	-	(3.460.883)	39.500.633	45.236.762	-	(4.039.675)	41.197.087
	50.892.299	**-**	**(4.386.992)**	**46.505.307**	**55.757.581**	**-**	**(5.082.370)**	**50.675.211**
	51.287.903	**(91.944)**	**(4.386.992)**	**46.808.967**	**56.530.723**	**(129.388)**	**(5.082.370)**	**51.318.965**

O detalhe da rubrica de "Clientes" e a repartição entre corrente e não corrente é como segue:

Clientes	2017		2016	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 30)	1.540.396	-	1.549.616	-
Ar Telecom	463.383	-	463.383	-
Simtejo		-	-	-
Meo - Serv. Comun. Multimédia, SA	-	-	-	-
Multas por cobrar	3.763.745	-	4.050.124	-
Outros	2.163.259	303.660	4.457.696	643.754
	7.930.783	303.660	10.520.819	643.754
Imparidade de contas a receber de clientes	(926.109)	-	(1.042.695)	-
	7.004.674	**303.660**	**9.478.124**	**643.754**

O saldo da sub rubrica Multas corresponde às coimas que estão por cobrar por falta de título de transporte válido, este valor encontra-se em igual montante na rubrica de " Outras dívidas a pagar" no passivo.

De acordo com a informação constante na demonstração consolidada da posição financeira, a antiguidade do saldo de "Clientes" é como segue:

Clientes		31.12.2017	31.12.2016
Não vencido		1.632.664	1.709.906
Vencido mas não ajustado:			
	0-90 dias	63.984	146.101
	90-180 dias	488.923	1.944.497
	180-360 dias	414.430	1.845.247
	+360 dias	4.404.673	3.832.373
Vencido e ajustado:			
	+360 dias	926.109	1.042.695

O detalhe da rubrica de "Outras contas a receber" e a repartição entre corrente e não corrente é como segue:

Outras contas a receber	2017		2016	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Trabalhos por conta de terceiros	30.442.102	-	30.438.455	-
Devedores por acréscimo de rendimentos	880.973	-	3.209.541	-
Serviços Municipais Transportes Coletivos Barreiro	3.257.361	-	3.065.305	-
Receitas de tráfego	4.414.113	-	3.452.645	-
Associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 30)	149.111	-	129.313	-
C.P. - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.E.	495.211	-	1.174.062	-
Pessoal	386.622	-	590.063	-
Outros	2.936.023	-	3.177.377	-
	42.961.516	-	45.236.761	-
Imparidade de outros ativos	(3.460.883)	-	(4.039.675)	-
	39.500.633	-	41.197.086	-

De acordo com a informação constante na demonstração consolidada da posição financeira, a antiguidade do saldo de "Outras contas a receber" é como segue:

Outras contas a receber	31.12.2017	31.12.2016
Não vencido	4.444.310	11.028.265
Vencido mas não ajustado:		
0-90 dias	241.469	188.324
90-180 dias	61.904	22.294
180-360 dias	394.676	71.684
+360 dias	34.358.274	29.886.520
Vencido e ajustado:		
+360 dias	3.460.883	4.039.675

A rubrica "Trabalhos por conta de terceiros" inclui os montantes relativos às obras efetuadas pelo Grupo por conta de entidades do sector empresarial do Estado relativamente às quais o Conselho de Administração entende que terá de ser alvo de um de protocolo para regularização da situação.

O movimento das perdas de imparidade no decurso dos exercícios de 2017 e 2016 foi como segue:

	2017						2016					
Imparidades	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilização	Reclassificação	Saldo final	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilização	Reclassificação	Saldo final
De dívidas a receber de clientes	1.042.695	90.016	(206.602)			926.109	1.041.256	50.792	(49.353)			1.042.695
De outras contas a receber	4.039.675	132.295	(711.087)			3.460.883	3.854.518	185.355	(198)			4.039.675
	5.082.370	222.311	(917.689)	-	-	4.386.992	4.895.774	236.147	(49.551)	-	-	5.082.370

15. Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica do ativo corrente "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

Diferimentos ativos	2017	2016
Seguros pagos antecipadamente	2.016	6.729
Encargos com contratos de leasing	689.664	924.477
Outros	1.695.041	924.461
	2.386.721	1.855.667

A rubrica "Diferimentos ativos - encargos com contratos de leasing", no montante de 689.664 euros, diz respeito a encargos incorridos na realização de contratos de locação operacional celebrados em 1995, 1997, 1999, 2000, 2001 e 2002, os quais são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período dos respetivos contratos.

16. Instrumentos de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2017 o capital do Grupo, subscrito e realizado, ascendia a 2.368.595.326 euros, é detido na totalidade pelo Estado Português.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi efetuado um aumento de capital no montante de 192.050.802 euros, sendo este valor totalmente subscrito e realizado em dinheiro.

Resultados transitados:

O resultado líquido negativo do exercício findo a 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 constante nas demonstrações financeiras do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., consideradas para efeitos de consolidação, foram transferidos para a rubrica de "Resultados transitados" nos exercícios subsequentes, apesar das demonstrações financeiras dos exercícios findos naquelas datas não terem ainda sido objeto de aprovação formal em despacho ministerial pela Tutela.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

17. Provisões

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilização	Saldo final
Provisões para riscos e encargos					
Processos judiciais em curso	756.915	72.072	10.000	125.648	693.339
Juros a liquidar (Nota 29)	108.479.022	10.915.898	-	119.394.920	-
Juros Mora	-	-	-	-	-
Impostos	2.523.471	54.424	-	-	2.577.895
Contratos onerosos	963.617	50.156	462.291	-	551.482
Despesas com pessoal	-	-	-	-	-
	112.723.025	11.092.550	472.291	119.520.568	3.822.716
Outras provisões:					
Cobertura de prejuízos	29.408	47.404	-	-	76.812
	29.408	47.404	-	-	76.812
	112.752.433	**11.139.954**	**472.291**	**119.520.568**	**3.899.528**

	2016				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilização	Saldo final
Provisões para riscos e encargos					
Processos judiciais em curso	1.755.618	706.724	1.594.728	110.700	756.915
Juros a liquidar (Nota 29)	74.313.700	34.165.321	-	-	108.479.021
Juros Mora	1.895.538	-	1.895.538	-	-
Impostos	217.694	2.305.777	-	-	2.523.471
Contratos onerosos	372.641	825.588	234.611	-	963.617
	78.555.191	38.003.410	3.724.877	110.700	112.723.024
Outras provisões:					
Cobertura de prejuízos	27.691	1.718	-	-	29.408
	27.691	1.718	-	-	29.408
	78.582.882	**38.005.128**	**3.724.877**	**110.700**	**112.752.432**

Em 31 de dezembro de 2017 o Grupo reconheceu provisões no montante de 10.915.898 euros relativas aos juros vencidos e não pagos em 2017, na sequência do processo judicial no Tribunal de Londres.

Em maio de 2017 foi celebrado entre o Grupo e o Banco Santander Totta, com a concordância do Estado Português, um acordo para terminar o processo judicial no Tribunal de Londres.

Em 2016 o Grupo foi notificado pela Autoridade Tributária (AT) a apresentar elementos fiscalmente relevantes referente ao exercício de 2014. Na sequência do processo a AT efetuou uma correção ao IRC de 2014 no montante de 2.305.777 euros, da qual o Grupo apresentou reclamação graciosa. A 31 de dezembro de 2017 foi constituída uma provisão que se encontra refletida na sub-rubrica de "Impostos" no montante de 2.305.777 euros.

18. Financiamentos obtidos

Os financiamentos incluindo os afetos à atividade de exploração em 31 de dezembro de 2017 e 2016 detalham-se como se segue:

		2017			2016		
			Montante utilizado			Montante utilizado	
Financiamentos	Entidade financiadora	Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente
Instituições financeiras:							
Empréstimos bancários:							
Emp. LP 613,9 M EUR	D G T F 2011 (parte)	105.974.436	52.987.218	-	105.974.436	52.987.218	-
Emp. LP 648,6 M EUR	D G T F 2012 (parte)	410.833.969	308.125.476	-	410.833.969	308.125.476	-
Emp. LP 412,9 M EUR	D G T F 2013 (parte)	129.885.756	86.590.504	43.295.252	129.885.756	64.942.878	64.942.878
Emp. LP 32,6 M EUR	D G T F 2017 (parte)	15.426.066	-	15.426.066	-	-	-
Emp. TREM I LP 2000 (50 M EUR)	Banco Santander	50.000.000	1.578.070	27.484.859	50.000.000	1.527.901	29.075.778
Emp. TREM I LP 2000 (50 M EUR)	Caixa Geral de Depósitos	50.000.000	1.603.769	27.484.859	50.000.000	1.552.783	29.075.778
Emp. TREM II LP 2001 (105 M EUR)	Banco Santander	52.777.778	1.558.630	31.380.119	52.777.778	1.525.284	32.950.080
Emp. TREM II LP 2001 (105 M EUR)	Caixa Geral de Depósitos	26.388.889	790.646	15.690.059	26.388.889	762.642	16.475.040
Emp. TREM II LP 2001 (105 M EUR)	Caixa BI	26.388.889	790.646	15.690.059	26.388.889	762.642	16.475.040
Emp. TREM II LP 2002 (105 M EUR)	Banco Santander	52.777.778	1.491.310	32.787.670	52.777.778	1.463.244	34.288.495
Emp. TREM II LP 2002 (105 M EUR)	Caixa Geral de Depósitos	26.388.889	755.170	16.393.835	26.388.889	731.622	17.144.247
Emp. TREM II LP 2002 (105 M EUR)	Caixa BI	26.388.889	755.170	16.393.835	26.388.889	731.622	17.144.247
Total Empréstimos bancários			**457.026.609**	**242.026.614**		**435.113.312**	**257.571.584**
Locações financeiras:							
Emp. CP/LP M EUR	Santander Totta	11.469.683	3.788.999	7.680.685	18.998.314	3.739.632	15.258.682
Total de Locações financeiras			**3.788.999**	**7.680.685**		**3.739.632**	**15.258.682**
Descobertos bancários (Nota 4)		-	828	-	-	84.087	-
Total instituições financeiras			**460.816.436**	**249.707.299**		**438.937.032**	**272.830.266**

A parcela dos empréstimos bancários classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Anos	Montante
2018	31.244.577
2019	82.386.413
2020 e seguintes	128.395.624
	242.026.614

Em 31 de dezembro de 1998, o Grupo celebrou um contrato de locação financeira, relacionado com 24 UT de material circulante da série ML 95, pelo montante de 124.699.474 euros e com o valor residual de 3% do valor do equipamento, destinado ao financiamento parcial do Plano de Expansão e Modernização da Rede do Metro, o qual tem um prazo de 20 anos e vence juros à taxa EURIBOR a 6 meses menos 0,71%, tendo o Estado Português, na sua qualidade de detentor da totalidade do capital, prestado um aval. A realização do contrato de financiamento ocorreu em 6 de janeiro de 1999. Em 31 de dezembro de 2017, o montante a pagar deste contrato de locação financeira ascende a 11.469.684 euros.

Em 31 de dezembro de 2017 o Grupo utiliza em regime de locação financeira 55 unidades triplas de tração, sendo que os compromissos assumidos com o pagamento de rendas de contratos de locação financeira é como segue:

2017	Corrente	Não corrente	Total
55 Unidades de tracção (Nota 8)	3.788.999	7.680.685	11.469.684
	3.788.999	7.680.685	11.469.684

A parcela que classificada como não corrente tem o seguinte plano de reembolso:

Anos	Montante
2019 e seguintes	7.680.685
	7.680.685

O Grupo tem vindo a obter, em permanente comunicação e coordenação com o seu acionista, linhas adicionais de financiamento para fazer face às responsabilidades de curto prazo, não tendo existido até à data, situações de dívidas bancárias vencidas e não pagas.

O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

De acordo com o orçamento do Grupo para 2018 aprovado pela Assembleia da República Portuguesa e considerado no orçamento de Estado para 2018, encontrava-se previsto: (i) o recebimento de um empréstimo da DGTF no

montante de 151.881.702 euros, com o propósito de proceder à liquidação dos juros que se irão vencer no decurso do exercício de 2018 e efetuar o reembolso de empréstimos contratados junto de entidades bancárias, estando previsto que este montante seja convertido num aumento de capital o qual à data de aprovação destas demonstrações financeiras ainda não se encontra concretizado.

O "downgrade" do rating da Empresa bem como de um banco internacional emissor de uma carta de crédito, colocaram o Metropolitano numa situação de incumprimento das cláusulas contratuais relativas às garantias das operações de "US Cross Border Lease", respeitantes ao financiamento do material circulante. Decorrente desta situação a Empresa no decurso no exercício de 2013 constituiu um colateral cujo justo valor, em 31 de dezembro de 2017, ascende a 23.875.570 euros (Nota 12).

19. Benefícios pós-emprego – planos de benefícios definidos

Conforme mencionado na Nota 3.16, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Em 31 de dezembro de 2017, o número de empregados ativos e reformados/pensionistas ascendia a 1.012 e 1.344, respetivamente (1.014 e 1.367 em 31 de dezembro de 2016).

As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos das pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas em função do número de anos ao serviço da Empresa, de contribuições para a Segurança Social e pelo último salário auferido a data da reforma.

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de dezembro de 2003 já não são abrangidos por este plano de pensões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação e benefícios definidos por uma entidade independente.

De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor atual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no ativo e reformados foi estimado em:

	2017	2016
Trabalhadores activos	78.860.745	71.682.164
Reformados	173.767.120	184.056.093
	252.627.865	255.738.256

O aumento verificado no Valor Atual das Responsabilidades com Serviços Passados referente a trabalhadores activos, deve-se em parte, ao fato de se ter verificado no global, um aumento salarial real em 2017 superior ao previsto.

O estudo atuarial reportado a 31 de dezembro de 2017 foi efetuado utilizando o método denominado por "Projected Unit Credit" e considerou os seguintes pressupostos e bases técnicas e atuariais:

Projected Unit Credit	**2017**	**2016**
Tábuas de mortalidade		
Tábua de Mortalidade Masculina	TV73/77-1	TV73/77-1
Tábua de Mortalidade Feminina	TV88/90	TV88/90
Tábuas de invalidez	EKV80	EKV80
Taxas		
Taxa Técnica das Pensões	1,75%	1,75%
Taxa de Crescimento Salarial	1,50%	1,50%
Taxa de Atualização Prestação PRT	1,50%	1,50%
Taxa de desconto	1,75%	1,75%

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões no exercício de 2017 e 2016 foi como se segue:

	2017	**2016**
Responsabilidades totais no início do período	255.738.256	251.727.101
Custos dos serviços correntes	2.889.482	2.594.771
Custo dos juros	4.475.419	5.034.542
Benefícios pagos no exercício	(12.526.801)	(9.859.529)
Ganhos (perdas) atuariais do exercício	2.051.508	6.241.371
Reponsabilidades totais no fim do período	**252.627.864**	**255.738.256**

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2017, nos montantes de 2.889.482 euros e 4.475.419 euros, respetivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos com o pessoal".

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras o montante 2.051.508 euros e (6.241.371) euros, respetivamente, relativo a ganhos/perdas atuariais apuradas no exercício, por contrapartida da rubrica de "Resultados transitados", conforme descrito na sua política contabilística (Nota 3.16).

A evolução dos ganhos (perdas) atuariais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017			
Outras variações no capital próprio	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Ganhos (perdas) atuariais	(4.808.369)	-	2.051.508	(6.859.877)

	2016			
Outras variações no capital próprio	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Ganhos (perdas) atuariais	1.433.001	-	6.241.371	(4.808.369)

Em 31 de dezembro de 2017, as perdas atuariais resultam, essencialmente, do fato do aumento salarial real em 2017 ter sido superior ao previsto.

Em 31 de dezembro de 2017 a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas na demonstração consolidada da posição financeira.

20. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" em 31 de dezembro de 2017 e 2016 detalha-se como segue:

Fornecedores	2017	2016
Fornecedores:		
CJC Engenharia e Projectos, Lda.	690.500	690.500
Companhia Carris de Ferro	2.341.765	1.955.244
Iberlin, S.A.	21.711	75.358
Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.	-	25.400
Edp Comercial	841.514	818.048
Otlis	89.203	376.398
American Appraisal	-	94.710
Outros	2.636.415	3.848.130
	6.621.108	7.883.787

De acordo com a informação constante na demonstração consolidada da posição financeira, o saldo de "Fornecedores" apresenta os seguintes prazos de vencimento:

Fornecedores	31.12.2017	31.12.2016
Não vencido	3.870.340	4.883.342
Vencido:		
30-90 dias	1.086.081	152.005
90-180 dias	9.778	379.234
180-360 dias	636.963	788.412
+360 dias	1.017.946	1.680.794

21. Estado e Outros Entes Públicos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2014 a 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Nos termos do artigo 88º do código do IRC, o Grupo encontra-se sujeito adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2017		2016	
Estado e outros entes públicos	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	2.472.479	10.886	2.188.538	12.088
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	12.262	1.161.425	-	1.054.884
Imposto sobre o valor acrescentado	1.341.905	187.063	173.576	471.844
Contribuições para a Segurança Social	-	110.128	-	122.060
Outros Impostos	79.675	499.331	2.067.660	388.430
	3.906.321	1.968.833	4.429.774	2.049.307

Em 31 de dezembro de 2017, os montantes referentes ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, correspondem à retenção efetuada no processamento salarial de dezembro de 2017, os quais serão liquidados em

janeiro de 2018. As contribuições para a Segurança Social efetuadas no processamento salarial de dezembro de 2017 foram liquidadas no próprio mês de dezembro de 2017.

22. Imposto sobre o rendimento

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhado conforme se segue:

Imposto sobre o rendimento	2017	2016
Imposto corrente	843.300	1.884.245
	843.300	1.884.245

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 40.377.873 euros e 129.490.802 euros, respetivamente. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes naquelas datas é conforme se segue:

	2017		2016	
Prejuízos fiscais	Montante	Data limite de utilização	Montante	Data limite de utilização
Gerados em 2012	-	-	89.490.982	2017
Gerados em 2013	34.026.334	2018	34.026.604	2018
Gerados em 2014	5.277.942	2026	5.277.942	2026
Gerados em 2015	695.274	2027	695.274	2027
Gerados em 2016	378.323	2021	-	-
	40.377.873		129.490.802	

23. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de "Outras dívidas a pagar" apresentavam a seguinte composição:

Outras dívidas a pagar	2017	2016
Não corrente:		
Subsídios ao investimento a reconhecer	6.294.628	8.816.555
	6.294.628	**8.816.555**
Corrente:		
Outros credores:		
Pessoal	483.326	575.188
Outros	70.843	81.972
Empresas do grupo (Nota 30)	-	101.837
Subsídios ao investimento a reconhecer	2.542.158	2.577.927
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais	9.813.080	8.370.151
Juros vincendos e não pagos	142.186.436	22.017.977
Credores por acréscimos de gastos	610.987	763.854
Fornecedores de investimentos	3.433.468	3.657.664
Rendimento de imóveis	-	15.872
Multas por cobrar (Nota 13)	4.639.932	4.050.124
Outros	2.662.554	5.137.908
	166.442.784	**47.350.474**

O saldo da rubrica de "Credores por acréscimos de gastos" em 31 de dezembro de 2017 e 2016 respeita, essencialmente, a gastos incorridos pelo Grupo com investimentos realizados, relativamente aos quais à data de relato ainda não havia sido rececionada a respetiva fatura.

Em 31 de dezembro de 2017, os montantes referentes a juros vincendos e não pagos, correspondem essencialmente a juros resultantes do acordo para terminar o processo judicial no Tribunal de Londres, os valores já encontravam provisionados (Nota 17).

Em maio de 2017 foi celebrado entre o Grupo e o Banco Santander Totta, com a concordância do Estado Português, um acordo para terminar o processo judicial no Tribunal de Londres.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Grupo beneficiou dos seguintes subsídios não afetos aos ILD:

	2017						
Subsídios	Montante total	Montante recebido	Rédito do período (Nota 27)	Rédito acumulado	Montante a reconhecer no exercício de 2017	Outros passivos correntes	Outros passivos não correntes
Subsídios relacionados com ativos:							
FEDER-PRODAC	10.942.880	10.942.880	166.534	10.419.821	166.534	166.534	523.061
FEDER-QCA	57.126.530	54.528.374	2.411.393	48.812.805	2.411.393	2.411.393	8.313.725
	68.069.410	65.471.254	2.577.927	59.232.626	2.577.927	2.577.927	8.836.786

	2016						
Subsídios	Montante total	Montante recebido	Rédito do período (Nota 27)	Rédito acumulado	Montante a reconhecer no exercício de 2016	Outros passivos correntes	Outros passivos não correntes
Subsídios relacionados com ativos:							
FEDER-PRODAC	10.942.880	10.942.880	279.786	10.253.287	279.786	279.786	689.593
FEDER-QCA	57.126.530	54.528.374	2.411.393	46.401.412	2.411.393	2.411.393	8.126.962
	68.069.410	65.471.254	2.691.178	56.654.699	2.691.178	2.691.178	8.816.555

Os subsídios recebidos pela Empresa no âmbito do FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1994, visaram financiar investimentos efetuados pela Empresa relativamente aos protótipos PMO II, PMO III e com a série intercalar de 17 UT, série complementar de 10 UT e PMO III.

24. Rédito

O rédito reconhecido pelo Grupo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhado conforme se segue:

Rédito	2017	2016
Vendas:		
Sucatas	37.699	65.449
Prestação de serviços:		
Bilhetes	52.022.168	47.622.383
Passes	49.669.835	47.114.732
Cartões	3.582.587	3.086.083
Serviços secundários	1.624.161	928.705
Consultoria técnica	1.540.298	5.180.968
Contratos de arrendamento	126.150	126.150
Contratos de exploração	2.562.346	2.395.650
	111.165.245	106.520.121

O aumento verificado nas receitas em 2017 resulta, essencialmente, do aumento do número de passageiros transportados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi atribuída pelo Estado uma compensação financeira para o passe 4_18@escola.tp, sub23@superior.tp e social+ no montante de 2.986.208 euros (2.817.177 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi atribuída pelo Estado uma compensação financeira para o passe 4_18@escola.tp, sub23@superior.tp e social+ no montante de 2.064.149 euros (1.947.310 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA).

25. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhada conforme se segue:

Fornecimentos e serviços externos	2017	2016
Eletricidade	8.518.562	8.118.035
Rendas e alugueres	223.738	1.241.534
Vigilância e segurança	5.035.691	5.071.427
Conservação e reparação	4.694.312	3.524.653
Limpeza, higiene e conforto	2.752.699	2.583.458
Trabalhos especializados	2.230.699	2.749.793
Honorários	24.030	234.407
Deslocações e estadas	30.596	63.663
Outros	2.268.141	2.329.885
	25.778.468	25.916.855

26. Gastos com pessoal

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhada conforme se segue:

Gastos com pessoal	2017	2016
Remunerações dos órgãos sociais	470.823	271.447
Remunerações do pessoal	52.661.981	48.164.219
Benefícios pós-emprego - complementos pagos (Nota 19)	7.359.821	7.629.314
Encargos sobre remunerações	11.852.059	11.599.225
Seguros de doenças profissionais	670.339	689.610
Seguro de saúde (Nota 33)	842.075	818.725
Gastos de ação social	483.787	214.151
Outros	348.371	594.919
	74.689.257	69.981.611

O Grupo reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as responsabilidades com pensões nesta rubrica, sendo a responsabilidade com os serviços correntes, no montante de 2.889.482 euros e o custo dos juros, no montante de 4.475.419 euros.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o número médio de trabalhadores foi de 1.475 e 1.461 pessoas, respetivamente, sendo o número de efetivos no final do exercício de 1.478 e 1.455 pessoas, respetivamente.

27. Outros rendimentos

O detalhe da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é conforme se segue:

Outros rendimentos e ganhos	2017	2016
Subsídios ao investimento (Nota 23)	2.577.927	2.691.178
Juros de mora	299.054	301.454
Venda de energia	288.260	270.358
Reconhecimento de mais-valias leasings	195.707	195.707
Recuperação de encargos	31.620	29.649
Diferenças de câmbio	3.379	1.880.244
Cedências de espaço	190.802	52.931
Alienação - Ganhos em imobilizado	70.526	-
Correcções relativas a periodos anteriores	128.743	68.365
Outros	1.634.776	38.717
	5.420.794	5.528.603

O saldo da rubrica de "Reconhecimento de mais-valias leasings" é relativo à amortização das mais-valias das 24 UT's, cujo montante a 31 de dezembro de 2017 ascendeu 195.707 euros. (Nota 22).

O saldo da rubrica "Diferenças de câmbio" é relativo à atualização de dois colaterais que a Empresa constituiu em obrigações americanas (Nota 12).

28. Outros gastos

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é conforme se segue:

Outros gastos e perdas	2017	2016
Imposto municipal sobre imóveis	281.762	208.070
Donativos	14.220	14.220
Perdas em inventários	86.256	147.205
Impostos	64.451	73.468
Quotizações	69.489	85.030
Correcções de exercícios anteriores	1.373.746	2.795.234
Insuficiência da estimativa para impostos	291.761	2.812.674
Diferenças de Câmbio	7.117.448	-
Outros	1.005.507	539.113
	10.304.640	6.675.014

O saldo da rubrica "Insuficiência da estimativa para impostos" é referente ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas de 2015.

O saldo da rubrica "Correções relativas a períodos anteriores", inclui essencialmente o montante de 1.244.939,88 euros, referente a dois contratos de locação financeira com o Deutsche Bank (DB), para aquisição de material circulante, relativamente aos quais foi efetuado um pedido de reembolso do IVA à Administração Tributária Portuguesa (AT) que, depois de proceder a uma análise formal, o remeteu à Administração Tributária alemã. Este pedido não foi aceite pela AT pelo que se desreconheceu o ativo.

29. Resultados financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo desta rubrica tem a seguinte decomposição:

Resultados financeiros	2017	2016
Gastos e perdas		
Juros suportados com financiamentos bancários	24.923.288	12.186.596
Juros a liquidar (Nota 17)	10.915.898	32.269.783
Outros gastos financeiros	31.207	31.158
	35.870.393	44.487.537
Rendimentos de juros		
Juros obtidos em aplicações financeiras	2.714.695	36.329
Outros rendimentos financeiros	-	1.061.192
	2.714.695	1.097.521
Resultados financeiros	**(33.155.698)**	**(43.390.016)**

30. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Grupo apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2017				
	Contas a receber		Contas a pagar		
Partes relacionadas	Clientes (Nota 14)	Outros créditos a receber (Nota 14)	Fornecedores (Nota 20)	Outras dividas a pagar (Nota 23)	Efeito líquido
Associadas					
Publimetro	639.312	-	-	-	639.312
Empreendimentos conjuntos					
Ensitrans A.E.I.E.	823.096	149.111	-	189	972.018
Otlis, A.C.E.	77.988	-	89.203	-	(11.215)
	1.540.396	**149.111**	**89.203**	**189**	**1.600.115**

	2016				
	Contas a receber		Contas a pagar		
Partes relacionadas	Clientes (Nota 14)	Outros créditos a receber (Nota 14)	Fornecedores (Nota 20)	Outras dividas a pagar (Nota 23)	Efeito líquido
Associadas					
Publimetro	954.112	-	-	-	954.112
Empreendimentos conjuntos	-				
Ensitrans A.E.I.E.	167.105	707.637	-	238.677	636.065
Otlis, A.C.E.	428.399	-	376.398	-	52.001
	1.549.616	707.637	376.398	238.677	1.642.178

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2017			
Partes relacionadas	Compra de inventários	Serviços obtidos	Serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos
Associadas				
Publimetro	-	-	1.026.187	-
Empreendimentos conjuntos				
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	685.282	17.500
Otlis, A.C.E.	2.482.874	-	7.225.426	-
	2.482.874	-	8.936.895	17.500

	2016			
Partes relacionadas	Compra de inventários	Serviços obtidos	Serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos
Associadas				
Publimetro	-	-	1 026 187	-
Empreendimentos conjuntos				
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	1 025 585	18 019
Otlis, A.C.E.	1 585 030	325 414	5 798 015	-
	1 585 030	325 414	7 849 787	18 019

31. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as garantias prestadas pelo Grupo ascendiam a 5.469.725 euros e 7.808.353 euros, respetivamente, e estão essencialmente relacionadas com os contratos de financiamento e processos judiciais em curso.

O detalhe das responsabilidades assumidas pelo Grupo relacionadas com garantias prestadas relativamente a processos judiciais em curso em 31 de dezembro de 2017, é como segue:

	2017		
Entidade	Montante	Data Início	Beneficiário
Banco BPI	7.494	10-03-2006	Trib.Adm.F.Lx-2ºjuízo
Banco BPI	95.482	11-05-2006	Finanças 4º Bairro Fiscal
Banco BPI	13.087	30-03-2010	Edp - Serv.Universal, S.A.
Banco BPI	1.583	30-06-2010	Trib.Tribut.2ª.Inst.Lisboa
Banco BPI	7.661	17/08/2011	Cm Lisboa
Banco BPI	7.500	17/06/2014	Petrogal
Banco BPI	1.820	03/06/2015	SMAS SINTRA
Banco BPI	438.047	31-12-2015	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab
Banco BPI	760.160	28/04/2016	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab
Banco BPI	2.909.668	21/12/2016	Autoridade Tributária
Banco BBVA	3.990	19/02/1998	Petrogal
Banco BBVA	1.632	21/03/2007	Fazenda Pública
Banco BBVA	272.118	06/12/2010	Fazenda Pública
Banco CGD	463.155	02/06/2016	Entreprise Metro D´Alger
Banco CGD	106.535	02/06/2016	Entreprise Metro D´Alger
Banco CGD	222.640	02/06/2016	Entreprise Metro D´Alger
Banco CGD	34.663	02/06/2016	Entreprise Metro D´Alger
Banco CGD	86.130	02/06/2016	Entreprise Metro D´Alger
Banco CGD	36.360	02/06/2016	Entreprise Metro D´Alger
	5.469.725		

32. Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2017 existem pedidos de indemnizações reclamados ao Grupo, no montante de 22.049 euros, os quais referem-se essencialmente a processos de expropriações e danos causados pelos trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede. Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo encontra-se em fase de apuramento do valor total das expropriações, tendo sido registada uma provisão para os processos cujo desfecho é desconhecido até à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas. Relativamente aos restantes

processos não foi registada em 31 de dezembro de 2017 qualquer provisão, uma vez que, caso aquelas indemnizações sejam pagas, as mesmas virão a ser registadas como encargos com expropriações na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

33. Segmentos operacionais

Os segmentos utilizados pelos órgãos de gestão do Grupo são os seguintes:

- Atividade de transporte de passageiros e gestão de infraestruturas;
- Outros.

Os resultados por segmento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são como se segue:

ANO DE 2017

	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Ajustamentos	Eliminações	Grupo
Vendas e serviços prestados	109.400.211	12.303.424	-	(10.538.390)	111.165.245
Trabalhos para a própria entidade	2.309.612	670.651	-	650.408	3.630.671
Provisões (aumentos / reduções)	(30.498)	326.137	-	-	295.639
Aumentos / reduções de justo valor	38.332.888	-	-	-	38.332.888
Outros rendimentos e ganhos	5.031.619	688.229	-	(299.054)	5.420.794
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	223.155	-	-	-	223.155
Total dos rendimentos operacionais	155.266.987	13.988.441	-	(10.187.036)	159.068.392
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(4.408.604)	-	-	-	(4.408.604)
Fornecimentos e serviços externos	(32.163.996)	(3.801.508)	-	10.187.036	(25.778.468)
Gastos com o pessoal	(71.667.238)	(3.022.019)	-	-	(74.689.257)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(23.411.484)	(35.089)	(10.370.370) (1)	-	(33.816.944)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	(122.858)	(65.712)	-	-	(188.570)
Outros gastos e perdas	(10.151.345)	(153.295)	-	-	(10.304.640)
Total dos gastos operacionais	(141.925.525)	(7.077.622)	(10.370.370)	10.187.036	(149.186.482)
	13.341.462	6.910.819	(10.370.370)	-	9.881.910
Juros e rendimentos similares obtidos	2.714.695	-	-	-	2.714.695
Juros e gastos similares suportados	(35.839.186)	(31.207)	-	-	(35.870.393)
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e participadas	(3.957.329)	(463.028)	4.036.529 (2)	-	(383.828)
Resultado antes de impostos	(23.740.358)	6.416.584	(6.333.841)	-	(23.657.615)
Imposto sobre o rendimento do exercício	(760.557)	(82.743)	-	-	(843.300)
Resultado líquido consolidado do exercício	(24.500.915)	6.333.841	(6.333.841)	-	(24.500.916)

(1) Ajustamento de consolidação para uniformização da política contabilística.
(2) Ajustamento de consolidação decorrente da anulação do efeito de equivalência patrimonial.

Os resultados por segmento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 são como se segue:

ANO DE 2016

	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Ajustamentos	Eliminações	Grupo
Vendas e serviços prestados	101.189.096	14.983.988	-	(9.335.123)	106.837.961
Trabalhos para a própria entidade	2.448.842	-	-	-	2.448.842
Aumentos / reduções de justo valor	26.690.393	-	-	-	26.690.393
Outros rendimentos e ganhos	5.357.429	472.629	-	(301.455)	5.528.603
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	447.586	-	-	-	447.586
Total dos rendimentos operacionais	136.133.345	15.456.617	-	(9.636.578)	141.953.385
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(2.180.092)	-	-	-	(2.180.092)
Fornecimentos e serviços externos	(30.513.040)	(5.040.392)	-	9.636.577	(25.916.855)
Gastos com o pessoal	(66.082.399)	(3.899.212)	-	-	(69.981.611)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(23.483.834)	(67.703)	(10.370.370) (1)	-	(33.921.908)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	-	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	(186.846)	250	-	-	(186.596)
Provisões (aumentos / reduções)	(1.328.157)	(680.593)	-		(2.008.750)
Outros gastos e perdas	(6.264.920)	(410.094)	-	-	(6.675.014)
Total dos gastos operacionais	(130.039.289)	(10.097.744)	(10.370.370)	9.636.577	(140.870.827)
	6.094.056	5.358.872	(10.370.370)	(1)	1.082.558
Juros e rendimentos similares obtidos	1.097.219	302	-		1.097.521
Juros e gastos similares suportados	(44.391.928)	(95.609)	-		(44.487.537)
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e participadas	(5.149.393)	(15.454)	5.216.164 (2)	-	51.317
Resultado antes de impostos	(42.350.046)	5.248.111	(5.154.206)	(1)	(42.256.142)
Imposto sobre o rendimento do exercício	(1.790.340)	(93.905)	-	-	(1.884.245)
Resultado líquido consolidado do exercício	(44.140.386)	5.154.206	(5.154.206)	(1)	(44.140.386)

(1) Ajustamento de consolidação para uniformização da política contabilística.
(2) Ajustamento de consolidação decorrente da anulação do efeito de equivalência patrimonial.

As transações inter-segmentos são efetuadas a condições e termos de mercado, equiparáveis a transações efetuadas com entidades terceiras.

O rédito incluído no segmento "Outros segmentos" refere-se, essencialmente, à prestação de serviços de consultoria, a entidades do grupo e a terceiras entidades.

Os ativos e passivos por segmento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, são como se segue:

31 DE DEZEMBRO DE 2017

	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Ajustamentos	Eliminações	Grupo
ATIVO					
NÃO CORRENTE:					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5.020.086.976	-	-	-	5.020.086.976
Ativos fixos tangíveis	151.269.820	11.582	138.518.518 (1)	(3.518.519)	286.281.401
Propriedades de investimento	8.534.641	-	-	-	8.534.641
Ativos intangíveis	-	3.251	-	-	3.251
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	3.122.902	-	(2.871.757) (2)	-	251.145
Clientes	-	303.660	-	-	303.660
Derivados	330.000	-	-	-	330.000
Outros ativos financeiros	52.188.819	-	-		52.188.819
Total do ativo não corrente	5.235.533.158	318.493	135.646.761	(3.518.519)	5.367.979.893
CORRENTE:					
Inventários	4.076.539	-	-	-	4.076.539
Clientes	4.999.392	2.216.420	-	(211.138)	7.004.674
Estado e outros entes públicos	3.053.159	853.162	-	-	3.906.321
Outros créditos a receber	11.213.598	3.441.801	24.845.234 (3)	-	39.500.633
Diferimentos	31.881.775	312.465	(29.807.519) (3)	-	2.386.721
Caixa e depósitos bancários	22.023.844	10.966.302	-	-	32.990.146
Total do activo corrente	77.248.307	17.790.150	(4.962.285)	(211.138)	89.865.034
Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)	5.020.086.976	-	-	-	5.020.086.976
Total do ativo afeto à operação (ML)	292.694.489	18.108.643	130.684.476	(3.729.657)	437.757.951
Total do ativo	5.312.781.465	18.108.643	130.684.476	(3.729.657)	5.457.844.927
PASSIVO:					
NÃO CORRENTE:					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	2.706.575.594	-	-	-	2.706.575.594
Provisões	54.251.294	948.339	(54.818.623) (2)	3.518.517	3.899.527
Financiamentos obtidos	66.402.003	183.305.296	-	-	249.707.299
Outras dívidas a pagar	-	-	8.836.786 (3)	-	8.836.786
Derivados	108.844.147	-	-	-	108.844.147
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	252.627.865	-	-	-	252.627.865
Total do passivo não corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)	2.706.575.594	-	-	-	2.706.575.594
Total do passivo não corrente afeto à operação (ML)	462.125.309	184.253.635	(45.981.837)	3.518.517	623.915.624
Total do passivo não corrente	3.168.700.903	184.253.635	(45.981.837)	3.518.517	3.330.491.218
CORRENTE:					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	900.000.200	-	-		900.000.200
Fornecedores	4.631.433	2.200.813	-	(211.138)	6.621.108
Estado e outros entes públicos	1.637.406	331.427	-	-	1.968.833
Adiantamento de clientes	-	293.632	-	-	293.632
Financiamentos obtidos	451.492.197	9.324.239	-	-	460.816.436
Outras dívidas a pagar	163.017.216	5.133.247	-	(2.420.127)	165.730.336
Total do passivo corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)	900.000.200	-	-	-	900.000.200
Total do passivo corrente afeto à operação (ML)	620.778.252	17.283.357	-	(2.631.265)	635.430.344
Total do passivo corrente	1.520.778.452	17.283.357	-	(2.631.265)	1.535.430.544
Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)	3.606.575.794	-	-	-	3.606.575.794
Total do passivo afeto à operação (ML)	1.102.903.561	201.536.992	(45.981.837)	887.252	1.259.345.968
Total do passivo	4.709.479.355	201.536.992	(45.981.837)	887.252	4.865.921.762

(1) Ajustamento de consolidação para uniformização da política contabilística.
(2) Ajustamento de consolidação decorrente da anulação do efeito de equivalência patrimonial.
(3) Ajustamento de consolidação decorrente da conversão de contas de NCRF para IFRS.

Os ativos e passivos por segmento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, são como se segue:

31 DE DEZEMBRO DE 2016

	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Ajustamentos	Eliminações	Grupo
ATIVO					
NÃO CORRENTE:					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	4.986.145.104	-	-	-	4.986.145.104
Ativos fixos tangíveis	179.535.513	26.534	145.370.371 (1)	-	324.932.418
Propriedades de investimento	676.591	-	-	-	676.591
Ativos intangíveis	-	22.460	-	-	22.460
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	2.814.343	418.422	(3.038.549) (2)	-	194.216
Clientes	-	643.754	-	-	643.754
Derivados	1.114.000	-	-	-	1.114.000
Outros ativos financeiros	58.787.571	-	-	-	58.787.571
Total do ativo não corrente	5.229.073.122	1.111.170	142.331.822	-	5.372.516.114
CORRENTE:					
Inventários	2.173.269	-	-	-	2.173.269
Clientes	6.467.880	3.638.394	-	(628.150)	9.478.124
Estado e outros entes públicos	3.259.927	1.169.847	-	-	4.429.774
Outros créditos a receber	9.636.758	5.860.961	29.803.871 (3)	(4.093.503)	41.197.087
Diferimentos	31.395.501	260.950	(29.000.071) (3)	-	1.655.067
Caixa e depósitos bancários	24.964.665	10.599.572	-	-	35.564.236
Total do activo corrente	77.897.079	21.522.732	-	(4.721.653)	94.698.159
Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)	4.986.145.104	-	-	-	4.986.145.104
Total do ativo afeto à operação (ML)	320.825.097	22.633.903	142.331.822	(4.721.653)	481.069.169
Total do ativo	5.306.970.201	22.633.903	142.331.822	(4.721.653)	5.467.214.273
PASSIVO:					
NAO CORRENTE:					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	3.070.524.077	-	-	-	3.070.524.077
Provisões	158.408.464	1.355.914	(50.609.268) (2)	3.597.322	112.752.432
Financiamentos obtidos	80.201.560	192.628.707	-	-	272.830.266
Outras dívidas a pagar	-	-	8.816.555 (3)	-	8.816.555
Derivados	147.442.569	-	-	-	147.442.569
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	255.738.256	-	-	-	255.738.256
Total do passivo não corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)	3.070.524.077	-	-	-	3.070.524.077
Total do passivo não corrente afeto à operação (ML)	641.790.848	193.984.621	(41.792.713)	3.597.322	797.580.078
Total do passivo não corrente	3.712.314.926	193.984.621	(41.792.713)	3.597.322	3.868.104.154
CORRENTE					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	702.149.898	-	-	-	702.149.898
Fornecedores	4.045.701	4.466.236	-	(628.150)	7.883.787
Estado e outros entes públicos	1.912.636	136.671	-	-	2.049.307
Adiantamento de clientes	-	21.188	-	-	21.188
Financiamentos obtidos	429.879.292	9.057.740	-	-	438.937.032
Outras dívidas a pagar	44.094.598	4.730.034	-	(1.495.346)	47.329.286
Total do passivo corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)	702.149.898	-	-	-	702.149.898
Total do passivo corrente afeto à operação (ML)	479.932.228	18.411.868	-	(2.123.496)	496.220.600
Total do passivo corrente	1.182.082.126	18.411.868	-	(2.123.496)	1.198.370.498
Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)	3.772.673.975	-	-	-	3.772.673.975
Total do passivo afeto à operação (ML)	1.121.723.076	212.396.489	(41.792.713)	1.473.826	1.293.800.677
Total do passivo	4.894.397.050	212.396.489	(41.792.713)	1.473.826	5.066.474.652

(1) Ajustamento de consolidação para uniformização da política contabilística.
(2) Ajustamento de consolidação decorrente da anulação do efeito de equivalência patrimonial.
(3) Ajustamento de consolidação decorrente da conversão de contas de NCRF para IFRS.

As rubricas da demonstração consolidada da posição financeira e da demonstração consolidada dos resultados para cada segmento de negócio resultam dos montantes registados diretamente nas demonstrações financeiras individuais das empresas que constituem o Grupo.

34. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, pelo Revisor Oficial de Contas relacionadas com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 20.550 euros.

Os honorários totais faturados no exercício findo a em 31 de dezembro de 2017, pelos auditores no âmbito da auditoria às contas individuais e consolidadas ascenderam a 29.780 euros.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos

Dr. Luís Carlos Antunes Barroso

Dr.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Carlos Emério Ferreira da Mota

PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 2017 DA METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.

1. ENQUADRAMENTO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias em vigor, em especial do Código das Sociedades Comerciais (CSC)[1] e dos Estatutos da Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML)[2], cabe ao Conselho Fiscal (CF) exercer a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o Relatório de Gestão Único[3], as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ML e respetivas participadas ("Grupo ML") e a proposta de aplicação de resultados, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017[4], atentas as respetivas Certificações Legais de Contas (CLC) emitidas pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) e o Relatório Adicional de Auditoria[5], para além dos Relatórios de Auditoria do Auditor Externo às demonstrações financeiras[6].

O presente relatório e parecer têm em consideração o quadro normativo específico aplicável às empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE), bem como as orientações transmitidas pelo Estado, enquanto detentor do capital estatutário, sobre o processo de prestação de contas referente a 2017, através do ofício circular da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) n.º 587, de 7 de fevereiro de 2018, competindo, nessa medida, ao CF a verificação do cumprimento das orientações legais vigentes para o SEE, bem como da apresentação do Relatório Anual de Boas Práticas do Governo Societário, do qual deve constar a informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo capítulo II do mencionado diploma legal, conforme determina o n.º 1 do artigo 54.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE)[7].

Neste âmbito e para efeitos do presente documento, importa salientar o seguinte:

a) A ML é uma entidade pública empresarial que se rege pelos respetivos Estatutos e pelo RJSPE;

---

[1] O n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, estabelece que os órgãos de fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do disposto no citado Decreto-Lei.

[2] Aprovados através do Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.

[3] Apresentado ao abrigo do n.º 6 do artigo 508.º-C do Código das Sociedades Comerciais.

[4] Documentos que foram remetidos, para esse efeito, a este órgão em 26 de setembro de 2018.

[5] Apresentado ao CF nos termos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 24.º do Regime Jurídico de Supervisão e Auditoria, aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro.

[6] Emitido ao abrigo e nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, e da alínea b) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários.

[7] Aprovado através do Decreto-Lei n.º 133/2013.

b) As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas relativas a 2017, aprovadas pelo Conselho de Administração (CA), em 21 de setembro de 2018, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC)[8] e com as Normas Internacionais (IFRS), respetivamente, e a informação não financeira foi elaborada, pela primeira vez, de acordo com as diretrizes do GRI Standards.

c) As demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, de 2015 e de 2016 não foram ainda objeto de aprovação formal pela Tutela, tendo o CA procedido ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios por considerar que as referidas demonstrações financeiras e as propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas;

d) A ML é considerada, nos termos da Lei de Execução Orçamental, como entidade pública reclassificada, integrando, assim, o perímetro da consolidação da Administração Pública;

e) A empresa mãe (ML) e suas subsidiárias (Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.; Metrocom, S.A. - Exploração de Espaços Comerciais, S.A.; TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.; TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.) foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral pela maioria dos direitos de voto;

f) As empresas Publimetro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A., Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E[9]. e Otlis, A.C.E. foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO CONSELHO FISCAL

O CF, nomeado em janeiro de 2017[10], acompanhou, no âmbito das suas competências, a atividade da ML e do Grupo ML ao longo de 2017, a gestão e os resultados, destacando-se as seguintes atividades:

a) Análise das propostas de plano de atividades e orçamento para 2017 com a emissão dos respetivos pareceres;

b) Elaboração de relatórios trimestrais do CF de acompanhamento da execução trimestral de 2017;

[8] Aprovado através do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

[9] No caso da Ensitrans, apesar da percentagem detida pelo Grupo ML ser de 50%, o CA entende que não detém o controlo da mesma, pelo que não a incluiu através do método de consolidação integral.

[10] O CF foi nomeado para o mandato 2017-2019, através de Despacho, de 11 de janeiro de 2017, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, e de Despacho, de 25 de janeiro de 2017, do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente.

c) Acompanhamento da revisão legal e da auditoria externa das contas anuais individuais e consolidadas, através da realização de diversos contactos e reuniões, no âmbito dos quais foram obtidos todos os esclarecimentos considerados necessários;

d) Apreciação dos relatórios adicionais emitidos pelo ROC e pelos Auditores Externos, elaborados em cumprimento do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, cujos conteúdos merecem a concordância deste órgão de fiscalização;

e) Verificação da independência do ROC e do Auditor Externo;

f) Análise do Relatório de gestão único, das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2017, do relatório do governo societário e das demonstrações não financeiras[11] e respetivos anexos. Neste contexto, foram obtidos os esclarecimentos necessários às questões colocadas, junto da Direção Financeira, do ROC, dos Auditores e do CA, relativamente a estes últimos em sede de reuniões de aprovação dos documentos de prestação de contas, com a presença do ROC e de todos os membros do CF;

g) Realização de 20 reuniões, com a presença de todos os membros do CF, bem como a consulta de todas as atas do CA.

3. APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Relatório de Gestão, apresentado pelo CA, sob a forma de relatório único, em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 508.º-C do CSC, reflete adequadamente a atividade da ML durante o exercício de 2017, encontrando-se as análises nele efetuadas coerentes com as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do referido exercício.

Dada a sua importância no desempenho global da ML e do Grupo ML, o CF realça, ainda que em síntese, os seguintes aspetos daquele relatório:

a) Concretização do processo de autonomização da ML, em relação às empresas de transporte Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (Carris), Transtejo – Transportes do Tejo, S.A. (Transtejo) e Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. (Soflusa), com a consequente reorganização da empresa através da implementação de um novo modelo organizacional, que o CA entendeu mais adequado à obtenção dos objetivos pretendidos;

b) Reforço da orientação para o cliente, com vista a uma melhoria progressiva no desempenho operacional e consequente aumento da qualidade do serviço prestado pela ML. Neste contexto, procedeu-se ao reforço do investimento na infraestrutura, com o início da empreitada de remodelação da estação de Arroios (alargamento do cais para seis carruagens) e da requalificação e modernização de várias estações (iluminação, limpeza, refrescamento e melhoria de equipamentos e de sinalética), à retoma do processo de recuperação do material

[11] Demonstrações não financeiras apresentadas em documento anexo ao Relatório do Governo Societário de 2017.

circulante e ao reforço do quadro de pessoal com a conclusão do processo de recrutamento externo de 30 agentes de tráfego e de recrutamento interno de 30 maquinistas, para suprir as necessidades de ordem operacional. Ainda assim, o número de reclamações cresceu 2,7% face a 2016, evolução relacionada com a crescente insatisfação relativa à regularidade e frequência na circulação de comboios;

c) Aumento generalizado da oferta (+4,7%, quer em carruagens x km., quer em lugares x km., apesar do número total de circulações ter diminuído (-2,0%), no sentido de dar resposta à tendência de crescimento da procura que se regista desde 2014, tendo-se verificado em 2017 um acréscimo de 4,9% do indicador "Passageiros com títulos pagos" (+6,8 milhões de passageiros) face a 2016. Nesse contexto, registou-se o crescimento da receita de serviço público em cerca de 7,6%, situando-se em 105,3 milhões de euros (97,8 milhões de euros em 2016), essencialmente por via do acréscimo de quantidades vendidas e do aumento tarifário em 1,5% concretizado em janeiro de 2017;

d) Início de uma nova fase de expansão da rede relacionada com o objetivo de ligação das linhas Amarela e Verde – Rato/Cais do Sodré;

e) Reorganização da participada Ferconsult, com o foco da sua atividade em projetos para a ML e na concentração dos seus serviços corporativos na ML.

A 31 de dezembro de 2017, as **demonstrações financeiras individuais** da ML evidenciam um ativo total de 5.312.781.465 euros, um passivo total de 4.709.479.354 euros e um capital próprio de 603.302.111 euros.

O resultado líquido apurado, embora negativo em 24,5 milhões de euros, representa uma melhoria de 19,6 milhões de euros face a 2016 (prejuízo de 44,1 milhões de euros), a qual se ficou a dever ao crescimento do resultado operacional positivo em 8,4 milhões de euros (+893,4%) e ao melhor resultado financeiro, ainda que negativo em 10,2 milhões de euros (-23,5%).

Porém, o EBITDA corrigido de um conjunto de rubricas *non-cash* (especialização de subsídios ao investimento, ajustamentos e imparidades, aumentos/reduções de justo valor e equivalência patrimonial/subsidiárias) apresentou um decréscimo de 5,5 milhões de euros.

O crescimento do resultado operacional (9,4 milhões de euros positivos em 2017 face a cerca de 1,0 milhão de euros em 2016) decorreu da evolução favorável dos rendimentos operacionais[12] (+19,2

[12] Considerando as rubricas Vendas e serviços prestados, Trabalhos para a própria empresa, Aumentos/reduções de justo valor, Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis e Outros rendimentos.

milhões de euros, +14,1%) que suplantou a evolução desfavorável dos gastos operacionais[13] (+10,7 milhões de euros, +7,9%).

Nos rendimentos operacionais, que atingiram o valor de 155,3 milhões de euros (+19,2 milhões de euros que em 2016), realçam-se os acréscimos de:

a) 11,6 milhões de euros, pela variação favorável do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura de risco (+43,6%);

b) 6,6 milhões de euros da receita tarifária[14] (+6,9%), suportado no aumento da procura (+4,9% do número de passageiros transportados com títulos pagos) e da atualização tarifária (+1,5%).

Quanto aos gastos operacionais regista-se a inversão da anterior tendência de redução. De facto, situaram-se em 145,9 milhões de euros (+10,7 milhões de euros que em 2016), sendo de salientar nesse acréscimo as seguintes rubricas:

a) Gastos com o pessoal, com um aumento de 5,6 milhões de euros justificado essencialmente pelo descongelamento de carreiras, pela reposição de pagamentos de anuidades e de prémios de performance e pelo aumento do número de trabalhadores e dos gastos efetuados pela empresa para repor níveis de serviço e de manutenção (trabalho suplementar e trabalho noturno);

b) Outros gastos, cujo aumento de 3,9 milhões de euros resulta da conjugação do efeito negativo das diferenças de câmbio desfavoráveis (+7,1 milhões de euros), relativas aos colaterais que a ML constituiu em obrigações americanas, com a evolução positiva dos custos relacionados com exercícios anteriores (-1,4 milhões de euros) e dos gastos de estimativa para impostos (-2,5 milhões de euros).

A melhoria do resultado financeiro (33,1 milhões de euros negativos em 2017 face a 43,3 milhões de euros negativos em 2016), decorreu em grande medida da correção contabilística efetuada nos juros suportados com financiamentos de médio e longo prazos obtidos junto do acionista (-10,7 milhões de euros, ou seja -55,3% que em 2016) e que têm vindo a ser objeto de sucessivas moratórias.

Também a situação financeira da ML evoluiu favoravelmente, passando os capitais próprios de 412,6 milhões de euros para 603,3 milhões de euros, exclusivamente por via dos aumentos de capital que em 2017 ascenderam a 192,1 milhões de euros.

---

[13] Considerando as rubricas Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, Fornecimentos e serviços externos, Gastos com o pessoal, Imparidade de dívidas a receber, Provisões, Gastos/reversões de depreciação e de amortização e Outros gastos.

[14] Excluindo as comparticipações.

A este nível, realça-se a manutenção do modelo de financiamento através do acionista, por aumentos de capital, permitindo reduzir o passivo remunerado em cerca de 46,5 milhões de euros (-1,3%).

Mesmo assim, em 31 de dezembro de 2017 o passivo remunerado ainda totalizava 3.440,7 milhões de euros, sendo de salientar os empréstimos obrigacionistas (1.310,0 milhões de euros, cerca de 38% do total) e do Tesouro (1.238,8 milhões de euros, aproximadamente 36% do total).

O investimento capitalizado em 2017 no ativo fixo da ML[15] ascendeu a 5,0 milhões de euros (redução de 8,6%, -0,5 milhões de euros, face a 2016), sendo de destacar o equipamento básico (hardware e software), a remodelação da linha verde e o prolongamento Rato/Cais do Sodré, nos montantes, respetivamente, 2,4 milhões de euros (48,5% no total), 0,6 milhões de euros e 0,4 milhões de euros.

Numa ótica de fluxos financeiros, em 2017, os cash-flows gerados pela atividade operacional (0,7 milhões de euros) e pela atividade de financiamento (1,9 milhões de euros), não foram suficientes para a cobertura do défice gerado pela atividade de investimento (-5,5 milhões de euros)[16], pelo que foi necessário recorrer ao saldo de caixa, no montante de 2,9 milhões de euros.

As **demonstrações financeiras consolidadas** reportadas a 31 de dezembro de 2017 refletem a posição financeira do conjunto de empresas incluídas na consolidação (Grupo ML), o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados.

De realçar o peso muito significativo da ML no conjunto do Grupo ML, pelo que não se registam diferenças relevantes entre as contas individuais e as consolidadas, evidenciando estas um ativo total de 5.457.844.928 euros, um passivo total de 4.863.798.420 euros e um capital próprio de 594.046.508 euros.

O resultado líquido consolidado em 2017 ascendeu a -24,5 milhões de euros, demonstrando a insuficiência dos resultados operacionais (+9,5 milhões de euros) para fazer face aos resultados financeiros (-33,2 milhões de euros).

Assim, no nosso entendimento, para a sustentabilidade económico-financeira da ML e do Grupo ML, é desejável o seguinte:

a) Definir os termos e condições que regem o relacionamento entre o Estado Português e a ML no que respeita à posse e utilização das infraestruturas de longa duração (ILD);

b) Manter o modelo de financiamento através do acionista, com aumentos de capital, tendo como principal objetivo a redução do passivo remunerado;

---

[15] Formação Bruta de Capital Fixo.

[16] Pagamentos relacionados com a atividade de investimento deduzidas do recebimento de 1,1 milhões de euros de subsídios ao investimento – PIDDAC.

c) Continuar a desenvolver esforços tendo por objetivo a melhoria das condições de operacionalidade e da qualidade do serviço prestado, fatores determinantes para o crescimento da procura e, consequentemente, da receita tarifária.

4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E PARECER DOS AUDITORES EXTERNOS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2017, respetivamente da ML e do Grupo ML, foram objeto da revisão do ROC, o qual, de acordo com as normas legais, emitiu as competentes CLC, bem como de auditoria externa. Nos documentos emitidos pelo ROC e pelos auditores externos foram expressas as reservas e ênfases julgadas adequadas, documentos que merecem, na sua generalidade, a concordância do CF e se consideram aqui como reproduzidos.

Ambas as CLC, relativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, datadas de 24 de setembro de 2018, expressam uma opinião com reservas (três reservas e duas ênfases). De uma forma muito sintética, descrevem-se seguidamente as matérias objeto de reserva:

a) Em 23 de março de 2015, o Estado celebrou com a ML um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa. No entanto, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 continuam a não apresentar alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos concessionados, bem como outros efeitos decorrentes da celebração do referido contrato. Em 28 de março de 2016, a ML procedeu à anulação administrativa do ato de adjudicação do concurso relativo à subconcessão da exploração do sistema de transporte do metropolitano de Lisboa e à anulação do correspondente contrato de subconcessão. Por falta de informação suficiente, não é possível concluir sobre eventuais responsabilidades não registadas;

b) Não obstante a celebração do contrato de concessão de serviço público mencionado no parágrafo antecedente, permanecem omissos os termos e condições que regem o relacionamento entre o Estado Português e a ML no que respeita à posse e utilização das infraestruturas de longa duração, não sendo possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada relativa à administração das atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras de 2017;

c) O balanço inclui no ativo corrente, em 31 de dezembro de 2017, o montante de 30.438.455 euros relativo a obras efetuadas pela ML por conta de entidades do sector empresarial do Estado, relativamente às quais, até à presente data, as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma

insuficientemente vinculadora. Consequentemente, não é possível concluir quanto ao momento da realização e à mensuração daqueles ativos.

Os Relatórios de Auditoria, relativos às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, emitidos nos termos requeridos pelo art.º 245º, n.º 1, alínea b), do Código dos Valores Mobiliários, datados de 24 de setembro de 2018, expressam uma opinião com reservas (quatro reservas e três ênfases).

As CLC e os relatórios de auditoria são coincidentes quanto às matérias objeto de reserva, verificando-se apenas uma diferença de apresentação, já que a uma das reservas das CLC (anterior alínea a) correspondem duas reservas dos relatórios de auditoria.

5. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E DAS ORIENTAÇÕES DO "ACIONISTA"

No âmbito da avaliação do cumprimento do quadro normativo aplicável à ML, enquanto entidade pública reclassificada, e das orientações transmitidas pelo detentor do capital estatutário, destacam-se as seguintes matérias:

a) Objetivos de Gestão e Orçamento para 2017

Não foram fixados objetivos de gestão para 2017 e o relatório de gestão evidencia o grau de execução da proposta de plano de atividades e orçamento para 2017 (proposta que não foi objeto de aprovação pelas tutelas financeira e setorial) e do orçamento carregado no SOE[17].

b) Estrutura de Gastos Operacionais[18]

Em 2017, a ML melhorou a sua eficiência operacional, aferida pela diminuição do rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, face ao ano anterior, apesar do aumento de 7,3% do conjunto dos gastos operacionais (custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal, estes últimos corrigidos dos efeitos decorrentes da reposição salarial, das indemnizações por rescisão e da aplicação do disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei do Orçamento do Estado para 2017 – LOE 2017[19]).

[17] Sistema de Orçamento do Estado.

[18] O Artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março (Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2017 - DLEO 2017), estabelece que as empresas públicas devem prosseguir uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, mediante a redução do peso dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial e das indemnizações por rescisão, no volume de negócios face a 31 de dezembro de 2016. As empresas públicas devem, ainda, garantir que determinados gastos diminuem ou se mantêm face aos valores registados em 31 de dezembro de 2016.

As empresas públicas que tenham registado em 2016 resultados antes de juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) negativos ou nulos devem ainda garantir o aumento do seu EBITDA, face a 31 de dezembro de 2016.

[19] Aprovada pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

Em 2017 a ML aumentou o conjunto dos gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como com a frota automóvel, face ao registado em 2016, essencialmente justificado pelo processo de autonomia jurídica[20] da ML face à Carris, Transtejo e Soflusa.

Relativamente aos gastos com pessoal[21], corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial[22], das indemnizações por rescisão e dos efeitos decorrentes da aplicação do disposto nos artigos 20.º e 21.º da LOE 2017, registou-se um aumento de 3,2 milhões de euros face a 2016, essencialmente justificado pelo aumento do número de trabalhadores e dos gastos efetuados pela empresa para repor níveis de serviço e de manutenção (trabalho suplementar e trabalho noturno).

c) Evolução dos recursos humanos

Em 2017, a ML aumentou o número de efetivos (em 31 de dezembro de 2017 a ML dispunha de um quadro com 1.408 efetivos[23] quando em 2016 ascendia a 1.363[24]), em resultado do processo de contratação de 30 agentes de tráfego, dos contratos de cedência (no âmbito do processo de autonomização jurídica da ML) e da integração dos serviços corporativos da participada Ferconsult na ML.

d) Estatuto do Gestor Público (EGP)[25]

Tanto quanto é do conhecimento do CF, a ML deu cumprimento ao disposto no EGP no que respeita à não permissão de reembolso de despesas de representação pessoal, à não permissão de utilização de meios de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa, ao limite dos gastos com comunicações, bem como ao valor máximo estabelecido para combustível e portagens afeto às viaturas de serviço. Neste domínio, importa referir que o CA aguarda a conclusão do processo de eventual reclassificação da empresa face à respetiva autonomização jurídica determinada pela Lei n.º 22/2016[26].

---

[20] Determinada pela Lei 22/2016, de 4 de agosto.

[21] Conforme estabelece a alínea b) do n.º 4 do artigo 124.º do DLEO 2017.

[22] No pressuposto de que a referida reposição salarial/descongelamento de carreiras, por efeito da aplicação do disposto nos artigos 21.º e 22.º da LOE 2017, não é considerada uma valorização remuneratória ao abrigo do n.º 1 do artigo 19.º da LOE/2017, que prorrogou os efeitos do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2015 (LOE 2015).

[23] Não considerando os órgãos sociais.

[24] *Idem.*

[25] Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro.

[26] Através de carta de 26 de maio de 2017, a ML solicitou a revisão da classificação da empresa, nos termos e para os efeitos previstos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 9 de fevereiro.

e) Limites ao crescimento do endividamento

Em 2017, a ML deu cumprimento ao limite estabelecido para o crescimento do endividamento, na medida em que o endividamento aumentou 2,88%, por aplicação da fórmula estabelecida pelo titular do capital estatutário.

f) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE)

Através do Despacho n.º 731/2016-SEATF, de 14 de julho, foi concedida à ML a dispensa do cumprimento da UTE para 2016 (extensível a 2017), relativamente à prestação de garantias bancárias e à recolha de valores (valores que devem ser de imediato transferidos para a tesouraria do Estado). Estão a ser efetuadas diligências entre a ML e a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, EPE, no que respeita às receitas das redes de venda geridas pela OTLIS, conforme esclarecimentos prestados pela ML.

g) Contratação Pública

No relatório de gestão, a ML, enquanto entidade adjudicante, explicita que aplicou o Código dos Contratos Públicos[27] e que deu cumprimento a todos os normativos e regulamentos em matéria de contratação pública. Neste âmbito, o CF destaca que a ML apenas celebrou um contrato de valor superior a 5 milhões de euros (aquisição de serviços de energia elétrica em alta tensão, média tensão e baixa tensão especial).

h) Frota Automóvel

A ML manteve o seu parque automóvel face a 2016 (47 viaturas). Sublinha-se que o número de viaturas sofreu um ajustamento de 2015 a 2017, porque nos relatórios de gestão anteriores não haviam sido consideradas as viaturas de piquete.

i) Prazo Médio de Pagamento e Pagamentos em Atraso

De acordo com os dados divulgados pela empresa, em 31 de dezembro de 2017, o PMP era de 19 dias e os pagamentos em atraso de 60,8 milhares de euros.

j) Divulgação de informação

A ML deu cumprimento às obrigações de divulgação de informação no respetivo sítio da internet e no sítio do SEE.

[27] Aprovado através do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a última alteração conferida pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro.

6. RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

Em cumprimento do previsto no artigo 54.º do RJSPE, a ML apresentou o RGS 2017, o qual obedece, na generalidade, à estrutura previamente definida pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM).

Assim, tendo em conta a análise que o CF fez ao conteúdo do RGS 2017, os esclarecimentos prestados e o parecer expresso pelo ROC nas CLC neste domínio, o CF é de parecer que o RGS 2017 da ML, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 21 de setembro de 2018, inclui informação sobre as matérias reguladas no Capítulo II do RJSPE e traduz, na generalidade, a observância das disposições legais aplicáveis e o cumprimento das orientações em vigor, salientando-se que, sempre que não são aplicáveis alguns dos princípios recomendatórios, são fundamentadas as razões da respetiva inaplicabilidade.

Nestes termos, e em cumprimento do n.º 5 do artigo 420.º do CSC, somos de parecer que o mesmo inclui os elementos que são exigíveis à ML nos termos previstos no artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários e das demais disposições legais que lhe são aplicáveis, sem prejuízo do que é referido no ponto 5. quanto ao cumprimento das orientações do "acionista".

7. PARECER

Atento o acima exposto e tendo em consideração as Certificações Legais das Contas e os Relatórios do Auditor Externo, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras (individuais e consolidadas) evidenciam com clareza e rigor a evolução da atividade da empresa durante o exercício e refletem de forma verdadeira e apropriada a situação económica e financeira da ML e do Grupo ML à data de 31 de dezembro de 2017.

Face ao exposto, e em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 420.º do CSC, o Conselho Fiscal é de parecer que:

a) Sejam aprovados o Relatório de gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e respetivos anexos da ML, respeitantes ao exercício de 2017, atentas as reservas e ênfases expressas nas correspondentes Certificações Legais das Contas;

b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido de o prejuízo apurado pela ML no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no valor de 24.500.915,77 euros, ser integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

O Conselho Fiscal regista ainda com apreço a colaboração e a atenção dispensada pelo Conselho de Administração, bem como a disponibilidade sempre demonstrada, não só pelos responsáveis pelas

Direções e Serviços, como pela generalidade dos colaboradores da ML que teve necessidade de contactar no desempenho das suas competências.

Por fim, nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal abaixo indicados declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

a) A informação constante no Relatório de Gestão Único de 2017 e nos demais documentos de prestação de contas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da ML e das empresas incluídas no perímetro da consolidação;

b) A informação constante no Relatório de Gestão Único de 2017 expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, bem como contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 28 de setembro de 2018.

O Conselho Fiscal

Presidente	Vogal efetiva	Vogal efetiva
(José Carlos Pereira Nunes)	(Cristina Maria Pereira Freire)	(Margarida Carla Campos Freitas Taborda)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* (a Entidade ou ML), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 5.312.781.465 euros e um total de capital próprio de 603.302.111 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 24.500.916 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Na sequência da "atualização e unificação do quadro jurídico geral da concessão de serviço público atribuída ao ML", através do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, o Estado Português celebrou com o ML, em 23 de março de 2015, um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa. Este contrato compreende os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público, bem como a universalidade dos bens afetos à concessão, particularmente os constantes no ativo da Entidade em 31 de dezembro de 2014, caracterizados como ativos concessionados. No entanto, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 continuam a não apresentar alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos referidos ativos, bem como outros eventuais efeitos decorrentes da celebração do contrato de concessão. Saliente-se ainda que, em 28 de março de 2016, o ML procedeu, em simultâneo, à anulação administrativa do ato de adjudicação do concurso relativo à subconcessão da exploração do sistema de transportes do ML e à anulação do correspondente contrato de subconcessão. Não obtivemos informações suficientes que nos permitissem concluir sobre os ajustamentos e eventuais responsabilidades não registadas pelo ML decorrentes dos factos mencionados e, consequentemente, sobre os efeitos destas matérias nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

2. Conforme divulgado nas notas 4.1 e 7 do anexo, o Governo assumiu, nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração ("ILD") do ML, o qual, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela administração dos bens do domínio público afetos às suas atividades. Não obstante a celebração, em 23 de março de 2015, entre o Estado Português e o ML, de um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa, permanecem omissos os termos e condições que regem o relacionamento entre as partes no que respeita à posse e utilização das ILD. Deste modo, o ML continua a registar todos os fluxos relacionados com as ILD em rubricas de balanço denominadas "Investimentos de infraestruturas de longa duração", apresentadas no ativo e no passivo. Assim, em 31 de dezembro de 2017, o ativo não corrente compreende o montante de 5.020.086.976 euros referente aos gastos suportados com a construção, administração e financiamento das ILD (deduzidos dos subsídios entretanto recebidos), sendo que parte desses gastos não se classifica como ativos fixos tangíveis ou intangíveis mas como créditos a receber do Estado; o passivo inclui o montante de 3.606.575.794 euros (do qual 2.706.575.594 euros classificado como não corrente), relacionado com os respetivos financiamentos e outras contas a pagar. De salientar ainda que, em consequência da referida omissão contratual, os ativos fixos tangíveis e intangíveis classificados como ILD não se encontram a ser depreciados e amortizados. Desta forma, face à indefinição contratual que persiste nesta matéria, não nos é possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada pelo

ML relativa à administração das atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras em apreço.

3. Conforme divulgado na nota 16 do anexo, o balanço inclui em 31 de dezembro de 2017, na rubrica "Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros", o montante de 30.442.102 euros relativo a obras efetuadas pelo ML por conta de entidades do setor empresarial do Estado, relativamente às quais as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, até à presente data, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto ao momento de realização e à mensuração daqueles ativos.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

1. As operações do ML têm vindo a gerar prejuízos consecutivos, sendo o seu financiamento assegurado pelo Estado Português através de indemnizações compensatórias e de dotações de capital, para além de que o ativo corrente é substancialmente inferior ao passivo corrente. Dado estarmos perante uma Entidade Pública Empresarial (EPE), com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte por metropolitano de passageiros, entendemos que não está colocada em causa a continuidade das operações da Entidade, embora esta se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia para o setor dos transportes e do êxito a obter nas operações a realizar no futuro.

2. Conforme divulgado na nota 1 do anexo, as demonstrações financeiras do ML relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016, não foram ainda objeto da competente aprovação formal pelas tutelas financeira e setorial. O Conselho de Administração procedeu ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios, conforme as propostas incluídas nos respetivos Relatórios de Gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Para além das matérias incluídas na secção "Bases para a opinião com reservas", definimos as seguintes matérias relevantes de auditoria:

1. Mensuração de instrumentos financeiros derivados

O ML contratou instrumentos financeiros derivados para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD. A mensuração destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício, efetuada de acordo com a valorização determinada pelas instituições financeiras com as quais foram contratados.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor, o qual é determinado com base em técnicas de valorização que envolvem a utilização de estimativas, julgamentos e pressupostos. Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração dos instrumentos financeiros derivados é significativo.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação das metodologias e pressupostos considerados na determinação do justo valor; • Análise das avaliações efetuadas pelas entidades bancárias; • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações nas notas 4.15, 7.8 e 12 do anexo são adequadas.

2. Mensuração de responsabilidades com benefícios pós-emprego

A Entidade tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades do ML relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço e o gasto com pensões a registar no período.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
As responsabilidades com benefícios pós-emprego são mensuradas pelo justo valor, o qual é determinado através de julgamentos e estimativas relativamente a diversos pressupostos, nomeadamente taxa de desconto, taxa de inflação, taxa de crescimento dos salários e pensões e tábuas de mortalidade. Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego é significativo.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação da razoabilidade dos pressupostos e estimativas utilizados no estudo atuarial efetuado por perito externo; • Avaliação da competência, independência e integridade do atuário contratado; • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações nas notas 4.14 e 21 do anexo são adequadas.

3. Reconhecimento do rédito

O rédito proveniente da prestação de serviços compreende as receitas da venda de títulos de transporte na rede própria, bem como a repartição do produto da venda de passes sociais intermodais utilizáveis na rede própria e em outros transportes públicos urbanos e suburbanos explorados por outros operadores, sendo os preços de venda destes fixados pelo Estado. Em 31 de dezembro de 2016, o rédito resultante dos serviços prestados pela Entidade ascendeu a 109.362.512 euros.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
O rédito da prestação de serviços é reconhecido mensalmente com base nos relatórios emitidos pelo sistema de bilhética contratado pelo ML, nas vendas reportadas por entidade externa e nos mapas de vendas reportados pelos restantes operadores.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Levantamento e identificação dos controlos existentes no ciclo da receita;

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Acresce que é integrado na contabilidade um elevado número de registos proveniente do sistema de bilhética e que o reconhecimento do rédito tem na maioria dos casos associado um risco de fraude. Assim, consideramos que o reconhecimento do rédito constitui um risco de distorção material significativo.	• Teste à operacionalidade dos controlos relacionados com o processo de reconhecimento do rédito; • Testes de detalhe às transações, nomeadamente quanto ao momento de reconhecimento do rédito; • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações nas notas 4.17 e 27 do anexo são adequadas.

Outras matérias

A Certificação Legal das Contas (CLC) referente ao exercício de 2016, por nós emitida em 19 de julho de 2017, incluía uma reserva por limitação de âmbito relacionada com o facto da CLC da subsidiária Ferconsult – Consultoria Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A. conter três reservas por limitação de âmbito e uma incerteza material relacionada com a continuidade. No exercício de 2017, estas situações deixaram de ser tratadas como reservas, não existindo a expetativa de que a incerteza material sobre a continuidade mantida na CLC de 2017 desta participada tenha um impacte material nas demonstrações financeiras do ML, pelo que foi ultrapassada a reserva que tínhamos incluído na CLC do ML de 2016.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma

distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão, apresentado sob a forma de relatório único tal como previsto no artigo 508.º-C, n.º 6 do mesmo diploma legal, foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo a mesma sido incluída no relatório de governo societário, a publicar juntamente com o relatório de gestão.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos como Revisor Oficial de Contas do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* pela primeira vez por despacho de 18 de março de 2015 das tutelas setorial e financeira para um mandato compreendido entre 2015 e 2017.

- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* nesta mesma data.

- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 24 de setembro de 2018

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.
representada por José Luís Areal Alves da Cunha (ROC n.º 585)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 5.457.844.928 euros e um total de capital próprio de 594.046.508 euros, incluindo um resultado líquido negativo atribuível a acionistas da empresa-mãe de 24.500.916 euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as normas internacionais de contabilidade tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

1. Na sequência da "atualização e unificação do quadro jurídico geral da concessão de serviço público atribuída ao ML", através do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, o Estado Português celebrou com o ML, em 23 de março de 2015, um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa. Este contrato compreende os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público, bem como a universalidade dos bens afetos à concessão, particularmente os constantes no ativo do ML em 31 de dezembro de 2014, caracterizados como ativos concessionados. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017 continuam a não apresentar alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos referidos ativos, bem como outros eventuais efeitos decorrentes da celebração do contrato de concessão. Saliente-se ainda que, em 28 de março de 2016, o ML procedeu, em simultâneo, à anulação administrativa do ato de adjudicação do concurso relativo à subconcessão da exploração do sistema de transportes do ML e à anulação do correspondente contrato de subconcessão. Não obtivemos informações suficientes que nos permitissem concluir sobre os ajustamentos e eventuais responsabilidades não registadas pelo Grupo decorrentes dos factos mencionados e, consequentemente, sobre os efeitos destas matérias nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017.

2. Conforme divulgado nas notas 3.3 e 6 do anexo, o Governo assumiu, nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração ("ILD") do ML, o qual, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela administração dos bens do domínio público afetos às suas atividades. Não obstante a celebração, em 23 de março de 2015, entre o Estado Português e o ML, de um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa, permanecem omissos os termos e condições que regem o relacionamento entre as partes no que respeita à posse e utilização das ILD. Deste modo, o Grupo continua a registar todos os fluxos relacionados com as ILD em rubricas da demonstração consolidada da posição financeira denominadas "Investimentos de infraestruturas de longa duração", apresentadas no ativo e no passivo. Assim, em 31 de dezembro de 2017, o ativo não corrente compreende o montante de 5.020.086.976 euros referente aos gastos suportados com a construção, administração e financiamento das ILD (deduzidos dos subsídios entretanto recebidos), sendo que parte desses gastos não se classifica como ativos fixos tangíveis ou intangíveis mas como créditos a receber do Estado; o passivo inclui o montante de 3.606.575.794 euros (do qual 2.706.575.594 euros classificado como não corrente), relacionado com os respetivos financiamentos e outras contas a pagar. De salientar ainda que, em consequência da referida omissão contratual, os ativos fixos tangíveis e intangíveis classificados como ILD não se encontram a ser depreciados e amortizados. Desta forma, face à indefinição contratual que persiste nesta matéria, não nos é possível concluir

quanto à adequação da política contabilística adotada pelo Grupo relativa à administração das atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras consolidadas em apreço.

3. Conforme divulgado na nota 14 do anexo, a demonstração consolidada da posição financeira inclui em 31 de dezembro de 2017, na rubrica "Outros créditos a receber", o montante de 30.442.102 euros relativo a obras efetuadas pelo Grupo por conta de entidades do setor empresarial do Estado, relativamente às quais as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, até à presente data, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto ao momento de realização e à mensuração daqueles ativos.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

1. As operações do Grupo têm vindo a gerar prejuízos consecutivos, sendo o seu financiamento assegurado pelo Estado Português através de indemnizações compensatórias e dotações de capital, para além de que o ativo corrente é substancialmente inferior ao passivo corrente. Dado estarmos perante um Grupo cuja empresa-mãe é uma Entidade Pública Empresarial (EPE), com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte por metropolitano de passageiros, entendemos que não está colocada em causa a continuidade das operações do Grupo, embora esta se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia para o setor dos transportes e do êxito a obter nas operações a realizar no futuro.

2. Conforme divulgado na nota 1 do anexo, as demonstrações financeiras consolidadas do ML relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016, não foram ainda objeto da competente aprovação formal pelas tutelas financeira e setorial, tal como as demonstrações financeiras individuais. O Conselho de Administração procedeu ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios, conforme as propostas incluídas nos respetivos relatórios de gestão sobre as contas individuais, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Para além das matérias incluídas na secção "Bases para a opinião com reservas", definimos as seguintes matérias relevantes de auditoria:

1. Mensuração de instrumentos financeiros derivados

O Grupo, especificamente o ML, contratou instrumentos financeiros derivados para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD. A mensuração destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício, efetuada de acordo com a valorização determinada pelas instituições financeiras com as quais foram contratados.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor, o qual é determinado com base em técnicas de valorização que envolvem a utilização de estimativas, julgamentos e pressupostos. Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração dos instrumentos financeiros derivados é significativo.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação das metodologias e pressupostos considerados na determinação do justo valor; • Análise das avaliações efetuadas pelas entidades bancárias; • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações nas notas 3.17, 6.8 e 11 do anexo são adequadas.

2. Mensuração de responsabilidades com benefícios pós-emprego

O Grupo, especificamente o ML, tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades do Grupo relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data da demonstração consolidada da posição financeira e o gasto com pensões a registar no período.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
As responsabilidades com benefícios pós-emprego são mensuradas pelo justo valor, o qual é determinado através de julgamentos e estimativas relativamente a diversos pressupostos, nomeadamente taxa de desconto, taxa de inflação, taxa de crescimento dos salários e pensões e tábuas de mortalidade. Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego é significativo.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação da razoabilidade dos pressupostos e estimativas utilizados no estudo atuarial efetuado por perito externo; • Avaliação da competência, independência e integridade do atuário contratado; • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações nas notas 3.16 e 19 do anexo são adequadas.

3. Reconhecimento do rédito

O rédito proveniente da prestação de serviços compreende, essencialmente, as receitas da venda de títulos de transporte na rede própria, bem como a repartição do produto da venda de passes sociais intermodais utilizáveis na rede própria e em outros transportes públicos urbanos e suburbanos explorados por outros operadores, sendo os preços de venda destes fixados pelo Estado.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
O rédito da prestação dos serviços acima referidos é reconhecido mensalmente com base nos relatórios emitidos pelo sistema de bilhética contratado pelo ML, nas vendas reportadas por entidade externa e nos mapas de vendas reportados pelos restantes operadores.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Levantamento e identificação dos controlos existentes no ciclo da receita;

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Acresce que é integrado na contabilidade um elevado número de registos proveniente do sistema de bilhética e que o reconhecimento do rédito tem na maioria dos casos associado um risco de fraude. Assim, consideramos que o reconhecimento do rédito constitui um risco de distorção material significativo.	• Teste à operacionalidade dos controlos relacionados com o processo de reconhecimento do rédito; • Testes de detalhe às transações, nomeadamente quanto ao momento de reconhecimento do rédito; • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações nas notas 3.19 e 24 do anexo são adequadas.

Outras matérias

A Certificação Legal das Contas (CLC) referente ao exercício de 2016, por nós emitida em 6 de novembro de 2017, incluía uma reserva por limitação de âmbito relacionada com o facto da CLC da subsidiária Ferconsult – Consultoria Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A. conter três reservas por limitação de âmbito e uma incerteza material relacionada com a continuidade. No exercício de 2017, estas situações deixaram de ser tratadas como reservas, não existindo a expetativa de que a incerteza material sobre a continuidade mantida na CLC de 2017 desta participada tenha um impacte material nas demonstrações financeiras do Grupo, pelo que foi ultrapassada a reserva que tínhamos incluído na CLC de 2016.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as normas internacionais de contabilidade tal como adotadas na União Europeia;

- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido

a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão, apresentado sob a forma de relatório único tal como previsto no artigo 508.º-C, n.º 6 do mesmo diploma legal, foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou a informação não financeira, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo a mesma sido incluída no relatório de governo societário, a publicar juntamente com o relatório de gestão.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos como Revisor Oficial de Contas do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* (entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez por despacho de 18 de março de 2015 das tutelas setorial e financeira para um mandato compreendido entre 2015 e 2017.

- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* nesta mesma data.

- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

- Informamos que não prestámos ao Grupo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 24 de setembro de 2018

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.
representada por José Luís Areal Alves da Cunha (ROC n.º 585)

BDO

Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (adiante também designado por Metropolitano ou Empresa) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 5 312 781 465 euros e um total de capital próprio de 603 302 211 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 24 500 916 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos quatro primeiros parágrafos da secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Conforme divulgado nas notas 4 e 7 do anexo às demonstrações financeiras, o Metropolitano considera que a responsabilidade pelo financiamento das infraestruturas de longa duração (ILD) que tem vindo a construir, renovar e explorar pertence ao Estado Português, registando assim no seu ativo não corrente todos os custos de construção e gastos associados à construção e financiamento das ILD, numa rubrica designada "Investimentos de infraestruturas de longa duração", no valor acumulado de 5 020,1 milhões de euros a 31 de dezembro de 2017, incluindo ativos fixos tangíveis que não têm vindo a ser depreciados, líquidos de subsídios, no valor de 2 118,0 milhões de euros, bem como uma conta a receber do Estado de 2 871,3 milhões de euros. De igual modo, tem vindo a registar no passivo, em rubricas com a mesma designação de "Investimentos em infraestruturas de longa duração", os financiamentos obtidos, outras dívidas a pagar e provisões relacionados com a construção, renovação e financiamento das ILD, incluindo 2 706,6 milhões de euros no passivo não corrente e 900,0 milhões de euros no passivo corrente. Não é claro o enquadramento legal ou contratual, que tem vindo a ser assumido pelo Metropolitano, da eventual obrigação do Estado de reembolsar a Empresa pela parte não subsidiada do investimento em ILD e pelos gastos associados ao seu financiamento, subsistindo assim uma importante incerteza quanto à recuperação dos valores investidos em ILD e à forma e valor de realização da referida conta a receber do Estado de 2 871,3 milhões de euros, o que configura uma limitação ao âmbito do nosso trabalho no que respeita à valorização dos referidos ativos e ao impacto desta política contabilística nos resultados e no capital próprio do Metropolitano.

2. Através de contrato de concessão celebrado em março de 2015, o Estado Português atribuiu ao Metropolitano a concessão, até 1 de julho de 2024, do transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes, compreendendo a universalidade dos bens afetos à concessão, que se encontram evidenciados no ativo da Empresa, bem como os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público. No entanto, as demonstrações financeiras de 2015 a 2017 não refletem qualquer alteração na classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos afetos à concessão, bem como outros eventuais efeitos decorrentes do contrato de concessão, nomeadamente de acordo com o definido na Interpretação nº 12 do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC 12) - "Contratos de Concessão", não sendo possível quantificar os efeitos desta situação nas demonstrações financeiras, o que constituiu uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

3. Em 28 de março de 2016, a Empresa procedeu à anulação administrativa da adjudicação da subconcessão da atividade a uma outra entidade, que havia sido efetuada em 2015. Tendo essa entidade contestado judicialmente a referida anulação, desconhece-se os eventuais efeitos caso a decisão judicial venha a ser desfavorável às pretensões do Metropolitano, o que constituiu uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

4. No ativo, a rubrica de "Diferimentos" inclui 30,4 milhões de euros (igual montante em 31 de dezembro de 2016) de obras efetuadas pela Empresa por conta de entidades do sector empresarial do Estado que ainda não foram faturadas, encontrando-se pendentes de formalização de protocolos para regularização da situação. Não estão disponíveis elementos que nos permitam concluir sobre a recuperabilidade destes montantes, o que constituiu uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

1. O total do capital próprio apresenta-se inferior a metade do capital social, pelo que são aplicáveis as disposições do Código das Sociedades Comerciais sobre a recomposição dos capitais e sobre a necessidade de divulgação externa do montante do capital próprio segundo o último balanço aprovado. Apesar do ativo corrente (77,2 milhões de euros) ser significativamente inferior ao passivo corrente (1 520,8 milhões de euros), conforme referido nas notas 4.1 e 20 do Anexo: o Metropolitano tem uma "atividade desenvolvida de acordo com

as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado"; e "O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista".

2. O Relatório de Auditoria de 2016 incluía uma reserva por limitação de âmbito relacionada com uma participação de 100% no capital de uma entidade subsidiária cuja certificação legal das contas continha três reservas por limitação de âmbito e uma incerteza material relacionada com a continuidade. Tendo em consideração que as situações que originaram as referidas limitações de âmbito deixaram de ser tratadas como reservas em 2017 e que é nossa convicção que a incerteza material sobre a continuidade não tem um impacto material nas demonstrações financeiras do Metropolitano, foi ultrapassada a reserva que incluímos no Relatório de Auditoria de 2016.

3. Conforme divulgado na nota 1 do Anexo, as demonstrações financeiras dos exercícios de 2014 a 2016 não foram ainda objeto de aprovação formal pela Tutela. O Conselho de Administração decidiu proceder ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios, conforme as propostas incluídas nos respetivos relatórios de gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Para além das matérias mencionadas na secção das "Base para a opinião com reservas", considerámos na auditoria as seguintes matérias relevantes:

Matéria relevante de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
1. Valorização de instrumentos financeiros	
Na sequência das operações de financiamento, o Metropolitano subscreveu instrumentos financeiros derivados, de mensuração complexa, relevados no ativo por 24,1 milhões de euros e no passivo por 564,3 milhões de euros. Estes instrumentos financeiros foram registados de acordo com a valorização dos bancos com os quais foram contratados. As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4, 7, 12 e 19 do anexo às demonstrações financeiras.	A resposta de auditoria envolveu essencialmente a análise comparativa das avaliações efetuadas pelas entidades financeiras e pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Divida Pública (IGCP), com referência a 31 de dezembro de 2017.
2. Mensuração de provisões e das responsabilidades por benefícios pós-emprego	
A mensuração das provisões para processos judiciais em curso e das responsabilidades por benefícios pós-emprego reveste-se de grande complexidade, tendo em consideração o volume e natureza dos processos judiciais em curso, os pressupostos atuariais utilizados na mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego e a exposição da Empresa, envolvendo um grau de incerteza elevado e um elevado nível de julgamento por parte do órgão de gestão. Assim, a validação dos pressupostos e cálculos subjacentes aos passivos reconhecidos é uma área significativa de auditoria. As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4, 7, 19 e 21 do anexo às demonstrações financeiras.	Abordagem substantiva, que inclui: (i) A compreensão e análise crítica dos pressupostos técnicos e financeiros utilizados na mensuração das provisões; (ii) Indagações junto do órgão de gestão quanto à consistência e validade técnica dos pressupostos e estimativas e quanto à documentação que suporta os pressupostos; (iii) Verificação detalhada dos cálculos dos especialistas externos relacionados com os encargos pós-emprego; (iv) Análise das respostas dos advogados externos aos pedidos de informações efetuados e indagações adicionais junto dos responsáveis da Empresa; e (v) Conferência detalhada das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.
3. Reconhecimento do rédito	
A dispersão da rede de pontos de venda, o envolvimento de entidades terceiras e os automatismos associados à geração de receita, constituem fatores de risco que nos levam a considerar o reconhecimento do rédito como área significativa de auditoria. As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4 e 27 do anexo às demonstrações financeiras.	Para fazer face a este risco efetuámos, nomeadamente, o seguinte trabalho: (i) Análise dos procedimentos de controlo interno e de contabilização de receita; (ii) Validação da concordância da faturação e das estimativas de rendimento com a informação proveniente de terceiros e do concentrador de bilhética; e (iii) Testes específicos aos lançamentos no diário, destinados a validar a plenitude e detetar eventuais indícios de fraude.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro

e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

(i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

(ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;

(iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

(iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas

significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;

(v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

(vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

(vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública.

Lisboa, 24 de setembro de 2018

João Paulo Torres Cunha Ferreira, em representação de
BDO & Associados - SROC

Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

RELATÓRIO DE AUDITORIA EMITIDO NOS TERMOS REQUERIDOS PELO ARTIGO 245.º, N.º 1, ALÍNEA B) DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 5 457 844 928 euros e um total de capital próprio de 594 046 508 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 24 500 916 euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos números 1 a 4 da secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

1. Conforme divulgado nas notas 3 e 6 do anexo às demonstrações financeiras, o Grupo considera que a responsabilidade pelo financiamento das infraestruturas de longa duração (ILD) que tem vindo a construir, renovar e explorar pertence ao Estado Português, registando assim no seu ativo não corrente todos os custos de construção e gastos associados à construção e financiamento das ILD, numa rubrica designada "Investimentos de infraestruturas de longa duração", no valor acumulado de 5 020,1 milhões de euros a 31 de dezembro de 2017, incluindo ativos fixos tangíveis que não têm vindo a ser depreciados, líquidos de subsídios, no valor de 2 118,0 milhões de euros, bem como uma conta a receber do Estado de 2 871,3 milhões de euros. De igual modo, tem vindo a registar no passivo, em rubricas com a mesma designação de "Investimentos em infraestruturas de longa duração", os financiamentos obtidos, outras dívidas a pagar e provisões relacionados com a construção, renovação e financiamento das ILD, incluindo 2 706,6 milhões de euros no passivo não corrente e 900,0 milhões de euros no passivo corrente. Não é claro o enquadramento legal ou contratual, que tem vindo a ser assumido pelo Grupo, da eventual obrigação do Estado de reembolsar o Grupo pela parte não subsidiada do investimento em ILD e pelos gastos associados ao seu financiamento, subsistindo assim uma importante incerteza quanto à recuperação dos valores investidos em ILD e à forma e valor de realização da referida conta a receber do Estado de 2 871,3 milhões de euros, o que configura uma limitação ao âmbito do

BDO & Associados, SROC, Lda., Sociedade por quotas, Sede Av. da República, 50 - 10º, 1069-211 Lisboa, Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, NIPC 501 340 467, Capital 100 000 euros. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na OROC sob o número 29 e na CMVM sob o número 20161384.
A BDO & Associados, SROC, Lda., sociedade por quotas registada em Portugal, é membro da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e faz parte da rede internacional BDO de firmas independentes.

nosso trabalho no que respeita à valorização dos referidos ativos e ao impacto desta política contabilística nos resultados e no capital próprio do Grupo.

2. Através de contrato de concessão celebrado em março de 2015, o Estado Português atribuiu ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E. a concessão, até 1 de julho de 2024, do transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes, compreendendo a universalidade dos bens afetos à concessão, que se encontram evidenciados no ativo do Grupo, bem como os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas de 2015 a 2017 não refletem qualquer alteração na classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos afetos à concessão, bem como outros eventuais efeitos decorrentes do contrato de concessão, nomeadamente de acordo com o definido na Interpretação nº 12 do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC 12) - "Contratos de Concessão", não sendo possível quantificar os efeitos desta situação nas demonstrações financeiras consolidadas, o que constituiu uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

3. Em 28 de março de 2016, o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. procedeu à anulação administrativa da adjudicação da subconcessão da atividade a uma outra entidade, que havia sido efetuada em 2015. Tendo essa entidade contestado judicialmente a referida anulação, desconhece-se os eventuais efeitos caso a decisão judicial venha a ser desfavorável às pretensões do Grupo, o que constituiu uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

4. No ativo corrente, a rubrica de "Outros créditos a receber" inclui 30,4 milhões de euros (igual montante em 31 de dezembro de 2016) de obras efetuadas pelo Grupo por conta de entidades do sector empresarial do Estado que ainda não foram faturadas, encontrando-se pendentes de formalização de protocolos para regularização da situação. Não estão disponíveis elementos que nos permitam concluir sobre a recuperabilidade destes montantes, o que constituiu uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

1. Apesar do ativo corrente (89,9 milhões de euros) ser significativamente inferior ao passivo corrente (1 535,8 milhões de euros), conforme referido nas notas 3.3 e 18 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas: o Grupo tem uma "atividade desenvolvida de acordo

com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado"; e "O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista".

2. Conforme divulgado na nota 1 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios de 2014 a 2016 não foram ainda objeto de aprovação formal pela Tutela. O Conselho de Administração decidiu proceder ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios, conforme as propostas incluídas nos respetivos relatórios de gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

3. O Relatório de Auditoria de 2016 incluía uma reserva por limitação de âmbito relacionada com a Ferconsult - Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A., entidade incluída nas demonstrações financeiras do Grupo pelo método da consolidação integral e cuja certificação legal das contas continha três reservas por limitação de âmbito e uma incerteza material relacionada com a continuidade. Tendo em consideração que as situações que originaram as referidas limitações de âmbito deixaram de ser tratadas como reservas em 2017 e que é nossa convicção que a incerteza material sobre a continuidade não tem um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo, foi ultrapassada a reserva que incluímos no Relatório de Auditoria de 2016.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Para além das matérias mencionadas na secção das "Base para a opinião com reservas", considerámos na auditoria as seguintes matérias relevantes:

Matéria relevante de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
1. Valorização de instrumentos financeiros	
Na sequência das operações de financiamento, o Grupo subscreveu instrumentos financeiros derivados, de mensuração complexa, relevados no ativo por 24,1 milhões de euros e no passivo por 564,3 milhões de euros. Estes instrumentos financeiros foram registados de acordo com a valorização dos bancos com os quais foram contratados. As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 3, 6, 11 e 17 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.	A resposta de auditoria envolveu essencialmente a análise comparativa das avaliações efetuadas pelas entidades financeiras e pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Divida Pública (IGCP), com referência a 31 de dezembro de 2017.
2. Mensuração de provisões e das responsabilidades por benefícios pós-emprego	
A mensuração das provisões para processos judiciais em curso e das responsabilidades por benefícios pós-emprego reveste-se de grande complexidade, tendo em consideração o volume e natureza dos processos judiciais em curso, os pressupostos atuariais utilizados na mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego e a exposição do Grupo, envolvendo um grau de incerteza elevado e um elevado nível de julgamento por parte do órgão de gestão. Assim, a validação dos pressupostos e cálculos subjacentes aos passivos reconhecidos é uma área significativa de auditoria. As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 3, 6, 17 e 19 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.	Abordagem substantiva, que incluiu: (i) A compreensão e análise crítica dos pressupostos técnicos e financeiros utilizados na mensuração das provisões; (ii) Indagações junto do órgão de gestão quanto à consistência e validade técnica dos pressupostos e estimativas e quanto à documentação que suporta os pressupostos; (iii) Verificação detalhada dos cálculos dos especialistas externos relacionados com os encargos pós-emprego; (iv) Análise das respostas dos advogados externos aos pedidos de informações efetuados e indagações adicionais junto dos responsáveis do Grupo; e (v) Conferência detalhada das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas.
3. Reconhecimento do rédito	
A dispersão da rede de pontos de venda, o envolvimento de entidades terceiras e os automatismos associados à geração de receita, constituem fatores de risco que nos levam a considerar o reconhecimento do rédito como área significativa de auditoria. As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 3 e 24 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.	Para fazer face a este risco efetuámos, nomeadamente, o seguinte trabalho: (i) Análise dos procedimentos de controlo interno e de contabilização de receita; (ii) Validação da concordância da faturação e das estimativas de rendimento com a informação proveniente de terceiros e do concentrador de bilhética; e (iii) Testes específicos aos lançamentos no diário, destinados a validar a plenitude e detetar eventuais indícios de fraude.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia; (ii) elaboração do relatório

de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

(i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

(ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

(iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

(iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou,

caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

(v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

(vi) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

(vii) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

(viii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

(ix) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

(i) Fomos nomeados auditores do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., pela primeira vez, em 1 de janeiro de 2017, para o exercício de 2016, e fomos subsequentemente designados como auditores para os exercícios de 2017 e 2018.

(ii) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

(iii) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 24 de setembro de 2018.

(iv) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

(v) Informamos que não prestámos ao Grupo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 24 de setembro de 2018

João Paulo Torres Cunha Ferreira, em representação de
BDO & Associados - SROC